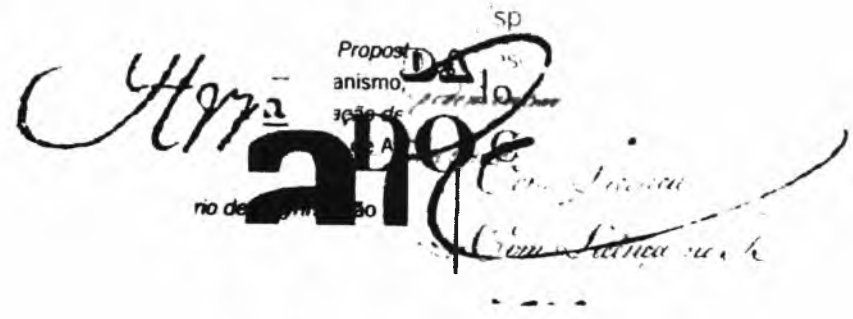
REVISTA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO
DA FAUUSP

pós-

A PÓS-GRADUAÇÃO DA FAUUSP NOS 500 ANOS DO BRASIL

8
DEZEMBRO – 2000
ISSN: 1518-9554



A PÓS-GRADUAÇÃO DA FAUUSP NOS 500 ANOS DO BRASIL

DEZEMBRO 2000
ISSN: 1518-9554

Ficha Catalográfica

720
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)- – São Paulo: FAU, 1990 –

v. : 27 cm.

n.8, dez. 2000

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura - Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 8
Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
Mestrado e Doutorado – Área de concentração "Estruturas Ambientais Urbanas"
Rua Maranhão, 88 – Higienópolis 01240-000 – São Paulo
(11)257-7688/7837 ramal 30 – (11)258-2377 fax
e-mail: cpgfau@edu.usp.br - www.usp.br/fau
Periodicidade: semestral

Apoio financeiro: Capes, verba decorrente do Mestrado Interinstitucional FAUUSP-UEL

PÓS n. 8
Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
Dezembro 2000

A PÓS-GRADUAÇÃO DA FAUUSP NOS 500 ANOS DO BRASIL

Universidade de São Paulo
Reitor Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Vice-Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Pró-Reitor de Pós-Graduação Héctor Francisco Terenzi

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Diretora Profª Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio
Vice-Diretora Profª Dra. Sheila Walbe Ornstein

Comissão de Pós-Graduação/Conselho Editorial
Presidente Profª Dra. Erminia Maricato
Vice-Presidente Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki
Profª Dra. Maria Irene Szmrecsanyi
Prof. Dr. Telmo Pamplona
Prof. Dr. Wilson Edson Jorge
Prof. Dr. Dácio A. B. Ottoni (suplente)
Profª Dra. Vera M. Pallamin (suplente)

Representantes Discentes na CPG
Arq. Caio Boucinhas
Arq. João Sette Whitaker Ferreira (suplente)

Comissão Editorial
Coordenadora Profª Dra. Maria Irene Szmrecsanyi
Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki
Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Supervisão Geral
Profª Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

Secretária de Redação
Izolina Rosa

Projeto Gráfico e Diagramação
Rodrigo Sommer

Foto da Capa
Cristiano Mascaro

Agradecimentos
Profª- Dra. Sheila Walbe Ornstein

Distribuição
Fundação para a Pesquisa Ambiental FUPAM
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária Butantã
05508-900 São Paulo SP Brasil
Tel 11 3818 4815



CAPES

Sumário

I Apresentação

2 | Pós-graduação da FAUUSP retrospectivas e prospectivas (depoimentos)

012 Nestor Goulart Reis

022 Paulo Mendes da Rocha

030 Giancarlo Gasperini

036 Joaquim Guedes

044 Flávio Magalhães Villaça

050 Sylvio Barros Sawaya

066 Ermínia Menon Maricato

074 Geraldo Gomes Serra

3 | Balanços temáticos

090 Considerações sobre o curso de pós-graduação da FAUUSP – 1973-1999
Júlio Roberto Katinsky

100 Teses e dissertações sobre habitação na pós-graduação da FAUUSP
Maria Ruth Amaral de Sampaio

116 Tecnologia da arquitetura e a pós na FAUUSP: um quarto de século atuando no desenvolvimento das pesquisas em avaliação do desempenho ambiental
Sheila Walbe Ornstein
Ualfrido Del Carlo

126 Paisagismo: ensino e pesquisa em pós-graduação
Silvio Soares Macedo
Miranda Martinelli

4 RECONHECENDO O DESENHO DO BRASIL

150 DO LITORAL AO PLANALTO: A CONQUISTA DA SERRA DO MAR
Benedito Lima de Toledo

168 A FLUVIALIDADE NO RIO PINHEIROS: UM PROJETO DE ESTUDO
Jorge Hagime Oseki

178 O MODELO DAS CIDADES-JARDINS NO NORTE DO NOVO PARANÁ
Maria Irene Szmrecsanyi

198 NOTAS SOBRE AS TECNOLOGIAS DE CARTOGRAFIA – ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA O URBANISMO DAS CIDADES COLONIAIS NO BRASIL
Philip Gunn

212 APONTAMENTOS SOBRE MISSIONÁRIOS, PIONEIROS E PRODUTOS NORTE-AMERICANOS NA MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA
Telmo Pamplona

226 BRASIL/SÃO PAULO – 500 ANOS DE PRISÕES
Wilson Edson Jorge

5 RESENHA

250 A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO: DESMANCHANDO CONSENSO ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, Maricato, ERMINIA
João Sette Whitaker Ferreira

6 IN MEMORIAM

254 ANTONIO LUIZ DIAS DE ANDRADE (JANJÃO)

258 ABRAHÃO SANOVICZ

262 MAURÍCIO NOGUEIRA LIMA

7 NOTÍCIAS

268 MESTRADO INTERINSTITUCIONAL FAUUSP-UEL

271 SEMINÁRIO PÓS-GRADUAÇÃO E PROJETO DE ARQUITETURA

272 TESES E DISSERTAÇÕES – 2000

I | APRESENTAÇÃO

A PÓS-GRADUAÇÃO DA FAUUSP NOS 500 ANOS DO BRASIL

Nesta encruzilhada de séculos, neste celebrar do encontro entre o passado e o futuro do país, nesta busca de maioridade para o povo, docentes e pesquisadores que somos, voltamo-nos para o microcosmos que gera a revista, nosso pós-graduado e sua produção. Com o olhar de crítica confiante, buscando discernir novos horizontes, sabendo que devemos rever, para propor e fazer.

Há que se assumir uma mudança de idade depois de quase 30 anos de pioneirismo. Professores cujos nomes se confundem quase com a história da própria Escola prestam aqui depoimento de como vêem a profissão hoje, a formação pós-graduada, as possibilidades de reestruturação dos cursos.

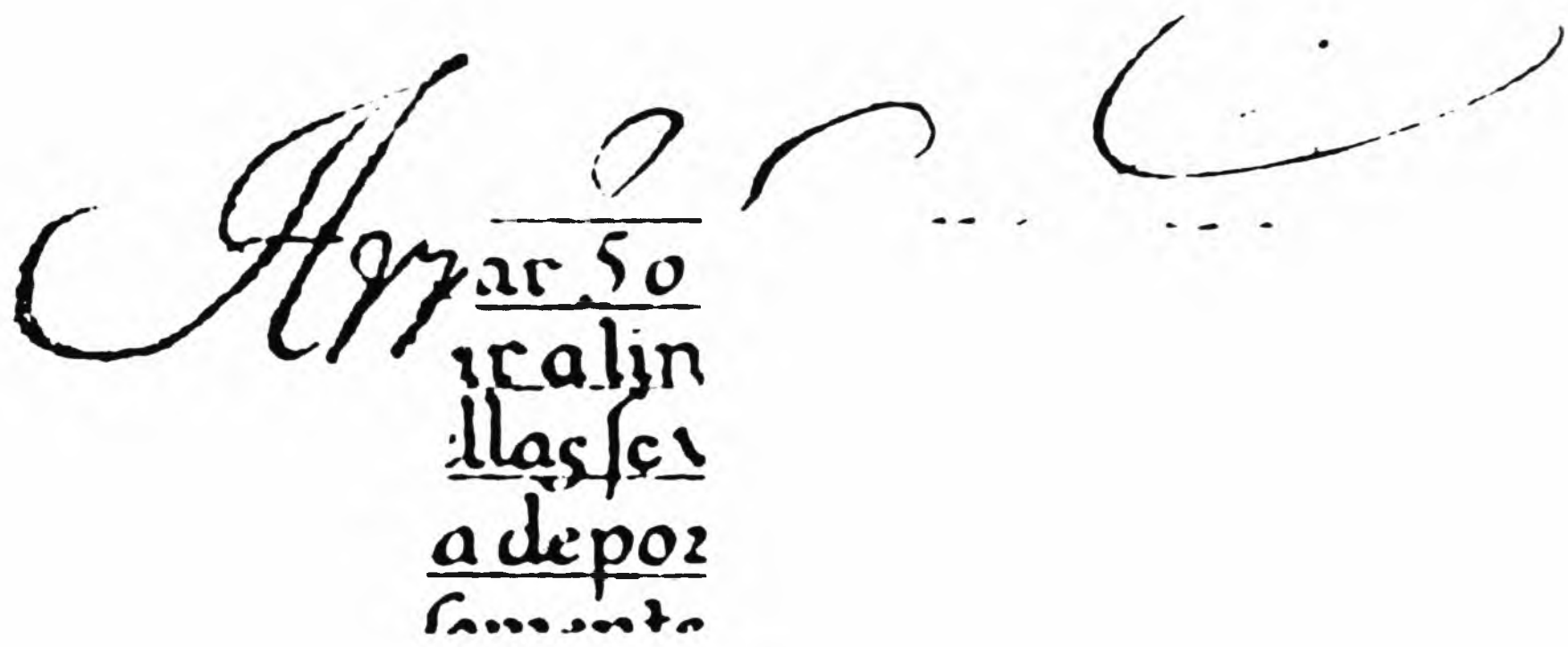
Temos uma bagagem invejável acumulada, em nossa biblioteca, de teses e dissertações. O exame sistemático dessa produção é uma tarefa que se esboça e ao mesmo tempo se formaliza neste número, com alguns artigos de balanço. Bagagem feita com método e criatividade. E com a própria vida, pois também se constituiu de trechos da experiência de centenas de profissionais do ensino e da pesquisa, do projeto e da gestão pública, atraídos de muitas distâncias do território.

De início pretendíamos muito mais. Mas a tarefa de levantamento e avaliação só pode realmente ser efetivada por meio de projetos regulares de pesquisa. Será bem-vinda somatória de esforços nesse sentido, mutirão gratificante, pois neste pós-graduado formou-se muito do conhecimento da realidade arquitetônica e urbanística do país, não faltando o respaldo de comparações com experiências significativas do exterior.

O percurso pelo desenho do Brasil recorre necessariamente à historia. Da colônia à atualidade. Assimilando a teoria e permitindo compreender o ambiente humano em suas mudanças e permanências. Com o deciframento dos sentidos das formas. Com a identificação de tecnologias de ordenamento do espaço, de domesticação não desvastadora da natureza. Revelando o projeto entre a ética e a estética. Recuperando a utopia urbana. Reivindicando o habitar decente. E muito mais. Estas preocupações estão neste número especial.

Ao fazê-lo, nosso intuito não foi vaidosamente valorizar nosso reduto acadêmico. Quisemos reafirmar a razão de ser de nosso curso, a obrigação de colocar engenho e arte a favor da sociedade brasileira. E procuramos mostrar que para isso é preciso conhecê-la em múltiplas escalas. Reafirmando essas causas, quisemos, talvez, deixar no papel uma forma de agradecimento e promessa.

Maria Irene Szmrecsanyi
Comissão Editorial



2 | PÓS-GRADuAÇÃO DA FAuuSP RetROSPeCTIVAS e PROSPeCTIVAS (DePOIMeNTOS)

Entrevistadores

MARIA IRENE DE Q.F. SZMRECSANYI
Cientista social, doutora em sociologia. Professora de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, orientadora na PG, representante do AUH na CPG da FAUUSP, coordenadora do convênio para o mestrado interinstitucional FAUUSP Universidade Estadual de Londrina. Autora de *Educação e fecundidade: ideologia, teoria e método na sociologia da reprodução humana* (Hucitec, 1986), Rio e São Paulo: Raízes da substituição da metrópole nacional (*Revista USP* n. 17 1993), Catálogo da Exposição Cidades Jardins: A busca do equilíbrio social e ambiental, 1888-1998 (Fundação Bienal de São Paulo - FAUUSP, 1997). Diretora da coleção Arte e Vida Urbana, Editora Hucitec (desde 1993). Editora chefe da Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

JORGE HAJIME OSEKI

Arquiteto e urbanista, doutor em arquitetura, professor de Tecnologia da Arquitetura, orientador na PG, representante do AUT e vice-presidente da CPG da FAUUSP. Autor de O Único e o homogêneo na produção do espaço, in: José de Souza Martins (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* (Hucitec, 1992) e do vídeo *As margens do Rio* (NAPPLAC, FAUUSP, 1993). Membro da comissão editorial da revista Pós.

WILSON EDSON JORGE

Arquiteto e urbanista, professor livre-docente de Planejamento Urbano e Regional e representante do AUP na CPG da FAUUSP Entre seus projetos destaca coordenação de plano para a região Tietê-Paraná e casas de detenção para o sistema penitenciário para o Estado de São Paulo (2000). Co-autor de *Hotel: Planejamento e projeto* (Senac, 2000). Membro da comissão editorial da revista Pós.

n eSTOR GOuLART ReIS



Arquiteto, urbanista e cientista social. Catedrático de Evolução Urbana, fundador do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação – LAP, orientador na PG, pesquisador decano, foi chefe do AUH e diretor da FAUUSP. Foi presidente da Empresa Municipal de Urbanização – Emurb (1979). Autor de *Evolução urbana no Brasil, 1500-1520* (Pioneira, 1970), *Quadro da arquitetura no Brasil* (Perspectiva, 1975), *Aspectos da história da engenharia civil em São Paulo* (Kosmos, 1991), *Racionalismo e protomodernismo na obra de Victor Dubrugras* (Fundação Bienal de São Paulo, 1997), *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial* (Edusp, 2000) e alguns cadernos do *LAP*.

Maria Irene: O objetivo geral é fazer um balanço, uma retrospectiva do que foi o nosso curso de pós-graduação e discutir qual seria o projeto para o seu futuro. Você pode desenvolver esses problemas à medida que quiser. Pensei em três questões mais gerais; queria que você trabalhasse o seu conceito de arquitetura e, a partir desse conceito, analisar a relação entre arquitetura e sociedade para aí chegar ao que se espera do ensino de pós-graduação numa sociedade como a brasileira.

Nestor Goulart Reis: Arquitetura ou urbanização? Que escala do espaço?

MI: Claro que envolvendo o problema da cidade. Pois para mim este, principalmente, é o problema. Quando eu penso o edifício eu já o penso inserido no contexto. Se você acha que há distinção, vale a pena colocar.

NGR: Eu acho que há distinção clara. Esta é a primeira questão; acho importante fazer distinção, porque o projeto na graduação não é suficiente, para que ela fique clara. O projeto de edifício estabelece-se a partir de uma relação entre duas pessoas ou entre o arquiteto e uma instituição, mas o projeto urbanístico tem necessariamente uma dimensão política. Compreender isto faz parte da área do planejamento urbano na sua dimensão política, mas isto foi prejudicado por um viés tecnocrático absolutamente inaceitável. É por isto que existe muito plano diretor que, depois de dizer que está desenvolvendo estudos sociais sobre tudo quanto é direção, sobre tudo quanto é setor, faz um plano viário, de transporte público, ou nem mesmo de transporte público, só para o sistema viário. Exatamente porque não sabem o que é planejamento. Isso se chama engenharia urbana, era o que Prestes Maia fazia a maior parte do tempo e Anhaia Mello[1] tratava na sua dimensão política. Quanto à pós-graduação, nós começamos, por força de uma decisão federal, estabelecendo um novo sistema universitário no país, que nos obrigava a adotar o modelo americano, com cursos de mestrado e doutorado. Nós havíamos feito alguns poucos cursos no regime antigo. Eram cursos de formação geral, no sentido mais do futuro da profissão, e o doutorado era livre para quem se inscrevesse. Havia uma tradição de pós-graduação em outras áreas profissionais, certamente não na nossa. Nunca tinha havido um curso de doutorado na FAU; de mestrado, nem se cogitava.

MI: Existia no país?

NGR: Nem se sabia o que era isto. Então a nossa área – e não só a nossa, como as outras – teve que se organizar para começar. Por outro lado, não tínhamos uma tradição de pesquisa organizada socialmente, na época em que começou a pós. Nós já tínhamos 10 anos de atividade de pesquisa, mas de forma extremamente personalizada. Havia alguns grupos, como o nosso no Departamento de História, que tinham bolsistas, trabalhavam em grupo, mas entre os professores isto não era permanente e, nessa época, os projetos ficavam dependendo muito das pessoas. A FAU tinha poucos professores em período integral, quase nenhum, e poucos professores usando verbas da Fapesp. Nós conseguimos durante uns anos usá-las, mas os recursos do CNPq nunca eram utilizados. Havia bolsa do CNPq para pesquisadores; fiquei sabendo e resolvi apresentar projeto. Como era o último dia ou entregava ou perdia o prazo e teria que esperar mais seis meses, mas a diretoria da FAU nem sequer sabia onde ficava o escritório do CNPq, que nessa época existia no centro de São Paulo. Hoje há bastante gente aqui com pesquisa.

Jorge Oseki: A gente está de novo num dilema: ou montamos áreas de concentração (quer interdepartamentais, quer não) que venham da própria articulação dos pesquisadores, das áreas de pesquisas que estão se desenvolvendo dentro da faculdade – e isto estou chamando o modelo "Goulart Reis" – ou seguimos o modelo dos departamentos, a pesquisa que os departamentos definem. Quando eu entrei para o mestrado, sob sua gestão, você montou grupos de pesquisa – construção, habitação, planejamento urbano e territorial, restauro – que não existiam nos departamentos; eram grupos de pessoas, alguns até de fora da faculdade. E foi uma turma muito fértil. Entraram especialistas em outras áreas, trabalhando

com a gente, pessoal do Cedip/Cebrap de demografia, o Décio Pignatari[2] a Maria Adélia de Souza[3] formaram esses núcleos que não eram exatamente ligados à estrutura departamental e começaram a fazer pesquisa, que subsidiaria a pós-graduação. Passado certo tempo, sumiu isto. Não estou falando que um está certo e outro está errado. Um modelo tenta ficar mais de acordo com as pesquisas do departamento e um outro modelo tenta ficar mais de acordo com o que, efetivamente, existe nas articulações dos professores. Eu não estou pleiteando nenhum dos dois modelos... O segundo modelo, que ficou vinculado aos departamentos, eu chamaria de modelo "Grinover" que quis que as pesquisas ficassem vinculadas aos grupos de disciplinas. São esses dois modelos que a gente está estudando na CPG, qual é mais interessante. Não é à revelia dos departamentos, nem é totalmente colado a eles. Como é que você vê isso? Qual o modelo que você acha mais interessante e por quê? A parte administrativa é de departamentos; quem cuida, quem contrata, quem organiza os cursos são as secretarias dos departamentos. Então como é que vai se fazer com esses grupos interdepartamentais?

NGR: Nós temos que responder às necessidades da sociedade, mas isto não pode, em hipótese alguma, impedir-nos de desenvolver trabalhos mais teóricos, mais acadêmicos, porque eles são igualmente necessários. São duas vertentes. Quando nós montamos o pós-graduado aqui, estávamos tentando responder às principais demandas da sociedade, para tornar a FAU uma instituição forte do ponto de vista da pesquisa e para captar recursos. A sociedade não dá dinheiro significativo para projetos que não respondam às necessidades dela. Mesmo respondendo já é difícil, porque é preciso fazer as pessoas entenderem a utilidade desses projetos. Se você se coloca num plano puramente acadêmico, vai contar com a "raspa de tacho" de dinheiro de pesquisa. Eu me conformo muitas vezes em fazer isto, porque se quero fazer um trabalho de ordem determinada, é o que posso fazer. Mas eu repito: nós temos que trabalhar com os dois modelos e entender para que eles servem. Não dá para esquecer isso. Então, desenvolver a área de habitação de interesse social na faculdade é fundamental; as pessoas que fazem pós-graduação em habitação devem fazer, na escola de arquitetura, projetos de conjuntos habitacionais. Não podem não fazer. Isso provavelmente vai levar o pessoal de conforto ambiental e de paisagismo, a trabalhar junto. A essa altura, o modelo institucional mais conveniente já não é o dos núcleos, pois vale mais criar um laboratório. Trata-se de um núcleo que a Reitoria cria, porque permite que você tenha um conjunto de equipamentos, de serviços e verbas, que são interdepartamentais e que são interinstitutos. Então é imprudente...

JO: Mas acontece que os departamentos são autônomos.

NGR: Sim, estou de acordo, eles são autônomos, então para isso temos os laboratórios. É possível basear uma parte grande, teórica, dos cursos de pós-graduação nos laboratórios. É um caminho: a partir dos laboratórios, certos programas são multissetoriais. Eu acho que o caminho é por aí. Eu acho que nós temos que seguir os dois caminhos. Primeiro não podemos impedir os departamentos de fazer um trabalho teórico, que pode, eventualmente, ser um absurdo, mas é parte essencial do trabalho do departamento. Nós temos que fazer de certa forma esse tipo de trabalho, isto é, trabalho de laboratório, e acho que a pós-graduação deve se organizar a partir dos laboratórios nesse sentido e em outros. Quer dizer, todo o tema que ultrapassar os limites de um departamento deve ser desenvolvido em núcleos. Eventualmente, nós teremos mais de um núcleo tratando de habitação popular, por exemplo, porque as inserções podem ser diferentes. Na Faculdade de Medicina, em certas áreas, há uma, duas, três clínicas, porque interessa desdobrar, até por problemas de personalidade. Acho que isto é inteligente: cada um desenvolve o seu programa. Mas é preciso criar condições favoráveis para cada um desenvolver seu projeto. Os modelos institucionais já criados traduzem a experiência de

escolas que têm mais de 100 anos, aqui e no mundo, que têm séculos de existência. Nós temos que olhar muito o que os outros estão fazendo porque os recursos que existem, as verbas e os modelos institucionais estão baseados nessas escolas que já têm essa tradição. Se nós quisermos reinventar a roda, nós vamos bater na porta errada e sempre vamos abrir a porta errada e a janela errada ou vamos querer entrar pela janela e vamos ser barrados... Nós temos que usar muito do que os outros usam e ao mesmo tempo tentar adequar isso para as nossas finalidades.

MI: Nesse sentido há um ponto que acho que não está claro. Essa organização da pesquisa, como é que se refletiria nas aulas de pós-graduação, nos cursos propriamente ditos?

NGR: Nas outras escolas e mesmo em núcleos da área de planejamento urbano, são pequenos grupos de pesquisa. Pelo país afora, em todas as universidades, os cursos de pós-graduação são montados com base em pequenos núcleos de pesquisa, porque são grupos que realmente se dedicam a isso permanentemente. E são eles que administram os núcleos para sobreviverem, contam com as bolsas da graduação e a da pós-graduação para sobreviver, contam com os núcleos. Eles são uma coisa só. Então, nesses núcleos o aluno de terceiro, quarto, quinto ano vai tendo as suas bolsas, passa por treinamento preparatório, depois vai tender a fazer o seu mestrado e doutorado a partir dessa iniciação. Isso forma grupos, como as clínicas na Faculdade de Medicina. Então, há uma certa continuidade.

MI: Essa continuidade me preocupa aqui na FAU, porque, como você mesmo colocou, o número de professores de tempo integral ainda é pequeno, principalmente em certas áreas como projeto e, realmente, a abertura de novos cursos pode significar cursos muito precários em termos da sua sustentabilidade através do tempo... Se o meu pressuposto está correto – um professor em tempo parcial dificilmente pode sustentar um núcleo de pesquisa, um grupo, um laboratório, ou o que quer que seja, e se a escola se fundamenta no projeto, como é que resolvemos a questão central da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo?

NGR: Os médicos sabem por longa experiência, que quando eles trabalham de manhã nos hospitais universitários, eles não só se envolvem em pesquisa como também fazem nome, que lhes garantem clínicas particulares em outros horários. Não dá para separar uma coisa da outra. Todo mundo sabe que o médico jovem luta para trabalhar no Hospital das Clínicas, no Hospital dos Servidores, onde não ganha ou ganha muito pouco, porque ele consegue prestígio profissional, porque ele consegue montar seu consultório, sua clientela, porque ele está em contato com o público. Mas no nosso caso, os arquitetos, professores da FAU, tenderam por alguns anos a se concentrar mais nos seus escritórios e a esquecer o papel político que a universidade representa. Imaginaram que só com o Instituto dos Arquitetos esse papel seria desempenhado. É fundamental que os professores da área de projeto da FAU, com seus bolsistas, montem laboratórios, desenvolvam projetos temáticos, projetos-padrão dentro da faculdade para todas as áreas profissionais possíveis. Quando eles trabalham de manhã no plano institucional, eles têm acesso a todas as áreas porque representam a universidade. Por exemplo, projetos de construção escolar, políticas habitacionais e hospitais, e assim por diante. Mesmo para os que têm escritório particular, importa a presença na universidade; o prestígio institucional é fundamental e isso interessa também à universidade que tem que responder à sociedade com modelos de setores ativos. Isso é bom para as duas partes. A Politécnica tem feito isso nas áreas de barragens, hidráulica, e muitos que trabalham em tempo integral, hoje podem ser consultores e ganham bom dinheiro com isto. A Economia também.

Agora, nós não devemos esquecer que quando foram montados os cursos de pós-graduação da Poli, a área de mecânica dos solos e fundações, que tinha um dos profissionais de maior prestígio de toda a América Latina – eu não vou citar nomes porque isso é desagradável – teve notas baixas na

avaliação da Capes, porque os professores estavam tão absorvidos pelo mercado que não conseguiram fazer funcionar adequadamente a sua área. O que aconteceu especificamente, não se sabe até hoje, mas o que era inegável é que eles tinham profissionais de altíssimo nível trabalhando lá, e estavam tão absorvidos, que não se dedicaram de modo adequado e levaram vários "puxões de orelha" dos avaliadores. Eu não sei depois qual foi a reação, mas isso pode existir. Inclusive, num caso como esse, um dos professores foi meu professor. Era um homem formado em Harvard ou MIT, de altíssimo nível de especialização, consultor do metrô, de barragens, que a Cesp chamava quando tinha problemas muito graves; um homem do mais alto nível de qualificação internacional, e o grupo de disciplinas dele teve dificuldade em fazer o curso de pós-graduação com eficiência acadêmica equivalente à eficiência do escritório. Em geral, o que acontece é que, quando um programa desse amadurece, os professores mais jovens, que estão no início da carreira, trabalhando em tempo integral, gerenciam o projeto e por meio de consultorias e procedimentos desse tipo conseguem participar dos trabalhos de seus líderes e os líderes acabam por trabalhar em tempo parcial lá fora.

É o drama da Escola de Aplicação, que nós temos que enfrentar. Não podemos esconder embaixo do tapete e nem querer que nossos colegas não trabalhem aqui em condições de igualdade conosco. Pelo contrário, acho que o prestígio da faculdade depende da presença forte desses setores. Todos nós lamentamos a ausência, a carência de uma presença maior desses professores. Agora, temos que ajudá-los, pois eles não têm experiência de pesquisa, não têm experiência de prestação de serviços da universidade para fora, não sabem onde buscar recursos, não sabem montar... As novas gerações que já fazem pós-graduação e já sabem buscar projetos de pesquisa, provavelmente vão acelerar esse projeto, mas se nós quisermos ter bons resultados, deveremos ajudá-los. Quando acontece um problema numa escola profissionalizante como a nossa, todos são atingidos. E têm havido algumas confusões em escolas com programas de aplicação desse gênero. Casos da USP que vão para os jornais ... isto dá uma imagem desagradabilíssima, mas nem por isso a Faculdade de Medicina, a Poli e a FEA, deixam de ser centros fundamentais para o governo do estado, para a população do estado. Nós temos que ocupar um espaço na sociedade. Uma hipótese é criar institutos de aplicação, como o IPT para a habitação, para o planejamento...

MI: Mas a FAU já tentou isso com o Centro Profissional em Planejamento – CPEU, ainda na década de 60. O que ocorreu de lá para cá? Ainda há outra questão: isso não estaria nos aproximando daquele modelo proposto pelo Rodrigo Lefèvre, há muito tempo, de se fazer um escritório, um acompanhamento prático das aulas e que acabou sendo boicotado por vários professores?

NGR: O CPEU, atendendo à carência de recursos das prefeituras, estava contratando planos diretores para os municípios a custos mais reduzidos que os do mercado. Aí a coisa é complicada e eu estou convencido de que para fazer trabalhos acadêmicos em situações desse tipo, temos que ter regimes diferentes, inclusive tempos de trabalho diferentes, por causa da participação dos bolsistas, dos alunos de graduação. Nós não podemos nos iludir, podemos pedir à Cohab, ao CDHU, que nos encomendem dois ou três projetos habitacionais, mas eles serão em regime de funcionamento diferente, específicos, temporários: os nossos tempos são mais demorados... a duração dos trabalhos tende a ser maior porque os trabalhos devem apresentar características de tese, ainda que depois sejam executados e a gente fiscalize. Não podemos caracterizar isso como competição com o mercado; pelo contrário, temos que caracterizar como contribuição para a consolidação no mercado. Eu estava no Conselho Universitário quando se fez a reforma do Estatuto. Eu propus que se voltasse com o IPT para a USP, só que com uma outra característica, porque ele foi da Escola Politécnica, e um governador com a intenção de torná-lo operacional o retirou da USP. Isso é um erro, pois a

prestação de serviços regular depende de profissionais contratados para isso, mas os projetos de pesquisas são mais viáveis se eles têm bolsistas de pós-graduação. Em todos os países do mundo os institutos de pesquisa contam com bolsistas porque o pagamento mais importante é o conhecimento e aí é que as pessoas se colocam bem para a vida profissional. Esses institutos são centros de formação de quadros e de desenvolvimento de grandes projetos de pesquisa, de projetos mais ambiciosos e de longa duração. Em todos os países adiantados do mundo é assim que se faz; as áreas de aplicação precisam disso. Naquela ocasião, as reuniões do Conselho Universitário eram à tarde. De manhã, nas terças-feiras, reuníamos todos os interessados e houve uma aceitação muito grande da idéia de se criar um instituto de pesquisa tecnológica na USP, o que poderia significar a volta do IPT à USP Mas isso significava uma decisão estatutária de se criar um instituto não só da Poli e das áreas tecnológicas, pois os tecnólogos queriam advogados, economistas, queriam áreas de ciências humanas dentro do instituto, respondendo especificamente pela área de prestação de serviços. Por exemplo, no caso de Letras, sempre precisam de traduções e versões extremamente ágeis, porque um instituto desse hoje precisa ser bilíngüe ou trilíngüe, senão não funciona bem, tem que estar permanentemente ligado à escala mundial em várias línguas. Eu fiquei extremamente satisfeito porque a idéia foi acolhida, inclusive no sentido de trazer as ciências humanas para dentro desses institutos, que estaria competindo com o instituto criado na Unicamp, que é uma universidade mais recente e, nesse sentido, mais moderna.

MI: Esse projeto avançou?

NGR: Foi para o conselho, já era outro o reitor e no dia que estava sendo votado eu estava doente, não pude estar presente. Perdemos por um voto – por um voto! Talvez porque eu estivesse ausente. Eu não estava lá para defender o projeto, mas eu tive um apoio muito grande dos colegas e dos institutos... É claro que algumas áreas tradicionais também sentem que devem comprar a briga, mas nós podíamos comprar essa briga e ela foi muito bem recebida no conselho.

MI: Como é que era pensada a articulação entre a teoria e a pesquisa aplicada?

NGR: Hoje já temos 10 laboratórios na FAU. Quando criei o primeiro, o LAP, foi um Deus nos acuda... Todo mundo queria examinar onde estava escondido o truque, porque parecia uma coisa fora do comum e, simplesmente, nós percebemos como o Estatuto previa que deveria ser organizada a pesquisa na USP e usamos o recurso. E isso abria o caminho para a pesquisa coletiva, para ter mais gente participando ao mesmo tempo; isso foi muito positivo. Nessa ocasião começaram a ser criados os outros. Mas alguns centros foram criados, na verdade, junto à Reitoria... O Estatuto previa isso: deveriam ser interdepartamentais ou interinstitutos.

MI: Na verdade, não são pequenos feudos? E assim também os laboratórios?

NGR: Pode ser que um laboratório torne-se um feudo, porque ele está proposto como uma unidade dentro do departamento. Mas o núcleo não deveria ser, porque ele deveria ser interdepartamental e interinstitutos. Criaram alguns centros com gente só de um instituto ou de um departamento, eu contestei no conselho. Como nessa época meu acesso à Reitoria era pequeno, as pessoas fingiam que não ouviam os meus discursos no Conselho de Cultura e Extensão sobre o assunto, mas eu protestei. Eu acho que não tem sentido criar um núcleo dentro de um único departamento; é mais lógico criar um laboratório, mas os núcleos já são uma lição do caminho para se criarem órgãos interdepartamentais, que podem envolver gente de mais de um laboratório. Se nós recebemos verbas específicas para os projetos, depois que os equipamentos são adquiridos ou conseguimos telefones, coisas assim, a quem pertencem? Elas pertencem a algum órgão, não às pessoas: ao laboratório dentro do departamento ou ao núcleo que congrega essas pessoas numa finalidade específica. No caso de seu fechamento passam para a instituição.

Agora, tanto em nível federal, como e sobretudo na Fapesp, já há alguns anos se começou a executar a

implantação de projetos um pouco mais amplos, com maior duração, maior amplitude, e, se possível, com maior número de pessoas responsáveis. Nós já temos os projetos temáticos e nós temos hoje uma série de áreas de alta qualificação, de excelência, ou áreas com projetos na escala de 1 milhão de dólares ou mais, para atuarem na escala de 5 a 10 anos. Está se percebendo que temas mais complexos exigem investimentos maiores e também julgamentos mais severos, mais complexos, mais controle... Essas coisas estão sendo criadas pelos órgãos de pesquisa, portanto isso não é mistério. Tem gente da FAU participando disso, neste departamento, com resultados positivos e com o prestígio decorrente. Portanto, não há razão para nós não termos mais projetos temáticos e mais áreas de excelência com participação de gente da FAU ou de iniciativa de gente da FAU. Eu acho que esse é o caminho lógico. É o que existe em outros países e é o que está sendo implantado pelas áreas que lideram o desenvolvimento científico e tecnológico. Nós não temos muito a inovar nesse sentido. Temos que nos guiar pelos modelos e usá-los bem, coisa que nós apenas começamos a fazer. Mas eu acho que, considerando o tempo percorrido, amadurecemos de modo relativamente rápido. Em duas gerações houve um amadurecimento da pesquisa: quando eu pedi tempo integral como professor da FAU, eu recebi uma modesta salinha num corredor.

MI: Eu lembro, tempos depois, você ainda como o único professor em tempo integral. Em termos do ensino, como é que toda essa política poderia redefinir nossas disciplinas e a nossa organização das disciplinas?

NGR: Eu penso que cada grupo de disciplinas ou cada área deva responder por um encadeamento completo de disciplinas, de maneira que se um indivíduo vem para se formar com um professor de História da Arquitetura, ele possa ter uma formação sistemática pelas disciplinas que são oferecidas.

MI: Complementando a questão, o ensino de História da Arquitetura poderia ser feito de forma interdepartamental, ou pelo menos, professores de outros departamentos poderiam orientar História da Arquitetura?

NGR: Eu acho que existem muitas especificidades na área de História da Arquitetura. Mas para que os professores de outros grupos de disciplinas possam dar aula na nossa área, devem discutir o assunto com cuidado; e vice-versa. Estou pensando, por exemplo, no caso do paisagismo: eles podem oferecer uma disciplina, a História do Paisagismo, no departamento deles e que seja recomendável para o nosso eixo do Departamento de História da Arquitetura e Urbanismo. Existe uma certa especialização na história, por exemplo, do desenho industrial. Orientar na formação da história eu acho um pouco mais complicado porque exige um método e o método, a princípio, é de responsabilidade daquela área. Quem não tenha feito um bom trabalho de método na nossa área comete enganos sempre mais ou menos elementares. As pessoas repetem hoje erros do começo do século 20, já quase um século depois. Um erro de quase 10 anos é grave em termos de método. Por exemplo, o planejamento urbano, quase todo é realizado no Brasil com base em estudos setoriais, na soma de estudos setoriais. Isso é o mesmo em termos de ciências humanas que a teoria dos fatores, que é uma teoria carente de visão de conjunto. É por isso que as pessoas fazem planos diretores, escrevem e desenham dezenas ou centenas de páginas, sobre todos os setores e depois não têm proposta nenhuma de conjunto, o que seria a conseqüência, a diretriz geral, e propõem mudanças de sistema viário. Porque no fundo eles estão fazendo engenharia, não estão fazendo planejamento urbano. Então, acho que essa formação metodológica precisa ser aprofundada. Mas eu penso outra coisa: que uma disciplina de História do Paisagismo, eventualmente, pode ser dada por um professor de um departamento e de outro; História da Arquitetura, idem. Eu acho que essa participação de professores de mais de um departamento, existe, por exemplo na História do Desenvolvimento da Construção Civil do Estado. Eu teria prazer em dar aula junto com o professor Jorge Oseki, por exemplo, que desenvolveu estudos desse

tipo. E eu venho, há mais de 15 anos, desenvolvendo estudos sobre isso. E essas disciplinas ficarão mais ricas se tiverem professores de mais de um departamento ou grupo de disciplinas. Agora, ela pode servir para tecnologia, pode servir para história, formação histórica. Já para projeto, ela é mais inadequada. Restauro tende a ser um setor específico no Departamento de História, mas isso não quer dizer que não haja gente no Departamento de Projeto capaz de participar. Nós temos vários colegas premiados em projeto que poderiam participar. Temos professores da área de História da Arquitetura que são premiados por projetos de arquitetura. Poderiam perfeitamente ser professores de projeto. Às vezes há até alguns planos de roubar professores de um departamento para o outro, o que é perfeitamente legítimo. E houve uma época em que o Abrahão Sanovicz[4] e eu tínhamos mania de estabelecer o sistema de estágio de seis meses ou um ano, de um semestre ou dois, de um professor em outro departamento. Ele queria muito passar seis meses aqui conosco neste departamento. Eu acho que essas flexibilidades não podem ser ignoradas.

MI: O que está faltando aqui para que essas coisas fossem assumidas? Falta uma visão, falta uma liderança ou falta uma capacidade de trabalhar em conjunto?

NGR: Falta uma capacidade operacional de organizar um modelo e implantá-lo. Os arquitetos têm esse hábito de continuar discutindo *ad infinitum*. Todo cliente sabe que se não marcar prazo, o arquiteto não entrega o projeto, ele sempre quer aperfeiçoar o projeto. E os nossos livros são assim. Há colegas, por exemplo, que nem são arquitetos, mas ficam trabalhando as suas pesquisas do doutorado infinitamente; no caso da livre-docência mais ainda. É por isso, inclusive, que se desenvolvem muitos estudos aqui e eles não são publicados. Sabe o que está acontecendo? Eu me impressionava na SBPC, nas reuniões anuais, que os outros institutos, ou as outras áreas profissionais, organizavam encontros para os seus alunos. Os alunos eram levados a apresentar trabalhos de engenharia, sociologia, antropologia. De arquitetura, não. Bem, o que está acontecendo, é que hoje nós temos um número de candidatos a mestrado tão grande, que se o aluno chegar com dois ou três trabalhos publicados, ele pode conseguir uma vantagem e ser mais cedo admitido na pós-graduação. Então, depois de algumas dificuldades, estou empenhado em obrigar os meus pupilos a transformar em produto tudo o que eles estão fazendo. Do ponto de vista da produtividade cultural e científica isso é fundamental. Tudo que se faz tem que ser transformado em produto, tem que ser socializado. Mas nós não temos essa tradição, nós somos muito folgados. Os nossos colegas professores de Projeto fazem projetos o ano inteiro e não publicam nem nas revistas de arquitetura. Então, se os parafusos forem apertados, nós vamos organizar uma verdadeira linha de produção, de modo que todo trabalho não seja dispersivo, que as pesquisas de pós-graduação e de graduação estejam mais integradas, e a extensão também, de forma que o tempo todo estejamos tirando produtos.

MI: Eu queria dizer que na verdade muito dessa produção já está saindo, os parafusos já começaram a ser apertados. Uma dificuldade em obtê-los é que nossa produção da pós-graduação vai aparecer como produto de outras escolas, porque nós formamos todos os doutores do Brasil. Esses doutores estão nos seminários apresentando seus trabalhos que nós orientamos e a nossa produção não comparece como a produção da FAU, simplesmente porque não é classificada aqui como tal. Bom. Quer dizer, existe um enorme serviço burocrático também atrás disso, que é quase impossível uma secretaria de pós-graduação dar conta. Aqui, especificamente, exige-se de um chefe de departamento, de um chefe de pós-graduação, um trabalho de administração que lhe toma todo tempo. Quer dizer, existem vários entraves a um funcionamento adequado.

NGR: Hoje, a comissão está consciente disso. Eu protestava há alguns anos que nós temos 700 alunos na pós-graduação e só 4 ou 5 funcionários, ao passo que todos os outros setores da FAU funcionam aqui na Cidade Universitária. A pós-graduação é da faculdade mas é muito comum lá se

dizer a "FAU Nova" ou aqui se referirem à rua Maranhão como uma coisa estranha. E houve administrações aqui em que a Assistência Acadêmica e a Administrativa nunca iam à rua Maranhão. E passavam os trabalhos administrativos e acadêmicos para a Coordenação da Comissão de Pós-Graduação. É um absurdo o professor, coordenador da pós-graduação, ter que cuidar da limpeza dos banheiros na Rua Maranhão. Numa ocasião eu disse a uma colega nossa: você pega a chave, fecha o prédio, vem no dia da Congregação, joga a chave em cima da mesa e diz: assumam a faculdade. A pós-graduação é da FAU. Felizmente hoje há essa consciência. Ela tem que ser organizada. Se ela for mais descentralizada, nós vamos usar mais as estruturas dos departamentos e certas coisas que ficam distantes vão ser resolvidas no cotidiano, nos departamentos. Isso vai simplificar muito, porque em outras escolas a comissão tem funções de coordenação geral; ninguém empurra serviço extra para a CPG. É muito complicado registrar diplomas, certificados, controlar o desenvolvimento de todos esses programas, divulgar em escala nacional, providenciar as publicações. Acho que isso é a especificidade inegável da comissão. Isso está sendo mal desenvolvido porque a comissão está tendo que fazer aquilo que não é dela. Nós precisamos não perseguir a comissão. Nós temos que ajudá-la a descentralizar, para viabilizar. Acredito que essa reforma que está sendo pensada agora deve nos abrir uma perspectiva. Claro que nós vamos errar ao fazer isso. Mas nós erramos em tudo que nós fazemos. Nós aqui estamos numa escola de se fazer, na atividade experimental. A construção civil é experimental. Toda obra quando chega ao fim tem algum erro; a gente tem que refazer. Vamos por tentativa e erro; a clínica progride assim, não é? Ela nunca termina. Então não há nada de espantar que a gente cometa erros. Mas que o novo modelo é mais adequado para administrar a pós e para captar recursos, desenvolver pesquisa, extensão e ensino, eu acho inegável. É por isso que os outros estão usando isso. Eu acho que nós vamos melhorar, estou otimista com o empenho das pessoas hoje em seu esforço para aperfeiçoar. Mas precisamos também publicar os trabalhos que são feitos, muitos excelentes trabalhos na pós-graduação, no mestrado e no doutorado, que ficam aí esquecidos nas gavetas, inclusive TGIs[5] que precisam ser valorizados. Muitas faculdades de arquitetura têm boas revistas. Eu acho que esta questão vocês teriam que discutir com o Minoru[6] para justificar perante a Fapesp. Nesses projetos de infra-estrutura técnica, a FAU pediu uma impressora de alto nível em cores, outra além da que nós temos. E foi negada porque não foi justificada em termos da pesquisa. Se nós organizarmos a produção da pós-graduação, que é pesquisa, e mostrarmos a importância disso numa escola de arquitetura, certamente nós vamos obter os meios para produzir aqui, com facilidade, revistas para publicar projetos, para publicar esses trabalhos, publicar séries de teses, etc., sem o quê nós não podemos conversar com as outras escolas daqui e do exterior. Acho isso fundamental para prestigiar esse trabalho. Acabam sendo publicados lá fora, mas foram feitos aqui, com o nosso sacrifício também. A gente sabe como é isso. Não existe tese sem sacrifício.

MI: Bom, você quer acrescentar ainda alguma coisa?

NGR: O que eu acho importante nesse diálogo é que vocês estão tomando a iniciativa de registrar este diálogo. E aí, as posições e as opiniões ficam mais claras e ficam registradas. Quando a gente discute nos departamentos e Congregação não se registra e as posições se confundem. A vantagem de fazer o trabalho que vocês estão fazendo é que as posições ficam mais claras e o plano de responsabilidade também. Se amanhã fizerem o que eu estou dizendo e der tudo errado, vocês vão poder saber quem são os responsáveis.

(1) ANHAIA MELLO, Luís Inácio – Urbanista, fundador da FAUUSP.
(2) PIGNATARI, Décio – professor de
(3) SOUZA, Maria Adélia de Souza – Geógrafa, foi professora da FAUUSP até a década de 80, depois do Departamento de Geografia da FFLCHUSP. Atualmente trabalha na Unicamp. Foi secretária de planejamento do governo Paulo Egydio no estado de São Paulo.
(4) SANOVICZ, Abrahão – Professor de Projeto de Edifícios no Departamento do Projeto da FAUUSP falecido em 1999.
(5) Trabalho de Graduação Interdepartamental, atualmente TFGs – Trabalho Final de Graduação.
(6) NARUTO, Minoru – Professor do Departamento de Projeto e coordenador do Laboratório de Programação Gráfica da FAUUSP.

PAULO MENDES DA ROCHA



Arquiteto e urbanista várias vezes laureado. Afastado compulsoriamente em 1969, retornou à FAUUSP em 1985. Professor titular por notório saber, aposentado por idade, de Projeto de Edificações da FAUUSP. Destaca entre suas obras Loja Forma (1987), Museu Brasileiro da Escultura (1988), Terminal do Parque Dom Pedro II (1996), Reforma da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1998), todos na cidade de São Paulo.

Wilson Jorge: Qual a relação arquitetura e pós-graduação?
Maria Irene: Quais são os caminhos?
Paulo Mendes: Na minha opinião, a essência do dilema – porque há um dilema com a arquitetura – é a sua aplicação prática no mercado que aí está e sua visão histórica como forma de conhecimento com relação àquilo que poderíamos chamar problemas. No âmbito da cidade todos ameaçam rigorosamente até a própria existência humana, o futuro, etc. Portanto, eu tinha vontade de imaginar como faríamos para, de uma maneira consistente, não ficar com um discurso muito agradável, mas difícil de sustentar, principalmente no plano acadêmico, que é sempre o nosso horizonte numa reunião como a em que estamos. Arquitetura como forma de conhecimento, no *stricto sensu* da palavra, uma experiência dos homens, quanto às suas instalações urbanas, que não querem dizer outra coisa senão o lugar ideal para a sua existência e, principalmente, a sucessão, a continuidade da experiência, que só se faz com a vida. Então, a idéia de gênero humano e a vida de cada um de nós são muito interessantes para se considerar essa questão, para tentar esclarecer o conceito e dar consistência à arquitetura como forma de conhecimento. Ele não é uma forma de aspiração ou uma demanda, ao contrário, é uma inexorável necessidade, porque está ligado à própria idéia de vida, sobrevida e futuro, de sucesso, de sucessão das idéias.
Há um raciocínio muito interessante quanto a isso citado por Argan: a idéia de que a imaginação é técnica pura. O homem só imagina de modo técnico. Estamos convencidos, ou já destinados pelo ponto que chegamos na existência humana, a saber, que a concomitância entre consciência e linguagem é inexorável. Ninguém poder ler o pensamento do outro. Você tem que transformá-lo numa "coisa" para o outro poder ver. Isto se você puder chamar de "coisa" uma música que chega ao ouvido, quer dizer, que você tem que produzir um impulso... é coisa... é vibração! Um poema é uma coisa, a letra é uma coisa. O que seria do "B" sem o "A"?
WJ: Tudo tem suporte material?
PM: Tem que ter ... é há até uma frase de Marx, por que não?: *... a linguagem é a única existência real do pensamento"*
MI: E neste final de século, que parece que as pessoas vivem só o momento presente, desistiu-se das utopias?
PM: Não é verdade! Não é verdade se você conversa com um poeta, um cientista, quem pensa, enfim... Por exemplo, acho que entre nós muita coisa vai mudar, inclusive na área conceitual, o que envolve o próprio significado das palavras. Eu me lembro de um artista, de quem eu não gosto, é melhor não dizer o nome... Ele numa entrevista disse: "*Eu não sou intelectual*" É muito bonito dizer isso, é pedante um artista dizer que não é intelectual... Mas até mesmo o que é a arte popular, a arte erudita, ou os conhecimentos popular ou erudito, são questões cuja tendência, na sua conformação, é confundir ou transformar em mais que revolucionárias ou conservadoras duas concepções, duas formas de pensamento, do que seja erudito e popular. Se você imaginar o Renascimento, como é discutido, por exemplo, por especialistas que estudaram essas coisas... A obra do Rabelais, o elogio que está implícito lá à força da cultura popular para as transformações reais, mostra em que medida ela é popular, revolucionária. É um problema de técnica também. Hoje não existiria mais cultura popular: só cultura, quer dizer, só consciência, linguagem...
MI: E a cultura de massa? A indústria cultural?
PM: Cultura de massa, por que não? Nós sempre vemos a cultura de massa como um tipo de cultura, a nova cultura, que vai massacrar, para usar a palavra, o que não é necessário. Se você imaginar o plano de solidariedade, etc., é o que nós esperamos, não é? Gozo do conhecimento.
MI: Onde se vê solidariedade?
PM: Bem, eu não sou muito moralista, eu não acredito no valor dessas palavras, elas são empregadas com demagogia. Só existe o gênero humano porque ele foi solidário lá pelas tantas... o que é essa questão da consciência da linguagem: você avisa o outro daquilo que você descobre...

Jorge Oseki: Creio que na década de 60, estávamos enxergando melhor as utopias. Não que não haja utopias, mas talvez elas sejam mais difíceis de se perceber. As utopias de hoje e da década de 60 são as mesmas?

PM: Você pode não aceitar certas afirmações correntes hoje em dia. Uma delas é a de que já não se acredita nas utopias. O que estamos é medindo melhor os descalabros. A nossa indignação, por exemplo, em relação à miséria, fome, etc., é o resultado da consciência sobre algo que há muito tempo estava aí. Lembro-me de um desenho que vi num livro, que me impressionou muito e que agora não sei citar. Eram gravuras do último navio negreiro que a Inglaterra nem chegou a produzir, mas já tinha desenhado: gavetas onde ficavam os corpos, corredor onde ficavam as bocas, outros onde saíam os dejetos... Está desenhado! Está registrado. Hoje você faz um navio desse tipo, especializado, e faz um tipo de transporte, em contêiner, muda a geometria do navio... Você fazer um novo navio negreiro!... Nós vivemos o dilema da consciência em outro patamar. Inclusive com uma comunicação eficiente e rápida. A discussão está aí. Nós estamos caminhando ou para um desastre total, ou para um nível de consciência que vai transformar a humanidade definitivamente. Para algo que seja resolvido. Estamos tropeçando muito nos mesmos problemas, outros problemas haverão de surgir. Eu acho que as coisas já mudaram.

WJ: O que acho importante é o rápido processo de mudanças. O tal liberalismo, com toda a sua força, já está em crise. Essas transformações são muito rápidas.

PM: É porque a guerra não acabou: essa última grande guerra, contraposição entre duas ditaduras – nazismo é uma ditadura também do mundo socialista, provocadas uma pela outra e a guerra fria, a Cortina de Ferro, tudo isso, as economias levadas todas para o esforço de guerra... Trata-se de uma guerra já fantástica, guerra nas estrelas e coisa do tipo. Tudo isso são fatos concretos. A história é aquilo que se faz, não é estória. A única possibilidade de conhecimento da história é você dar um balanço nos livros ao mesmo tempo. O resto não vai contar história nenhuma. Nenhuma árvore que sobrasse da extinção do gênero humano ensinaria a ninguém fazer um navio. Não há virtude na madeira, nem na árvore. Só há virtude no desenho do navio. Uma coisa que eu vi discutida em Portugal, muito engraçada, quanto à essa feira dos 500 anos. Havia muitos elogios à madeira, porque madeira... usaram nos edifícios comemorativos, muita madeira... Porque as caravelas, etc... Aí alguém disse lá num debate, uma coisa assim muito bonita: "*mas a madeira não vale nada, o que vale é o navio*" Portugal tinha que ter feito mais pavilhões com navios, os desenhos, as técnicas, etc. Sagres e não as florestas. Fazer um banco de madeira para elogiar as caravelas, isso é uma burrada. Vamos chegar na nossa casa. O caso brasileiro e o caso da FAU dentro da USP são um problema eminentemente de consciência, da magnitude da questão que pensamos. E da possibilidade que se tem (que haveria ou que há eventualmente) de fazer – e isso é o que deveria ser levantado – florescer, clarificar o discurso sobre a arquitetura que saísse dos cânones convencionais e da prática usual do que se vem fazendo. A idéia é enfrentar essa questão do conhecimento no caso da arquitetura. Tentar enfrentar para fazer uma reflexão. Ter coragem de fazer uma reflexão. Ter coragem de estabelecer um plano de conversa em que não se tivesse medo de dizer: estamos na teoria, alguma teoria que pode ser contestada, discutida, etc., sobre a questão. Por onde se tirasse, talvez, da frente, esses empecilhos quanto à dimensão das coisas. Há um momento em que posso falar de território; outro em que possa falar de urbanismo; e um momento em que eu possa falar de uma casinha ou de uma estação rodoviária, ou de um palacete. Para compreendermos que a questão da disposição espacial, da técnica, da mecânica, quanto ao estabelecimento do hábitat, é uma questão eminentemente de arquitetura. Como quem vai começar a reconhecer e tirar o chapéu para Saturnino de Brito e ver Santos como, antes de mais nada, a constituição de um território, a transformação de mangues em território construível, ganhados do mar, portos... e daí surge a arquitetura, não como um subproduto, mas como imanência disso mesmo.

Veneza tem sido o exemplo mais flagrante, digamos assim. Os palácios surgem como o florescimento daquilo que já é fundamental à arquitetura de Veneza, os canais, aquilo tudo... Por um desejo configurado com clareza, também tem essa. Arquitetura não pode ser puro devaneio. Ainda que você possa convocar isso, o seu corpo, enquanto arquiteto, vai impor-se lá pelas tantas. É fruto de um desejo nítido, e essa idéia de nítido é um desejo que pode receber solidariedade, evidentemente de acordo com o andamento da sociedade, etc. Navegação, mercadoria no coração da Europa. O Adriático? É navegável, é capaz de fazer isso. Entretanto, entra em contradição lá em cima, porque torna-se um lamaçal, um mangue. Então, há que construir um território de maneira navegável, etc. etc. Surge, inclusive, uma arquitetura já simbólica, fruto dessa experiência, como que louvando essa experiência.

MI: Isso exige um sujeito histórico?

PM: Estamos condenados a ser um sujeito histórico.

WJ: Nós homens ou nós arquitetos?

MI: Nós temos um desejo de sermos um sujeito histórico pelo que você acabou de dizer. Se não tivermos o desejo de ser sujeitos históricos, nós seremos passivos, com sujeitos poderosos decidindo por nós. Existe sempre diferença, a sociedade não é um bloco único, um homem só. Então, ela se divide. Há certos grupos que constroem um projeto hoje. Quais são esses grupos e qual é esse projeto? Frente a isso é que os demais homens podem se posicionar.

PM: Eu não acho que os arquitetos possam ter projeto algum para salvar o gênero humano. É uma questão do gênero humano que aprendeu a ser arquiteto, entre outros malabarismos. Pode ser marinheiro ou arquiteto. Eu não acredito muito no poder de um grupo. É a experiência que eu comentei e a sociedade lá pelas tantas pode se organizar, e ... quem sabe isso vem para cá...

MI: Os artistas, por exemplo, não dão um exemplo para os demais? Não exercem uma certa liderança? E eles não têm que saber muito claro o que querem? Até para um projeto social?

PM: Eles sempre sabem! É muito difícil um artista fazer algo sem saber o que quer, não consegue! Todo projeto que você faça está condenado a ser social. Você pode fazer um projeto individual. Geralmente quem faz vai para a cadeia, inclusive como assassino, etc. O criminoso é um sujeito que fez um projeto muito individual, que interessa só a ele. Essa mesma sociedade é que tem capacidade e poder de abjurar, condenar ou renegar certos projetos, como é a questão da especulação pura e simplesmente imobiliária na cidade.

Aqui faltou, já podia ter vindo atrás, uma questão quanto à idéia da FAU e do curso, que pretendia uma teoria, não estabelecer uma teoria, mas elaborar um plano teórico, considerar que no plano crítico... É a questão da América, já que temos uma experiência muito particular quanto a tudo isso. Trata-se mais uma vez da inauguração, do conhecimento da época. Portanto, em um território que é como um planeta novo. Diziam-se, por exemplo, que a terra não era uma esfera... Então, a ciência e as aventuras, como hoje, negaram isso. Se os homens não forem até lá, muita coisa fica em dúvida.

WJ: O Manuel Bandeira diz que o povo brasileiro é um português à solta, acho que vê muito bem esse novo deslumbrar, esse novo continente absolutamente apto a ser ocupado.

PM: Sem dúvida, não se pode dizer que a Europa não soube o que fazer com a América. Ao contrário, soube muito bem, mas errou. Fez um projeto errado, errático: a colonização, o extermínio das populações que aqui estavam, etc., a escravatura e tudo isso. Um livro entre outros, que se chama *Continente vazio* tem algo muito bonito.

JO: Lembra um pouco Milton Santos[1]: o Brasil é um país novo, das diferenças que convergem para um futuro quando comparado com a Europa, cujas diferenças têm um passado comum. Acho que é um pouco isso. Vocês estão próximos disso. Mas a clareza, a nitidez do projeto de Veneza, beleza tinha que ter outro critério, não o mercado. Mercado para criar essas sociedades. Quem é a base da solidariedade hoje?

MI: Hoje temos a consciência sobre a natureza?

PM: Nós temos que criar a paz da sobriedade; hoje, há um projeto futuro. Nós estamos entendendo esse

distúrbio, estamos enxergando espacialmente tudo isso no futuro. Eu creio que sim, sabe a partir de onde? É uma coisa difícil, é preciso justificar. É porque são muitos milhões de anos que nós estamos aqui, não vão jogar fora isto por uma questão de consciência, mesmo porque é próprio do gênero humano preservar a vida. O que acontece é que justamente esse ímpeto é também o caldo de cultura das degenerescências. O nazismo não foi outra coisa senão isso, digamos assim, para aquele grupo diante de um pavor horrível, de um desastre ou de uma medida errática do futuro do mundo. A guerra não acabou, nós estamos construindo a paz, não se sabe como fazer a paz, solidariedade mundial. Mas ela está construída na essência de tudo. Eu tenho a impressão, inclusive, que hoje em dia, no sentido da palavra hoje, as coisas deram uma mudada bastante interessante. Basta ver três fatos que são extraordinários: a eleição do primeiro-ministro inglês, Tony Blair, a visita do Clinton à África, quando ele foi com o Mandela visitar a cela deste, e nos mesmos dias, sua mulher, que não foi junto, declarando, nos Estados Unidos, que tudo aquilo que se fazia em torno de Clinton – e inverteu completamente o andamento da questão – era um complô da extrema direita americana. Que fantástico!

Outra coisa para mudar no mundo, porque isso revela uma consciência de que temos que reconsiderar a questão do mundo subético, inclusive na Revolução Russa. Essa paz não está feita ainda, só há um sepultamento como conteúdo da paz étnica, o mundo talvez ainda aprenderá com a gente. Eu acho que sim, porque esse capítulo vai se resolver em outro capítulo, mas o que eu quis dizer na minha aula é que nós estamos num momento de defender, que então nunca haja guerra na América Latina, que sejamos campeões da paz. Antes que ela venha, porque é fácil aos interesses internacionais. Quanto a essa questão da paz, pode-se estabelecer uma crítica fundada nessa questão da mundialização baseada estritamente no comércio. A indústria do mundo inteiro estava dirigida para a guerra e, na verdade, o que está se fazendo é tentar redirecionar esse potencial que era imenso, para um lucro que vem dessa adequação do consumo. Isso vai liquidar com o mundo, com certeza, e a consciência sobre essa possibilidade vai fazer com que se corrija. Eu acho que, durante algum tempo ainda, os países têm que cultivar as suas particularidades quanto ao problema da economia interna e tudo isso. As contas têm que ser dirigidas com mais cuidado em relação ao essencial, nunca ao supérfluo, absolutamente supérfluo, durante algum tempo, já que há fome, indigência ainda para sanar. Pode-se até imaginar como desejar uma sociedade de consumo só do supérfluo, ou só do prazer. Não vejo mal que se imagine isso, um dia possível. Mas, vejo sim, se imaginar as crianças que estão morrendo na África e a dívida, digamos assim, do ponto de vista ético, como a questão histórica da exploração do continente africano, tudo isso. Tudo isso faz com que esse homem não tenha dignidade, nem que continue tentando, explorando, etc. Portanto, nós temos obrigação de amparar todo o gênero humano com comida, ar, habitação, etc. É a demonstração da possibilidade de nossa existência no universo. Uma questão filosófica, ética, moral, sem a qual estaremos na mesma guerra da última guerra: raças, triunfos, privilégios.

WJ: Mas foi isso exatamente que ocorreu pelo menos nas duas últimas décadas.

PM: Ocorreu, e é o que não está dando certo.

JO: Toda a arquitetura construída nesse período e visível nas grandes cidades do mundo é essa.

PM: Sim, mas isto não chega a ser uma constatação. É como se você tirasse uma fotografia e dissesse "Tá vendo, olhe aí!" Aí outro especialista pega uma lente, aumenta e diz: "Não senhor, isso é uma régua." Isso não é um piquenique de indivíduos humanos. É falta de atenção. Não é pelo fato de terem feito esses prédios e essa degenerescência toda, que é este o andamento. Ao contrário, nós da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, de quem estou sendo porta-voz, estamos fazendo a crítica disto. Quanto a esse aspecto prático da nossa área, que já explorou esse território de uma maneira talvez indigna, com loteamentos e tudo isso, ainda existe esse instrumento ultramoderno (melhor ainda não vi), uma variante do

edifício vertical, elevador, lajes sobrepostas, ímpar, concentra as habitações em torno do serviço, em torno das economias, até do lúdico e da beleza, como é o caso de Copacabana, Ipanema: "*queremos ficar aqui para que as crianças possam tomar banho de mar*" Pois bem, você editar esse artefato em si moderno, um prédio, edifício moderno com elevador, em cima do loteamento anterior, é uma estupidez do ponto de vista técnico. Então, é fácil para nós mostrarmos que isso é um erro. Agora se faz o mesmo com o automóvel: do jeito que está na cidade é um erro. Em São Paulo, você admitir que um dia por semana você não pode usar seu automóvel, já é uma forma de mostrar que há uma consciência sobre estarmos à beira do desastre. Eu nem me oponho a isso. O próximo passo serão dois dias, até que o automóvel não saia mais.

WJ: As instituições criadas pelo próprio homem levam a um sistema de produção que obriga a consumir um carro, que entra em contradição com as condições da própria cidade. Isso é algo que a sociedade não tem controlado. Quer dizer, fala-se de um desastre e o processo continua. A lógica da produção é irracional, ela leva a absurdos desse tipo.

PM: Mas eu não vejo como se pode afirmar que o sistema obriga um camarada a comprar um automóvel. Ao contrário, já mostrou que o melhor que o cara pode fazer é nunca mais usar automóvel, só andar de táxi e metrô numa cidade.

WJ: Hoje em dia, a pessoa que não tem automóvel está perdida, se tiver que se deslocar com eficiência nessa metrópole.

PM: Porque não fizemos toda linha de metrô que tínhamos a fazer. Na verdade está para ser feita.

MI: Bom, esse é um ponto essencial para a nossa entrevista. A cidade está para ser feita. O que podemos fazer? O que seria recomendável começar a fazer?

PM: Ah! Chame os artistas, chame os arquitetos! O que quer? Nós temos que inventar a cidade contemporânea, você conhece ensaios belíssimos.

WJ: Sem uma política que desse oportunidade à cidade, essa cidade não vai ser construída.

PM: Mas a política não pode vir do céu. O político sou eu e você, os políticos somos nós; exemplares das classes, quem vota é político. Nós temos muita facilidade de aceitar os engodos da mídia. Os políticos não valem nada.

WJ: O nosso sistema permite votar uma vez a cada 4 anos e engolir o que acontece durante os outros 4.

PM: Não creio que seja assim. O plano político que aí está tem rejeitado governos, tem desprezado governos e elegido outros, etc. A Inglaterra pode-se dizer que liquidou, abandonou, a experiência da d. Margareth Thatcher e adotou uma outra ligada ao trabalhismo, que é aberto para os interesses da sociedade. O trabalhismo representa mais a invenção e o avanço que os conservadores. Tudo isso é muito interessante. Acho que são momentos.

JO: Sobre ensino público e privado, você gostaria de falar alguma coisa?

PM: O privilégio do ensino, de uma maneira geral, é poder se libertar da questão do mercado e do lucro. Portanto, acho que ensino público é indispensável. Você não precisa negar o ensino privado. O ensino privado pode sempre ter, como o ensino público, um paradigma. Porque a liberdade de ensino público, do ponto de vista da crítica sobre tudo isso, a sua inserção na sociedade, etc., faz com que se possa imaginar que nele sempre as cátedras serão mais brilhantes. É difícil você não imaginar que a escola particular submete-se com mais facilidade às regras de mercado.

WJ: A proliferação de escolas particulares na área de arquitetura, tudo isso é muito complexo. Seria responsável pelo baixo nível de ensino?

PM: Mas como você pode dizer que o ensino é baixo se você não tem outro mais alto? Portanto, para nós é ótimo. Existe lei, também é muito fácil defender que não deveria haver lei, que você pode montar uma escola livre de arquitetura. Portanto é melhor deixar as coisas andarem e confiar, que na hora "h" o homem saberá preservar sua presença no universo. Não sou a favor da extinção.

WJ: Mas isso não seria dizer na prática que as leis do mercado resolveriam o problema da qualidade? Porque na hora em que não resolverem, gerações de profissionais acabam malformadas.

PM: Eu tenho uma esperança inclusive, esperança, fundada na idéia de que essa história de mercado não vai durar muito. Nem que dure um século. Não estou pensando na minha existência. Na história da humanidade isso não vai durar muito. Lá pelas tantas nós vamos desprezar o mercado. Porque o mercado surgiu de algo que você nunca tinha visto e ainda hoje porque há possibilidade da produção industrial, etc., etc. Mas lá pelas tantas, é possível fazer qualquer coisa porque não vamos mais nos preocupar tanto com essa questão.

Aqui foi discutida uma coisa no aspecto do mundo de hoje com a qual eu não concordo absolutamente. É o que você chamou de concorrência entre as cidades. Eu não sei se é possível concorrência entre as cidades. Enquanto no Rio de Janeiro você vê a Pedra da Gávea, o Morro dos Dois Irmãos, o Sofá da Gávea e o Oceano Atlântico, uma cidade na Suíça ou no interior da Europa Central, não vai poder competir. Não há como defender a idéia da competição com sentido. Não vejo como podem competir.

WJ: Sempre em relação a atrair investimentos de fábricas ou utilidades que vão promover o desenvolvimento que as cidades estão ávidas por receber.

JO: A arquitetura tem um papel misto, porque é o Museu de Bilbao, é a política de Barcelona e a Nova Sevilha.

PM: A gente podia fazer a crítica de tudo isso. Não necessariamente negativa, quem sabe nós concordemos em altos elogios. Mas eu tenho a impressão que a Cidade Olímpica é um desastre, é uma coisa que não rende nada, empregaram bilhões de dólares. Na minha opinião, se a Espanha tivesse empregado na América Latina o que ela empregou na Feira de Barcelona e na Olimpíada (são coisas que vão à casa do bilhão de dólares), se tivesse feito de comum acordo duas ferrovias transversais ao Tratado de Tordesilhas, se tivessem ligado o Atlântico ao Pacífico, feito investimentos aqui, tudo isso forneceria muito mais do que qualquer idéia de competitividade *stricto sensu* de competição entre cidades. Com "tudo isso" eu quero dizer empregos, espacialidade da vida, etc., etc. Na verdade tanto Bilbao como Barcelona são duas cidades muito pequenas, muito pouco atraentes, se você comparar com, digamos, não com o Rio de Janeiro, só com a avenida Atlântica, Ipanema e Leblon. Uma besteira. Uma coisa é a comoção com a história que aquilo tudo representa, coisas que eles também acabam destruindo com tudo isso. E se eles forem copiar esse modelo, que eu acho tolo, eles estarão perdidos. É uma discussão do tempo de hoje, entre eles mesmos, os europeus. Eu li um jornal de comércio em Madri, até editado num papelzinho cor-de-rosa, como antigamente – a discussão entre os vinhateiros: indagavam se esse mercado do jeito que está não ia acabar, porque algumas poucas grandes adegas compravam todas as outras e faziam um *blend* daquilo tudo; portanto, as excelências iam terminar e amanhã o vinho espanhol podia vir a ser um vinho como outro qualquer. Então o que parece é ao contrário, que não há um povo que engole tudo. Haverá a necessidade de cultivar cada vez mais as excelências e, se quiser produzir vinho em massa, será um outro vinho. E não fazer um vinho de massa como um *blend* de todos os outros vinhos, porque senão você acaba com o "Garrafeira" ou o vinho tal, etc. A nossa vida tem que ser sempre, porque foi sempre assim, conduzida com uma visão dialógica: isso sim, isso não, isso e aquilo; mas nada para negar completamente, tudo para transformar. Eu não acredito nesse andamento do mercado de competição. Cansa os homens e aborrece.

WJ: Como você vê a importância da nossa pós-graduação para o ensino e a prática da arquitetura, do planejamento, etc., já que temos hoje cerca de 700 pós-graduandos batendo a graduação em número de alunos?

PM: Deve ser fruto dessa aflição da competitividade, quem não tem título de pós-graduado...

MI: Ou quem não tem trabalho...

PM: Porque você vê que eles se dirigem em massa aos cursos de pós-graduação, seja qual for o curso, eles querem o papel carimbado.

WJ: Não é a condição de poder sobreviver nesse mercado, um grau de especialização que o torne mais...

PM: Ele quer o título justamente por isso, você tem toda razão. É para poder sobreviver no mercado que está aí. Primeiro o mercado que surge com muita escala, como grande mercado, ser professor hoje é um emprego mais previsível para o jovem arquiteto. Porque há muitas escolas e é necessário um título de pós-graduação no mínimo, para ser professor, para exercer. Então todo mundo inventa curso de pós-graduação para suprir de quadros essa...

MI: Poderíamos então, ser mais rigorosos, selecionar mais?

PM: Olha, eu estou muito por fora da política da USP para dar um palpite. De qualquer modo, no Brasil, reduzir e elitizar nunca pareceu uma boa política. O melhor é você educar e formar o maior número possível, especialmente quando há a demanda. Era melhor ver como a escola podia organizar um curso tão concorrido de pós-graduação, do que tentar fazer um curso para meia-dúzia de pessoas.

MI: Nós fomos avaliados e consideraram que o nosso curso é dispersivo. Você acha que é?

PM: Avaliação não é muito confiável.

MI: Não se trata apenas da avaliação. A questão é se devemos continuar nessa linha de um curso único, uma área de concentração só, em que entram projeto, tecnologia, história, tudo. Pensa-se em separar o curso em vários outros cursos: curso de história da arquitetura, curso tecnologia da arquitetura, etc., ou de "superprojetos"

PM: Podia se pensar numa alternativa para desdobramento. De qualquer modo que não seria de especialização propriamente dita! Ou seria declaradamente especialização, mas centrada na técnica. A questão do patrimônio, restauração de edifícios, etc., deveria ser só técnica! Porque não há questão nenhuma teórica que não esteja já envolvida antes. Ninguém vai restaurar o Teatro Municipal do Rio de Janeiro para destruir tudo aquilo lá e transformar formalmente. Portanto, são técnicas de como matar cupim na América, que é diferente de ter madeira em país frio, e rebocos de taipas, etc., técnicas que nós nunca desenvolvemos. Porque o nosso patrimônio, que é o melhor considerado, todo ele vai acabar. Acho impossível você conservar uma São Salvador velha de taipa. Você sabe que aquilo cai, não há dinheiro que conserve aquilo. Foi feito mesmo como uma cenografia efêmera, para ser efêmera. Uma coisa ou outra, sim. Como as igrejas douradas, mas aqueles anjinhos são de madeira. Às vezes o ouro está só na casca, se você põe o dedo sai farinha de cupim lá dentro. Não há uma filosofia... Eu acho que se podia fazer, junto com a Politécnica, novos produtos, química, como é que se restauram essas coisas? Como é que se conserva? Mais do que, com uma breve introdução, deveria ser um curso de *concretude*.

Mas isso, na minha opinião, não é o principal. O principal é uma questão de formação, não de informação. E diante do que há aí no Brasil, que a gente sabe, o que nós precisamos mesmo é dar uma corrigida na formação. Uma passagem crítica na formação. Um curso de pós-graduação deveria ser teoria, teoria e teoria.

(1) SANTOS, Milton de Almeida – Geógrafo baiano, várias vezes laureado, professor na Europa, África, América Latina e USA. Vem atuando na pós-graduação FAUUSP, desde a década de 70.

GIANCARLO GASPERINI



Arquiteto. Professor titular aposentado de Projeto de Edificações e orientador na PG da FAUUSP. Destaca entre seus projetos recentes o edifício Os Bandeirantes (1992), a sala de espetáculos Credicard Hall (1997) e a renovação urbana Operação Água Branca (1998), todos na cidade de São Paulo.

Maria Irene: Gasperini, quero entrevistá-lo em nome dos editores da pós e de toda CPG, para que suas posições ajudem a formular um projeto de renovação da nossa pós-graduação, após quase 30 anos, curso que você dirigiu e Escola à qual vem dedicando sua capacidade e seu prestígio.

Giancarlo Gasperini: Acho que é muito oportuna essa tomada de posição da FAU em relação a compromissos que assumiram com a pós-graduação porque ela, a meu ver, é um dos pontos mais importantes da produção de conhecimento desse momento, porque é onde se produz realmente a pesquisa e onde se realizam realmente as procuras de maior interesse que são justamente aquelas sobre as quais se fundamenta todo o ensino básico. E a pós é, não somente aqui no Brasil, que até começou com um certo atraso, mas em toda parte do mundo, o ponto em que realmente existem melhores condições para se poder oferecer aos docentes e pesquisadores, opções de trabalho e de aprofundamento dos conhecimentos que eles querem realmente produzir.

MI: O que é que você pensa que deva ser a pesquisa apropriada à escola? Que tipos de tema? Que tipos de metodologia?

GG: O campo da arquitetura e da engenharia civil. Vamos incluir a engenharia civil também. Um campo que não foi suficientemente desenvolvido, se nós compararmos com os progressos que as outras áreas tecnologicamente tiveram a possibilidade de desenvolver. Ela ficou um tanto quanto para trás, principalmente dentro dos conceitos. Não de materiais, porque materiais existem, eles foram superpesquisados etc.; mas quanto ao conceito de sistematização da construção, dentro de processos de execução e de organização do espaço, nos quais poderiam avançar muito mais, se nós tivéssemos condições de aprofundar esses métodos de uma maneira mais coerente e de acordo com os tempos de hoje. As obras mais significativas da arquitetura do fim do século, esse último pelo qual nós acabamos de passar, são as obras que adotam metodologias de trabalho, seja na área de projeto, seja na área de execução mais avançada e mais, digamos, revolucionárias com relação às metodologias tradicionais. Em termos puramente criativos nada muda, mas em termos puramente operativos muda muita coisa. E essa mudança tem que ser pesquisada.

Nós temos um vício muito grande porque insistimos, e com toda razão, que somos artistas e que temos que preservar nosso valor quanto à nossa produção. Porque brota realmente de toda uma postura intelectual, decorre da nossa civilização, de todos conhecimentos das áreas sociais, políticas e geográficas, enfim, e de toda a estrutura no mundo de hoje. Mas na hora de colocar para fazer funcionar toda essa criatividade, nós temos que recorrer a meios que sejam mais apropriados, e os mais adequados à época.

MI: Está pensando também em engenharia da produção?

GG: Não. Engenharia de produção é mais uma questão de instrumentalização da própria construção... mais a parte de montagem e produção, montagem com produção. Porque quando você imagina uma obra de arquitetura, você tem que já saber como é que ela vai ser executada, de que forma você vai pegar essa sua idéia e transformá-la em uma obra construída dentro de processos construtivos e métodos construtivos e sistemas. Quer dizer, há métodos, processos e sistemas. São coisas que se completam, que se complementam. É essa parte que nós não estamos absolutamente abordando, nem como tema, nem como preocupação. Estou muito preocupado com isso. Primeiro porque acho que nós temos que inovar em alguma coisa. E acho que para estarmos no século 21 é justamente preciso enfrentar o desafio da inovação. Quer dizer, nós temos que superar determinados pontos que nos amarraram e nos seguraram dentro da nossa maneira de pensar a arquitetura e pensar o próprio mundo de hoje, e temos que superá-los, no sentido que nós temos que trazer alguma coisa de novo, para poder enfrentar os problemas da

forma como eles estão apresentando-se agora, que são completamente diferentes da forma como se apresentavam antigamente.

MI: Você está falando agora da tecnologia da produção do projeto?

GG: Projeto e obra, realmente, têm que ser concebidos de uma forma única.

MI: E você acha que isso na nossa Escola foi perdido?

GG: Não, nunca foi.

MI: Nunca foi tratado? Isso por uma concepção de arquitetura, talvez, muito restrita?

GG: Não... A culpa não é da arquitetura, a culpa acho que vem da engenharia, vem daquela visão politécnica que existia, ou da visão politecniciante, que é do tipo que fazia as coisas funcionarem dentro daquelas regras, e tinha que ser daquele jeito. E para qual o arquiteto dava alguns elementos para as obras poderem ser construídas, mas com o qual não havia uma simbiose de pensamento. As técnicas surgiram pela própria técnica e as idéias de fazer as obras maravilhosas a partir, digamos, dos conceitos do Eiffel, naquela época. Até hoje permanece o fato que a inovação é uma coisa que vem, porque ela tem que acontecer por força da técnica que permite fazer isso. Então, essa visão nos amarrou muito, arquitetos. Então, toda vez que a gente imagina alguma coisa, o que é que a gente faz? Chama o engenheiro e diz: "olha eu imaginei isso, mas como é que se faz?" É ele que diz, "pode ou não pode fazer." Eu acho que está errado esse conceito.

MI: Como seria então?

GG: Acho que nós temos que possuir condições de realmente ditar as regras, de como pensar os nossos projetos, usando realmente as tecnologias todas que existem e que poderão existir.

MI: Então, é algo que deve mudar na graduação e não na pós-graduação.

GG: É. Eu acho que tem que ter isso na graduação, e considero que uma aproximação maior com a construção é fundamental. A obra é fundamental desde a graduação. Mas eu acho que, na pós-graduação, o que deveria prevalecer? Pesquisas voltadas para a produção de idéias. E que têm todo um processo histórico, que é fundamental. Todo projeto do conhecimento do meio ambiente, que são coisas fundamentais. A produção de idéias, ela vem daí, justamente disso, de você estar consciente de que está fazendo coisa que é a mais apropriada dentro do contexto histórico, no qual vivemos e dentro do contexto do espaço no qual nós estamos obrigados a operar.

MI: Como o arquiteto pensa essas necessidades?

GG: Eu não sei dizer como, mas elas nascem juntas, sabe? Se elas não nascerem juntas fica tudo errado.

MI: Quem sabe com algum exemplo pessoal. Como brotou alguma idéia sua?

GG: Não é que eu possa te dizer que eu esteja operando 100% nesse pensamento. Mas acho que nós fizemos muita coisa dentro desse pensamento.

MI: Quando ou onde você percebeu que isso é importante?

GG: Eu acho que toda vez que se apresenta uma obra de maior importância do ponto de vista social e do ponto de vista do espaço, tentar a preservação de um espaço ou da construção de um espaço novo junto às áreas construídas da cidade, ou a própria cidade, que esse é o ambiente em que a gente tem que trabalhar, é a base da qual nós temos que produzir alguma coisa. Sempre que se apresenta essa oportunidade, eu fico pensando como somos pobres de idéias. Ou como não conseguimos realmente dar alguns avanços que realmente possam ser os avanços significativos para o século que nós estamos vivendo.

MI: E a utopia?

GG: Ela é uma coisa importantíssima. Ela sempre nos deu o respaldo de tranqüilidade à medida que se diz: "bom, se está fazendo alguma coisa, pelo menos a idéia está aí"

MI: Digamos, esse pressuposto deveria pesar muito na pós-graduação? Você está planejando um curso de pós-graduação agora. Como é que você está enfrentando essa questão?

GG: O pessoal de Fortaleza, com quem eu tenho conversado, são todos professores de lá, sentem

uma falta muito grande de poder realmente estudar o problema das cidades mais a fundo e fazer com que a obra do arquiteto tenha realmente uma contribuição significativa para a cidade. Não é somente para o planejamento, mas é para a visualização do espaço construído. O que se quer hoje em dia é realmente visualizar o espaço construído.

MI: Mas isso não era já uma preocupação no século 19? Porque a cidade de grandes perspectivas você visualizava muito bem. Nós não chegamos ao século 19 ainda?

GG: Pensa na Renascença, não é? Na Renascença eles começaram a ver aquelas cidades de uma maneira maravilhosa, uma visão utópica, fantástica.

MI: Mas não havia muito ali uma visão, digamos, do estabelecimento, do poder? Perspectivas para realçar forças político-sociais?

GG: Antes eram os príncipes, eram os papas. Hoje, são multinacionais, os governos ou os ditadores, ou as ditaduras. São esses que realmente levam adiante as nossas cidades dentro dos programas que são mais significativos. O que de uma certa forma foi uma falência da democracia. Porquanto não pôde, num processo de governo, realmente realizar aquelas obras todas que eles estavam pensando em realizar. Haja vista toda frustração das obras do Le Corbusier, mesmo com o apoio de todos os partidos socialistas daquela época, com o governo socialista da França, isso e aquilo. E naquela época não conseguiram nada. Quer dizer, havia toda uma série de problemas de caráter burocrático.

MI: Mas você acha que o homem comum não foi de nenhuma forma atendido desde então?

GG: Não!

MI: O que é feito para este homem não é arquitetura?

GG: Claro que é. Eu acho que tudo que foi feito pelo homem é arquitetura. Tudo, tudo!... com outra cultura. Veja o caboclo...

MI: Aí eu vejo um problema básico nesse tipo de colocação. Porque se isso é arquitetura, nós devemos educar a todos. Mas nós estamos educando uma elite de arquitetos. O que essa elite tem de diferente? Como o preparo delas tem que ser pensado?

GG: Eu fui educado assim. Eu fui educado de maneira a pensar que o arquiteto é realmente um ser privilegiado. Ele trabalha realmente para uma elite. Eu fui criado assim. Eu estive vendo que nos últimos anos as coisas realmente não são mais assim. São diferentes, ainda bem, não? Ainda bem que não são mais assim. Por outro lado, a cidade autoconstruída, se não houver aquela educação, que você está me dizendo que precisa dar, ela é uma coisa complemente absurda, sem...

MI: Ela é construída de possibilidades muito restritas: com o material que é possível, a mão-de-obra que é possível.

GG: Agora, eu sou daqueles que ainda acha que a arquitetura devia ser ensinada na escola primária. Devia ser ensinado, sabe, o espaço, como é que se mede o espaço. A criancinha saber realmente assegurar o espaço dela por toda atividade. Acho que esse aqui é o ponto fundamental. É que cada um possa fazer a arquitetura que lhe convém melhor. Haja vista a arquitetura mediterrânea. Aquilo vem de uma civilização de séculos, que é feito espontaneamente e são tão bonitas.

MI: Algumas capacidades básicas temos todos. Agora a especialidade é que são elas, não é isso? Então, como pode haver uma colaboração do arquiteto, formado por nossas escolas superiores, e com curso de pós-graduação, no atendimento de diferentes classes, trabalhando não só os antigos palácios ou as formas que eles assumem atualmente. Veja bem, esta preocupação está surgindo. A gente sente que ela está presente. Eu não sei em que medida, mas ela está presente.

GG: Com o orientando, ou orientando os grupos de... Eu acho que o arquiteto tem que estar presente em todas as camadas das atividades que envolvem justamente o conjunto da metrópole. Desde as coisas mais simples até as coisas mais complexas. O arquiteto tem realmente o dever de dizer o que pensa. Eu não sei se direta ou

indiretamente. Se existisse, realmente, uma condição de você organizar os bairros de acordo com associações de bairros, como, digamos, administrações regionais razoavelmente bem administradas, em que houvesse uma possibilidade de uma definição das prioridades por parte da própria população, dizendo: "nós queremos isso, queremos aquilo" seria muito fácil...
Acho que o arquiteto tem a obrigação de intervir em todas as frentes, nem que seja para orientar como se pode organizar um bairro, dentro das suas coisas mais elementares. O que pode fazer, o que não pode fazer. O que é bonito, o que é feio, porque bonito e feio são fundamentais. Quer dizer, todo mundo sabe o que é bonito e feio...

MI: Não é uma questão de gosto?

GG: Não. Não é questão de gosto. Há certas regras... Claro que existe tendência de um puxar a coisa para um lado e o outro para o outro, mas eu acho que as coisas básicas que dizem respeito ao espaço dentro da sua qualidade mais normal, que são a maneira como você o aprecia, como você o vê, como você se interessa por ele e consegue conviver com o espaço. São coisas para as quais se pode perfeitamente estabelecer algumas regras. Viver bem ou viver mal não é uma questão de gosto. Ninguém gosta de viver mal. Ninguém gosta de viver sem o prazer de estar realmente olhando as coisas de maneira ...
É uma questão de educação. A questão é que você tem que educar isso. Agora, se você começa a explicar isso nas escolas desde pequenininho, a dizer como é que é, a coisa melhora. Chega num certo ponto que a criança tem já uma noção de como é essa coisa.

MI: Há meios também?

GG: Claro que todo mundo tem meios. Eu acho que não depende do governo. Essa questão de achar que o governo paternalista tem que fazer tudo, só porque nós pagamos impostos, está certo de um lado, mas também não é a partir dessa exigência que todo mundo tem que cruzar os braços. Toda uma sociedade tem que realmente trabalhar e tem que se juntar, dentro dos seus esforços e anseios, para poder chegar ao resultado que quer. Eu acho que isso sempre vai existir, vai ser sempre assim. Se você cruzar os braços e disser: "Bom, não estão limpando essa rua, estão jogando lixo, então eu também vou jogar lixo. Estão pichando o muro da minha casa, agora eu vou pichar o muro do vizinho" essa mentalidade não funciona. Não está certo isso. Isso não é mentalidade. Mas enfim, eu acho que a intervenção, aquilo que nós estávamos falando, aquilo que você citou, da elite, é uma produção esporádica, ou seja, poucos são os trabalhos que realmente alcançam uma determinada profundidade em termos de cultura, que emanam desse elitismo comercialista, da produção comercial. O simples fato de que estão fazendo prédios de granito ou de vidro, ou de alumínio, ou de aço, etc. e outras coisas assim, não quer dizer que isso seja o espírito da elite. Não é nada disso. Isso aqui é puramente uma circunstância de mercado, pois ele se vale da capacidade do arquiteto de estar produzindo alguma coisa que vai a favor do mercado deles. Quer dizer, no fundo o arquiteto é um instrumento de mercado nesse ponto. E também não é esse tipo de elitismo que eu estou falando. Eu estou falando do elitismo de realmente ter idéias novas, produzir idéias novas, criar condições para que haja uma evolução.

MI: Em termos concretos, que idéias você pode citar como idéias apropriadas para os tempos modernos? Exemplos disso, eu acho que seriam muito úteis. Como a idéia do arquiteto expressa-se? E como os outros entendem essa idéia?

GG: É sempre na prática.

MI: Mas ele tem que ter a teoria clara?

GG: Tem que ter a teoria. Não existe prática sem você ter uma teoria por trás dela.

MI: E isso ele escreve ou ele desenha, como é?

GG: O arquiteto diz que o desenho dele é o suficiente.

MI: Mas Le Corbusier escrevia bastante.

GG: Acho que convém escrever, ou pelo menos tentar divulgar as idéias. Não existe prática sem uma teoria razoavelmente forte atrás dela.

Portanto, você vê que as obras mais importantes são publicadas, que são as mais sérias, são obras que vêm sendo comentadas pelos críticos, pelos especialistas, e que têm um conteúdo de idéias e de teoria, evidentemente, muito profundo.

JOAQUIM GUEDES



Arquiteto. Professor titular de Projeto de Edificações e orientador na pós-graduação da FAUUSP. Entre seus projetos destacam-se: Casa de seu pai (1957); Plano para Brasília (1956); Cidade Operária de Caraíbas, BA (1976); Casa de Marta e Eduardo Suplicy (1975); Campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). Autor de Lembranças de Lina Bo Bardi (GFAU, *Caramelo*, 1992), O drama da Torre, (GFAU, *Caramelo extra – Maharishi SP Tower,* 1999*)* e Introdução à geometria habitada, na edição em português do livro de Paul Valèry, *Eupalinos ou o arquiteto* (Editora 34, 1999).

Maria Irene: Esta é uma entrevista que se destina à *Revista Pós,* celebrando os 500 anos do Brasil e incorporando um pequeno balanço dos 30 anos da pós-graduação da FAU. As minhas questões são de ordem geral: referem-se, em primeiro lugar, ao seu conceito de arquitetura, que já critiquei apontando-lhe que "Arquitetura é arte e construção" como você defendeu ante a CPG, caracteriza melhor a escultura, cujo fim não é a utilidade social como o da arquitetura necessariamente é. Depois, a relação desse conceito com a realidade arquitetônica e social brasileira atual. E, em terceiro lugar, como essas duas coisas se refletem no nosso curso de pós-graduação, tanto no seu passado, com a tradição que ele já acumulou, como na perspectiva de hoje, para melhorá-lo.

Jorge Oseki: A idéia é dividir esse curso em áreas mais específicas, porque está se tornando muito grande e de gestão difícil, já que todas as áreas estão misturadas. A divisão mais óbvia seria entre a arquitetura e o urbanismo, que são as áreas fundamentais aqui da faculdade. Mas por que o curso de arquitetura na pós-graduação caminha mais lentamente, se todos os alunos querem esse curso? Por que o curso – se é verdade que você acha isso – tem dificuldades, ou tem bloqueios, ou o que realmente acontece? Sendo o único de doutorado, por que não consegue se estabelecer ou ter o papel, ter a importância, que deveria ter?

Joaquim Guedes: É uma grande honra estar aqui. E uma oportunidade sem par de exercer isso que eu amo tanto que é o debate das idéias.

Ao você me pedir um conceito de arquitetura, a primeira reação que eu tenho é de receio porque todo conceito simples certamente reduz alguma coisa. Entretanto, tenho muita vontade e coragem de dizer aqui o que eu penso. Querendo abranger totalmente o que possa ser arquitetura, ou todas as arquiteturas, eu fui obrigado a procurar algumas coisas simples, por razões de pedagogia. Tudo é arquitetura. Até sou absolutamente contra a opinião de Lúcio Costa de que arquitetura é construção com intenção. Acho isso uma bobagem. E digo que é bobagem do grande mestre morto, porque aqui se endeusa muito qualquer coisa. Sobretudo da escola moderna clássica brasileira. Então eu quero fazer um certo escândalo. Quando o Lúcio fala isso, fala uma bobagem, que é repetida por nós e por muita gente mais, em grande detrimento da postura investigativa dos alunos. Porque tudo vem dos grandes santos, que baixam aqui e ninguém discute.

Participei de um seminário no Rio, que me escandalizou demais. Tratava-se de um depoimento sobre a arquitetura, em 1976, em plena ditadura. Isso foi publicado pelo IAB do Rio em quatro livrinhos de uma mesma série de depoimentos. Uma turma do Conde[1] questionava muito aquela modernidade carioca que ninguém mais agüentava, e o pessoal do Oscar Niemeyer batia e tripudiava. Então, nesse momento de reação contra os excessos do modernismo, o Júlio Katinsky[2] desconfortável, disse: "*Ah! eu sou da turma do finca-pé! É aquilo que interessa e nós queremos é aquilo mesmo!*" Eu nunca me esqueci dessa expressão: eu sou da turma do finca-pé! E isso entra na minha crítica ao Lúcio: nós somos da turma do finca-pé e não se discute. É isso mesmo, isso é o Brasil, porque o brasileiro é assim, e tal. Então para tentar ter com os alunos uma base da qual partir, pensando muito, eu acabei estabelecendo para mim o seguinte do dicionário: "*Arquitetura é a arte de construir. Para atender necessidades humanas.*" Em primeiro lugar, ela nasce para atender às necessidades humanas. Ao fazê-lo, ela constrói linguagens e significados novos. E vira cultura e arte. Então, nessa medida, tudo é arquitetura e tudo é arte. Esse conceito, muito simples, fixa a idéia de construção, arte de construir, ambiente construído. O que na FAU é muito necessário porque aqui há desenho ambiental, desenho ecológico, há paisagismo, planejamento urbano, há auto-sustentável, não-sustentável, e depois há todas as derivadas disso, e acho que isso está pulverizando o núcleo constitutivo da organização do ambiente humano, que é a construção do espaço. Em qualquer dimensão, qualquer que ele seja. Não comportando, por exemplo, separações tão disputadas, brigas por espaços em torno dessas coisas. E quando tudo deveria levar a um congrassamento e a uma fraternal subdivisão de atividades no mesmo espaço.

Ocorre que, na minha vida, me coube muitas vezes fazer tudo isso em várias escalas. Eu ganhei concurso de móveis. Depois, o Wilson sabe, eu trabalhei muito tempo em planejamento urbano, fazendo propostas de metodologia e trabalho, coordenando equipes muito grandes. Dirigi, constituí firmas de planejamento, às quais o meu escritório de arquitetura se ligava. Participei do concurso de Brasília, saindo da escola. Eu conheço o que é o planejamento de grande escala. Dias atrás encontrei com um belga na Bahia, e ele disse: "*Ah! você é que é fulano de tal? Imagine, eu acabo de saber em Paris que havia alguém ou algumas pessoas estudando seu projeto de Brasília, porque...* A razão principal é que o projeto tinha algumas coisas especiais, uma das quais era ser o único dos 23 apresentados que dizia que a cidade não podia ser limitada a 500.000 habitantes, e então procurava uma estrutura para o crescimento e o que era isso. Essa bobagem, que eu nunca imaginei que pudesse ter qualquer importância; passam-se, sei lá, 40 anos... Não era brasileiro, era um francês. Como é que alguém descobriu essa droga e foi lá fuçar?

Então, tendo esse contato tão antigo com o planejamento urbano, fui percebendo pouco a pouco, fui me dando conta, fui me convencendo pouco a pouco que o espaço construído é feito de arquitetura, no sentido mais genuíno do Alberti, que é tudo. Tudo que se constrói, da rua ao viaduto, tudo isso é arquitetura. Então, a partir de que momento se justifica uma especialização? Esse é que é o problema. Tenho insistido muito, que as escolas de todo mundo se chamam escolas de arquitetura, faculdades de arquitetura. A de São Paulo, que começou com o Anhaia brigando com o Prestes Maia, acho que é a primeira escola chamada de arquitetura e urbanismo, por causa dessa briguinha dos dois. E daí para frente as escolas brasileiras, depois algumas latino-americanas, adotaram o mesmo nome. E é uma coisa que até hoje nos confunde. Daí se passa ao urbano e ao regional, que não têm nada a ver com a construção – é econômico, social e político. Eu não sou contra o planejamento urbano, mas acho que não é nosso. Mesmo no urbano, o que é nosso é a arte de construir. Cabe às entidades promover os planos sociais, econômicos, educacionais, de saúde. Inclusive as coisas de origem-destino, a numerologia de fluxos. Isso quem quiser que faça.

Eu fiz sociologia, porque achava que isso seria útil para arquitetura. Eu tinha trabalhado com o padre Lebret[3] que freqüentemente demonstrava nos seus trabalhos (nós fazíamos pesquisa nessa direção) que a infra-estrutura econômica condicionava a sociológica e, inclusive a ética social e, portanto, a forma do mundo. Eu fiquei muito ligado a isso e trabalhei na procura dessas correspondências. Até o dia em que percebi que mesmo acreditando nisso, não deveria ser o fuçador da infra, mas que a minha responsabilidade era o desenho superestrutural das coisas. Por essa razão, muitos dos meus trabalhos na área de planejamento urbano eram trabalhos em que eu até fazia coisas que não eram nossas. Eu conto sempre, quando eu fiz a Caraíba, recebi apenas uma relação de 1.181 empregos, com as correspondências de salário e tipo de trabalho que faziam. Eu podia verificar, no mesmo salário, se a atividade era braçal, ou de alta responsabilidade, por exemplo; se era um caminhoneiro ou um engenheiro de laboratório, tentando caracterizar aí o tipo de pessoa, o tipo de família, a origem deles, a cultura dos que teriam que se assentar naquele lugar, com comportamentos e conseqüências diversas interagindo. Bem, fiz aí o perfil social dessa cidadezinha, as suas possibilidades de evolução, para poder começar a pensar nos espaços e nas atividades que essas pessoas faziam lá. De fato acabou sendo um trabalho muito requintado, muito respeitado. Mas acho que isso não é nossa responsabilidade. Nós tínhamos que exigir que nos dessem isso. E eu tenho, inclusive, na minha vida pessoal, tentado convencer que isso não é nosso, justamente porque percebo que o que nos falta é aprender a fazer forma. Então, quando chega na hora do projeto, ninguém sabe o que fazer.

Hoje menos do que antes. Antes não era possível fazer um projeto aqui, sem ter uma monografia sociológica, histórica, econômica. Evidentemente isso foi um problema mundial, não foi só nosso. Porque

era sempre ligado à baixa renda, ao sofrimento do mundo e àquela coisa toda. Hoje, de maneira quase grosseira, eu chego a dizer, aqui na classe, que esse sofrimento não me interessa, contrariamente à Ermínia, que é uma professora engajada. Ela fala: "*quero todo mundo engajado*" Tudo bem, estamos todos engajados já, mas na hora de fazer a forma, o projeto, o tipo de experiência criadora e produtiva é outro. Numa ocasião um grupo de colegas argentinos me chamou para discutir habitação popular lá, e nas cartas em que trocavámos idéias, eu dizia assim: "é mais importante para a sociedade do amanhã discutir a Casa da Cascata do que os nossos conjuntos habitacionais – a relação com a natureza, liberdade, tudo isso" Depois fui para lá, discutimos muito isso, porque de fato acho que o interesse social do nosso ensino não se realiza apenas e sobretudo na medida em que os nossos temas são de interesse social. Mas na medida em que nós criamos pessoas capazes de desenhar um mundo novo. Eis aí a complexidade do problema, a relação entre pedido e forma e construção. O desenvolvimento das habilidades projetuais do aluno é fundamental. Então se dou uma pequena quadra com casinhas de 25 m^2 certamente estou explorando pouco o potencial construtivo dos alunos. Eles têm que fazer uma coisa muito primária, muito elementar, muito necessária socialmente, mas isso se faz até sem arquiteto. Bem, eu já fiz isso, eu já ganhei concurso de casinha de 25 m^2 para Cohab. Então, essa minha experiência em coisas de várias escalas, levou-me a chegar a essa conclusão tão simplificada do que é arquitetura, para minha pedagogia, para o ensino aqui na escola, para o meu departamento, para o meu grupo de disciplinas. Mas, enfim, a arquitetura é a arte de construir. É a arte de construir. Acho isso uma coisa grandiosa, maravilhosa. Tenho desenvolvido, com os meus alunos, exercícios para verificar e colocar em marcha habilidades que devem ser mobilizadas para que eles sejam cada vez mais capazes de fazer isso. Acho que com isso dei alguma explicação de porque, às vezes, eu uso temas burgueses. Porque, não podendo fazer um hospital, uma escola, porque é impossível, ou uma fábrica, eu posso pegar uma certa categoria de habitação, até rica, mas que tem uma certa complexidade de uso, de conceitos, certas exigências, na medida em que indivíduos requerem diferentes espaços, que têm que ser integrados naquele mesmo terreno, naquele mesmo sítio. Enfim, em conflito, em convergência. Então considero que a Casa da Cascata, ensiná-los a fazer Casas da Cascata, pode ser um exercício altamente positivo, de quem vai precisar mais tarde de extrema capacidade de invenção, extrema criatividade para enfrentar novos problemas. A faculdade é um espaço artificial. Na realidade, a gente tem limitadas condições de produzir. Então, o conceito de arquitetura é um pouco isso.

Se for o caso, eu queria dizer um pouco como é que esse conceito produz metodologias de ensino, ou práticas em si, vamos dizer assim. Porque também introduzi nesta Escola uma coisa absolutamente nova. Eu comecei a fazer aulas mais socializadas, sem atendimento individual, a não ser depois da aula. Os alunos eram obrigados a progredir no trabalho por etapas, entregar em seminários, como todos. Então, você podia discutir, digamos 10 trabalhos, discutidos por 5 professores, portanto 50 discussões, ainda com os alunos participando, e com isso nós conseguimos aumentar muito o aproveitamento da classe. Havia alunos que jamais conseguiam chegar à mesa do professor. E em geral o professor mais prestigioso era tomado por todo mundo e os outros ficavam nos cantos esperando a hora de ir embora. Isso tornava muito difícil organizar o ensino de projeto. Eu estou bastante satisfeito com o que decorre disto. Isso tem me ajudado muito a dialogar. Quer dizer, o ensino me obrigou a aclarar minhas idéias. Isso me facilitou o diálogo com os meus amigos daqui e de fora. Simplesmente fui a Londres para visitar uma filha que fazia doutorado lá, e fui à Escola de Manchester, à AA, à Barttlet School. Eu cheguei lá, havia professores na porta esperando-me, tive uma aula no auditório, passaram *slides*, discutimos, e eu cheguei à conclusão que o nosso curso aqui é ótimo. Como conceito e até mesmo como resultado. Faltam professores para poder entrar mais em contato com os alunos.

Passando à segunda pergunta, à relação do conceito com a realidade arquitetônica e social brasileira, acho que ela é imediata, já que arquitetura é a arte de construir, é atender a um conjunto de necessidades práticas da sociedade, no qual até se inscrevem algumas que são de caráter mais abstrato, ou mais emocional, ou mais simbólico. Um cruzeiro também é uma necessidade prática de origem diferente: não se come no cruzeiro, não se dorme no cruzeiro, mas ele é uma necessidade prática social, política, religiosa, sei lá o quê. Entendendo o prático de uma maneira muito ampla, é a sociedade que pede. Até um tempo atrás, eu comecei a formular: é a sociedade que faz o problema, não é o arquiteto. Eu dizia: a ideologia não é a nossa ideologia pessoal, mas é a da sociedade. O arquiteto não tem que impor o que ele pensa sobre o futuro aos outros. Ele está aqui para interpretar as intenções da sociedade. Isso foi uma coisa muito chocante para nós naquele momento. Houve uma vez, em que ao tentar discutir isso numa reunião, o nosso querido colega Paulo Mendes da Rocha se levantou e disse: "*O meu cliente é o povo brasileiro!*" Como é que você responde a isto ? Falei: "*O cliente é um canal importante de comunicação cultural. Ele é fundamental porque ele comunica, enquanto fração social, algo de fundamental do estado da cultura, ao formular o que ele precisa, o que ele deseja.* Essa minha visão de pedagogia que ensina respeito ao cliente, ao homem direto que vai de fato pedir, pagar, dizer o que ele quer, em confronto com o resto da sociedade, seja pessoa física, seja jurídica, particular ou pública, governamental. Então, tudo são pessoas que requerem e isso é um conflito. Ele só se integra na confusão da sociedade, na luta por espaço, na luta por tudo. É um conflito permanente. A sociedade é conflito. Então, é assumir o seu cliente como parte de um conflito democrático. E o democrático possível a cada momento. Então, nesse sentido, penso que preparo os meus alunos para a realidade brasileira, para a sociedade brasileira. Preparo, quer dizer, eu coloco o problema da evolução deles nessa direção. O segundo ponto fundamental no meu conceito de arquitetura é explorar esse construído, porque à medida que você começa a se aproximar da resposta aos pedidos da sociedade, imediatamente se coloca: e agora, como eu construo isso? Porque essas organizações espaciais, que você vai obtendo pouco a pouco, elas são incontroláveis. E quanto mais específico é o pedido, mais novo é certamente o conjunto de associações espaciais que você está fazendo. Então, imediatamente, devem me ocorrer necessidades construtivas de caráter novo. Provavelmente as velhas estruturas não serão as mais adequadas, na natureza em que elas se apresentam, à solução daqueles problemas. E sobretudo hoje, em que as técnicas são extraordinariamente amplas e multidirecionais, você não está mais adstrito aos limites do passado, nem aos materiais, nem às poucas formas em arco, ou treliça, ou isso ou aquilo, que resolviam os problemas de vencer vãos. Hoje, materiais e conhecimentos de estrutura e construção são infinitamente mais amplos. O desafio construtivo é muito mais forte, é muito mais contundente. Na hora em que se pensa uma forma, tem-se imediatamente que pensar sua construção. Pensado um traço, penso: como é que eu construo isso? E sempre nesse sentido de procura da solução, digamos, desabrida, sem medo, e também sem frescura. Eu faço isso não para dar um estouro na praça, ou causar um escândalo profissional, mas como forma de participar de maneira conseqüente e honesta, não mais do que isso, simplesmente responsável, na solução dos problemas que me colocam na frente. E achando que só isso fará uma nova arquitetura, adequada em cada ponto do planeta. Não é abrindo revista, o que é uma praga. Então, a questão da vinculação social das coisas fica assim: quem está habilitado a formular objetos, quando a sociedade requerer alguma coisa, vai estar treinado para fazê-la. Não apenas de forma pragmática, sabendo fazer aquele pequeno jogo, mas com toda cultura da FAU em cima dele, pela qual eu não posso fazer tanto. E espero que os demais professores contribuam com toda a sua força na medida da formação desse profissional completo. Aí vai minha demanda para a história e para a tecnologia. Mas eu queria mostrar essa necessidade

do cliente como canal privilegiado da comunicação social. Quando eu fui chamado por esses colegas argentinos – um deles membro do comitê central do do Partido Comunista – eles se interessaram pela colocação. Era um negócio bravo na Argentina. De qualquer maneira, eu olhava um outro futuro, olhava uma relação com a natureza, uma outra liberdade, que é uma liberdade que a gente almeja, inclusive para a classe operária. Era esse o sonho. E o que se fazia em matéria de produção social na Argentina e no Brasil era uma calamidade. Pedregulho é uma calamidade: esse oba-oba em torno do Reidy[4] retrata o momento da relação dos arquitetos com o poder, a mais torpe, em que se mistificava o que era produção de arquitetura social, e era uma coisa de fachada para inglês ver, a mais obtusa possível. Nunca ninguém perguntou quem pagaria as despesas condominiais daqueles conjuntos, os jardins do Burle Marx, etc.

JO: Aliás, não sei se você viu o filme *Central do Brasil*?

JG: Claro, está lá! Aquele pardieiro. Mas como isso se reflete no curso de pós-graduação, que é tão contestado, porque há quem diga aqui que não cabe pós-graduação em arquitetura? E eu sei que no mundo são poucos os cursos. Agora, causa-me uma certa aflição ver que, quando chega na hora de pensar como se projeta e como aperfeiçoar o nosso projeto, as pessoas vão fazer investigações sobre o Reidy, ou um trabalho filosófico-histórico. Acho que não é bem por aí. Tinha que ser, de fato, uma coisa, um mergulho, um aprofundamento nas habilidades projetuais, dizia Dennys Lasdum[5] – estive em júri com ele – arquiteto importante para a FAU. Isso porque, naquele número do Zodíaco sobre o Artigas – número especial sobre edifícios do Brasil, produzido pelo Flávio Motta[6] – publicam um projeto desse arquiteto, que é a origem do edifício Louveira. Dois blocos com uma rampa no meio. Vocês já entenderam o que eu falei. Era o grupo Tecton em Londres, 10 anos antes. E é uma coisa importante para os pesquisadores da história, que nunca se interessaram por essas origens do Artigas, New Brutalism, Tecton, construção, para mim têm uma importância fundamental. Vão entender que há muitas das nossas dificuldades interpessoais aqui dentro, que não são de pessoa a pessoa, mas são, de fato, questões de idéia, de debate de idéias muito grave, muito profundo. O que venho tentando fazer é isso: vamos aprofundar o problema da construção.

Eu volto à construção, volto ao problema do cliente, ao programa ampliado do arquiteto, quer dizer, como é que o arquiteto vai interpretar isso. E aí entra na sua pergunta, sim, ele não é sociólogo, mas tem que atender ao problema do cliente. Eu não sei como conseguir expressar minha preocupação, de maneira simples e clara. A Márcia Haydée foi uma grande bailarina. Ela era tão notável bailarina quando criança, que a família começou a viver em função das habilidades do balé dela: o avô levava para um balé, os pais para o outro, de tal modo que ela saiu do Brasil pouco escolarizada. No entanto, ela fez um balé excepcional para o mundo, e certa vez me espantou sua entrevista à *Times Magazine*, porque falava de política do Brasil, vivendo lá e não aqui. E as respostas dela, naquele tempo difícil de ditadura, eram uma perfeição. Difícil, não é? E até se entendia porque o Brasil está atrasado: por que ela saiu? Essa mulher, para fazer uma arte social, do maior nível, não precisava ter feito sociologia. E portanto, cada artesão, cada profissional, cada intelectual, tem que encontrar no seu domínio a sua relação com o mundo. Acho que não preciso falar mais disso. Eu fiz sociologia, mas eu não achei que isso me ajudou. Então, no curso de graduação, a primeira coisa que encontro, é uma total ausência de pessoas preocupadas com essa carpintaria do projeto. Todo mundo quer fazer desenho, entendeu? Eu uso muito uma frase do Sócrates do Valéry, que é a seguinte: "*É preciso deferir o conhecimento. Você tem que conhecer o problema, mas não avance e não deixe surgir a idéia, não deixe surgir a resposta, tarde a resposta, defira o conhecimento. Até que você não tenha mais dúvidas, saiba tudo. Então você deixa emergir a solução, deixe que ela comece a se formar diante de você.*" E o diabo é que a FAU é uma tragédia. Tudo é calcado em modelos modernos. E às vezes modelos absurdos. O que você faz num curso de pós-graduação, quando de repente um

aluno, ao projetar um apartamento, num lugar com bela vista e belo sol, faz todas as janelas dos quartos com terraços e uma parede na frente, e não deixa do quarto e da sala você ver a paisagem porque isto corresponde a valores formais, fáceis de manipular, ficam "lindos" entre aspas. Quem fizer um museu sob a terra, com água em cima e onde não cabe escultura, chamado Museu de Escultura, eu reprovo. Verdade, pedagogicamente, você tem que fazer a crítica dos modelos utilizados. Não é possível aceitar trabalhos de alunos, que parecem o Museu de Niterói, com paredes de vidro à volta para você ver a paisagem e não o que está dentro, e inclinados. Como é que você limpa esses vidros por fora, até hoje eu não sei: se você pendura pela cobertura, como é que se chega ao vidro? Ou, mesmo ali na janela, apoiar-se no quê, para limpar aquilo? A menos que me mostrem como se faz, os admiradores do Oscar Niemeyer que adoram o museu, têm a obrigação de contar para todos os estudantes do Brasil, como se limpam aqueles vidros, isso é importante para a arquitetura. Especialmente porque está à beira-mar. Então, a dificuldade que eu sinto na pós-graduação é, em primeiro lugar, uma dificuldade com os alunos, que em geral vão lá por uma carreira muito rápida e interesse pragmático. Eles querem diploma. Quantos orientados eu não tive, que me disseram assim literalmente: "*Professor, eu vou procurar um outro orientador e ter o meu diploma*" Eu vi isso de pessoas notáveis que estão aqui dentro, nos seus departamentos. "*Eu vou lá fazer leitura, fichamento, e ter o meu mestrado.*" Então, a primeira dificuldade é que talvez eu seja muito chato, inadequado e crie problemas, dificulte as coisas. Às vezes nem eu sei muito bem o que eu estou pedindo, eu estou criando uma situação difícil para o sujeito resolver.

Eu disse: "Gasperini, nós somos responsáveis pela condução da pós-graduação em arquitetura na FAU. Vamos fazer o seguinte: um semestre eu fico na pós-graduação e você fica nas optativas, coordena; no outro você vem para a pós-graduação e eu vou para as optativas. Achava que isso podia dar em alguma coisa de importante. E os nossos doutores, e os nossos mestrandos, doutorandos, vão colaborar conosco nesse processo... Todo mundo achou que eu estava querendo me posicionar de uma maneira excepcional... Porque, afinal, o doutor tem toda autonomia. Com isso melou tudo, você não pode imaginar o desastre que foi. No primeiro semestre em que eu dei o curso, eu tinha me proposto desenvolver aqui uma espécie de meta-arquitetura, projeto do projeto, que era uma tentativa de fazer um superprojeto em nível de graduação na FAU. E comecei a chamar os doutores e os meus colegas para fazerem as conferências, depois se ia para o ateliê. Todo mundo começou a se recusar a vir. Até que um belo dia, um primeiro disse: "e*u não vou lá, você faz isso para tirar partido do nosso trabalho, do nosso estudo.*" Eu fiquei perplexo. Esse é o motivo, a gente não se une. Os professores de Projeto se digladiam, é uma coisa horrorosa. Depois dizem que é "fogueira de vaidades" é um pouco isso mesmo, infelizmente.

Wilson Jorge: Isso aí é um mal permanente?

JG: Não, eu acho que tem que ser superado. E acho que é possível superar. É que eu não sou líder. Nem quero ser. Eu trabalho contra a minha liderança. Eu sou líder fóbico.

JO: Problemas de rivalidade existem nos outros departamentos, na sua dinâmica, mas as áreas avançam. Isso é que é a dúvida. Nós também, sem rivalidade não teríamos diferenças ...

JG: Eu sei. Eu queria dizer é que isso é um problema. Vocês não podem imaginar como é dantesco controlar esse processo. Tentar desenvolver um conceito de pós-graduação em arquitetura foi impossível em 10 anos. Apesar de eu ter consciência da necessidade. Há colegas tão agradáveis e interessantes, como vocês sabem que há também. Essa é uma das dificuldades. Então o nosso curso, para investigar o profundo, para investigar essa profundidade possível, acaba esbarrando numa investigação, um pouco sem saber onde está a luz. E acho que essa seria a grandeza, navegar nessa obscuridade e de repente encontrar as zonas mais claras e produtivas. Além do que esse trabalho da experimentação na invenção, ele não tem método. Uma ocasião, você me cobrou um método. "*Professor, a gente tem que ter um*

método. E eu fiquei humilhadíssimo. Mas o método não garante nada. Essa é que é a dureza. Em arte, o método não garante resultado. Você financia um pintor, não sabe o que ele vai fazer. Pode ser um borrão de tinta. E ainda mais, valendo tudo. Você copia revista e ganha dinheiro com coisas absurdas. Fica muito difícil. Quando se ganha dinheiro com esse Shoping Villa Lobos aqui e com aquele prédio que está na frente, o que você faz com um aluno, não é? Quando os nossos professores, meu Deus, chupam projetos de livro, de revista!

(1) CONDE. Arquiteto, prefeito do Rio de Janeiro, entre 1997-2000.
(2) KATINSKY, Júlio Roberto. Professor titular da FAUUSP.
(3) PADRE LEBRET – Sociólogo francês, contratado pelo governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto, na década de 50, para planejar a área metropolitana da cidade de São Paulo. Formou equipe em que atuava vários dos professores da FAUUSP.
(4) REIDY, Affonso Eduardo – Arquiteto de escola cívica, participou de equipe que projetou o edifício do Ministério da Educação e Saúde em 1937 e atuou até a década de 60. Entre seus projetos mais famosos estão o conjunto residencial popular do Pedregulho (Gávea) e o Museu de Arte Moderna do Parque do Flamengo, todos no Rio de Janeiro.
(5) LASDUM, Sir Dennys – arquiteto inglês.
(6) MOTTA, Flávio – Professor titular aposentado de História da Arte do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, atuante desde sua fundação até a década de 80.

FLÁVIO MAGALHÃES VILLAÇA



Arquiteto e urbanista. Professor titular de Planejamento Urbano e Regional aposentado e orientador na PG da FAUUSP. Assessor em planejamento urbano. Autor de A terra como capital (*Revista Espaço e Debate*, 1985), *A crise do planejamento urbano* (Perspectiva, 1995), *Espaço intra-urbano no Brasil* (Nobel Fapesp, 1998).

Flávio Villaça: Do que nós conversamos até agora, ficaram algumas coisas. Uma foi essa relação entre o ensino de planejamento na FAU e a realidade social brasileira. Outra é essa questão do desenvolvimento do ensino de planejamento na pós, esse suposto desenvolvimento. Realmente o número dos orientadores do grupo de disciplina de Planejamento Urbano e os alunos matriculados na área de concentração de planejamento urbano é relativamente grande. Porém, se a gente for olhar de perto, a maior parte desses alunos não estudam e não investigam planejamento em si. Na verdade, está desenvolvendo história da cidade, história do planejamento, história do desenvolvimento urbano brasileiro. Acho que é maioria. O planejamento, mesmo, vai estar bastante atrofiado, vai se assemelhar um pouco à área de arquitetura. A chave da questão é essa relação entre o ensino do planejamento e a realidade social brasileira. Sintetizando, como não há planejamento na realidade social brasileira, fica muito complicado ensinar planejamento na faculdade, na universidade, na pós-graduação. Na verdade, o ensino de planejamento na pós-graduação, ou na própria graduação, é uma coisa completamente kafkiana. Várias vezes nos últimos anos, tenho refletido sobre isso. Em poucas palavras: como ensinar uma coisa que não existe?

Não existe planejamento urbano no Brasil. Então ensinar o quê? Como não há o que ensinar, os urbanistas escapam para geografia urbana, para análise urbana, para história urbana, para tudo isso que rodeia o planejamento, mas que não tem nada a ver com o planejamento.

Pode ser fundamental: é claro que é necessário conhecer geografia urbana, claro que se precisa conhecer história urbana, mas com isso o planejamento fica sucateado.

Maria Irene: Planejamento não tem nada a ver com urbanismo? Isso porque você diz que a história do urbanismo é feita.

FV: É história do urbanismo no sentido da história urbana, da evolução das cidades. A história do urbanismo é bem desenvolvida, mas faz parte desse refúgio no qual o pessoal de planejamento refugia, na inexistência do campo da prática do planejamento. Não existe a prática do planejamento, na sociedade brasileira. Veja que coisa paradoxal, o campo mais desenvolvido no planejamento urbano brasileiro é o zoneamento. No entanto é o campo que menos teses e dissertações gerou. É um campo assim muito vinculado a mercado, mas pouco atraente para teses e dissertações. Então a gente vai ser obrigado a desdobrar um pouco o planejamento. Então há transportes, há a parte de habitação, a parte de uso do solo e zoneamento; e há a parte de plano diretor, há a parte de desenho urbano. Desenho urbano é outro que não existe na prática brasileira. Então um curso de desenho urbano é totalmente calcado em hipóteses, em imaginações, desvinculado da prática política, porque são todas práticas do Estado. O desenho urbano tinha que ser uma coisa que viesse do Estado. Não é porque um arquiteto faz um conjunto, digamos, muito bonito, na marginal do Pinheiros, que ele está fazendo desenho urbano. Quer dizer, naquele sentido de que há um estado, uma prefeitura, enfim, um poder público que traça diretrizes para conseguir um conjunto de vários arquitetos, um conjunto harmonioso. Ou, então, mesmo que seja de um único arquiteto, um conjunto grande, significativo. As obras de renovação urbana que se faz na Europa, nos Estados Unidos, as obras de cidades novas que se faz, enfim, o desenho urbano não pode ser considerado um pequeno conjunto de edifícios. É preciso ter uma escala maior. E isso, positivamente, também não existe no Brasil. Então, diante desse dilema, e também da inexistência do planejamento urbano no mercado, acho que os interessados na cidade vão desviando para teoria ou para história urbana, principalmente a história. Grande parte dos alunos que eu orientei, fizeram história da cidade. A ponto de muito freqüentemente, quando se entra na parte de conceito, erram os sinônimos: o estudo do espaço urbano, que na verdade é geografia urbana, é chamado de planejamento urbano. O planejamento foi completamente esvaziado da sua característica de ação. Porque o planejamento é ação do Estado.

MI: Você considera que um Prestes Maia não foi um planejador ou um Anhaia? Ou melhor, as idéias do Anhaia na teoria?

FV: O Anhaia, menos. O Prestes Maia foi. Ele foi, pelo menos ele procurou, tentou ser e provavelmente foi. Do ponto de vista de uma produção de planos conseqüente, ele provavelmente foi o maior planejador que houve no Brasil. Porque nenhum planejador teve planos tão executados quanto o Prestes Maia. Não me ocorre nenhum planejador outro.

Jorge Oseki: Flávio, você já orientou projetos?

FV: Não. Desenho urbano? Olha, desenho, projeto de edifício não, para mim não. Então, projeto de desenho urbano, não. Nunca peguei nenhuma orientação, e nunca participei de nenhuma banca... Ah! Uma, uma, Ferdinando Rodrigues. O Ferdinando é de Niterói, ele se doutorou aqui na FAU, eu fui membro da banca de mestrado e de doutorado dele. E a tese dele foi sobre desenho urbano em Niterói.

Wilson Jorge: Flávio, por que entidades como a Emurb, que produziram tantas propostas de renovação urbana, projeto urbano como áreas da Água Branca, por que isso não vai para frente?

FV: Ah, operação urbana.

WJ: É, eu vi o projeto deles e aparecem, inclusive, propostas volumétricas, ligando-se diretamente ao desenho urbano. Por quê entidades como a Emurb, que seriam braços da prefeitura de São Paulo, não conseguem bancar esse tipo de coisa?

FV: Pois é, isso é a fragilidade da ação da prefeitura, da ação do Estado, do Brasil, em atuar sobre a cidade.

WJ: Mas por que, se ela tem instrumentos importantes?

FV: Não, não é por aí. Trataria aí da tal célebre vontade política. Agora tudo desemboca na vontade que falta, na vontade política. Mas de onde vem a falta de vontade política? Da falta de poder político dos setores da população interessada nesse tipo de problema. Desviando um pouco para as parcerias, com o seu advento, de uns 10 anos para cá, o campo do desenho urbano seria fértil para parceria entre o setor imobiliário, a iniciativa privada e a prefeitura. Acontece que qualquer tipo de parceria, qualquer tipo de associação do setor privado com a prefeitura (ainda mais num tipo de atividade que envolve enorme quantia de dinheiro e enormes lucros), em ambientes corruptos, como o do Brasil, não vinga, não vai. As próprias operações interligadas, que é um tipo de atividade que envolve negociação entre a prefeitura e o poder público em atividades imobiliárias, esbarram nessa questão da corrupção. Então, as prefeituras, o poder público no Brasil ficam sem condições de ter propostas, sem condições de se envolverem em propostas de parceria. Veja, não é nem questão de recursos. Porquanto os recursos viriam da iniciativa privada, para grandes projetos urbanos, aí sim, de desenho urbano. As nossas prefeituras não têm a menor ação sobre a condução da cidade. Mesmo para uma parceria, elas têm que ter as rédeas na mão. Por que se vai dizer: parceria em torno do quê? Para fazer o quê? Com quem? Que tipo de parceria? Tudo isso teria que partir da prefeitura. A iniciativa de montar a parceria tem que caber à prefeitura. Ela teria de inserir essa parceria em um contexto de planejamento, de política urbana, mas que as nossas prefeituras não têm nada. Então, sequer tem condições de fazer parceria. Agora não sei. Vamos entrar no Maharishi?

JO: Essa turma radical não! O teórico utilizado era agressivo na verdade?

FV: Tenho umas idéias a respeito do Maharishi. Fico surpreso de que até agora não tenham sido mencionadas. Eu acredito que se possa interpretar o Maharishi do ponto de vista do materialismo histórico. Acho que o materialismo histórico, não vou nem falar de Marx, é uma megateoria, uma macroteoria. Tão ampla que ali cabe tudo, é uma *Bíblia*, cabe tudo. Porém, há mediações, e tem um longo caminho a ser percorrido para ligar um com o outro e eu não estou a fim de fazer isso. Mas fico surpreso, no caso do Maharishi, com a quantidade de propostas de censura. O que se propõe para o Maharishi é a mais odiosa de todas as censuras, que é a censura estética. Eu fico pasmo de ver que isso não é discutido, não é levantado. Não é abordado que arquitetos estejam propondo censura estética.

WJ: Pois é, de início isso foi levantado na defesa pelo empresário, o Mario Garnero. Numa defesa que ele faz na *Folha*, retrucando um artigo do Marcelo Coelho e dizendo que ele estava entrando num campo estético.

FV: Pode entrar no campo estético, no campo da cultura, tudo bem. Mas propor a censura estética, vetar um edifício, invocando para isso que não se está de acordo com a proposta arquitetônica, com a linguagem arquitetônica, seja lá com o que for, é censura estética.

JO: Mas, imaginemos que esse arquiteto da torre fosse um arquiteto extremamente talentoso, que fosse um dos melhores do mundo, quer dizer, como não há crítica, se fosse essa maravilha, a gente falava "está bom"?

FV: Não, e há a recíproca também, está cheio de aberrações. Dos pós-modernos, ninguém até agora falou. Não me conformo com aquele shopping que tem ao lado do Shopping Morumbi, o Market Place. Nunca ninguém falou daquela aberração.

Aí já é uma questão de coerência. Não estou propondo que vá se vetar aquilo lá, certo? É uma questão de coerência. Veja, há duas críticas claramente de duas naturezas. Uma é a da natureza estética, quanto ao projeto em si. E outra quanto à questão do impacto urbano. Essa questão do impacto urbano é uma questão de diálogo entre a prefeitura e o empreendedor. Porque se fica atacando sobre possíveis efeitos sobre o tráfego, mas já existe, mais do que definida, uma posição na prefeitura de que os empresários devem pagar pelas obras necessárias à absorção do impacto de seus empreendimentos e tal. Já há dezenas de precedentes: o Shopping Aricanduva pagou o impacto, o Shopping Butantã pagou o impacto, em vários empreendimentos privados, os empresários pagam pelas obras necessárias à absorção do impacto. Então, a prefeitura teria que fazer todo estudo necessário, para absorver o impacto desse edifício, e definir o que o empreendedor tem que pagar. Eu me lembro de uma operação interligada de um shopping, não era bem um shopping, era um *outlet*, era um empreendimento do gênero, gigantesco, que um empresário pretendia, mas essa operação interligada não vingou. Ele pretendia fazer na marginal do Tietê, no cruzamento com a via Anhanguera, do lado de fora do rio. Ele se propunha até a duplicar uma ponte sobre o rio Tietê para absorver o impacto. Então, a prefeitura é que tem que definir. Aí abre-se audiência pública, abre-se todo debate que for necessário haver. A prefeitura tem que ter estudos, ela tem que apresentar pesquisas, estudos, para definir esse impacto. E ela tem que saber o que esse empresário vai ter que pagar. Agora, o que vai ser esse impacto, eu não sei, a prefeitura é que teria que estudar.

WJ: Flávio, você foi um dos primeiros a propor que uma cidade como São Paulo, que está tão malcuidada, melhorasse sua cidadania. Como você acha que deveria ser proposta uma discussão com os atuais candidatos a prefeito, com relação à cidade que precisa ser reconstruída? Não é só uma questão de cuidar do aspecto social em si, da população, que está praticamente abandonada à sua sorte, mas de como trazer à tona também uma outra questão que, inclusive, não atinge essa população. Porque sem isso também é difícil imaginar alguma intenção clara nesses grandes projetos urbanos.

FV: Para ir fundo, bem ao fundo da questão, o Brasil paga um preço absurdamente alto pela desigualdade social. O Brasil é o país que apresenta os maiores desníveis de renda do mundo. E o problema não é só desnível de renda, é o que é associado a ele: desnível de poder político. Um poder dessa minoria dominante, que abusa do seu poder. Desde corrupção até esse abuso dessa nossa elite que vai levar também a um domínio exagerado das forças do mercado. Isso tudo está muito articulado. Os desníveis de poder político, os desníveis de renda estão articulados. E uma elite que se acha toda poderosa e no direito de fazer mais ou menos o que bem entende, sem dar grandes satisfações para maioria. É uma maioria que está num desnível enorme dessa pequena minoria, o que faz com que a nossa sociedade seja realmente constituída de dois mundos muito diferentes. Que realmente não se entendem. Daí o nosso Estado ser fraco. Porque temos elite que é totalmente voltada para o mercado. Na Argentina já não é tanto assim. Eles têm um Estado

que atua um pouco mais, têm prefeituras e uma atuação do poder local sobre a cidade. Não é esse desvario, essa loucura que é aqui no Brasil. Esse abuso da elite é exatamente também deixar tudo por conta do mercado, e um mercado de capitalismo selvagem, um mercado de Terceiro Mundo. São Paulo é uma cidade fruto de um mercado atrasado, de um capitalismo selvagem, é um caos essa cidade, é uma tristeza realmente.

JO: Flávio, e a pós-graduação?

FV: Você veja o paradoxo. Porque a pós-graduação acaba sendo o antimercado. A pós-graduação é o refúgio daqueles que não estão atrelados ao mercado. E nesse sentido ela produz crítica. Ela produz muita reflexão, ela tem produzido muita reflexão, porém não sobre crítica de arquitetura, de projeto. Nesse sentido, ela não é o antimercado. Enquanto em toda outra esfera da história urbana, mesmo do desenho urbano, do urbanismo, do planejamento urbano, ela é o antimercado; no projeto do edifício não, ela ainda está amarrada ao mercado. E como tal, ela não produz um corpo de teoria crítica que seja consistente, desenvolvida, e tudo mais.

WJ: Nessa lógica nunca haveria uma crítica na pós-graduação, uma crítica de arquitetura. Porque os arquitetos sempre estão ligados a projeto. Se é por aí, a influência do mercado continuaria na pós-graduação.

FV: Não, eu não digo que nunca haveria. Eu digo: há uma força muito forte que dificulta o desenvolvimento da teoria e da crítica do projeto. Até que ponto e até quando essa força vai continuar dominando, eu não sei, não tenho maiores análises a esse respeito. Eu não diria "nunca vai ter" Porque no Primeiro Mundo existe o mercado, porém este mercado não castra a crítica, a reflexão, etc.? Então, nós caímos no nosso capitalismo atrasado. Caímos naquela nossa elite, que é restrita, é pequena e não dá chances para maiores reflexões. Então, por que a gente tem essa elite restrita?

WJ: Desculpe, quando você fala elite você está também considerando os arquitetos... ?

FV: Sim, é essa elite que define o mercado. E que também produz um governo fraco, um Estado fraco, pois ele próprio não tem grandes obras. O nosso Estado, em termos de obras públicas, não tem quase nada.

MI: Posso polemizar um pouco? Eu tenho opinião contrária. A sociedade brasileira foi constituída pelo Estado na época colonial. E o Estado é utilizado pela elite, nacional e estrangeira. E o Estado faz aquilo que a elite se propõe como política. Então, quando interessa às elites, o Estado deixa o planejamento de lado; na hora que interessa ele age. Você não pode dizer que o Estado brasileiro não tenha planejamento. No plano federal, ele teve uma política muito planejada. Da mesma forma, nas cidades, o planejamento que ocorre é esse. E acho que é muito mais do que algo que a gente possa atribuir às elites, porque a gente nem sabe quem são as elites hoje. Quem é que manda, efetivamente, nesses negócios que se realizam na sociedade? A classe média é empregada dessa gente e aceita. Alguns arquitetos são cooptados facilmente. De forma que eu acho que a nossa situação é mais complexa do que você traçou.

FV: Trata-se exatamente do Estado fraco. É o Estado que sucumbiu, que é totalmente dominado pela elite.

MI: Mas é um Estado que determina as regras. Ele faz as regras. E é por meio dele que a elite ganha.

FV: Mas é claro que sim. Mas isso não faz dele forte. O que faz o Estado forte ou não, pelo menos no contexto que estou querendo dar, é o seu nível de autonomia. É claro que nenhum Estado é autônomo, tudo bem. Então vamos dizer assim: nos países de capitalismo mais civilizado, o Estado tem um nível de autonomia muito maior do que no Brasil. E agora, quem são as elites? Tudo bem, podemos até dizer que está complicado definir, mas que elas existem, existem. Há interesses claramente definidos. E a gente vê por esses desníveis que há no Brasil, esse contraste violento que há no Brasil entre as obras – os espaços urbanos, etc. – para a classe média alta para cima e o resto da cidade.

Então você pode até dizer que as elites são essa classe, da classe média alta para cima, que define os sistemas viários, os viadutos, os minhocões, a política toda de transporte privado, que define a quantidade de shopping centers absurda que a gente

tem nesta cidade. Então são esses interesses dessa minoria, desses 10% mais altos, que a gente vê.
A Cidade do México tem um metrô três vezes maior que o de São Paulo. Então é o interesse dessa pequena minoria que comanda absurdamente o Estado. E esses minhocões todos, a quantidade de túneis. Eu estava com uma amiga argentina, e era túnel para cá, túnel passava por baixo, passagem subterrânea, e entra no túnel Airton Senna, ela ficou abismada: "*Mas que beleza, vocês estão muito mais adiantados do que nós.* Eu disse: "*Não, é que vocês não precisam disso! Apesar de todas essas obras, o tráfego de São Paulo é muito pior que o de Buenos Aires.*"

WJ: E você vê: o que a Secretaria de Transportes propõe como plano de transporte para o ano 2020, daqui a 20 anos? O metrô é absolutamente irrisório. Eu fiquei espantado quando vi aquele álbum todo bonito, trabalhado, com uma inserção pífia do metrô para daqui a 20 anos. Se esse governo prevê para cidade um aumento irrisório do metrô, o que a gente pode esperar do futuro da cidade?

JO: Flávio, eu queria que você encerrasse com perspectivas para a pós-graduação.

FV: Bem, eu acho que a especialização vai ser inevitável. A fragmentação, tanto da graduação como lá da pós-graduação. O problema é da articulação do ensino à sociedade. É difícil a pós-graduação avançar numa sociedade assim tão atrasada.

JO: Como seria, vamos dizer assim, uma pós-graduação dos seus sonhos?

WJ: Sonhos possíveis.

FV: Aquela em que houvesse maior entrosamento realmente, entre a população e os problemas de ensino. Um pensamento mais vivo, mais real.
Não sei se vocês viram aquele pessoal do Uruguai que esteve aqui, a forma de trabalharem ao vivo com as comunidades. Estão fazendo um planejamento de base, de baixo para cima e não de cima para baixo. E um envolvimento realmente muito vivo, muito real, muito concreto, com as minorias urbanas, com as populações e tudo mais. É um negócio muito difícil, mas eu acho que seria um caminho, um movimento muito mais vivo.
Não como um laboratório, não entender a favela como um laboratório, que a gente vai lá e pesquisa, mas uma participação bem mais profunda.

WJ: Quem deveria escolher os temas das dissertações e das pesquisas de doutorado e mestrado? Porque hoje, normalmente é o candidato, é o aluno da pós-graduação que propõe. Você acha que deveria haver alguma orientação, para se convergir toda essa produção de conhecimento?

FV: Acho que continua sendo o aluno e o orientador. Mas precisaria haver um contexto, a partir de grupos de pesquisa. Poderia haver trabalhos em equipe, mais estruturados e mais montados dentro dos quais os alunos se inserissem, em equipes, em trabalhos de equipe. Inclusive com programas a longo prazo, como as ciências exatas fazem.
As ciências exatas, como tem aí equipamentos de milhões, etc. planos a longo prazo, equipes grandes. A gente precisava muito disso.

JO: A própria forma, Flávio, como a gente dá aula também não é legal, não é? Os exercícios complementares, a gente faz mais fora da FAU do que dentro da FAU. Isso também podia se fazer de um outro jeito.

FV: Pois é, mas isso se corrige em grande parte com o trabalho em equipe. Então as próprias disciplinas, tudo isso, elas não seriam fragmentadas como é hoje. Não é a linha pessoal de cada professor, mas sim uma linha de equipe, de grupo, e um grupo pode inclusive ter planos a longo prazo para produzir pesquisas de longo prazo. Mas um grupo articulado, em que a pesquisa de um alimenta a pesquisa do outro. Então, há esse entrosamento das pesquisas se alimentarem mutuamente, de maneira que você consegue um produto final mais ambicioso e por mais longo prazo.

SYLVIO BARROS SAWAYA



Arquiteto e urbanista. Professor titular de Projeto de Edificações e orientador na pós-graduação da FAUUSP. Foi diretor da Empresa de Planejamento da Grande São Paulo – Emplasa. Entre seus projetos destacam-se a agência Sorana de Veículos (São Paulo), a residência de campo feita em taipa de pilão, de Gilda Morais de Oliveira (Campinas), e o templo da Igreja Messiânica Mundial do Brasil junto à Represa de Guarapiranga (São Paulo). Autor de *O espaço interdisciplinar* (Nobel, 1986).

Jorge Oseki: A CPG teve uma conversa com o Gasperini e ele disse que ia montar um curso de pós-graduação de projeto no Ceará, como todo mundo estava querendo. E eu falei: por que não temos um em São Paulo, se está todo mundo querendo aqui também? Então, uma pergunta é esta: por que tem sido tão difícil (é de fato difícil?) ou, o que exatamente a gente poderia fazer para ter, finalmente, um grande curso de pós-graduação em arquitetura propriamente dita? Nos outros centros existe conforto ambiental, ou avaliação de pós-ocupação, que entra como pesquisa em arquitetura. Mas não é arquitetura porque se não tem projeto, como tem no Japão, também não tem teoria de projeto.

Maria Irene: E como deveria ser?

JO: Falando o que Milton Santos[1] fala: que a Europa são diferenças unidas pelo passado, nós somos diferenças convergindo para um futuro; eu acho que deveria ser para um projeto futuro.

Wilson Jorge: Ou então divergindo para o futuro.

Sylvio Sawaya: Minha participação em pós-graduação começou em 1976, em Brasília. Fui dar cursos de mestrado lá, em tempo integral. A gente ficava o dia inteiro, os alunos tinham bolsa, e era aquele programa fechadinho. Aqui, em 1978, ocorreu uma transição qualquer, eu herdei uma disciplina, e comecei a dar. E nesses primeiros anos, entre outras coisas, eu usei um livro, que era em espanhol, *Ócio é um espaço não opressivo*, cujo autor tem nome grego, mas é um americano importantíssimo, que já era crítico da arquitetura moderna, esse autor que hoje é um dos papas, o nome não me lembro, acho curioso porque eu incorporei o livro. Há uma posição de crítica à arquitetura no lote, muito clara, nas minhas preocupações. E isso passa para a pós-graduação. E nisso ela foi absolutamente interessante. Porque dava chance de eu discutir com grupos específicos e com as gentes as mais curiosas, – ex-colega, gente mais velha que eu, etc. – os assuntos que iam surgindo. Deu para fazer a revisão do Carlos Barjas Millan, deu para voltar à questão de São Paulo, estudar o Pedro II, estudar o eixo do Tamanduateí: a gente estudava isso 10 anos antes desse atual trabalho. E uma série de questões: reprojetar a Praça da Sé, reprojetar o parque... Eu me lembro do primeiro projeto do José Magalhães para a Praça da Sé, do projeto do Joel Campolina para o Pedro II. Foi muito rico e eram projetos não no sentido de projeto acabado, mas de idéias de projeto bem-colocadas. Então acho que funcionou como válvula de escape, poder ficar discutindo uma coisa que não era muito aceita, que era quase a negação da arquitetura objeto, como sendo a confirmação de tudo. E ter um pequeno auditório com quem se podia discutir. E deve ter surgido algum resultado, porque os alunos se lembram, comentam e tal, apesar de ser uma coisa meio exploratória. Com relação à maneira de dar aula, é sempre uma maneira, mas agora eu estou tendo que modificar. Você começa com um assunto, esse assunto vai sendo discutido, apropriado, de repente o pessoal engata e aí sai a coisa. No final sai projeto, via de regra sai projeto. Não projeto, mas sai idéia de projeto nos cursos. Mas como é um curso de animação, de fazer o pessoal se envolver etc., nunca tive uma linha rígida, mas vai pegando, vai andando, até chegar aos interesses dentro de uma idéia central que você está propondo.

MI: Como você generaliza a partir daí? Como é que você poderia transferir essa experiência para um projeto envolvendo outros professores?

SS: Aí acho que eu me enquadraria dentro daquela linha que a Otília Arantes[2] chama de ciclo já fechado, que é o pessoal do contexto, o pessoal, num certo sentido, do *revival*, da ligação com a arquitetura anônima, essas coisas todas. Eu não sei até que ponto isso pode ser generalizado para todo mundo. Com certeza, o arquiteto *superstar* tratado pela Otília nunca passou pela minha cabeça. E também acho que recentemente, talvez a partir de 1990 para cá, começou a entrar a questão que o Júlio Katinsky está colocando agora, muito interessante: tem a arquitetura do cotidiano, que é anônima e que vem da definição de arquitetura da escola, 200 anos atrás, a arquitetura monumental, que são os elementos significativos, não necessariamente grandes, e, hoje em dia, a arquitetura promocional. Que já está na galeria Lafayette, já está nessas coisas todas, mas que é promocional, quer dizer, é uma arquitetura que

é um espetáculo, quase. Ela pode usar elementos monumentais, ela pode ser anônima, que é meio *kitsch*, mas ela tem um objetivo muito claro. A partir de a gente começar a perceber que isso existe, houve uma mudança no curso, na linha de querer começar a interpretar melhor a questão econômica, a arquitetura como realização econômica, quer dizer, como mercadoria, usando os termos da Ermínia.

MI: Ou do Marx?

SS: É, da Ermínia, que faz uso de Marx. E a oposição ao Marx, que é muito bonita, é de um dos melhores intérpretes dele, aquela questão de que o valor é infinito. A mercadoria é o resto, você pode medir. Então essa questão de valor e de mercadoria, na arquitetura, tem uma coisa muito interessante: o projeto, de fato, é uma agregação de valor; num certo sentido, infinito, por ter sido filtrado subjetivamente, recebido e transmutado subjetivamente, o que fica sempre proposto. Então, o projeto não é simplesmente o risco de uma coisa que vai ser construída, mas ele é um valor proposto às vezes no próprio desenho. Os desenhos do Mendelsohn[3] quando foram construídos, e do Sant'Elia, que morreu antes de fazer qualquer coisa, mas são incríveis; o Plan Voisin, são desenhos que propõem coisas, valores, modos de vida, tanto de uma maneira lógica como supralógica. Acho que o projeto é alguma coisa infundida, quando ele é construído, no arranjo de material, e fica berrando a sua condição eternamente. E isso leva você a ter referências muito antigas que fazem faces ao presente. A pirâmide atua, o templo grego atua sobre a gente como um elemento que está falando. E o Lúcio Costa vai dizer que esse elemento que fala é um elemento, mesmo quando perde a razão de ser, a função, o apoio social continua tendo uma poesia, questão levantada que acho muito bem colocada.

WJ: Mas, os templos gregos e todos esses testemunhos precisam ser entendidos também na sua época, para a qual foram construídos. Há aí uma mensagem a ser resgatada, não é?

SS: Há, o contexto eventualmente explica o projeto, mas isso não impede dele continuar atuando mesmo que o sujeito não entenda a explicação. O templo grego acaba tendo uma influência tão variada que a gente está ligado a ele ainda hoje, até sem saber. Há, na articulação de valor que o projeto propõe, uma coisa viva, que permanece, porque a memória, o homem enquanto memória, que se retoma de geração em geração, se recolocando e tal, recupera essas coisas e repropõe, mesmo que ele interprete de outra forma. O templo era pintado de vermelho, não sei o que, não é mais; é todo de mármore, assimilou-se ao mármore. Então você sente que aquelas formas, aquelas relações e aquela harmonia, etc., continuam tendo uma ação, subliminar. Aí não importa, não estou querendo ver qual seja. Mas isso faz com que você entenda o projeto como algo que se refere à construção. O Argan é que coloca isso. Mas que não é construção. E isso não é novidade nenhuma. Estava achando que ia causar uma celeuma, mas o Katinsky coloca: Não, isso estava indicado pelos primeiros: está no Boullet, nos revolucionários franceses. Eles cortam essa relação da técnica com a arquitetura...

MI: Cortam?

SS: Cortam, no sentido de dizer: não se confunde uma coisa com outra. Uma usa da outra, precisa da outra.

MI: Não se confundem, mas novas idéias contidas no projeto não decorrem também das transformações tecnológicas?

SS: Aí é o jogo dialético. Isso que é interessante. Quer dizer, você está lidando com valores como posições, e você usa das possibilidades que são abertas e expressa essas possibilidades pelo próprio elemento técnico, para fazer o seu discurso, etc., etc., mas são articulações distintas. Elas não se confundem. Há uma tese que vai sair agora, do Alessandro Ventura, muito interessante dizendo que a questão construtiva e técnica, etc., é que faz a forma no final. Mas, de fato, construir a forma, da qual está falando, é a própria forma. Não a forma enquanto formato, enquanto fôrma. Mas uma forma enquanto processo dinâmico que vai se transformando.

MI: Enquanto idéia, inclusive, de modo de vida? Com alguma coisa dentro?

SS: Envolve tudo.

MI: Dentro e fora do construído.

SS: É, porque o interessante da arquitetura é que ela sempre tem uma definição do que está dentro e do que está fora. Nesse sentido ela é uma referência central, ela é referência central não porque é um edifício, mas porque ela tem esses dois tipos de relação. Ela estica tudo que você quiser para fora, ela interioriza tudo. E no fundo as formas arquitetônicas são sempre ambíguas, porque elas servem para aquelas coisas que você pensou, explica. Mas elas são reapropriadas e se transformam, mesmo sem mudar a geometria. E vai sendo reinterpretada, retomada no tempo, na história, no local. Às vezes você pega a mesma forma, muda de local, ela vai dizer outra coisa. Aqui ela é libertária, aqui ela é opressiva. Então é uma discussão mais complexa do que simplesmente redecorrências. E sobretudo um projeto visto desse jeito, ele é um projeto em que você só está trabalhando com a transformação em si.

MI: Mas estamos falando em termos excessivamente gerais agora. Por que essa concepção de arquitetura? Nós precisamos aplicá-la em dois sentidos. Primeiro: a sociedade brasileira e a atualidade. Como é que isso se amarra com o nosso presente e até com o nosso futuro? E segunda coisa: como é que esta amarração se traduz no nosso curso? Se nós pretendemos fazer alguma coisa, se temos um projeto para o nosso curso de pós-graduação, como é que essas concepções se integram ao curso?

SS: O projeto é uma coisa que embute a arquitetura e deixa ela viva sempre. Então, quem faz o projeto, quem explicita o projeto, e aí é necessariamente o arquiteto, está sendo intermediário da realização da arquitetura. Bom, e como a gente vai trabalhar essa questão de fazer projeto? Se ele quer ser essa coisa viva do Mendelsohn e tal, há três coisas. Primeiro, o projeto usa da construção, e precisa saber mais da construção do que ninguém, para poder ser realizado, mas ele não se confunde com a construção, ele se refere. Segundo, o projeto rege os conhecimentos de que necessita para se realizar, ele não usa da estrutura pronta desse conhecimento, ou daquele, para depois acontecer. Ele surge da indagação da possibilidade daquilo que pode ser. E nessa procura do pode ser, fala: preciso saber a base social, preciso saber a geologia (se tem matacão lá embaixo, senão a estaca não entra) e assim vai. Então ele vai mergulhando e catando de todas as áreas, o que interessa, a economia, etc., etc., para poder se consolidar e surgir como proposição. E a terceira questão, o projeto, qualquer que seja o tamanho do objeto que você está fazendo se relaciona com o espaço todo. Não existe o projeto da escala regional, o outro da escala urbana, essa especificidade, como diz o Milton Santos, é invenção malévola dos geógrafos. Em nível de projeto, você faz um banco na praça e muda a praça, aquela praça mexe na cidade, a cidade mexe... e assim vai. O exemplo mais típico é fazer uma torre no centro de Paris e mexer no mundo. Então você tem um poder...

MI: O banco mudar a região eu já acho excessivo. Você muda um símbolo de Paris e seríamos atingidos até que ponto?

SS: Isso é só para mostrar o seguinte: você tem que trabalhar essas três coisas. Reger os conhecimentos para se realizar, saber que se relaciona necessariamente com todos os tamanhos de espaço, todas as porções do espaço, direta ou indiretamente, mas se relaciona. E que você se refere à construção, usa-a. É necessário materializar ao máximo. Mesmo qualquer desenho que você faça tem uma hipótese de construção por trás, senão não funciona. Mas o projeto ultrapassa a construção. A própria obra feita, na hora que você fez o arranjo do material, aquilo fica berrando. São três elementos. Esses três elementos dão algumas características ao ensino. Primeiro: a gente tem que exigir uma base técnica muito grande. Porque, sobretudo hoje em dia, você muitas vezes faz o projeto sem saber como ele vai ser construído. Você está propondo uma maneira, mas na hora que ele for acontecer, daqui a 2 anos, aquilo que você propôs como vedação já não dá mais, surgiu outra coisa, e ele tem que ser reprojetado, adaptado para usar aquele novo processo. Então, a base técnica de que a gente falava, a tecnologia nova, progressista, vai abrir os campos. Hoje você tem uma indagação técnica em aberto, que você insere o que quer fazer, mas não sabe direito, vai ter que acompanhar para ver o que dá. A segunda coisa: você tem que ter a

perspectiva de indagar a possibilidade do que quer fazer. E, ao mesmo tempo, de poder recorrer a todas as áreas do conhecimento necessárias para isso. E terceira: não adianta trabalhar o projeto numa escala única. Tem que fazer essas referências, de algum jeito, inclusas, explícitas, o que for, mas ela acontece.

WJ: Não adianta ou não deve?

SS: Eu achava que antes não devia, agora que não adianta. Porque, mesmo se o sujeito pensa que não está usando as escalas, ele está. Então é melhor tratar de explicitar isso: como é que eu estou usando. E aí tem uma coisa curiosa, que tem a ver com a FAU. Na FAU, por exemplo, eu estou preocupado com essas coisas e eu sou um sujeito que desenha. Eu nunca fui tempo integral porque eu queria poder projetar, um pouquinho, mas eu sempre fiquei desenhando. É o que me prende, o que me dá sustento. Não financeiro, é o que me dá apoio em qualquer elocubração, que é trabalhar o processo da forma. Agora, há pessoas na FAU que fizeram trabalhos interessantíssimos, aquele Guerra, não sei, aquele orientando da Ermínia, naquele livro sobre o processo da construção civil no Rio de Janeiro. Eu esqueço o nome dele.

MI: Queirós Ribeiro.

SS: Na época eu ficava arrepiado. Ih! Esse pessoal está determinando tudo. Não vai mais ter arquitetura para fazer, porque tudo é condicionado pelo capital, imagina. Hoje, lendo aquele livro eu fico extasiado, porque começa a usar um monte de referências importantíssimas, para você entender exatamente a escala. Os prédios acontecem assim por quê? Os prédios estão relacionados com esse processo, com isso e com aquilo, não adianta querer inventar um outro prédio diferente, se ele é expressão de um processo.

MI: Então você está falando em escala não só em termos físicos.

SS: Ah, é espaço social, sim. E é num sentido do espaço social, é como tradição da apologia cultural.

MI: Digamos, forças do capital definem esse processo?

SS: Sempre! E na hora que você pega essa contribuição específica, desse pessoal que foi trabalhar a renda da terra, foi trabalhar nessas coisas todas, que pareciam áridas, distantes do projeto, etc., e ela conflui, para você entender a escala do projeto, começa a dar um diálogo interessantíssimo. Há o pessoal que foi fazer o recenseamento da arquitetura moderna antes do pós-moderno? Tem o pessoal da arquitetura da desculpa, destes últimos 30 anos: pedem desculpa por tudo, porque não puderam fazer nada. Então você tem uma outra corrente na FAU, lindíssima, que vai fazer o quê? Verificar, discutindo do pós-moderno para depois. Vai falar: "*Vamos ver como isso começou no pós-guerra e no nosso nascedouro urbano afirmativo.*" Aí eu queria juntar um pouco a questão da divergência e da convergência. Parece que na FAU, nesse processo de cada um poder fazer o que queria na pós-graduação, cada um pode abrir seu campo de indagação, cada um querer afirmar seu grupo, crescer como paisagista, como isso e aquilo, houve uma grande divergência, no sentido de abrir para muitos lados. Mas, humanamente falando, você abre e depois fecha. Então acho que está começando a haver uma interação disso daqui, e está tudo fechando.

MI: Isso ocorre na sua cabeça, mas entre os professores também?

SS: Não, acredito que não. Mas eu estou percebendo que isso acontece. Porque eu comecei por mim. Eu começo recorrer a tudo isso.

WJ: Sylvio, do seu ponto de vista, se isso é uma convergência positiva, você deveria acelerar o processo, o seu processo de integração na pós-graduação, na sua influência, e a valorizar essa convergência.

SS: Eu gostaria muito! Primeiro, a gente não está trabalhando com uma faculdade qualquer, falando agora da FAU. Depois eu posso falar da pós-graduação em geral, pela minha experiência de Guarulhos. Na FAU é claro que você está no local de maior riqueza acumulada de conhecimento, de perspectivas, os livros básicos saíram daqui via de regra, a nossa biblioteca... assim vai. Então você tem uma riqueza divergente incalculável. Você tem pessoas interessantes, muitas vezes separadas por bobagens, por cores,

por nuances, por tipo de jeito: um anda rápido, o outro anda devagar, etc. Tudo isso vira questiúnculas, quando de repente isso daí é uma base ativa de conhecimento e de convergência muito forte.

WJ: Sylvio, nesse artigo da *Folha de S. Paulo* que estava em minha bolsa, há um projeto, "Brasil 500 Anos de Arquitetura" que o Roberto Montesuma[4] está coordenando em nível nacional. E nele não aparece um só representante da FAU. Quer dizer, se aqui nós estamos com a maior riqueza em criação, em contribuição cultural para arquitetura, por que num projeto que se propõe a fazer uma avaliação dos 500 anos de arquitetura do Brasil não é chamado um profissional ou professor da FAU? Olha só: Universidade do Pará, uma pesquisadora da Alemanha, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador independente do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Carlos (USP – São Carlos), Universidade Católica de Santos e Universidade Anhembi Morumbi. Quer dizer, numa proposta que pretenda fazer essa revisão dos 500 anos de arquitetura no Brasil, um projeto nacional junto ao governo federal não aparece a FAU. O que acontece?

SS: Eu não li esse artigo, mas o Montesuma via pessoal da Anhembi, etc., me procurou para obter apoio de Guarulhos, que vai dar apoio para eles também, para fazer, por causa de relações e tal. Só que os professores que dão aula na Anhembi Morumbi, ou que ele está acionando aqui em São Paulo, geralmente, são todos formados pela pós-graduação da FAU. Ou foram alunos da FAU na graduação e depois pós-graduandos, doutores, etc. Então, a FAU pode não estar diretamente, mas eles não têm jeito, eles têm que recorrer à FAU de um jeito ou de outro.

WJ: Quer dizer, você aponta que mesmo não querendo, eles acabam voltando às raízes?

SS: Ou que tiveram que pedir para mim. Eu não sou FAU, eu sou Guarulhos naquela hora. Mas também eu sou FAU. E vieram falar comigo. Foram os meus orientandos na FAU, que estão lá, que pediram. Então a FAU tem uma ...

WJ: Conta um pouquinho dessa representação evidente da FAU na cultura de arquitetura no Brasil, do processo de formação, de pesquisa, e ela não é chamada. É algo inacreditável.

SS: Há dois aspectos. Um: há a concorrência, quer dizer, é tão grande, é tão poderosa que o pessoal cai fora porque tem medo do outro, de ser engolido, ou de não conseguir se expressar corretamente, quer criar o seu caminho próprio por fora.

MI: Usa, mas não reconhece?

WJ: É, quer dizer, a FAU é a esfinge: me compreenda ou eu te devoro.

SS: É, pode até ser. Mas é mais oportunista, quer dizer, o "*vamos por fora desse caminho, que esse caminho é mais difícil*" Enfrentar esse pessoal? Agora, há um reverso dessa medalha, que é cruel. A FAU não sabe se conectar para fora. Ela é entrópica. Os seus membros estão lá fora, atuam, participam, têm presença. Aí chega aqui, anulam ação de força, entendeu? Um briga com o outro, coisa que fala com o outro, e tal. Em vez da gente pegar e valorizar o que tem, não valoriza. A FAU surge em 48, de uma origem politécnica muito importante; o Nestor fez essa análise. Quer dizer, é quando você troca o racionalismo pelo modernismo. Um dos motivos que levaram à existência da FAU é isso. Ligada à velha história de que a Belas Artes tinha que se libertar da Politécnica, e tal, mas isso daqui é meio que um discurso, e, de fato, não vale a pena discutir até que ponto foi importante essa separação ou não, é mais complicado. Mas a FAU surge, com uma certa independência, no momento em que a afirmação da arquitetura se dá plenamente como instrumento de contemporaneidade do país. Mas isso não é mérito nosso, é mérito, sobretudo, do Lúcio Costa e de toda visão que ele teve de todos os arquitetos, inclusive Artigas, que estão espalhados por aí. Mas é um sujeito que entende o que está acontecendo no mundo e consegue traduzir isso aqui, escolhe uma certa tendência que ele percebe ser útil para fazer a afirmação cultural, a promover, dá a bandeira da urbanização, etc.

WJ: E o contexto desenvolvimentista do JK?

SS: Não, é antes disso. Você pega o rabão.

MI: E o Anhaia? Não foi o Artigas que fundou a FAU.
SS: Não, foi o Anhaia. O Anhaia é interessantíssimo, eu acho. Também, porque a questão da modernidade é mais complexa. Porque o pai era politécnico. Mas fundamentalmente é o Anhaia, a interpretação urbana dele, a questão do Prestes Maia, aquela ligação toda. E sai a FAU. Então a mudança, a FAU, têm raízes mais profundas e o rabão coloca que o Brasil é importante na arquitetura moderna de 40 a 60, que ele é pioneiro no mundo. No Brasil acontece a arquitetura moderna que não está acontecendo nos outros locais. O pessoal vinha para cá para ver arquitetura moderna. Esse período é um período de afirmação voluntarista. Parece que a vontade é que define tudo. E há uma geração de gente formada sob essa égide, que é diferente dos anteriores que se formaram antes da guerra. Especialmente tipo Artigas, tipo o Anhaia, Eduardo Kneese de Melo[5] etc., são pessoas que sofreram muito para chegar onde chegaram, entendem o que quer dizer isso e sabem que isso vai ter que se transformar. Eu não esqueço o Artigas me catando pelo braço: "*Olha aqui, o pessoal pega umas coisas que a gente fala e transforma numa coisa tão doutrina, tão regra e acaba dando essas coisas malucas aí*" O Artigas, logo depois do negócio do concreto aparente, está fazendo uma crítica e o pessoal não faz. Esse período áureo, da formação da FAU e da formação dessa geração que vai fazer a FAU, é de uma geração que não tem crítica. Ela vive, ela se forma, é dedicadíssima à arquitetura, vai recusar mil projetos porque não está de acordo com isso, com aquilo, tem todos os méritos, mas ela não consegue sair dessa base de auto-afirmação voluntária, voluntarista. Isso marca muito a FAU. Marca pela afirmação disso por meio do aprender de um curso que era essas regras. Marca pela negação disso, também. E marca pela tentativa de entre a negação e a afirmação, de tentar descobrir o diferente. E aí gera a divergência. É por isso que eu acho interessante esse pessoal que está voltando para início do modernismo entre nós, quer dizer, depois da guerra e o pós-guerra. Eles vão começar essa história outra vez do começo e não vão ficar com essas divergências que surgiram. Se você olhar, a FAU é montada nessas divergências, a partir dos anos 60, já na divisão Sérgio Ferro[6] e Artigas, que se transforma numa divisão de arquitetura, mas que fundamentalmente era uma postura dentro do que estava acontecendo. O Artigas falou: "*Não entra nessa que vai morrer todo mundo. Vamos segurar um pouco, tentar sobreviver, nos enquadrar*" O outro "*Não, precisamos virar a coisa. É o sangue dos operários e tal*" Isso, então, é uma questão política, ela vira ideológica na tentativa de defender posições políticas. Na medida em que esse racha é meio interrompido pelo golpe, pelo exílio, por essas coisas todas, cassação, tal, você vai ter um tempo na FAU em que os instrumentos administrativos têm um grande poder, e tudo se amplia, cada grupo surge para um lado e para o outro. O projeto vai diminuindo diante das outras afirmações. Então, vai nesse processo de divergência. Então você tem uma postura inicial que nunca pôde ser criticada, desse período meio mítico, de um momento em que você podia fazer tudo – a grande arquitetura. Seja por negação, seja por afirmação, seja por tentar encontrar outro caminho. Só no final dos anos 80, quando o pós-modernismo acabou praticamente (eles já estão fazendo o recenseamento dele) é que você começa a ter maior abertura, começa a poder ler as teses com menos sectarismo, etc.
MI: Acabou o pós-modernismo, vai nascer uma pós-arquitetura?
SS: O próprio movimento cultural, intelectual, começa a ser recenseado já no final dos anos 80-90.
MI: Eu quero saber o que nós temos hoje.
SS: Hoje, um filósofo de quem eu gosto, mas que as pessoas dizem que é muito amplo, fala o seguinte: "*Acabou a ética de origens religiosas, seja ela da Igreja mesmo, seja do Estado enquanto Igreja, seja do bem público enquanto substituto de tudo isso.* Então, não mais ética externa: hoje ética por eleição. E isso coincide com uma coisa onírica, com essas idéias todas das tribos, etc., de que não há mais comportamento de massa, mas de grupos querendo se expressar, se encontrar. De massa não, de classes. Então, você está diante de dois processos: estatização violenta da sociedade e... O juízo estético hoje é

importante para todo mundo. O cara tem que se vestir de acordo com a turma dele, e se afirmar... É de massa esse fenômeno. De outro lado, diante da produção de massa, ocorre uma subjetivação por meio dos grupos, cada um tem de eleger a sua bandeira, sua coisa. Aquele sujeito lá vai dizer que ninguém quer andar mais bem vestido, todo mundo quer virar pobre, só que há aqueles que usam o pobre de seda.

MI: Como isso acaba repercutindo sobre a arquitetura em geral e sobre a arquitetura brasileira? E sobre o ensino da arquitetura?

SS: Isso abre uma chance para a arquitetura. Porque no pós-modernismo, mais fora do que aqui – aqui ninguém entendeu direito, caricaturaram, copiaram e ficou só o ridículo da coisa importada – ocorre fundamentalmente uma relativização de tudo. Não há mais passado, não há mais futuro, tudo é o presente. É interessante isso, é uma boa crítica. Não leva a muito, mas dissolveu um monte de coisa que era bom dissolver. Porém esse relativismo de repente, para nós, – no momento em que você liberta as linguagens, liberta a informação, abre, e tem de encontrar sua maneira de ser no mundo, que é coercitivo, impositivo – começa a exigir que a gente tenha posições, e começa a exigir que a gente tenha projetos, propostas, seja de grupo, seja de segmento, seja de ONG, seja do que for, e isso começa a ser mais expressivo do que o projeto fechado modernista, que era "*Sacrificamos tudo em função do futuro e negamos o passado porque ele é suspeito*" Ou do não-projeto pós-moderno, que é "*Vivamos e aproveitemos, seja o que Deus quiser*" Hoje temos uma chance, com a libertação das linguagens e com a necessidade de encontrar formas de expressão, para poder viver nesse mundo muito mais competitivo e tal. A gente tem uma chance.

WJ: O que significa essa produção de arquitetura? Sabemos que a participação direta dos arquitetos em projeto etc., o que se consome no Brasil é mínimo. As políticas habitacionais do Estado atingem centenas de milhares de pessoas com produtos muito ruins do ponto de vista do espaço urbano e do ponto de vista da própria unidade residencial, etc. Talvez uma orientação de conteúdo mais urbanístico pudesse dar uma função muito mais adequada à cidade do que as intervenções esporádicas e fracionadas de cada um querendo fazer, criar o seu símbolo para a cidade. Como você coloca essa sua posição bastante ampla da arquitetura, dentro desse quadro da produção da arquitetura, a do arquiteto e as demais?

SS: Certo! Um orientando meu, o Nunes de Azevedo, está terminando a tese, fez a análise da produção habitacional. Ele vai ver o seguinte. Antes do BNH (estuda o Nabil, Marta Farah, um monte de gente), nos IAPs, você tinha uma estrutura muito interessante de produção: o arquiteto, a construtora, o engenheiro, o cliente (é o IAP que tem o dinheiro na mão) e o usuário, ou seja, o funcionário. Então você tem uma arquitetura de excelente qualidade, afirmativa, modernista no melhor sentido, moderna no melhor sentido, ética, social, etc., produzindo monumentos que estão até hoje aí. O BNH chega e transforma isso num grande negócio. Acho que o grande negócio é o seguinte: junta todo o dinheiro na mão de um só, você aí tem de competir pelo dinheiro lá (não é mais o dinheiro local), de alguma forma de controlar o que está acontecendo. Oferece muito dinheiro, as estruturas preexistentes não agüentam e começam a virar *hidroservice*, começa a virar todo esse outro tipo de estruturação. Estou dizendo grandes firmas que vão viver em função disso. Como você tem comprador certo para o seu produto, porque ele é financiado, então o negócio é produzir, produzir, cai a qualidade, desmontam-se as equipes, e cada um vai tratar de ver o que ganha com isso. Ao terminar o BNH, termina o financiamento, ou termina a ação estatal dirigida, que alimenta toda essa estrutura.

WJ: Que não valorizava o projeto.

SS: Não. Ela valorizava o produto acontecido. Qualquer que fosse ele.

SS: Aí volta a haver, começa a haver mais competitividade, começa a haver a questão do mercado, e o preço, hoje em dia, importa. Importa se o apartamento de três quartos custa 10% a mais ou 5% a mais ou 5% a menos. Você ganha não é mais no giro do dinheiro, no contrato, na jogada,

não é nada disso. Você vai ganhar é no tempo de execução, na seleção dos materiais, não sei o quê.
MI: Então a parte técnica tornou-se mais importante?
SS: Importância violentíssima! Passou a ser muito importante, hoje, a coordenação de todos os elementos de projeto, e a exigência de quem compra passou a ser muito maior, porque ele vai escolher o vermelho e não sei o quê. Então você tem que acertar isso, a expressão da forma dos espaços vai pesar muito mais. Tentam, na hora que começa a surgir essa necessidade, recuperar o arquiteto como coordenador de equipe. Ele não consegue mais coordenar, pois ele desaprendeu. E nós desaprendemos aqui na FAU a fazer isso. Aí começa a se inventar: hoje tem um sujeito chamado planejador de empreendimento, que vai dizer como tem de ser a coisa em geral.
WJ: Você vislumbra diretrizes para essa convergência que aparece? O arquiteto precisaria voltar ao ...
SS: Mas o arquiteto perdeu o terreno, ele perdeu a condição de coordenar, como ele fazia antes de se dissolver no período BNH, mas ele começa a ser um elemento muito necessário nesse processo. O que mais me espanta no que o Nuno está levantando – afirmação dos construtores dos grandes empreendedores – é que o projeto de arquitetura existe em dois momentos: como momento inicial de proposição, para sair planta de prefeitura, para sair a planta que vai para o jornal, ter absolutamente corretas as especificações, senão essa questão do consumidor, ou da proteção ao consumidor, acaba com qualquer empreendimento. Elizabeth Goldfarb, que foi nossa aluna, uma grande arquiteta da área, disse: "*São doze projetos, projeto de fundação, de estrutura, etc., etc.*" O arquiteto continua fazendo o projeto até o fim e o entrega, só que esse projeto nunca vai ser usado, porque ele é muito complicado. O que vai para obra é o projeto de fundação, o projeto de estrutura, o projeto de hidráulica, o projeto de não sei o quê, a ponto de haver firmas, hoje, que separam pela cor os projetos. Cor marrom é chão, cor azul é... Para só ir a informação que o cara precisa ter para fazer aquilo. No processo de racionalização, para eles ganharem no tempo e poder fazer a coisa virar mais rápido pelo mesmo preço, ter uma produtividade melhor. Vai fazer a instalação do banheiro? Vem o sujeito com um saquinho, bota todas as coisas lá e acabou. No saquinho já está tudo certo, a quantidade de coisa necessária. Aí vem *dry-wall*, vêm as paredes que colam, e vem esse processo incrível de indagação técnica de importação de coisas lá de fora. E aí, o que está sobrando para o arquiteto de repente? Ele já não faz mais uma planta que vá para obra, mas ele é o sujeito que consegue fechar a idéia do que se quer, e ele é o sujeito que, se criar algum *feedback* com a obra, que é a grande reivindicação do momento, se voltar a interagir com a obra, voltar a acompanhar os processos da obra (pois vão mexer no projeto depois, na próxima proposta, e tal), é o sujeito que pode começar a crescer no seu papel, não de coordenador, mas de quem consegue ter a visão do conjunto. E, num certo sentido, ele pode recuperar uma condição anterior, de uma forma totalmente diversa, num outro momento. Isso na grande construção habitacional, e de edifícios altos e tal. O que seria importante para nós, nesse momento, na FAU? Está-se discutindo a questão de compatibilização de projetos? Trata-se de uma questão absolutamente atual. Como se compatibilizam esses projetos?
WJ: O hotel tem que funcionar bem, permanentemente funcionar bem. Então a questão não termina simplesmente na obra, mas você tem que antecipar o funcionamento para adequar o projeto. Porque o projeto traz em si a condição e o germe daquela história toda, funcionar bem ou não. O projeto tem que sair muito correto do ponto de vista dos interesses do próprio funcionamento.
SS: Mas ele não verá executado o seu projeto. Ele vai ser desmontado em projeto de painel, projeto disso, projeto daquilo.
WJ: Bem, a experiência ensina que é o contrário, você tem que trabalhar integradamente com todos os sistemas... Discute a proposta inicial do funcionamento, e vai continuamente reintegrando os diversos...
SS: Isso está perfeito. Mas acho que não nega o que quero dizer: você vai ter um cara que vai trabalhar

a questão das divisórias, ter um outro cara que vai trabalhar a questão dos revestimentos, dos carpetes.
MI: O arquiteto sintetiza a visão do trabalho. Divide o trabalho e depois recupera o conjunto? Não é só uma questão de montagem, é preciso...
WJ: Sim, mas você tem que saber antecipadamente a qual nível...
SS: Não, o hotel Ibis que veio pronto da França para cá, porque para construir era mais fácil, era mais rápido. Montaram em seis meses.
WJ: Mas o projeto foi revisto aqui, foi refeito aqui.
SS: Não é que ele veio pronto, o projeto, mas os elementos, as fechaduras, as coisas, eles importam.
WJ: Importa-se o que interessar: o que for mais barato, ou o que for adequado ao funcionamento.
SS: Ou o que se entrega no tempo necessário.
WJ: Hoje, num hotel em que nós estamos participando, em Guarulhos, os banheiros estão sendo feitos em Brasília, por uma empresa italiana. O projeto é integrado, agora as partes você monta e remonta.
SS: É isso que eu acho interessante desse momento atual, você percebe que... Então levado ao extremo, o que o pessoal do desenho industrial diz: o projeto da cabina de um caminhão Mercedes existe no seu esboço geral; depois ele é entregue para os vários elementos que vão produzir, que mexem um pouquinho aqui, mexem um pouquinho ali, e vão ajustando naquele escopo, entendeu? Isso não quer dizer que ele é menos preciso; ele é absolutamente preciso, mas você não tem mais aquela coisa de antes – você fazia o projeto e fechava ele todinho. Ele é dinâmico. Ele tem que ter manutenção.
WJ: Veja bem este edifício (FAU, Artigas): a estrutura dele foi transformada em aço por causa do tempo. Mas a idéia integradora permanece. Então, voltemos àquela sua idéia inicial de reintegrar, mas em torno dos critérios e da imagem da organização inicial dada.
MI: Isso faz parte do ensino de projeto, essa reintegração? Ou é uma tarefa interdisciplinar, porque a relação de tecnologia-projeto aí é muito estreita?
SS: Eu acho que a melhor solução seria a gente não ter mais essa divisão. Pode até ter departamentos, se precisar administrativamente. Mas nós devíamos trabalhar com os alunos de uma forma muito mais direta. E na questão das problemáticas de arquitetura, porque o que acontece é o seguinte: você não faz arquitetura concebendo diretamente formas e completando e não sei o quê. Você sabe disso, que não é mais assim? Nunca foi, aliás. Mas durante esse período de muita afirmação, que é uma exceção no processo, esses 20 anos, ficou essa idéia que a atual vontade regia. E aí ficou a disputa sobre essa idéia: é, não é, como é que fica? Hoje está na cara que é o seguinte: você concebe alguma coisa, a possibilidade é enorme; você faz uma indagação, a possibilidade é às vezes de algumas idéias, até chegar numa idéia. E isto concebido, vai se transformar numa problematização. E o trabalho de projeto nada mais é que, mantendo um gancho com essa proposta inicial, ir enfrentando esses problemas etapa por etapa. O que acontece no ensino? Não há problematização. Fica eventualmente na concepção, ou na expressão dessa concepção com maior ou menor detalhe, mas você não consegue chegar a esse nível de problematização. A ponto de correr perigo, não aqui, mas eu vi em Guarulhos acontecer isso, de meninos estarem saindo da faculdade e não perceberem que a arquitetura é uma questão de estrutura, uma questão da vedação, apesar de saber construir, de saber tudo. Eles acham que arquitetura é uma questão de aparência, e estão absolutamente ligados a esse mundo de espetáculo, do fenômeno de massa.
WJ: Las Vegas?
SS: Não, Las Vegas era interessante porque era uma discussão de linguagem. Era a abertura das linguagens, o reconhecimento das linguagens da sociedade, não mais aquela imposição: tem que ser isso. É maravilhoso. Acho que o Roberto Venturi[7] abre um caminho aí. A casa da mãe dele é uma casa interessante. Mas hoje não, hoje é a aparência pela aparência. É a redução ao efêmero da moda. Não que não seja moda, eu acho que arquitetura é moda, mas ela permanece. Então, de alguma forma ela é incorporada, é retratada, retrabalhada, ou reproposta, e sendo a mesma, vira outra coisa. Isso daí tende cada dia mais a escapar, se a gente não voltar para conseguir criar essas problemáticas.

MI: Mas você acha que isso poderia ser resolvido com ateliês tipo escritório de arquitetura, mais concretamente amarrados com a realidade, com projetos efetivos, encomendas a serem aceitas? Como é que isso poderia ser tratado, acima de tudo na pós-graduação?

SS: Eu acho que há uma pesquisa de projeto a ser feita. E a pesquisa de projeto tem alguns elementos importantes. Ela tem que ter uma produção de arquitetura nova, seja para o Estado, seja benemérita, seja o que for, mas que entre recurso e permita a gente poder funcionar e dar a resposta em projeto. Esses projetos serão projetos normais, usuais, etc., que vão funcionar como revisão e treinamento, e agenciamento das coisas. Podem ser projetos específicos que de repente só uma consultoria universitária do nosso porte pode fazer. Na universidade interage muita gente, muita especialidade, de modo que você pode solicitar um preço muito mais em conta do que lá fora. Sabendo organizar. Podem ser projetos especiais mesmo, significativos, fora do cotidiano, do anonimato, e tal, e esse escritório pode também alimentar e armazenar recurso para fazer pesquisas experimentais puras.

MI: Mas isso exigiria tempo integral, não é?

SS: Eu acho que sim. E se você tivesse um escritório aqui, que pudéssemos trabalhar nele, para aqueles que gostam de estar na faculdade e que querem desenhar, podia ser um caminho. Eu não sei se para os atuais estabelecidos seria, mas para muito jovem, que tem condição ainda, e para muita gente podia se converter isso. O sujeito que é funcionário da prefeitura, trabalhando lá, e um brilhante arquiteto, ele tem de trabalhar aqui se tiver o que fazer. Esqueçamos aquele negócio de que se estaria concorrendo, tirando o trabalho dos escritórios de arquitetura. Se você tiver uma estrutura de produção dessa, você estará afirmando tudo que há lá fora. Você estará dando a referência, estará armazenando conhecimento. Estará criando condições de atuação. Estará dando possibilidade de assessoria. Então, estrategicamente, é interessante você ter isso na universidade de hoje. Mas aí é quase criar uma empresa dentro da universidade, para fazer isso. E está cheio de empresa dentro da universidade por aí afora. E nós, longe disso. Então acho que é uma questão da prática efetiva. Outra questão que precisamos acostumar a colocar aqui na graduação e na pós-graduação: projeto não é objetivo de tese ou de dissertação, mas principalmente de tese; projeto é o objeto pelo qual vai se dar uma reflexão. E isso muda um pouco as coisas. Por exemplo, o Ventura cria uma série enorme de conhecimentos para fazer a tal da escola que ele vai defender como tese agora; faz a escola e no final diz assim: "*Eu fiz tudo isso, mas isso é episódico, o que eu quero mesmo é discutir a possibilidade de a gente fazer na indústria as coisas e depois montar lá fora.*" Isso é uma reflexão. Essa reflexão pode ser de cunho mais construtivo, técnico, etc., produtivo, como a dele ou pode ser mais ligado ao contexto do ambiente: o que significa? O que quer dizer? Para que serve? Então eu acho que toda essa produção nossa podia ser acompanhada de uma reflexão sistemática em cima. E não ficar naquela coisa que eu acho ainda um peso do período áureo, que uma vez feita, a coisa fala por si, não precisa dizer nada. Coisa nenhuma! Aí que você tem de explicar, discutir, ver criticamente, não no sentido destrutivo, mas no sentido de interpretar, de tirar as melhores conseqüências, ver qual caminho está abrindo. E essa reflexão em projeto, que eu tenho tentado fazer com os meus alunos agora, permite fazer isso. Primeiro, o sujeito quer fazer um projeto, tudo bem, vai fazer o que seja razoável e tal. Ele vai usar tudo aquilo que precisa para fazer projeto da forma mais livre. Feito o projeto, ele vai ter que situar o conhecimento usado e o projeto dentro de um contexto maior do conhecimento para poder compreendê-lo, entendeu?

MI: Sim, isso é ótimo, mas, às vezes, as pessoas não têm preparo suficiente para fazer essa reflexão. É difícil você combinar...

SS: Alguém deu parecer sobre o Nelson Saraiva[8] que é meu orientando. É um brilhante arquiteto, tem uma obra das mais significativas. É um dos que não fez a arquitetura da desculpa... "Está discutindo a Ilha de Santa Catarina?" E eu cansei de falar para ele que precisava ser isso. Na hora de escrever, ele

não escreveu isso. Ele achava que o projeto era a tese. Não é. A sua obra organizada é importante como referência, mas não é a tese. É o subsídio, porque não dá para por linguagem em código... Aí alguém falou: "*... ele precisa reescrever esse negócio, entregar mais explícito*" Fiquei bravíssimo, etc. Depois fui ver, não tinha escrito mesmo; eu escrevi. Aí ele veio para cá, nós trabalhamos arduamente em cima, e está tudo explicadinho, como é que vai fazer, como é que vai ser refletido. E ele entendeu que precisa ter reflexão. A FAU tem um acervo maravilhoso dessa aula, porque o que a FAU andou revisando a bibliografia sobre a arquitetura toda é muito... Se você pegar todas as dissertações, todas as teses, os livros consultados, o que foi usado de cada um, você analisa a tendência, um monte de coisa. Tem uma documentação pronta aí, é um acervo que ninguém conhece, ninguém usa, só quando publica um livro eventualmente. Então, temos condição de fazer esse trabalho. Agora, a gente precisa ter certa humildade.

MI: Isso eu tinha imaginado e pedido no começo da organização da revista. Esse balanço, estávamos encomendando, sentindo a necessidade dele. A disponibilidade das pessoas é que é pequena, e isso não saiu. Acho que está mais do que em tempo de fazermos isso. Ter gente é o ponto crítico. Porque nós não temos gente que pense que a academia é profissão também. E sem isso, acho que nada pode sair dessas idéias tão bonitas como as que nós estamos levantando.

SS: Aí talvez valessem a pena duas coisas. Falta a gente propor aos estudantes, aos órgãos financeiros de uma forma mais madura e mais articulada. E política, não é? Nos outros órgãos muita gente sabe muito bem o que fazer e tem dinheiro. E hoje as ONGs, por exemplo, que não sabiam arrancar um dinheiro internacional, hoje sabem apresentar projeto, trazer dinheiro. Então é uma bobagem nossa, tem muita gente que sabe fazer isso lá fora e não faz aqui. Eu acho melhor tratarmos de voltar um pouco isso e criar condição. Pessoalmente, muitas vezes me coloquei que gostaria de ser tempo integral, gostaria de fazer esse trabalho. Mas qual foi o trabalho que descobri? É mais simples, não é nem esse. O Katinsky escreveu um texto, *Ensinar e aprender na arquitetura*. E ele fala exatamente disso, que a arquitetura sempre foi aprendizado. O que é aprendizado? É uma relação subjetiva, com aquilo que faz, olhando quem faz e acompanhando e repetindo o gesto. Não tem tempo, é até conseguir tua maturidade. Faz a obra-prima, vira oficial, depois vira mestre, e assim vai. Que são os nossos... da universidade. E o ensino não. O ensino é cognitivo, conhecimento a ser democraticamente distribuído por normas e avaliações, etc. Enfim, quando o Durand[9] faz a escola de arquitetura, faz a Escola de Belas Artes, que é um curso de arquitetura e tal, ele vai escrever um manual de ensino, manual de construir e uma história da arquitetura. Ou seja, o repertório, e como é que se realiza concretamente, materializa-se. E isso no fundo é cognitivo. O cara tem que passar, tem que ver. Nós perdemos essa noção do ensino. Agora falando já, o Júlio avança nisso, mas ele não fecha. Agora eu, fechando por minha conta. E ficamos com uma velha tradição de aprendizado, pegar na mão do sujeito para ele aprender, de tratar todo mundo pelo primeiro nome, e isso e aquilo. Aqui já não é uma escola, como era a FAU velha: a gente é uma escola já quase impessoal, os alunos não sabem o nome do colega. E lá fora, então, nem querem saber. É um cumprimento de etapa e de tarefa. Então, toda a discussão sobre diretrizes curriculares, agora, e de currículo mínimo antes, é uma discussão de princípios, de idéias, de número de horas, precisa ter laboratório, precisa ter isso, precisa ter aquilo, ninguém chega e diz: olha, tem que passar por esse mínimo aqui. Se não passar e não avaliar, não tem. E todas as estruturas universitárias e particular etc., têm que funcionar nessa base. Então começa a se recolocar a questão do manual de construção, manual de arquitetura. Qual? Vai ser provavelmente feito pelo pessoal de Brasília (não tenho notícia, mas eu gostaria de ter), que está preparando os cursos de graduação a distância, pelo computador. E o CD-ROM vai ser o manual de arquitetura, interativo, como você quiser, mas aí sim. Nós, na FAU, nunca fizemos esse recenseamento do que um sujeito precisa saber e do

que não precisa para ser arquiteto. Tenho uma amiga que veio dos Estados Unidos, com os dois volumes do que qualquer arquiteto formado tem que estudar para fazer o exame que dá direito a ser arquiteto, e não ser ajudante de arquiteto nos Estados Unidos. Fazer isso compete lá à Associação Americana de Arquitetos.

WJ: Exame como o da Ordem de Advogados do Brasil?

SS: É, mas é interessante que é um compêndio, entendeu? É um compêndio, não é nem CD-ROM, nada, é um livrão mesmo.

WJ: Isso significa que as faculdades estão perdendo o sentido, abriu-se o ensino da maneira mais desordenada, para atender o mercado, já que o setor público não queria assumir isso, e agora se ensina qualquer coisa. Você está colocando é que precisa haver um mínimo, e todo profissional deveria saber esse mínimo, sem o qual ele não estaria habilitado, não é isso?

MI: No entanto, isso é insuficiente, se esse mínimo é feito por meio de um CD-ROM, é extremamente insuficiente. E você citou sempre o Katinsky. Estou dando um curso com o pessoal de história da arquitetura e o Katinsky deu a primeira aula. Ele começou dizendo que o ensino de história de arquitetura não é para ensinar história, é para estudar cidadania. Aí há uma tese de que o indivíduo vem aqui não apenas para aprender o manual, mas tem que aprender muito mais.

SS: Não, mas aí tem a outra componente dele: o ensino de arquitetura, todos esses compêndios, esses manuais, sempre propuseram a utopia, sempre a crítica do que está aí, e a procura do "deve ser." Então, manual tem que ser isso. E parece que os manuais em CD-ROM, o grande galho deles é que eles são ótimos, são interativos, mas despertam tanto interesse no aluno, que o sujeito que precisa responder, na ponta, as indagações, fica superlotado.

MI: Existe uma demanda.

SS: É, uma demanda total. Então, desde que não seja uma coisa para congelar aquilo que já foi e que não é mais, e seja uma proposta de procura.

MI: O CD-ROM não elimina o professor, é isso.

SS: Não elimina o professor e não elimina a proposta de trabalho utópica. Isso na graduação. E na pós, o que está acontecendo? A questão do mestrado profissionalizante, que a USP acabou discutindo se é ou se não é. O pessoal da Capes, que aceitou a contragosto a imposição de se fazer o mestrado, por exemplo, parece que agora está revisando a posição e tal. Mas a universidade particular, o que vai fazer é mestrado profissionalizante, e vai ter grandes sucessos.

MI: Mas isso é só para incentivar a divisão do trabalho, e não é para fazer a síntese que você desde o início defendeu.

SS: Não, não é. Não é mesmo.

MI: Você vai criar técnicos capazes de fazer a plantinha do chão, mas não o conjunto. Desse jeito o campo da universidade...

SS: Não, em termos. Você pode. Você tem um curso que foi criado, chama ciências do movimento – o pessoal que trabalha com fisioterapia, jogador de futebol, não sei o quê. Foi bem feito, o pessoal da Paulista, que foi para lá, propôs. A Paulista não conseguiu aprovar o dela e o pessoal de lá aprovou, porque estava mais estruturado na Capes. E tinha 100 candidatos para 20 vagas no curso. Pago.

MI: Esse país é tão maluco que eu tomei um táxi, e o motorista disse que a filha dele tinha feito faculdade, ele pagando R$1.000 por mês. "*Nem que eu tenha que trabalhar 20 horas, mas os meus filhos vão ter isso.*" Quer dizer, o custo humano do que nós estamos vivendo aqui é uma coisa que não existe, e tem gente achando que está melhorando muito. Quer dizer, o pessoal vai para essa escola, claro, na esperança de que uma técnica qualquer vai transformá-los e dar-lhes um pouco mais.

SS: Então, mas em arquitetura qual é a discussão? No nosso caso, lá em Guarulhos, não tem mais jeito, não vai ser um curso de arquitetura... a gente tentou, está funcionando, mas ele vai se transformar provavelmente num curso do empreendimento da construção na qual entra administrador, entra engenheiro, e entra arquiteto, e entra não sei o quê. E cada um depois especializa o seu não sei o quê.

Mas era uma área maior que permitia existir uma maneira especial da faculdade no mercado.
MI: Sim, o mercado vai regendo tudo.
SS: Regendo, e para eles (eles são empresa), pronto, acabou. Eles já optaram por ser empresa e acabou o que podia ser fundação. Resolveram ser empresa. Então o que está acontecendo é que a faculdade não é mais hegemônica, e ela é responsável por um produto colocado no mercado, e tem que dar conta dele. E a faculdade privada já sabe: se sujeito entra ruim ou bom, se ela pega um cara de baixo nível, de alto nível, não importa, ela tem que entregar o nível médio satisfatório estabelecido para garantir o seu negócio, entendeu? E todo mundo hoje ensina, você aprende no aplicador de *software*, ele te ensina; na igreja você vai, todo mundo ensina, o ensino não é mais privilégio dessa instituição. Você começa a ter especialização de universidade, de faculdade, não é mais a mesma coisa. A questão é que nós da escola pública, diante dessa mudança, estamos ineptos, e sempre com aquela navalha na cabeça: o dia que cortarem a torneirinha, o que vai acontecer com a gente? Estão cortando, não é, sistematicamente, os salários, as produções...
MI: Tem que virar empresa.
SS: Percebe? Então, não tivemos a capacidade de interpretar duas coisas. Primeiro, vamos tratar de segurar a torneirinha aberta, garantindo parcerias, ligações, de tal forma que eles não possam mexer com a gente, precisem da gente. Segundo, vamos tratar de aumentar essa torneira trazendo as parcerias, trazendo tudo isso. Não conseguimos fazer esse raciocínio, ainda estamos naquela defesa boba, de um monumento do passado que você tenta segurar, sem adequar, não é? E aí eu acho que na nossa pós-graduação isso é fundamental. Quer dizer, a gente não vai fazer mestrado profissionalizante lá fora.
MI: Não, estamos é formando pessoal para esses mestrados.
SS: Mas temos que descobrir o nosso papel nessa história toda.
MI: Digamos, o Estado está sendo explorado por meio do papel da gente. Porque essas escolas particulares estão pegando para atender a esse mercado, o pessoal que nós diplomamos.
SS: Veja o caso Guilherme Mota, que dirige o Mackenzie, brilhantemente, e tal. Então, eu acho que temos que descobrir o papel no mercado geral, mantendo a condição de escola pública e sabendo...
MI: Mas então qual é a condição de pública? É isso que estou querendo dizer. Se as escolas privadas podem ter como tarefa atender ao mercado, só a escola pública não pode. Ela tem algo mais a fazer, porque ela é pública e ela é de todo mundo.
WJ: Como fazer a crítica do processo – é isso que você tá colocando desde o começo. Mesmo na pós-graduação, como colocar isso sem perder de vista as transformações sociais, inclusive dessa posição da universidade, que está mudando, como você falou.
SS: Olha, eu vejo o seguinte: a produção crítica que já temos, se ela fosse articulada de uma forma melhor, podia render benefícios muito mais interessantes do que rende. Seja por editoração, seja por assessoria, seja pelo que for. Daria para se articular isso, se se quisesse. Um escritório desse, que funcionasse em nível de pós-graduação, essa pesquisa de projeto para valer, sério; num escritório desse há vários tipos... Tem o aluno da FAU fazendo estágio e aprendendo computador e não sei o quê; tem o professor que precisa se reciclar porque deixou de fazer projeto, precisa voltar a fazer projeto; tem o cara de fora que vem, e você inclui; tem o pesquisador que está fazendo pesquisa de ponta; e assim vai. Você pode enfiar tudo isso num escritório dessa produção. Existe na Inglaterra.
WJ: Mas, de produção, ou de projeto?
SS: De projeto. Pegar projeto para fazer.
MI: Só não há o concreto. Só não há pessoas. Não há o salário, não há pessoas.
SS: Mas, por exemplo, o Arnaldo via FUPAM, mesmo sem ser tempo integral, vai fazer esse laboratório de projeto, e eu vou estar com ele nessa história lá num espaço que a gente tem. E já tem projeto para fazer. Ele já andou cavando projeto, meio assim sem abrir muito o jogo para não ficar criando uma ira generalizada, mas vai ser um caminho.
MI: Então seria uma articulação maior do ensino com a pesquisa?

SS: E, aí, a pesquisa em projeto, isto se aprende primeiro a entender que o nosso trabalho é inteligente, a FAU é inteligente. O processo da forma é inteligente, o formato é burro, é geométrico, mas processo não é. Então, se ele é inteligente, ele consegue articular conhecimentos para se realizar, e ele consegue ser revisado depois de feito. Você dá uma dimensão intelectual explícita a uma coisa que sempre foi tratada implicitamente, que achava implicitamente se bastar, e não se basta. Quando ele começa a se explicitar intelectualmente, ele consegue relacionar-se com as áreas de produção intelectual. Não mais de pires na mão pedindo apoios, mas dialogando, conversando e criando os seus paradigmas, e criando a sua identidade. Então acho que é por aí que vamos trabalhar, e não dá para fazer isso sozinho, os arquitetos que projetam sabem, e tratando projeto como uma questão importante, central. Mas você abre mão de pegar a metodologia das ciências sociais e aplicar direto no projeto. Porque o projeto vai depender das ciências sociais no que interessa, o que não interessa pode ser até incoerente. Quer dizer, vai deixar de usar, porque não precisa saber de repente certas taxas de mortalidade, precisa saber quanta gente vai estar na escola.

MI: Esses índices não são metodologia, isso é conhecido. Metodologia é usar, por exemplo, a razão para controle do que se afirma ser conhecimento.

WJ: Eu queria ouvir você também tratar esse tema em um outro ângulo. Como você coloca a questão da cidade, já que participou da Emplasa? O que significa projeto e cidade? Planejamento e cidade?

SS: Para mim a cidade é básico. Olha, eu sempre falava assim: Eu quero descobrir a continuidade do espaço, não a sua subdivisão.

Trabalhar com o espaço contínuo e não só com o descontínuo. Minha tese de doutorado é isso. É uma leitura da cidade, tentando entender o que é contínuo e descontínuo. E tem uma validade até hoje porque criei um método de interpretar o espaço. Consigo trabalhar da planta 1:10000 até 1:100, ir e voltar muito bem. Há uma hipótese importante metodológica aí, é o seguinte: você nunca faz o projeto no tamanho em que o objeto é proposto, sempre faz criando um projeto numa perspectiva maior do espaço, para não usar a palavra escala, que é o projeto o qual não vai ser realizado, mas que serve de referência para depois conseguir chegar no seu objeto. E isso muda radicalmente porque aí você inclui a cidade, inclui todos os elementos. E você deixa de trabalhar com o objeto isolado. Mesmo que você esteja produzindo um objeto isolado, ele está inter-relacionado e não infuso. Você está querendo, está procurando, está defendendo hipótese.

WJ: Mas como criar as utopias que orientem a organização da cidade?

SS: As utopias não são mais a forma.

WJ: É traduzir em políticas concretas?

SS: É muito mais política do que a forma.

MI: Urbanismo é política e é o desenho do espaço em escala urbana?

SS: Temos que, aceitando conviver com as nossas diferenças ideológicas, ter políticas comuns para que consigamos vender essas políticas, aplicar, negociar o que for, seja na área pública, seja na área privada. A gente precisa vender programas, fazer com que esse pessoal tenha um programa de realização da construção, de intervenção, etc., e aí o exemplo, acho que da Dinamarca, que o Miguel Pereira[10] trouxe, é lindo. O ministro da Habitação prepara o documento que o primeiro-ministro lê no Parlamento, e tem rei, tem tudo, dizendo o que vai ser construído no país naquele ano, como e o porquê. E entre essas questões de como modernizar, como manter a nossa identidade, e eles sabem muito bem o que estão fazendo, eles estão mantendo a presença deles no contexto europeu. Então, ter políticas nesse sentido é fundamental. Acho que hoje deveríamos voltar a ser uma caixa de ressonância política importante na sociedade, temos de elaborar políticas e fora do organismo partidário, quer dizer, aceitarmos conviver, trocar, discutir. Isso é fundamental e nesse sentido a pós-graduação tem que ser, não digo um instrumento, mas um catalisador dessa questão de formulação de políticas. Se você tiver políticas, pode ter, senão estas são efêmeras. Acho que estamos pecando no trabalho de arquitetura é no trato com o espaço como uma coisa que liga tudo. Isto não conseguiu ser feito pelos arquitetos de

projeto que acabam valorizando o edifício, isto é, vira escultura, e pelos arquitetos do plano, que são normativos. Então é um absurdo você ter o zoneamento de São Paulo e ter que obedecer àquela legislação toda, recuo e não sei o quê, se ele consiste em antes de 1972 pode isso e depois não pode aquilo, se é um casuísmo que desmonta qualquer processo de compreensão mais ampla de qualquer coisa. A cristalização mais estúpida da cidade é o zoneamento que herdamos do nosso querido professor Ferraz[11] Não é dele, mas da visão daquele momento. Então, eu acho que temos que entrar firme nessa discussão da cidade e tentar entender a dinâmica da cidade na sua forma, na sua transformação, e inserir a arquitetura dentro disso e não ficar nessa bobagem: o plano é isso, pois o edifício de exceção, se bem colocado, reorganiza tudo. Isso tudo é verdade, mas não serve para nada. A discussão da cidade é nossa, é de todos, não é uma discussão de especialista, ela nos pertence como um todo. E a faculdade faz essa discussão, e o pior é isso: ela faz, sabe, analisa a produção. Com o que a FAU está produzindo hoje, somos capazes de fazer uma proposta de conformação de São Paulo inteirinha.

MI: Realmente, conseguir articular toda essa produção é muito difícil.

WJ: Sylvio, você não quer fazer alguma reflexão final para este trabalho?

SS: O que eu tenho como reflexão é o seguinte: me preocupa muito nós deixarmos de existir no cenário. Eu proponho uma trégua generalizada dos cacoetes, das bobagens, etc. Até tomar chope juntos se quiser, mas eu proponho que a gente sinta, ainda, que temos um programa em comum de questões básicas a nos pecificamente, porque não consegue transformar a arquitetura, que ela veicula tão bem, em algo para ela mesma. Todo mundo usa, mas ela não se apropria disso e não consegue olhar para fora como FAU, fica fechada nela. A FAU é um caso piorado dentro da universidade, que está fazendo a mesma coisa. Um bando de gente aposentada, meio aposentada, que passou a vida inteira fazendo isso e não sabe fazer outra coisa e vai morrer com a instituição. Então, eu acho que a defesa da universidade pública não passa mais pela defesa da doutrina da universidade pública, mas pela apropriação desse patrimônio que está aí e fazê-lo necessariamente inserir-se na realidade do país, sob pena de perdermos a FAU e a universidade e o país, absolutamente fragilizado, por perder os seus centros de conhecimento e cristalização. E ele é substituído de outras maneiras, por fora, sem problema nenhum. Essa conversa toda não é uma conversa eufórica, eu acho que é a perspectiva em que podemos fazer alguma coisa, mas ela é profundamente angustiada dentro do que estamos vivendo. Temos que trabalhar politicamente o mais rápido e plenamente possível, pois senão não haverá tempo para enfrentar isso.

(1) SANTOS, Milton de Almeida – Geógrafo baiano várias vezes laureado, professor na Europa, África, América Latina e USA. Vem atuando na FAUUSP, principalmente na década de 70.
(2) Arantes, Otília Beatriz Fiori – Professora (aposentada) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, especialista em Estética. Escreveu vários livros sobre a arquitetura e o urbanismo moderno e contemporâneo. Atua vários anos na pós-graduação da FAUUSP.
(3) MENDELSOHN – Arquiteto expressionista alemão da década de 20.
(4) MONTESUMA, Roberto – Arquiteto, professor em Recife.
(5) MELO, Eduardo Kneese de – Professor da FAUUSP, falecido.
(6) FERRO, Sérgio – Arquiteto e professor de História da Arte, do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP, na década de 60. Contestou a idéia da exploração do trabalho as posições de Artigas sobre o desenho e o papel renovador do arquiteto moderno na sociedade. Foi aposentado compulsoriamente em 1969, por atuação na esquerda armada. Hoje é professor na França.
(7) VENTURI, Roberto – Arquiteto norte-americano, autor de um dos primeiros textos críticos ao movimento moderno. Autor de *Complexidade e criatividade* e *Aprendendo em Las Vegas*, entre outros escritos.
(8) SARAIVA, Nelson – Arquiteto de Santa Catarina, professor da Universidade Federal de Florianópolis, com significativas obras para o governo desse estado.
(9) DURAN – Arquiteto francês do século 19, fundador da Ècole de Béaux Arts de Paris.
(10) PEREIRA, Miguel – Arquiteto professor da FAUUSP desde a década de 80. Reestruturou o curso de arquitetura da Universidade de Brasília após sua dissolução ao final da década de 60. Foi presidente do IAB e é o atual vice-presidente da UIA.
(11) FERRAZ, José Carlos de Figueiredo – Professor de Estruturas de Cimento da FAUUSP até a década de 70. Foi prefeito de São Paulo e diretor-presidente de um dos maiores escritórios de engenharia e projetos desta cidade.

ERMÍNIA MENON MARICATO



Arquiteta e urbanista. Professora titular de Planejamento Urbano e Regional, Fundadora do LabHab – Laboratório de Pesquisas em Habitação, orientadora na PG, representante do AUP e presidente da CPG da FAUUSP. Foi secretária da habitação da cidade de São Paulo (1989-92). Autora de *Política habitacional do regime militar* (Vozes, 1986), *Metrópole na periferia do capitalismo* (Hucitec, 1996), *A cidade do pensamento único* (Vozes, 2000).

Ermínia Maricato: Neste final de século, 80% da população brasileira está nas cidades. Quando a arquitetura brasileira ficou conhecida e se definiu como um paradigma de alcance internacional nos anos 50 e 60, principalmente, com o ápice em Brasília, o país era outro em relação ao estágio de urbanização. Metade da população ainda estava no campo. O ambiente construído mudou profundamente. A festejada arquitetura brasileira modernista não chegou a influir no que seria o futuro das nossas cidades. No presente elas se apresentam selvagens, anárquicas, caóticas, do ponto de vista da qualidade do ambiente construído. E hoje, as faculdades de arquitetura, a própria arquitetura brasileira, não respondem a essa realidade. É impressionante como esse conceito, fetichizado, da arquitetura brasileira, estacionou nos gloriosos anos 60. Alguns autores lembram que vivemos um período criativo, quando os intelectuais brasileiros, não só os arquitetos, tinham uma proposta de modernização da sociedade brasileira. Antonio Cândido[1] menciona uma certa ilusão que os intelectuais alimentaram de que iriam traçar um caminho racional que tiraria a sociedade brasileira do subdesenvolvimento. A arquitetura brasileira foi uma das áreas do pensamento e da criação que mais avançou nesse período. Otília Arantes[2] usa uma idéia interessante para lembrar que essa arquitetura, aparentemente, alcançou a maturidade antes do país, ou seja, ela se mostrou (aparentemente) desenvolvida sem que o país deixasse a condição de subdesenvolvido. Então ela, de fato, constituiu um corpo de idéias, de princípios. Ela ganhou reconhecimento internacional e legitimidade. Acontece que toda essa proposta foi esvaziada, a partir de 64. Essa arquitetura era uma proposta da elite brasileira progressista, mas como todas as demais propostas de reformas sociais da década de 60 (algumas sustentadas por organizações populares, como era o caso da Reforma Agrária), caminhou para um beco sem saída, que foi o golpe de 64. Otília Arantes lembra que, após os anos 60, a arquitetura brasileira "ficou sem assunto" Ela foi esvaziada de conteúdo social e ficou restrita aos cânones formais. Ela teve seu momento glorioso. Teve importância histórica considerável, mas a partir da ditadura ela ficou oca ao se desligar do projeto social. Hoje estamos carregando uma proposta fetichizada, coisificada. Uma proposta que carece de atualização, de uma correspondência com a sociedade brasileira atual e de correspondência com o país que se urbanizou definitivamente. Nós temos uma escala de problemas urbanos que a arquitetura brasileira nunca enfrentou. Para dar um exemplo da dimensão daquilo que estamos nos referindo, vamos lembrar que, segundo a Cibrasec, entre 1991 e 1995, nós tivemos 4,4 milhões de domicílios construídos no Brasil. Desses, mais ou menos 700.000 (de forma muito aproximada) foram produzidos pelo mercado privado. Isso é o número aproximado dos domicílios que tiveram a planta aprovada. É preciso que nos perguntemos: e os demais? Os 3/4 restantes? Estes foram produzidos sem financiamento, sem conhecimento técnico e fora da lei. Se a arquitetura brasileira não fizer uma proposta para essa realidade, ela perdeu o bonde da história. E esse é também o fulcro, o nó da crise que vive o ensino de projeto. Porque ele não está respondendo à realidade brasileira de hoje, dos anos 90, do começo do século 21, que é de uma maioria da população brasileira vivendo na "não-cidade" na não-arquitetura, no não-espaço racionalizado, pensado de acordo com o ambiente sustentável. O que é, enfim, o resultado, é uma irracionalidade muito grande. Ao invés de enxergar a crise com a dimensão histórica que ela de fato tem, vemos alguns colegas remeterem a crise aos inimigos da arquitetura brasileira. Isso é notável na FAUUSP, à qual se atribui, freqüentemente, uma divisão entre os defensores do projeto e seus inimigos. Não raramente, o conflito resvala para a disputa pessoal. Quer dizer, não se encara como uma proposta que precisa ser repensada. E para ser repensada, nós temos que, antes de mais nada, assumir uma postura pluralista. Essa, eu acho, seria a nossa grande saída ou o caminho para a busca de saída: admitir que existem, nessa fase de transição, várias propostas e que ninguém tem o poder de varrer da memória social as glórias da arquitetura brasileira, como também ninguém tem o poder de impedir o nascimento do novo. Acho que nos faria muito bem um ambiente de debate democrático.

Wilson Jorge: Propostas de ensino ou propostas de rumos da arquitetura?

EM: De rumos da arquitetura e de ensino. Rumos definidos para uma prática. Por que para uma prática? Porque se um 1/3 da população faz parte do mercado no que se refere à moradia, nós precisamos de uma proposta para os excluídos do mercado. Os escritórios de arquitetura não vão fazer projetos para quem não paga, não é? A exigência é de uma nova proposta de política pública, que aponte para a ampliação do mercado, de um lado, e para a promoção pública subsidiada, de outro lado.

Maria Irene: Mas a FAU, por sua grande amplitude, tanto na graduação quanto na pós-graduação, já não estaria aberta a essas diferentes propostas?

EM: Não! A FAU apresenta a pluralidade, mas não o diálogo. Você não tem tendências ou correntes de pensamento claras. Há indivíduos, mais do que correntes. Eu costumo me referir a nós, orientadores da pós-graduação como 120 egos. Indivíduos fragmentados, que são verdadeiras instituições, pessoas muito premiadas, cada qual com currículo muito importante.

Jorge Oseki: Ermínia, isso que eu queria saber. Essa crise é uma crise profunda, a gente vê. Mas você acha que nesta faculdade não se encontra eco para essa nova arquitetura? Para fazer sua crítica, se ela existe em algum lugar? Ou se ela não acontece realmente ou, se não acontece em lugar nenhum, se teríamos que passar a criá-la, a partir da formação das novas gerações. Ou onde é que estariam pistas de uma arquitetura que seria nova nesse sentido?

EM: Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a FAU não está dissociada da crise que a sociedade brasileira está vivendo. A urbanização da sociedade está se dando com um aprofundamento da desigualdade e com a reprodução do atraso. A arquitetura não vai superar essa contradição, que é social, e nem deve tentar superá-la de novo, como fez anteriormente, como se ela, a arquitetura, pudesse se descolar das relações sociais. Se eu estou insistindo na FAU, é porque eu a vejo, atualmente, como uma possibilidade histórica de dar o salto. Pelo patrimônio das cabeças que ela reúne, pelo patrimônio que ela representa em termos de investimento público, com essas bibliotecas, esses laboratórios, esses alunos que são absolutamente notáveis. É um privilégio esse espaço e essa convivência. Então eu acho que nós temos condições, neste momento, de dar um salto e formular uma proposta para o futuro das cidades brasileiras.

Não vejo tudo como um mar de rosas. Existem limites a tal projeto, limites definidos, por exemplo, pelas verdades congeladas e pela quase censura ao direito de crítica. Parece que você é inimigo se você fizer uma crítica. O corporativismo freia o avanço e impede a liberdade de crítica.

Outra limitação da universidade está na falta de engajamento com a realidade. Refletindo sobre a universidade brasileira, Florestan Fernandes[3] lembra que, se no passado, os intelectuais achavam que as mudanças sociais teriam origem na universidade, na atualidade a transformação social é que vai mudar a universidade. Nós vemos, de fato, na sociedade brasileira, um certo movimento que está apontando um caminho novo. Em nossa área de ensino e trabalho, o novo são as assessorias técnicas, ONGs formadas por jovens profissionais que trabalham na elaboração de projetos junto a movimentos populares de moradia. Elas estão, na verdade, desenvolvendo um conceito de projeto participativo. Esse conceito questiona a arquitetura formalista. A grande arquitetura brasileira da década de 60 não tem respostas para um país com 130 milhões de pessoas nas cidades, e cidades observamos realidades como: 40% da população do Recife mora em favelas; 20% no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte; 33% em Salvador, etc. O que estou querendo dizer com isso? Que todo mundo deveria ficar tratando de favelas? Não! Admito que alguns profissionais cuidem da grande arquitetura, da arquitetura arte, da arquitetura...

WJ: Erudita?

EM: É! Erudita.

MI: Por que resolver o problema da favela significa abdicar da arquitetura erudita?

JO: Eu também acho isso! Isso é a opinião de alguns professores, mas não acho que a complexidade e a beleza estejam necessariamente vinculadas... O belo pode ser ausente de conteúdo, pode servir tanto ao fascismo como ao stalinismo.

EM: Mas de qualquer jeito, os grandes problemas podem restringir a criatividade formal.
WJ: Ermínia, você me desculpa, mas eu discordo! Quer dizer, resolver o problema para esses 3/4 da população, ou os 25% da favela em São Paulo, etc., significa uma proposta que tem que levar em conta a produção em série, o uso racional de materiais, o custo, e uma proposta estética. Eu não abdicaria, por mais singela que seja a montagem de um determinado volume, de resolvê-lo bem, esteticamente. Pode ser que o vôo estético seja mais restrito. E olha outra coisa: a arquitetura, no caso, deve ser pensada em conjunto. Trata-se de um conjunto de casas, é um sistema urbano.
JO: Inclusive no exemplo que a Ermínia estava dando, as assessorias. Muitas delas conseguiram trabalhos belíssimos e são extremamente bem-resolvidos do ponto de vista do espaço, da beleza. São os mutirões...
EM: Mas é diferente de uma obra de arte. Num programa de moradia popular a liberdade formal é cerceada. É isso que ouvi vários colegas dizerem: "*A moradia popular não permite você fazer arquitetura*" Eu concordo que a moradia popular apresenta os aspectos de beleza, qualidade, fruição, etc. Não estou discordando. Estou criticando um conceito absoluto.
MI: Ermínia, o professor Joaquim Guedes foi entrevistado e fez uma afirmativa semelhante a essa que você fez. Ele disse que moradia popular, não é que não permita a arte, mas não permite ensinar arquitetura plenamente porque o programa é muito restrito.
JO: Só a casa burguesa complexa.
EM: É isso que eu estou dizendo! É exatamente isso! Afirma-se que a arquitetura é o algo mais. Quando, por exemplo, os nossos colegas de projeto do quarto ano da FAU dão como exercício para ensinar arquitetura a Opera Haus, em Oslo, eu, que estou imersa nos dramas urbanos brasileiros, sinto-me provocada. Isso já é uma forma de provocação, considerando a realidade do país.
MI: Ermínia, a ópera não poderia modificar a cidade, como estão propondo que os núcleos de museus façam?
EM: Não, Oslo não tem absolutamente nada a ver com nossas cidades. A indústria da construção, o canteiro não tem nada a ver; o clima não tem nada a ver; a renda média *per capita* não tem nada a ver; o tamanho da cidade não tem nada a ver. Você pode argumentar a respeito do "arquiteto global" ou seja, precisamos formar um arquiteto para o mundo. Mas nós não sabemos resolver os nossos problemas. Eles sim, são complexos. É isso que eu quero destacar.
MI: O que eu estou querendo colocar é diferente. Óperas significativas, monumentais e constitutoras de um espaço público com seu entorno, não são obras propícias para se repensar a cidade?
JO: Mas por que não pode ser no Brasil, um centro cultural?
MI: Pode ser. Mas o exemplo da ópera existe. Então a utlização desse exemplo não serve para se pensar o espaço público; não em geral, mas como um espaço público celebrativo, o espaço público central da cidade? Colocado desse ponto de vista, os exemplos estrangeiros têm ou não têm valor? Para se comparar? Para se criticar?
JO: Não, mas acho que propor uma ópera em Pirituba obrigaria o aluno a pensar mais do que tratar de uma ópera em Oslo, o que é lindo. O modernismo na Bauhaus começa para atender a população trabalhadora, para atender essa população despossuída, e ele é estético, é plástico, mas também é pré-fabricação, também é técnico, é econômico, ele é tudo. Quer dizer, eu acho que ele tinha exatamente essa perspectiva de incluir a maioria da população, coisa que nosso modernismo perdeu. Não é que ele não tinha, agora não tem.
EM: Isso, exatamente! Os primeiros CIAM's, todo mundo sabe, tinham compromisso com a moradia operária, que tinha um compromisso com a cidade...
JO: Há um segundo movimento dos arquitetos tradicionais que se voltam para os movimentos populares. Você também vê interesse nisso?
EM: Sim! Deixe-me apenas terminar o comentário: é óbvio que um projeto de um edifício público referencia todo o entorno e, por vezes, a cidade. A questão é a seguinte: ninguém, no mundo, sabe como resolver o problema de uma cidade que tem grande parte da população em favelas, ou que tem mais de 1 milhão de pessoas morando em área de proteção dos mananciais de água. Como salvar a possiblidade da potabilidade da água, sem remover essa metrópole

que aí está morando? Quais os padrões urbanísticos para isso? Nós não sabemos e nenhum canadense, norte-americano, europeu, vai poder nos dizer, porque eles não têm essa realidade. Então, se os arquitetos querem ampliar mercado, se eles querem produzir um saber original e vender para o resto do mundo, não só para o Brasil, eles precisam enfrentar essas questões hoje. O que você faz com 600 mil pessoas que estão na bacia da Represa do Guarapiranga? É um problema que abrange padrões para o desenho urbano, paisagismo, ecologia, infra-estrutura, etc. Nós temos que criar essa tecnologia, esse conhecimento. É possível a convivência entre um loteamento de baixa renda e uma área de proteção ambiental? Em caso positivo, com quais padrões de infra-estrutura? Com que área permeável, com que taxa de ocupação do solo, com que vegetação (que tem funções que vão muito além da estética), com que desenho? Nesse sentido eu acho que nós temos um campo enorme. O Celso Furtado[4] que tanto trabalhou para buscar caminhos próprios, questiona: por que copiar o que vem de fora? Se nós tivéssemos soluções para os problemas mencionados, teríamos o México como mercado, a África do Sul como mercado, toda a América Latina, para usar o argumento da moda. Isso não implica em xenofobismo ou deixar de aproveitar a experiência universal.

WJ: Mas Ermínia, você está colocando um problema muito grande nas costas dos arquitetos, quando não é só dele. Qual é a responsabilidade do Estado ou de um grande movimento social que solicita isso? Como você pode propor, em nível do ensino, algo que dependeria de uma escala de ação que, em última análise, só é compatível com o Estado ou um grande movimento social? Sem essas condições, de repente, podemos estar com uma insustentável proposta no ar.

MI: Eu posso acrescentar ainda: dentro das condições atuais de renascer das relações imperialistas, o Estado tem essas condições? Em busca das raízes dessa problemática, vai-se muito mais além.

EM: São muito interessantes essas questões. Em primeiro lugar, acho que o ensino, entre nós, não é transferência de uma técnica. Acho que isso outras faculdades podem fazer, que é formar o desenhista para o escritório. Muitos colegas queixam-se que o aluno da FAU é despreparado para isso. E ele é mesmo. Eu acho que a FAU pode ter uma outra "missão"

WJ: Mas eles podem aprender essa técnica muito rapidamente, isso eu tenho experiência no meu escritório. São ótimos profissionais! Quer dizer, considerando só esse lado, eles têm uma capacidade de aprendizado muito rápida, e uma extrema capacidade de avançar nos projetos.

EM: É importante destacar essa capacidade para o treinamento, pois é necessário responder aos que querem fazer isso na FAU.

MI: O professor Paulo Mendes da Rocha já se manifestou sobre esse ponto, vocês lembram? Ele falava que o curso de pós-graduação tem que ser teoria, teoria, teoria. Porque desenho, dizia ele, nós treinamos no escritório em três meses.

EM: Então, quando a pessoa aprende a pensar, o treinamento técnico é o de menos. E nós queremos preparar pessoas para pensar, refletir, planejar, interferir no ambiente construído com projetos. Mas vamos abordar essa questão que a Maria Irene suscita. Bom, mas qual o estado que vai realizar isso? Eu entendo que, hoje, ninguém nos impede, na FAU, de dar esse salto. Ninguém externo. Nós poderíamos dizer: olha, faltam recursos, o salário é baixo, tudo bem, concordo. Mas ninguém nos impede de dar esse salto, de nos organizarmos e repensarmos o espaço das cidades brasileiras a partir da realidade ambiental, social, econômica e política.

JO: Inclusive, quem vai formar os técnicos do Estado somos nós. E esses técnicos que vão se ocupar disso é a nossa parte, a gente tem que formar. Não se vai esperar que o Estado demande para então os formar. Tem que ser desde já.

WJ: Quem está formando os professores que vão dar aula nas outras universidades somos nós também.

EM: Somos nós, exatamente. Por isso eu faço uma crítica, e queria ser bem-entendida, ela não é pessoal. Existe uma certa censura ao debate. Qualquer crítica que se faça parece que a gente é inimigo da arquitetura brasileira, da arquitetura paulista. Quando o que nós estamos procurando são caminhos. Você não faz omelete sem quebrar ovos. E nós precisamos superar alguns conceitos, encarar alguns conflitos. Enquanto

nós não influirmos nos caminhos que estão sendo trilhados, o mercado vai ocupando o espaço.

MI: Sempre foi assim, não é, Ermínia?

EM: É! Mas pelo menos nos anos 60 a arquitetura modernista brasileira disputava com o mercado. Havia um modelo, para o bem e para o mal. Durante muito tempo eu achei que era necessário retomar a discussão João Baptista Vilanova Artigas x Sérgio Ferro[5]: o desenho de um lado; o desenho e o canteiro (ou a produção) do outro. Depois de muito discutir isso no curso de pós-graduação, um aluno me chamou a atenção: "*essa discussão está velha, superada*" Eu não concordo com ele. Esse debate foi abortado pela ditadura, nunca foi superado. E nós nunca tivemos um encontro (um casamento) da arquitetura com a produção, com o canteiro, para tocar no assunto do Jorge. Mas hoje, a questão da escala é nova de fato. Hoje esse debate submergiu pela escala dos problemas que nós temos que resolver. Essa dimensão dos problemas ambientais era desconhecida por nós e por todo mundo.

MI: Mas o mercado continua regendo e ele rege uma escala maior hoje. Os nossos estudantes são chamados a participar do mercado e estão nesse dilema, porque muitos deles têm a capacidade de perceber esses grandes problemas sociais.

JO: Mas também são chamados a não participar do mercado. Esse prédio da Abril, por exemplo, foi projetado no exterior e veio para cá; a Torre de Maharishi é projetada no exterior e vem para cá. Agora, não é fazendo arquitetura de Oslo que vamos conseguir recuperar o mercado.

MI: A força atrativa do mercado é quase uma outra universidade, porque ela ensina por si mesma.

JO: Mas se você fica tratando de Oslo, você automaticamente está pré-qualificando para trabalhar fora e não ao contrário.

MI: Pois é, mas o que eu quero dizer é que o dilema da FAU incorpora esse de mostrar aos alunos outros caminhos. Mas ao mesmo tempo, a prática conduz os alunos a procurarem emprego, e isso torna mais fraca a posição de quem tenta debater, do ponto de vista da sociedade com todas as necessidades sociais dos mais fracos, a problemática da cidade.

EM: Vocês dois têm razão, na verdade. Porque de um lado há um impacto da globalização no mercado, que em vez de ampliá-lo, ao contrário, está fechando-o. Até a informatização contribui para reduzir o mercado local. Há as empresas estrangeiras projetando edifícios que são construídos aqui. De outro lado, há um mercado interno não-atendido. O nosso mercado de trabalho está sem saída, porque existe um muro que impede os arquitetos de resolverem os problemas que as cidades estão apresentando. Há problemas clamando pelo trabalho do arquiteto, mas não constituem mercado. São demandas sociais, necessidades sociais e ambientais. Mas só vão constituir mercado de trabalho a partir de uma mudança das políticas públicas, das políticas de financiamento. Por exemplo, se houver uma mudança no subsídio habitacional, você dá um salto no mercado de trabalho do arquiteto. Então, essa ampliação ou não do espaço do arquiteto não está na grande arquitetura. O espaço de ampliação do mercado de trabalho do arquiteto é o que essa arquitetura está negando hoje.

JO: E ela não vai conseguir incorporar as possíveis aberturas que possam existir se for dada a possibilidade.

EM: É. Se por acaso uma prefeitura procurasse quadros – aliás isso está acontecendo – para resolver problemas de loteamento ilegal, ocupação de áreas de proteção ambiental, favelas em áreas de risco, etc., ela encontraria profissionais qualificados para isso, que tenham preparo para buscar soluções econômicas e saibam lidar com conflitos? Não encontraria. Isso eu posso falar porque o Laboratório de Habitação tem sido muito procurado e nós não temos condições de atender todas as prefeituras que nos procuram. Como nós não somos um escritório profissional, só pegamos o trabalho que tem interesse acadêmico, de pesquisa. Bom, acho que essa é a grande tarefa da pós-graduação da FAU. Se alguém acha que nós temos que continuar a tradição da arquitetura modernista paulista, porque ela tem uma história, ela tem fundamentos, ela tem diretrizes, ela tem formas, enfim, eu diria que tudo bem, mas vamos conviver com algumas outras esferas que nós vamos ampliar, que vai responder a problemas dramáticos, e numa escala enorme.

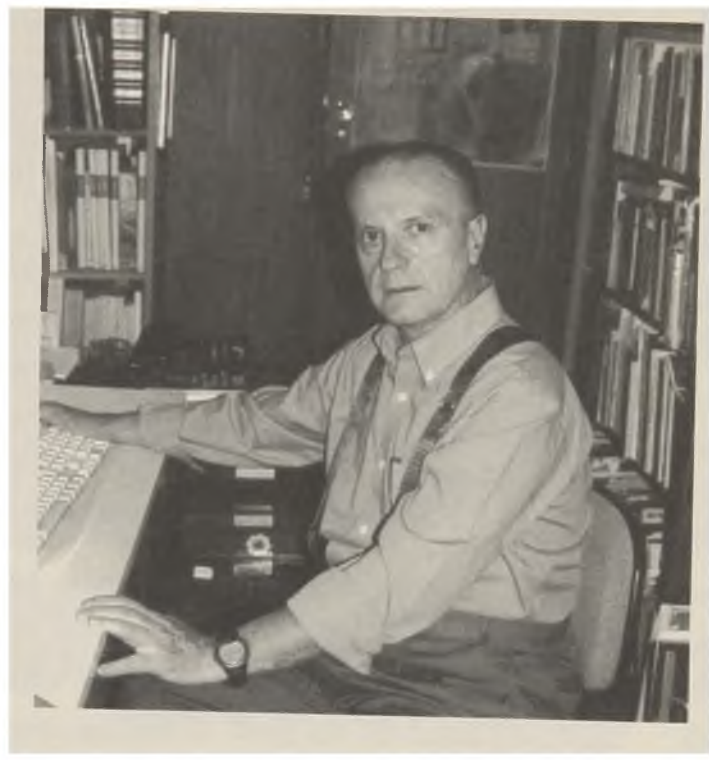
MI: E a reestruturação do curso, como é que poderia corresponder a esses objetivos mais amplos?

EM: Bom, então, a FAU vem dessa tradição do demiurgo...
WJ: O transformador que sintetiza ...
EM: O arquiteto múltiplo...
WJ: ... O regente da orquetra.
EM: ... Isso, o regente da orquestra, o multidisciplinar. E tem um lado que é bem interessante porque forma pessoas muito talentosas, com conhecimento amplo, mas, ao mesmo tempo, pessoas que não se aprofundam muito em cada objeto de trabalho. Nós fomos sempre contra a especialização na história da FAU. Nós, que eu digo, é a FAU enquanto instituição. Só que chegamos num ponto na pós-graduação, hoje, em que estamos negando o próprio Estatuto da Universidade, porque "área de concentração" é, por definição, uma área de objeto específico. Nós temos uma única área de concentração (ou desconcentração): Estruturas Ambientais Urbanas. Tratava-se de um grande guarda-chuva para uma série de subáreas e linhas de pesquisa. Hoje ela não se justifica mais. Hoje diria que o progresso do conhecimento e da escola estaria em organizar os diversos objetos e tendências em novas áreas de concentração. O pessoal da grande arquitetura, da arquitetura, da arquitetura-arte deveria se organizar melhor para recuperar o espaço perdido. O pessoal da produção idem. O Lelé[6] poderia dar uma grande contribuição nesse sentido. E o Paulo Bastos[7] que ganhou o primeiro prêmio na Bienal de Arquitetura com um projeto de urbanização de favelas, seria um excelente colaborador nesse debate sobre a transição dos conceitos de arquitetura. Ninguém reivindica a exclusão dos arquitetos que são sucesso no mercado. Tudo bem, mas então vamos ser pluralistas, vamos tentar conviver com uma certa diversidade de orientação.
JO: Porque a própria matriz do modernismo permite isso, tanto as casas populares quanto a ...
EM: É que o modernismo se fechou àquele primeiro viés que era mais engajado socialmente.
JO: Mas o Lelé é de formação moderna, por excelência, e o Paulo Bastos também, e, no entanto, isso não os obriga a voltar as costas para a população.
EM: É, sem dúvida nenhuma. Pós-graduação é mais do que projetar, arquitetura, urbanismo, desenho industrial, é mais, vai além disso. O curso exige uma relexão teórica, uma reflexão sobre ensino. Muitos profissionais buscam, no curso de pós-graduação, fazer um aprofundamento, uma especialização mais ligada à prática da arquitetura. Isto é um engano. Resolvida uma nova estrutura para a pós-graduação da FAUUSP, eu vejo duas necessidades, mais do que possibilidades: os cursos de especialização – para reciclar profissionais, funcionários públicos – e os cursos de extensão. Acho que seria fundamental darmos cursos de extensão universitária para, por exemplo, vereadores municipais, promotores públicos, jornalistas, lideranças sociais de bairro, etc.
JO: A saúde pública faz isso também.
EM: Por que não estabelecermos um certo *know-how*, que seria muito bom para um jornalismo na área de urbanismo e arquitetura, por exemplo?
WJ: É preciso ter também uma certa estratégia. Há falta de professores e a condição é até muito precária para manter esses 700 alunos na pós-graduação. Imagine a gente ainda abrindo mais! Eu acho que seria preciso, primeiro, estruturar melhor a pós-graduação. E depois as outras possibilidades deveriam vir, num segundo momento, como intenção, como proposta, mas na medida em que se conseguir estruturar e fortalecer essa primeira linha.
EM: Eu concordo perfeitamente, mas veja, nós não temos falta de professor na pós. Nós temos inclusive muitas disciplinas com poucos alunos. O que nós temos, Wilson, é realmente uma falta de organização, entre nós. Nós temos um excesso de brigas intestinas. Os alunos chamam isso de "fogueira das vaidades"
JO: Nós até pergutamos para o professor Guedes se ele achava que isso era conjuntural ou seria sempre assim, se ele achava que era impossível os arquitetos conversarem e tal. Não sei se é uma certa conjuntura, Ermínia, talvez não. Porque mesmo o debate entre Artigas e Sérgio Ferro foi um debate (que aliás está velho, mas não está morto) constrangedor, já que eram duas opiniões divergentes, mas todo mundo ganhou muito com isso. Nos debates de agora, todo mundo perde, porque ninguém entende o que está em jogo, do que se trata.
EM: É um sintoma da crise. O sintoma da crise é essa pulverização.

JO: É brigar por nada. Naquela época do Artigas, a briga era por idéias. Então todo mundo ganhava, mesmo na briga, mas não parava a escola. Agora hoje...
EM: Nós nos restringimos a conflitos menores, hoje, porque fomos levados a isso pela ditadura. Na ditadura, quem pensava foi preso, ou cassado, ou morreu no exterior, ou se exilou. Enfim, eu acho que, de fato, a ditadura prejudicou todo mundo e não apenas o projeto de arquitetura. E não é verdade que a partir daí planejamento tornou-se inimigo de projeto porque ampliou seus espaços. Não é verdade. Tudo ficou ruim.
WJ: Essa discussão de planejamento e projeto existia na FAU quando eu era aluno, em 1961.
JO: Mas planejamento era um semestre na minha época. De fato, a problemática do planejamento no mundo cresceu.
EM: Ela cresceu muito. E na ditadura cresceu mais. Bom, eventualmente nós temos que pensar numa divisão mesmo. Fazer uma escola que seja de arquitetura e planejamento com o mesmo curso básico é incoerente. Em vários países do mundo há um certo estranhamento com a menção do curso que forma o arquiteto e o planejador. Já vivi esse tipo de reação na França, na Inglaterra... Mas por que não conseguimos discutir esses temas sem tratar um ao outro como inimigo? Ficamos todos na mediocridade. Tanto quem fazia projeto quanto quem fazia planejamento. Essa atitude de jogar projeto contra planejamento é uma forma de despolitizar a questão.
MI: Então essa divisão deveria começar na pós-graduação? Isso porque você disse: "*eventualmente seria interessante separar*"
EM: Como áreas de concentração eu não tenho a menor dúvida.
MI: Qual é esse sentido de áreas de pós-graduação?
EM: Pelo Estatuto da USP, área de concentração é uma área de um conhecimento mais específico. Podemos até, isso depende do conjunto dos professores da pós-graduação, recusar-nos a separar completamente as áreas de concentração da FAU, ter um curso básico único. Isso depende de todos nós. Temos que enxergar e não ter uma visão idealista da reestruturação da pós. Nós temos que fazer uma reestruturação da pós com os recursos que nós temos. Ou seja, são estes professores com estes alunos que querem estudar isto. E isso implica em fazer uma costura política, técnica, acadêmica. Por exemplo: o que vai ser o curso de urbanismo, ou planejamento urbano; ou o que vai ser o curso de arquitetura? Vai ser aquilo que der para fazer com o material humano que nós temos aí. Não dá para você falar: bom, vamos criar uma Bauhaus do ano 2001 aqui. Não dá.
WJ: Eu acho que os benefícios que a gente antevê nessa possibilidade são muito grandes. A integração de disciplinas, o trabalho convergente das pesquisas, dos diversos alunos. Quer dizer, hoje há uma dispersão de esforços, inacreditável. E de talentos, esforços e talentos.
EM: Um desperdício. Outra coisa, você concebe que nós façamos parte de uma cidade onde se faça tanta coisa errada, e a gente não dê palpite?

(1) MELLO E SOUZA, Antonio Candido – Sociólogo e crítico da literatura, autor de trabalhos clássicos sobre a cultura brasileira. Professor aposentado da FFLCH da USP.
(2) ARANTES, Otília Beatriz Fiori – Professora aposentada da Faculdade de Filosofia, especialista em Estética, escreveu vários livros de crítica à arquitetura e ao urbanismo modernos e contemporâneos. Atuou vários anos na pós-graduação da FAUUSP.
(3) FERNANDES, Florestan – Sociólogo laureado, impulsionou a chamada Escola Paulista de Sociologia. Foi professor catedrático da USP aposentado em 1969, trabalhou na Europa, EUA e América Latina. Foi deputado federal após a redemocratização de 1985.
(4) FURTADO, Celso – Economista e historiador econômico. Foi o primeiro superintendente da Sudene no governo Juscelino Kubistchek. Escreveu obra clássica sobre formação econômica do Brasil, trabalho crítico sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, além de muitas obras sobre história. Tornou-se professor da Sorbonne quando aposentado compulsoriamente.
(5) FERRO, Sérgio – Arquiteto e projetista, professor de História da Arte, do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP na década de 60. Contestou a idéia da exploração do trabalho as posições de Artigas sobre o desenho e o papel renovador da arquitetura moderna na sociedade. Foi aposentado compulsoriamente em 1969 por atuações na esquerda armada. Hoje é professor na França.
(6) LIMA, João Figueiras Lima (Lelé) – Arquiteto do Rio de janeiro, atuante em Brasília e Salvador. Tornou-se célebre em todo o país por seus projetos ligados à experiência em tecnologia. Projetou escolas pré-moldadas em argamassa armada, os hospitais da rede Sarah e edifícios do Centro Administrativo do governo do Estado da Bahia.
(7) BASTOS, Paulo – Arquiteto paulista, premiado na última Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, com projeto de reurbanização de favela.

GERALDO GOMES SERRA



Arquiteto e urbanista. Professor titular aposentado, orientador na PG, foi chefe do AUT e presidente da CPG da FAUUSP. Fundador do NUTAU, Nucleo de Tecnologia e Urbanismo da USP. Entre seus projetos destaca os planos de Cruzeiro do Sul (Acre) e de Porto Velho (Rondonia) e a reforma do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Autor de *Espaço natural e forma urbana* (Nobel, 1987), *Urbanização e centralismo autoritário* (Nobel, 1991). Traduziu *Concreto de alto desempenho* de P.C. Aïtcin (Pini-ABCP, 2000).

Maria Irene: Mais uma vez, trata-se do conceito de arquitetura, informado por sua visão da situação atual da profissão. E da relação do nosso curso de pós-graduação com esse seu conceito e, naturalmente, com a realidade que o informa, tendo em vista que o curso está em processo de alteração, visando uma possível subdivisão, havendo tentativas de se fazer programas interdepartamentais.
Jorge Oseki: Entre outras coisas. Mas há um programa departamental de tecnologia e um outro de história.
MI: A tendência mais recente da última reunião de pós-graduação é menos criar novos cursos do que realmente implementar as áreas de concentração.
Wilson Jorge: As áreas de concentração, com uma estrutura específica.
MI: E com um coordenador específico também.
WJ: Quando ela falou arquitetura, é bom entender arquitetura e urbanismo, já que estamos na FAU.
MI: É, eu sempre entendo assim, não considero diferentes.
Geraldo Serra: Parece que eu identifiquei nessas colocações umas cinco ou seis questões. Naturalmente são inter-relacionadas e são mais ou menos as seguintes. A questão da arquitetura, praticamente da arquitetura brasileira, na atualidade. A questão do arquiteto, enquanto profissão, os problemas de ordem profissional. Os problemas de formação ligados à pós-graduação, o que foi especificamente a questão principal. Isto é o problema do que fazer, ou da maneira como fazer a nossa pós-graduação, que tem evoluído, principalmente num momento em que se pretende subdividi-la e coisas assim, o que, de resto, parece mesmo uma tendência natural. E a última, que eu tenho impressão que já é a sexta, sobre a natureza dessa divisão, quer dizer, se essa divisão será interdepartamental ou não, e como é que as coisas enfim serão colocadas. Eu vou procurar ser sucinto no tratamento de cada uma dessas questões, mas sem tirar qualquer tempero necessário a elas.
Sobre a primeira, que é a da arquitetura, Mies van der Rohe dizia "*Arquitektur ist Baukunst*" o que em alemão é uma coisa quase tautológica. Mas na verdade *Baukunst* não é exatamente arquitetura ou não se traduziria exatamente por arquitetura, mas teria um conteúdo mais ligado à arte de construir. E, começando por aí, eu caminharia direto para a proposição de que a arquitetura brasileira é aquilo que está sendo construído no Brasil. Quer dizer, o urbanismo brasileiro é o urbanismo que se faz no Brasil. Independentemente da existência de um conjunto de profissionais, denominados arquitetos ou urbanistas, que pretendem ser donos de um saber específico, que lhes permitiria construir edifícios de melhor qualidade, ordenar a cidade de uma maneira mais racional.
Eu vou já para terceira questão, e depois volto novamente para cá. A gente pode pelo menos colocar a pergunta de qual tem sido a importância da participação dos profissionais arquitetos, hoje formados às catadupas ao longo do país inteiro, na construção do país, na construção das cidades brasileiras e da geração dessa arquitetura que está aí. Pegando um exemplo de uma outra arte, a gente pode ter tendência a falar numa arquitetura pouco popular e numa arquitetura erudita, ou algo do gênero, mas acho que esse paralelo não é lá muito aplicável, porque, se de um lado pudéssemos chamar uma certa arquitetura de arquitetura erudita por ter pretensões e ou por estar informada por certos modelos internacionais, de outro lado dificilmente poderíamos chamar o outro segmento de arquitetura popular, quer dizer, não é propriamente arquitetura popular porque vai envolver um sem-número de edifícios de apartamentos, de escritórios, descompromissados com qualquer tipo de significado, mas ao mesmo tempo construídos em massa e que em grande parte são os moldadores do espaço urbano que nós temos hoje no país. Talvez este seja o segmento mais importante nessa questão de definir a cidade brasileira com o aspecto que ela tem hoje.
Voltando às perguntas originais, repugna-me a idéia de comprometer a universidade com profissões. Quaisquer que elas sejam. Inclusive, naturalmente, a arquitetura. Quer dizer, a universidade não é feita para isso, a universidade não é uma escola

profissional em definitivo, e ela vai melhorar terrivelmente no dia em que nós a desvincularmos desse distintivo de acesso ao mercado, que é o diploma do jeito que ele é emitido hoje. Quer dizer, eu acho é que essa questão da reserva de mercado deve ficar por conta das associações profissionais, dos Creas, no nosso caso, ou dos IABs, ou coisa que o valha, mas a universidade teria que se distanciar um pouco disso para que fosse possível o desenvolvimento de uma meditação descomprometida com a questão do sucesso profissional, que não está realmente preso a isso. Basta observar as pessoas que hoje estão tendo sucesso no mercado, do Brasil e de São Paulo, para ver que não há um compromisso imediato entre uma boa escola e o sucesso profissional, e o tipo de construção, o tipo de cidade que nós temos aí e tudo mais. De modo que, no quadro atual em que existe essa vinculação, eu acho que ela traz malefícios terríveis, porque a maior parte dos alunos, tanto em graduação como em pós-graduação, estão de fato preocupados com o seu acesso a um mercado reservado, e não propriamente em como aprender uma determinada coisa.

Numa determinada ocasião, numa universidade que eu não vou mencionar aqui, eu instalei o curso sobre aeroportos, e era uma escola de engenharia de modo que eu posso falar com muita tranqüilidade, e apareciam lá umas 10 ou 15 pessoas toda semana para assistir às aulas. No dia da primeira prova, apareceram 150, e foi o dia que eu descobri que eu tinha 150 alunos e não eram só aqueles 10 ou 15. Então descobri que pouco tempo antes o Crea havia tomado uma resolução na qual iria ser feita uma notação na carteira do engenheiro para que ele pudesse trabalhar com aeroportos. Ou seja, que se tinha criado uma outra reserva e, portanto, concomitantemente, uma exclusão. E aqueles cavalheiros e damas que me davam o prazer de comparecer às minhas provas, não ao meu curso, não estavam de forma alguma interessados em aprender o que quer que fosse a respeito de aeroportos. Eu acho que uma boa parte deles nem tinha mesmo uma perspectiva muito grande de trabalhar na área, mas queria ter essa nova notação. Então a motivação dessas pessoas de comparecer a um curso como esse, era uma motivação inteiramente determinada pela regulamentação profissional, e não pelo curso. Eu falo tudo isso, porque daqui para frente eu vou excluir, no que vou dizer, qualquer comprometimento com a profissão. Não é minha atividade, não é meu interesse, nem eu acho que deva ser ou o da universidade, o comprometimento com as profissões ou com a regulamentação profissional e associações de classe. O Crea mandou para cá, já mais de uma vez, ofícios em que ele exige que nós façamos uma demonstração, ou uma justificação, caso não consigamos demonstrar que todos os docentes nessa faculdade são arquitetos. Evidentemente que quando me cabia responder essas questões, eu as deixei sem resposta, joguei fora o ofício, porque acho de uma pretensão, de uma ousadia essa coisa de tentar pressionar a universidade com exigências de caráter profissionalizante. Exigir isto é exigir que a universidade seja parte também do mercado reservado. E só os cavalheiros que distribuem aquele distintivozinho de acesso é que diriam se nós podemos ou não podemos nos reunir aqui para discutir as questões de arquitetura. Então, notem a que ponto isso pode chegar.

Os países de tradição anglo-saxã estão mais livres dessa doença, e naturalmente eles vão formar pessoas com créditos, etc., que posteriormente vão buscar o seu distintivo de acesso no lugar que cabe, e que, evidentemente, seria uma entidade de classe. E eu acho, que neste momento, um país como a Holanda, que está completamente sem regulamentação profissional, deveria permanecer desse jeito, porque esse é o caminho do futuro. Uma vez que as profissões que estão aí, definidas do jeito que estão, são uma invenção da época do Napoleão, que está completamente superada pela evolução do sistema produtivo, das relações internacionais, etc. No momento, por exemplo, existe no Congresso Nacional, já em fase de relato final, uma lei para regulamentar a profissão do decorador. E os senhores podem imaginar, é outro nicho que vai se criar aí, com uma série de exigências, etc. E isto é uma coisa que prossegue o

tempo todo. E isto forma o setor mais (eu vou usar uma velha palavra, mas ela cabe) o reacionário com relação à evolução, em qualquer sentido, na área das profissões, na área do conhecimento, da tecnologia, etc. Do ponto de vista prático, a sociedade não está se importando com isso. Quer dizer, a sociedade está se organizando de uma tal maneira, que uma pessoa, desde que tenha capital suficiente, organiza uma construtora, contrata dois ou três profissionais para preencher as exigências do Crea, e esse cidadão passa a construir enormemente, a determinar com muita intensidade. Há alguns que são ilustres, como é o caso do Artacho Jurado[1] que produziu uma arquitetura bastante característica e de boa qualidade, num certo período, e que não era um profissional como outro qualquer. Então acho que a sociedade, a economia acabará por contornar esses nichos de corporativismo que vão se formando dentro da sociedade, pela da regulamentação profissional.

WJ: A arquitetura é uma atividade de intervenção, necessariamente; para isso ela precisa de um arcabouço técnico. A universidade, por mais que deva manter a sua reflexão não tanto atrelada ao mercado, precisa entender que a intervenção exige o cabedal técnico, um tipo de atividade ligada à política, etc., que a universidade não pode esquecer até por necessidade de reflexão sobre o assunto. Então como ligar esses dois pontos?

GS: Eu vou radicalizar o que você está dizendo, imaginando que nós não estamos discutindo a questão dos arquitetos, mas a dos médicos. Quer dizer, nós vamos permitir que qualquer charlatão pendure uma plaquinha de médico na sua porta e passe a tratar das pessoas? Eu não estou propondo isso, eu estou propondo que a universidade saia disso.

WJ: Mas por outro lado eu acho que os médicos também são, extremamente, vamos dizer assim, radicais ao querer manter o seu núcleo de mercado, impedindo novas técnicas, conhecimentos como a acupuntura e as técnicas orientais, que são extremamente ricos e a gente não consegue que sejam trazidos para Brasil ou oficializados.

GS: Claro, mas veja que já estamos saindo da universidade, quer dizer, nós estamos realmente falando de regulamentação profissional, que eu não quero discutir.

MI: Qual é o papel da universidade?

GS: O papel da universidade é realmente criar conhecimento e difundir esse conhecimento. Para dizer a verdade, a universidade só tem um papel, que é a formação de uma consciência crítica sobre o real. Evidentemente isto implica em criação de conhecimento, porque você tem que fazer a crítica do real, o que vai criar conhecimento. A nossa função aqui é a de crítica dos processos de construção, da arquitetura da cidade, etc., e formulação de posições a respeito.

Nossos alunos podem adquirir aqui dentro da universidade, até fora daqui, todo conhecimento que precisarão para um eventual exame de ordem, ou algo desse tipo. O que eu acho é que é pernicioso a universidade comprometer-se com esse tipo de questão. Esse é o tipo de questão que a sociedade pode discutir, tomar um tipo de decisão que ela queira. E a universidade prover naturalmente as condições para que o conhecimento seja fornecido, inclusive um conhecimento técnico, pois acredito que ela está mais do que equipada para isso.

JO: Talvez apenas no caso do Brasil aconteceu desse jeito, porque, por exemplo na França, as escolas profissionalizantes não são da universidade. As grandes escolas estão fora. E aqui o caso complicou porque as grandes escolas estão dentro. Quer dizer, há uma parte, como Wilson Jorge falou, que é de formação profissional e outra parte que é de reflexão. Evidentemente, na antiga Filosofia, Ciências e Letras era mais claro esse espírito. Também a FAU não é tão vinculada ao mercado, mas as outras são. Isso é mais complicado na pós-graduação por causa do tal do professor profissional. Então, também, na pós-graduação, os alunos não vão procurar mais a pesquisa ou o conhecimento, como era até no meu tempo. Agora eles vêm mesmo é para tirar um diploma, como você está falando. Quer dizer, para ser doutor, e quanto mais rápido, melhor, porque eles querem

ganhar mais nas universidades particulares. Esses alunos não estão interessados no que se está falando.

GS: Isso vai permitir entrar na penúltima questão, que é a da pós-graduação e do nosso curso. Lá também existe a mesma praga, inegavelmente. Principalmente com a criação de inúmeros cursos de arquitetura privados e com as exigências da fiscalização federal, passou a ser necessário ter um certo número de doutores ou de mestres. Então há uma corrida aos títulos, em todos esses locais. Eu estava na universidade quando ela ainda não dependia tanto de títulos. E fiz parte de diversas comissões como a de discussão dos estatutos, das reformas do estatuto. Numa delas o Juarez[2] era o presidente do grupo, e se discutiram essas questões. De modo que eu vi nascer esse processo, que claramente tem um componente burocrático muito grande. Acho que um livro do professor Gianotti[3] coloca isso muito bem, "universidade ou barbárie" essa questão da barbarização, de certa forma, da universidade: procedimentos burocráticos, as regras e aquela série de exigências. Mas eu não tenho uma opinião segura sobre o problema porque eu assisti também a elevação do padrão dos docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da época em que eu fui aluno para hoje. E isto é absolutamente inegável. Então, há esse aspecto da burocracia, há esse aspecto para o qual você chamou a atenção muito bem, que é a preocupação atual com um outro título e tudo mais, mas ao mesmo tempo, acho que a universidade, de forma geral, beneficiou-se muito e o padrão médio dos docentes que existem hoje na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo é muito melhor do que o padrão médio, com todo respeito, naturalmente, daquele que existia quando fui aluno. Acho que houve um avanço extraordinário nesse sentido. Mas em nível da pós-graduação, como fazer com isso? Eu acho difícil. Sempre que houver essa motivação, "eu vou lá para ser mestre, eu vou lá para ser doutor" vai depender demais do rigor dos orientadores e da própria CPG. A CPG é sempre motivo de duas óticas. Eu que estive por dentro dela muito tempo, acho que ela é extremamente generosa. E, a julgar por diversos recursos que tive nas mãos, alguns deles até em nível judiciário, ela é considerada de um rigor exagerado, e coisas assim. Mas acho que, entre as duas coisas, eu preferia ficar com o rigor, preferia que ela fosse realmente bastante rigorosa porque o chauvinismo vai ameaçar o tempo todo, o corporativismo e tudo mais. Agora, nós não estamos reiventando tudo isso. Isso existia em outros países, você deu o exemplo da França. Na Holanda, onde eu fiquei muito tempo, existem outras formas de julgar os profissionais. Quer dizer, na prática da atividade profissional, isso existe. Você diria, como é que a coisa se passa nos Estados Unidos? Nos Estados Unidos não existe tabela salarial. Nas diversas universidades particulares, cada profissional vai negociar o seu próprio salário e portanto, o salário vai ser definido pela sua titulação, pela sua experiência, pelo conceito que a pessoa tem, e não com esse sistema muito francês que nós temos aqui, de centralização, e de acreditar que um conjunto de *lois et règlements* vai resolver aquilo que nós não conseguimos resolver no cotidiano.

JO: O que eu queria realmente saber sobre essa experiência é por que a Holanda, justamente agora, faz uma arquitetura e urbanismo dos mais interessantes do mundo? Pelo menos na última Bienal, no meu entender, os países escandinavos e a Holanda eram os grandes destaques. Eles são ousados, originais, interessantíssimos, mais do que os antigos...

GS: Bom, até alguns anos atrás, até uns 20 anos atrás, a Holanda tinha uma estrutura muito arcaica do ensino, o curso de arquitetura tinha duração de 5 anos. Quando houve a criação das universidades técnicas dentro desse processo de retirada das carreiras profissionalizantes da universidade... (eu quero fazer um parêntese aqui, para dizer que existe um professor na Universidade de Nova York que escreveu um livro propondo que a universidade voltasse a ser um lugar onde se cultivam as humanidades, a filosofia e as humanidades) o resto passou para escolas técnicas, de diversos tipos e que nada tinham a ver com a universidade. Isso é

uma postura, no meu entender, excessivamente medievalista e radical.
Algumas universidades antigas continuam com seus cursos. Mas nas universidades técnicas houve um passo seguinte: acho extremamente positivo que os holandeses tenham chamado gente do mundo inteiro, inclusive eu mesmo, para chegar lá e dizer como é que estávamos fazendo a nossa pós-graduação. Depois de ouvirem opiniões de diversas fontes, eles acabaram tomando uma decisão: o curso de arquitetura passava a ter 4 anos, depois dos quais o cidadão era um bacharel em arquitetura. E surgiam então mais 2 anos, que eram a pós-graduação e que eles afirmam ser a equivalência do nosso mestrado. Portanto, o cidadão que sai da escola em 4 anos pode até pleitear um trabalho nos escritórios de arquitetura, aquela coisa toda, mas para ter responsabilidades maiores precisaria ter mais 2 anos. O Paul Mers, que andou aqui no departamento algum tempo, aliás escreveu um artigo, se eu não me engano, recentemente, na *Revista Projeto*, fez os 6 anos, inclusive nos dois anos finais ele produziu uma tese sobre a arquitetura da Bahia. Tenho a impressão que faz cerca de 10 anos que eles estão com esse curso de 6 anos. Entretanto, o doutorado continua sem regras, praticamente. No caso da nossa pós-graduação, não consigo entender por que se faz a um doutorando a exigência de que ele tenha de cursar duas disciplinas. Não entendo por que, se o sujeito é mestre, já esgotou essa coisa de ficar freqüentando disciplinas, ou ele mesmo deve saber que precisa e ir procurar em algum lugar. Devíamos desformalizar o nosso curso de doutorado. Vocês sabem da minha opinião: nosso mestrado deveria virar um curso, como o que nós estamos fazendo em Londrina, que eu acho perfeito. Aliás eu comecei a experiência em Londrina[4] um pouco também por nossa causa, quer dizer, vamos tentar ensaiar em algum lugar a possibilidade de que o mestrado seja um curso de 2 anos. E ao mesmo tempo, a minha visão do doutorado é oposta, quer dizer, nós temos que desformalizar essa coisa. Até os trabalhos programados eu questionaria se se deveria solicitar algum ao doutorando.

WJ: A tendência na prática dos orientadores, de alguns pelo menos, é fazer com que os trabalhos programados sejam um capítulo da tese, quer dizer, já uma orientação direta.
GS: Pois é, isso aí até pode ser... Por exemplo, se poderia fazer o exame de qualificação do doutorando, já com uma versão preliminar da tese, a ser discutida. Mas teria que se modificar por completo o nosso doutorado, porque ele está muito formalizado, muito amarrado, e, ao mesmo tempo, essas regras, esses regulamentos não têm como garantir que esse candidato a doutor trabalhe com o orientador numa base cotidiana. É como eu via acontecer na Holanda, em que esses doutorandos todos estavam dentro da universidade, tinham sala, trabalhavam, participavam de todas as aulas. Havia um orientador que trabalhava com computação gráfica, tinha um equipamento bastante razoável, e tinha cinco orientandos lá no laboratório dele. Um deles chegava mais cedo do que todo mundo para ligar os computadores, que eram muito lentos naquela época, e depois chegavam os outros; na hora do almoço iam os seis almoçar juntos praticamente todo dia, quer dizer, era um convívio cotidiano, do tempo todo. Eu fico um pouco um assustado quando neste momento ouço ventos de Brasília falando em doutorado interinstitucional, que não quer dizer outra coisa do que um doutorado ausente, um doutorado por correspondência. É exatamente o que se pretende fazer. Eu acho isso uma barbaridade. Um descalabro completo.
JO: Esse tipo de doutorado que você está mencionando é corretíssimo, mas é para uma mentalidade diferente. Eu teria feito, eu realmente não precisaria fazer disciplinas, porque já era suficientemente maduro. Mas vai começar a ocorrer agora uma série de pedidos para fazer o doutorado sem disciplina, e a maioria dos arquitetos vai pedir isso. Mas são pessoas que têm uma vida diferente. Esse outro que está entrando e que só quer o título, se você abre mais, ele faz em quinze dias um doutorado. Porque, se não tem regra nenhuma, ele já vem com o doutorado pronto. Tem aquele que entra no mestrado e já quer passar para o

doutorado direto. Essas regras são horrorosas eu sei, mas para certo tipo de pessoas elas são muito eficientes. Há jovens de 22 anos que já querem ser doutores para ganharem não sei quanto, não sei onde. Então aí a gente precisa barrar. Eu acho que a universidade tem que ter essa sabedoria, esse esquema.

GS: Bom, acho que talvez você tenha razão. Só para reforçar sua tese, alguns querem de fato o título o mais rápido possível porque têm que preencher alguma coisa; mas há também os que não querem o título porque estão mais interessados na bolsa. Durante algum tempo, eu dirigi um serviço aqui da universidade, chamado Jovens Talentos, em que se procurava identificar doutorandos brasileiros, que estivessem concluindo seus doutoramentos no mundo inteiro, em qualquer das áreas, para eventual contratação na USP. E de fato chegamos a contratar um certo número. Mas nesse meu trabalho, que gerou um arquivo imenso, comecei a descobrir algumas histórias de gente que estava há 10, 15 anos, vivendo de bolsa. Gente que tinha casado e constituído família com uma outra bolsista também. E como eu cheguei a visitar e a conversar com algumas dessas pessoas, algumas na sua própria casa e fiquei espantado com o nível de alienação, e quero dizer que o significado da palavra alienação aqui é completo, ou seja, gente que já não se pergunta mais a origem das próprias idéias, não sabe bem o que está fazendo. E o padrão de vida que está levando também não é grande coisa. Então, na verdade, o que houve foi um despregamento completo dessas criaturas do seu local, do seu país e lá são estrangeiros e provavelmente continuarão estrangeiros por muito tempo. De modo que eu acho que existe, de fato, alguma necessidade de regras e não sei bem como é que os holandeses lidam com isso, porque mexi muito pouco com doutoramento, eu somente via o pessoal por lá, alguns brasileiros e uruguaios.

MI: Vamos nos voltar para os conteúdos desses cursos. Essa interdisciplinariedade se ligaria a um aprofundamento teórico? Eu sinto, por exemplo, em Londrina, um temor grande das pessoas por tudo que não seja a prática profissional. Ou melhor, alguns até têm atração, mas não sabem o que é teoria. Você viu lá. Teoria é história, é crítica, é pois tudo a mesma coisa. Basta ter letras que é teoria. E eu sinto que às vezes é um pouco mágico isso: você põe algumas palavrinhas e depois você faz o que precisa para o projeto. Então, como com o tipo de pessoal que nós estamos atendendo hoje, poderíamos incentivar realmente o espírito de reflexão, de crítica e de elaboração teórica? Um colega de departamento outro dia me afirmou que não existe teoria da arquitetura. Você parece que também tem um pouco de dúvida a respeito. Então é um campo vazio, é isso?

GS: É, eu não gostaria de enveredar por essa área que é bastante polêmica.

MI: Mas como é que você diz que a universidade tinha que ir para uma reflexão?

GS: Porque também posso fazer um pensamento especulativo, posso falar em crítica da arquitetura. Sem que isso tenha pretensões de se constituir numa teoria, no sentido específico de um conjunto de proposições que vão me permitir agir sobre o real, como é o caso da teoria, sei lá, atômica ou algo do gênero, que de fato aí implica numa ação sobre o real. E essa questão da inexistência de uma teoria da arquitetura, como eventualmente foi colocada, é um pouco como a afirmação da inexistência de uma estética, quer dizer, bom, não existe estética, no sentido de não existir uma ciência chamada estética que fosse conduzir uma pessoa a ter, digamos, uma capacidade maior de apreciar os fatos estéticos do que outra, não é isso? Mas pode existir uma crítica, pode existir um discussão, enfim em torno disso. Mas acho que a coisa mais importante que você falou referiu-se a um aspecto concreto, de fato bastante importante, preocupante, que é esse fato de que lá em Londrina a gente sentiu o pessoal extremamente preocupado com o cotidiano da prática profissional, e mais, tentando até colocar este cotidiano da prática profissional no lugar de uma reflexão sobre a arquitetura. O Gasperini me disse que está montando uma pós-graduação em Fortaleza[5] e que será sobre projeto. Ao se dizer essa

palavra, que aqui na FAU parece ter sentido mágico, a gente fica com vontade de perguntar o que vai ser ensinado, então, qual o tipo de teoria vai ser dada, quando, na verdade, a maior parte das disciplinas de projeto são disciplinas de treinamento. Quer dizer, a pessoa vai ter que ser treinada no desenvolvimento de uma certa habilidade de organizar o espaço, assim ou assado. Eu sinto, às vezes, no Departamento de Projeto, em alguns colegas nossos, que há uma vontade de criar uma teoria em torno da coisa e alguns até têm feito trabalhos muito interessantes. Mas justamente ao fazerem isso, se distanciam do ateliê.

WJ: Talvez seja mais uma metodologia do que um teoria.

GS: Mais uma metodologia. Mas acho engraçado, esta coisa aparecer assim: o professor que estava trabalhando lá no ateliê e atendendo os alunos que estavam fazendo seus projetos, ao assumir essa nova postura, ele solicita uma sala de aula, põe os meninos lá e faz uma aula discursiva. Tenho a impressão que é um equívoco porque a aula discursiva é algo que todos nós devemos procurar reduzir ao mínimo, porque ela não tem o menor futuro na época da Internet e da informação e coisas do gênero. Isso de fazer discurso na frente de aluno é uma coisa que de fato eu não sei quanto tempo isso vai durar.

Queria fazer uma outra observação sobre isso. No caso do americano, as escolas não são iguais. As 176 escolas americanas de arquitetura são muito diferentes, porque os Estados Unidos beneficia-se do fato de não ter um Ministério da Educação, de modo que não há regras nacionais, então você pode escolher uma escola onde se desenha e que tem uma relação meio vaga com a atividade realmente de construir, e que funciona do lado de um M.I.T., ou de uma Harvard, em que a questão da especulação sobre a profissão é muito intensa ou uma escola como, digamos, Albuquerque, que é uma escola profissionalizante. Aliás, o objetivo dela é formar o arquiteto-paisagista, o arquiteto-urbanista, o arquiteto nos seus vários tipos, arquiteto que vá conseguir um encaixe no mercado tão rápido quanto possível. Inclusive quando você vai falar em escolas desse tipo, precisa estar preparado, porque numa escola do tipo Albuquerque um discurso teórico não vai nem captar atenção. Numa ocasião fiz uma palestra em Beaumont, que é Universidade da Califórnia, em Los Angeles, mas só que é meio periférica, e ao falar para os meninos lá sobre arquitetura brasileira, aquela coisa toda, eu notei que havia algum interesse quando eu mostrava algum tipo de, digamos, padrão que pudesse ser objeto de uma elaboração para o trabalho deles, etc. Qualquer tendência a começar a especular e tal, o pessoal dormia, não tinha o menor interesse pelo que você estava falando. Já se você for para Harvard ou para o M.I.T., é completamente diferente o negócio, o interesse dos alunos é muito mais especulativo e tal. O professor Goldenberg[6] num certo momento tentou ver a USP desse jeito, quer dizer, ver a USP como uma escola de pós-graduação, e encaminhá-la um pouco, a não ser a mesma que tantas outras escolas profissionalizantes existentes no país. Mas isso demandaria uma decisão de muito alto nível e que não sei se na prática pode acontecer. Porque na prática eu sinto que é possível se discutir na FAU, em níveis teóricos, em níveis de abstração, mas você não pode tentar fazer isto em muitas outras escolas no Brasil. Não porque elas sejam ruins, mas porque elas estão voltadas diretamente para o mercado. E o interesse do aluno, ele está ali para ver como vai ter um emprego melhor, quer dizer, como ele vai ter uma vida profissional melhor.

WJ: Ou eles estão ali porque eles não conseguiram entrar na FAU? Existem poucas FAUs no Brasil.

GS: acho que até pode ser, mas não muitos deles, pelo menos no ambiente em que se criam nessas escolas. Porque o cotidiano profissional ali toma o tempo todo dessas pessoas. E se tiverem que optar, optarão pela realidade construtiva, etc., e e eu não os julgo por isso. É uma opção. Não é necessário ir fazer mestrado e doutorado, para fazer bons hotéis no norte do Paraná, é verdade. Então eu acho que é uma opção profissional mais clara. E cabe, realmente, a algumas escolas, serem um pouco mais especulativas, como é nosso caso aqui, ou

talvez a UFRJ; ou mesmo em certas capitais – Belo Horizonte ou Salvador, Porto Alegre – existe um ambiente mais especulativo.

MI: Meu diagnóstico da FAU atual é que ela comporta essas várias opções. Está havendo uma especialização das escolas voltadas para o mercado e a FAU é a única que ainda oferece diferentes possibilidades. Vejo como o problema da divisão do nosso curso de pós-graduação, a possibilidade de que talvez ela estrangule essa riqueza da escola. A área de projeto pode ficar mais pobre. Você falou que o doutorado não devia ter disciplinas. Não caberia às disciplinas do doutorado encaminharem para uma necessária reflexão? Porque, conforme a área, se não sedimentarmos a reflexão, creio que ela tenderá a desaparecer por completo. A experiência trazida para dentro da FAU é que pode acabar consagrada.

GS: Vamos separar graduação de pós-graduação porque na graduação tem havido muita crítica à FAU, até autocrítica, mas lamentavelmente essa autocrítica já dura mais de 10 anos e nós não temos conseguido uma saída. O que seria, por exemplo, tentarmos formar um indivíduo que procurasse a sua área de preferência. Como não vejo possibilidade de uma grande reformulação na FAU, que mude o caráter das disciplinas, talvez, a saída fosse pelo aumento no número de créditos de optativas. Teríamos um núcleo central, nenhum arquiteto deve sair daqui sem saber aquelas disciplinas, mas depois poderíamos deixar tudo muito optativo. Há uma escola em Copenhague que cerca de 80% das disciplinas são optativas. Na FAU não chegam a 25%, ou uma coisa assim, e além disso as disciplinas são optativas "obrigatórias"

MI: São "optatórias" como falam.

GS: Se um bom número de créditos, que hoje são obrigatórias, fossem transformados em optativos, somente nessas carreiras que são mais ou menos laterais, se reduziria essa carga didática brutal que eu não acredito garantir nada em termos de formação. Já quando falamos na pós-graduação, eu achava que seria inevitável em médio prazo haver esta divisão. O que eu não sei é se uma divisão, que reproduz a nossa estrutura departamental, seja a mais indicada. Eu preferia uma divisão que reproduzisse os grupos de disciplina do Departamento de Projeto. E em que os outros departamentos se encaixassem. Quer dizer, o paisagismo, o desenho industrial, a comunicação visual, a arquitetura, o planejamento urbano. Mesmo assim eu também não gosto disso, mas digamos, uma coisa para esse lado, uma coisa que não reproduzisse. A FAU não tinha departamentos. Num determinado momento (quanto é, 68) reuniram-se para formular essa estrutura de departamentos, eu estive nessa reunião como ex-aluno. Wilson, você também esteve, participou de uma comissão comigo e o Carlos B. Millan, o falecido. E nessa reunião, o tal do fórum ou coisa desse tipo...

WJ: Isso foi em 61.

GS: Não foi 61, foi 63, porque eu tinha saído da escola. Você ainda estava, representava os alunos, o Millan representava os professores e eu representava os ex-alunos.

Artigas um dia aparece lá com aquela estruturazinha, com os três... isso que nos parece tão lógico, nunca tinha nos parecido lógico até então. Adota-se o esquema. Eu sempre achei ridículo o chauvinismo departamental, porque a escola que eu conhecia não tinha departamentos. Então, de repente um radical, lá numa reunião de Congregação, falando do problema departamental, aquilo não me diz nada. Eu nunca vi sentido nisso. Quer dizer, não é uma coisa boa. Por isso me dá medo agora ver a mesma compartimentação, levada para a pós-graduação.

WJ: Não se sabe se é isso que vai acontecer, porque o assunto está em discussão. É claro que há uma tendência a se reproduzir a estrutura, mas não necessariamente. Pode ser por grupo de pesquisa.

GS: Eu gostaria que fosse interdepartamental, ainda que a coordenação pudesse ficar por conta de um determinado departamento. Eu vou explicar porque essa contradição me parece boa. É uma estrutura aparentemente um tanto contraditória. Os departamentos têm por obrigação fazer o desenvolvimento das suas áreas. Já que existem, já que houve essa compartimentação, têm por obrigação desenvolvê-la.

MI: Tem que prestar contas disso inclusive.
GS: De modo que quando pego a listinha de disciplinas para orientar um aluno meu e vejo que não existe uma disciplina de estruturas, que não existe uma disciplina de construção ou não existe no sentido específico em que eu gostaria, acho que o meu departamento está falhando, que era preciso que houvesse, inclusive com os professores da Escola Politécnica, se fosse necessário trazê-los para participar. Mesmo atualmente ocorre, pois existe uma, que é o Margarido[7] que dá com o Simões[8]: o que já é uma correção nesse sentido. O aspecto positivo é comprometer os departamentos com a obrigação de gerar conhecimento, gerar trabalhos na pós-graduação, nas suas áreas, já que a divisão existe. De outro lado, deveria ser interdepartamental: eu não gostaria que a Tecnologia, por exemplo, dispensasse a história da Técnica, não acho conveniente. Eu não vejo sentido em pegar uma disciplina como aquela de Modelos que eu dou, e dizer: o professor Serra vai dar disciplina de Modelos no curso da tecnologia porque ele é egresso da tecnologia. Isso para mim não faz o menor sentido, porque a minha disciplina não se refere à tecnologia, não tem nada haver com aquilo, é uma disciplina de metodologia de pesquisa. E, portanto, poderia ser dada num plano interdepartamental. Talvez pudéssemos ter até um conjunto de disciplinas não fazendo parte desses departamentos, seriam interdepartamentais e os meninos poderiam escolher qual fazer. Então, não perder a interdepartamentalidade parece-me importante, quer dizer, seria preciso preservar isso de alguma maneira. E de outro lado, seria preciso responsabilizar os coordenadores de curso.
JO: Arquitetura e urbanismo em todo lugar do mundo são divididos, só aqui ninguém quer se separar. Mas acho que é inevitável dividir. Acho que a gente queria que fosse interdepartamental. Só que quem operacionaliza são os departamentos, a contradição é essa: quem gere, quem paga, quem faz são os departamentos.
GS: Mas acho que esse é o papel da CPG, porque a CPG continuará a ser uma só, não é?
MI: A idéia última discutida, apresentada pela Ermínia, foi uma única CPG e coordenadores de diferentes programas.
GS: Isto pode preservar a coisa. O Nestor, quando eu assumi a presidência da CPG, falou, na Congregação, que ocorria na FAU uma coisa que não havia na maior parte das escolas, que é fazer coincidir na mesma pessoa a presidência da CPG e a coordenação do curso. Na ocasião, fiz o comentário que estava inteiramente de acordo com ele e gostaria que a Congregação nomeasse o coordenador de curso. Eu estava aceitando a presidência da CPG, mas não precisaria necessariamente ser coordenador de curso. Aliás, depois procurei e propus que se fizesse isso. Se fizermos isso, nós poderemos ter esses coordenadores organizando os seus cursos, mas a CPG mantendo o controle do conjunto de disciplinas, que seriam interdepartamentais.
WJ: Os departamentos da FAU têm heterogeneidades marcantes. Há pessoas que estariam melhor colocadas em relação ao seu interesse de pesquisa, sua atividade acadêmica em outro departamento.
MI: Isso significa reformular os departamentos, mas não acabar com eles. Quer dizer, hoje estão mal-organizados, mas devem por isso ser extintos?
JO: O professor Serra colocou muito bem. Os departamentos são criações históricas. Eles vêm e vão. Eles não são divinos.
MI: Você sabe por que vieram os departamentos? O que vão pôr no lugar quando ele sair? A cátedra de novo ou o quê?
JO: Na PUC de Campinas vai haver câmaras.
MI: É, mudam os nomes e as coisas são as mesmas, pode ter certeza. A organização burocrática vai importar, sem dúvida. Mas fico muito preocupada porque tudo tende a cair na burocracia.
JO: Mas o departamento superou a cátedra e pode vir uma outra coisa que seja superior ao departamento, não pode?
MI: Pode, mas para isso precisaria haver um projeto, com algum objetivo, que é o que a gente está querendo. Nós estamos discutindo fórmulas.

WJ: Como aproveitar a imensa quantidade de pesquisa feita na FAU, sem uma base organizativa, burocrática, pois é fundamental que funcione. Burocrática no sentido de dar um suporte, com uma atividade padrão, etc. O que me dá um certo desalento é ver a quantidade de pesquisa, de material produzido na FAU, e por questões outras não são aproveitadas, não se sabe que existe. Esse é o grande desperdício que eu vejo hoje na pós-graduação.

GS: Bom, eu não sou pessimista com relação à pós-graduação da FAU. Eu acho que a pós-graduação da FAU teve um caráter pioneiro, ...

WJ: Eu não fui pessimista. Eu estou dizendo que se produz uma quantidade de material muito rica.

GS: Eu vou chegar lá. Eu acho que constituir uma base de pesquisa a ponto que você sinta uma seqüência, um aproveitamento, uma lógica, uma linha de pesquisa e coisa desse tipo, é uma coisa que toma tempo. Para você ter uma idéia a que ponto nós podemos chegar nesse assunto, eu fui presidente da CPG, procurei nesse sentido criar, ou botar de lado o máximo de recursos que eu pudesse arrumar, para a encadernação e impressão, e organização dentro da Biblioteca. Havia uma discussão sobre se a Biblioteca deveria ou não deveria existir. Eu estava um pouco favorável aos bibliotecários aqui, que queriam centralizar o serviço, mas propus que aqui haveria uma espécie de biblioteca da pós-graduação. E para arrumar uma tese, uma dissertação, era difícil, estava tudo meio bagunçado, desordenado. Então começou um trabalho lento da Filomena[9] no sentido de encadernar, botar tudo com o nome no dorso, etc., para que fosse possível a gente acessar essas coisas com facilidade. Por que digo isso? Porque a pesquisa não é individual. A ciência é um trabalho coletivo, quer dizer, então as pessoas que elaboraram suas teses, dissertações, colocaram as suas teses e dissertações lá na expectativa de todos nós, que elas venham a ter utilidade, talvez não imediatamente para se patentear alguma coisa, mas para alimentar o trabalho daqueles que vêm depois e ir aos poucos encadeando e permitindo que daqui a pouco apareça uma tese realmente notável dentre as muitas que vão saindo dali. Bom, eu acredito que esse tempo, de certa maneira ele decorreu, quer dizer, talvez a organização da tal da prateleira. Eu insisto com os meus alunos, que podem ignorar alguma coisa dita por Aristóteles, mas não podem ignorar aquilo que foi dito nos últimos 5 anos na Faculdade de Arquitetura. Quer dizer, nenhuma tese, nenhuma dissertação que tenha a ver com o seu tema, pode ser ignorada. Você vai ter de ler, vai ter de incluir na sua bibliografia e tal. Isso tende a forçar esse encadeamento a criar uma lógica no processo, e aí ir encadeando alguma coisa que nós possamos identificar como uma linha de pesquisa.

Lúcio Grinover[10] fez uma tentativa, pela primeira vez aqui, de criar linhas de pesquisa e essa coisa toda. Quando ele terminou o trabalho, aquilo tinha uma cara de artificialismo completa. Era notório que ele tinha pego as dissertações e as teses mais díspares e confusas e tinha tentado organizar segundo um conjunto de categorias. Posteriormente, a professora Élide[11] prosseguiu nesse trabalho. Aí eu escrevi um artigo em que tentava, tentava realmente, descobrir uma lógica nesse conjunto de teses e dissertações. Então, em vez de ser alguma coisa a impor, como tantas vezes se pensou aqui, vamos tentar induzir essas linhas de pesquisa de um conjunto de objetos que estão lá na prateleira: as teses e dissertações. E, com base nisso, começar talvez a encaixar os novos alunos, os novos pesquisadores nessa seqüência.

JO: Não é a FAU, é o Brasil que desperdiça muito a sua produção intelectual. No Japão, nos Estados Unidos, tudo se publica. As coisas realmente mais ordinárias, tudo é publicado. E aqui a gente tem essas teses deslumbrantes ninguém sabe.

MI: Poderíamos pedir um disquete da tese, de forma que pudesse ser consultada...

GS: Mas é o encadeamento das pesquisas que pode realmente levar a um resultado. Agora, francamente, às vezes, olhando uma tese ou uma dissertação ou fazendo parte de uma banca, eu às vezes sinto que o orientador aceitou a primeira

proposta que o candidato fez. Ele não se perguntou se conhece aquele assunto, se lhe interessa, se é naquilo que está trabalhando. Se ele de fato pode dar uma contribuição. Compreendo que isso acontecesse no começo do curso, senão parava tudo. Mas hoje não há razão nenhuma para fazer isso. Então, se um cidadão disser: vou fazer uma tese sobre hotéis, sobre o que o senhor escreveu, um livro, ótimo, tenho certeza que você vai poder ajudar, vai se interessar. Agora, se o cidadão chega com "*Ah, eu vou fazer uma tese sobre sexologia forense*. Eu diria: "*Bom, não é o meu campo, eu realmente não atuo nessa área.*

MI: Mas pode acontecer, como já aconteceu, que professor de outra área alegue: "*eu posso orientar história porque me interessa*"

GS: E outro ponto de aproveitamento é uma atitude que depende também do orientador. A maior parte dos estudantes que nos procuram para orientação chamam de tese um objeto físico formado por umas folhas de papel dentro de uma encadernação. "*Minha tese*" ele está se referindo a um livro que ele já vê escrito com umas letras douradas e coisa desse tipo. Ele não está falando de uma tese, quer dizer, uma hipótese que vai ser demonstrada. Então eu acho que aí caberia sempre a atitude do professor como a dos países centrais, quando vai falar com o seu orientando. O cidadão chega lá, faz um discurso meio estranho, e ele diz assim: "*Tudo bem, mas qual é o problema que você vai resolver? Qual é a sua hipótese? O que o senhor vai tentar demonstrar? O que o senhor quer descobrir?*" Lembra o que o Erney[12] meu orientador, no sentido espiritual, na Reitoria, dizia: "*Professor Serra, a pesquisa só tem dois produtos: ou é uma invenção ou é uma descoberta.* E na nossa área, que é mais tecnológica que da biologia, admite-se uma certa inovação. Quer dizer, em vez de invenção, uma inovação. Eu acho que se aprende com um certo rigor nessas coisas, isso exige embasamento empírico no trabalho. "Qual é a sua base empírica? Onde o senhor foi pegar dados para... Hoje li um trabalho de uma das nossas orientadas, é um discurso filosófico barato, sabe?

WJ: Desculpe, mas você não está contra a filosofia, está?

GS: Não, de jeito nenhum, eu sou cultor da filosofia. Mas realmente considero que os nossos alunos não podem achar que vão chegar aqui para fazer uma dissertação de mestrado inteiramente especulativa, sem nenhuma base concreta.

MI: Faltou alguma reflexão sua sobre a realidade brasileira. Não só sobre a profissão. Você falou que a cidade é construída por outros profissionais ou por não-profissionais. Talvez se continuasse por aí...

GS: Olha, eu de fato tive o privilégio de trabalhar praticamente no Brasil inteiro, e me diverti imensamente com isso, jamais achei qualquer coisa ruim. Eu trabalhei no Acre, na Rondônia, Amazonas, no Brasil inteiro, no Pará, no Nordeste todo e coisas assim. Então eu sou muito otimista com relação ao Brasil. Primeiro, esta questão que hoje alguns estão querendo colocar num plano mais radical, a coisa do índio, do negro, etc. Eu acho o Brasil um show espetacular de convívio étnico, os mais diversos. Acho que nós devemos dar um valor extraordinário a isso, reforçar e ter orgulho disso. E ver o lado positivo disso, que isso é a nossa força. Agora, há esse sentido de unidade nacional, de que todos esses caras, os mais diversos, se considerem brasileiros e tal. Eu ficava sempre comovido no começo, quando eu pegava um avião aqui, demorava sete horas e meia para chegar em Rio Branco, eu descia e estava todo mundo falando português e praticamente sem sotaque nem nada, achava aquilo uma coisa extraordinária. Bom, e o espaço brasileiro precisa ser conhecido, para produzir uma arquitetura brasileira. Quer dizer, se estou no Acre, preciso saber que no Acre não há pedra de tipo algum, e portanto o concreto é uma coisa impensável no Acre, porque lá não tem pedra para fazer concreto e também não se fabrica cimento, nem nada. Acho que na Amazônia deveria-se construir com madeira, mas a Amazônia não tem madeira, tem árvore. Da árvore à madeira há uma indústria toda, secagem, essa coisa toda. Todas as vezes que tentei construir com madeira lá foi um desastre, porque vinha tudo verde e coisas assim.

Então, há uma questão de desenvolvimento nacional em todos esses espaços, mas que exige conhecer o seu espaço.

Vou dar um exemplo sem nominar ninguém. Uma faculdade de arquitetura do Nordeste consultou-me há pouco tempo, sobre quais deveriam ser as linhas de pesquisa do novo mestrado que eles estavam organizando na cidade. Aí veio uma série de frases que até tenho dificuldade para entender realmente o que significam, mas supostamente seriam as tais linhas de pesquisa. Bom, eu devolvi um discurso analítico sobre a capital em questão, que eu conheço muito bem porque desenvolvi três ou quatro planos lá, apontando o que tem de ser estudado lá. É isso que tem que ser estudado, e tem que ser estudado por eles: eles nos devem, devem a todos os brasileiros, o conhecimento do seu espaço. Então, nesse sentido, mesmo as escolas que a gente acha não estarem ainda no nível e tal, se elas puderem ser... Você observou lá em Londrina, ninguém queria fazer nada sobre Londrina, com exceção da Ângela, ninguém? O negócio era: "*Sobre o que o senhor vai fazer?*" "*Barragán*[13] *Vou fazer uma tese sobre o Barragán*" Eu estava meio longe, não entendi: "*Sobre barragens*?" Ele disse: *Não, Barragán*. Aí o outro era sobre a obra do Álvaro Siza. "*O senhor vai a Lisboa. Porque se o senhor não for a Lisboa nós não vamos aceitar o seu trabalho. É claro, o senhor quer fazer um trabalho sobre o Álvaro Siza com base em quê? Em revista, livro, fotografia, Internet? O senhor vai ter que ir para o Porto, ter que percorrer Portugal inteiro, porque o senhor vai ter que ter uma base empírica para esse negócio.*" Mas lá para tantas comecei a perder a paciência: "*Escuta, onde está Londrina nesse negócio? Com que se constrói aqui nessa cidade? Quem fez esses prédios todos que estão aí? Como se desenvolveu esse negócio? E esse problema da poluição lá embaixo, do tal lago, e como vocês estão resolvendo?*" Que coisa estranha! Há como uma vontade de se projetar para o exterior e não de conhecer o local onde o sujeito está. Mas eu acho que o trabalho que nós estamos fazendo em Londrina é espetacular. Eu não sei se alguém lá tá querendo só o título ...

MI: É isso que eu ia dizer para você: Como eles avançaram! Você disse que o mestrado é uma formalidade, mas quem está com vontade de se promover no mercado é conduzido ... muda de posição.

GS: Muda. Eu estou inteiramente de acordo. Estou muito satisfeito. Me deu satisfação fazer esse trabalho em Londrina...

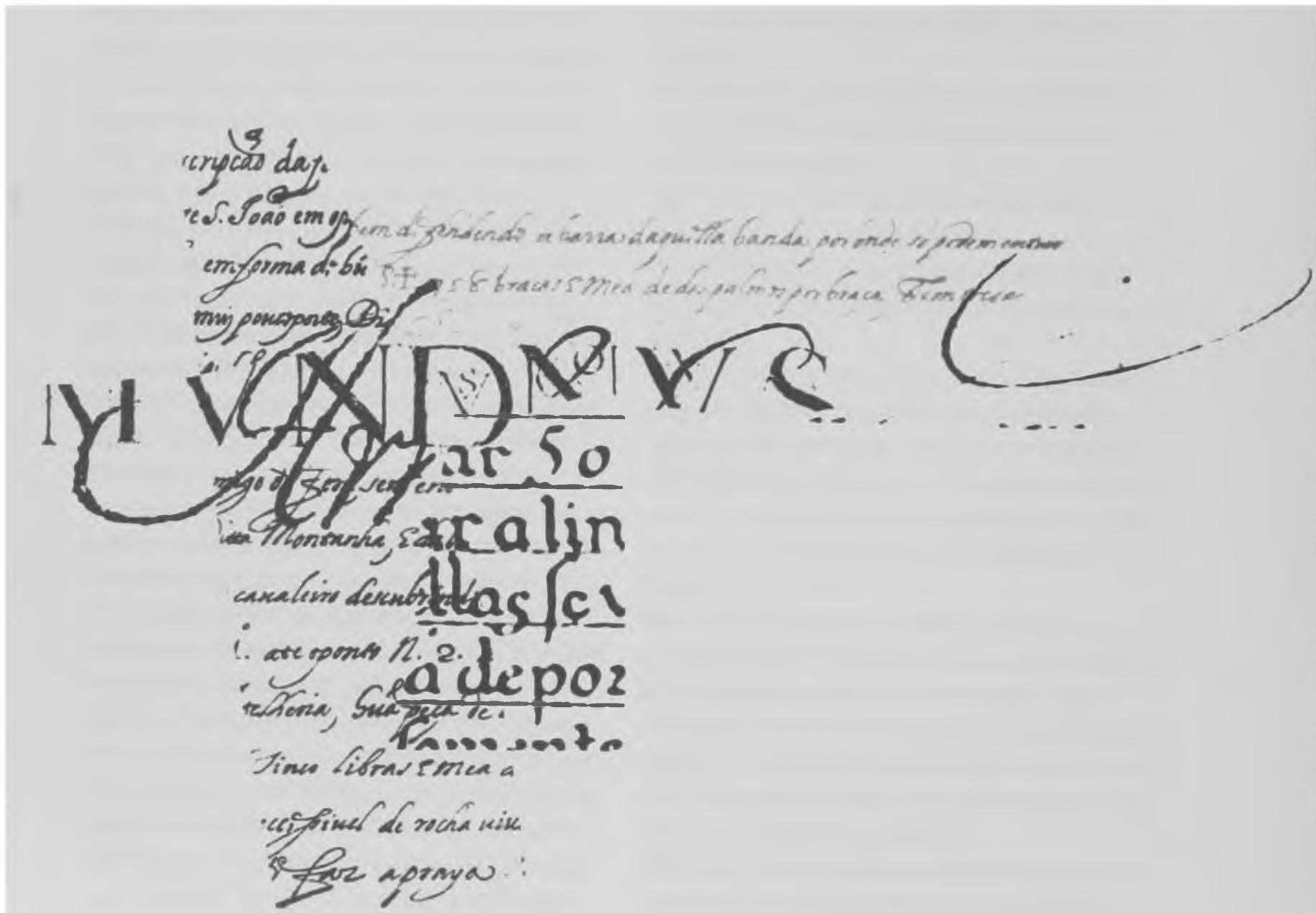
WJ: Talvez porque eles descubram que esse caminho é mais rico para eles até profissionalmente. Essa capacidade crítica, essa capacidade de ver a realidade com olhos mais profundos.

MI: Eles começam a perceber algum sentido em fazer o mestrado. Porque, se antes era apenas produzir um volume que, eventualmente, tivesse 200 páginas, de repente o conhecimento começa a brotar ... a análise, por exemplo, para eles era uma coisa pouco concebível. Só a descrição podia ocorrer.

WJ: A Ermínia fez um comentário quando o professor estava contando mestrado para Fortaleza, a tal história de projetar. Ela perguntou: "*Mas e Fortaleza? Fortaleza é uma cidade em que mais da metade da população mora em favela. Qual é o tipo de reflexão ou de pensamento que esse curso vai ter sobre a realidade presente?*"

GS: Isso aí é um problema nacional, é uma coisa extremamente complicada. E em quase todos os cursos você se defronta com isso.

(1) JURADO, Artacho – Proprietário da Construtora Monções, na década de 50.
(2) LOPES, Juarez Rubens Brandão – Sociólogo, professor da FAU nas décadas de 60 e 70, professor titular de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, na FAU, década de 70, transferido para a FFLCH-USP, membro desde a fundação do Cebrap e hoje colaborador do Ministério da Reforma Agrária.
(3) GIANOTTI, José Artur – Professor titular da FFLCH-USP e diretor do CEBRAP.
(4) Mestrado Interinstitucional promovido pela FAUUSP na Universidade Estadual de Londrina, sob o patrocínio da Capes (MEC).
(5) Fortaleza – Mestrado Interinstitucional patrocinado pela Capes (MEC), tendo a FAUUSP como instituição promotora e a Universidade Federal do Ceará como instituição receptora.
(6) GOLDENBERG, José – Físico, professor aposentado e ex-reitor da USP.
(7) MARGARIDO, Aloísio Fontana – Professor da Poli, lecionando também na FAUUSP, no Departamento de Tecnologia da Arquitetura, até a década de 90.
(8) SIMÕES, João Roberto Leme. Professor da FAUUSP.
(9) KATSUTAMI, Filomena – Bibliotecária da FAUUSP.
(10) GRINOVER, Lucio – Professor titular aposentado de Desenho Industrial do AUP. Foi diretor da Escola em dois mandatos.
(11) MONZEGLIO, Élide – Professora titular aposentada de PV da FAUUSP.
(12) CAMARGO, Erney Pleffey de – Médico, pesquisador em biologia molecular, pró-reitor de pesquisa da USP nas gestões de José Goldenberg e Roberto Leal Lobo e Silva Filho.
(13) BARRAGÁN, Luis – Arquiteto moderno, mexicano que se inspirou em referências vernaculares. Atuante nas décadas de 50, 60 e 70.



3 | BALANÇOS TEMÁTICOS

Júlio Roberto Katinsky

Considerações sobre o curso de pós-graduação da FAUUSP – 1973-1999

Resumo

O curso de Arquitetura e Urbanismo da USP, iniciado em 1948, procurou por seus fundadores, Luís de Anhaia Mello, João Baptista Vilanova Artigas, Luís Cintra do Prado, apoiados em uma nova visão interdisciplinar da atividade do arquiteto, com o concurso distante, mas não desprezível do pensamento de Mário de Andrade e Lúcio Costa, estabelecer as preocupações técnicas e tecnológicas da indústria da construção e as sugestões dos artistas-cidadãos comprometidos com o ideário iluminista e libertário, como Boulléc, Durand, arquitetos, e Shiller e Goethe, poetas. Isso porque, desde o início, o ensino da arquitetura na graduação se caracterizou, nesses 50 anos na FAUUSP, pela ênfase da construção na "cidade" e na "utopia" da cidade, não naquela que existe, mas naquela proposta. O texto em questão sugere essas mesmas vertentes para orientar o curso de pós-graduação.

Abstract

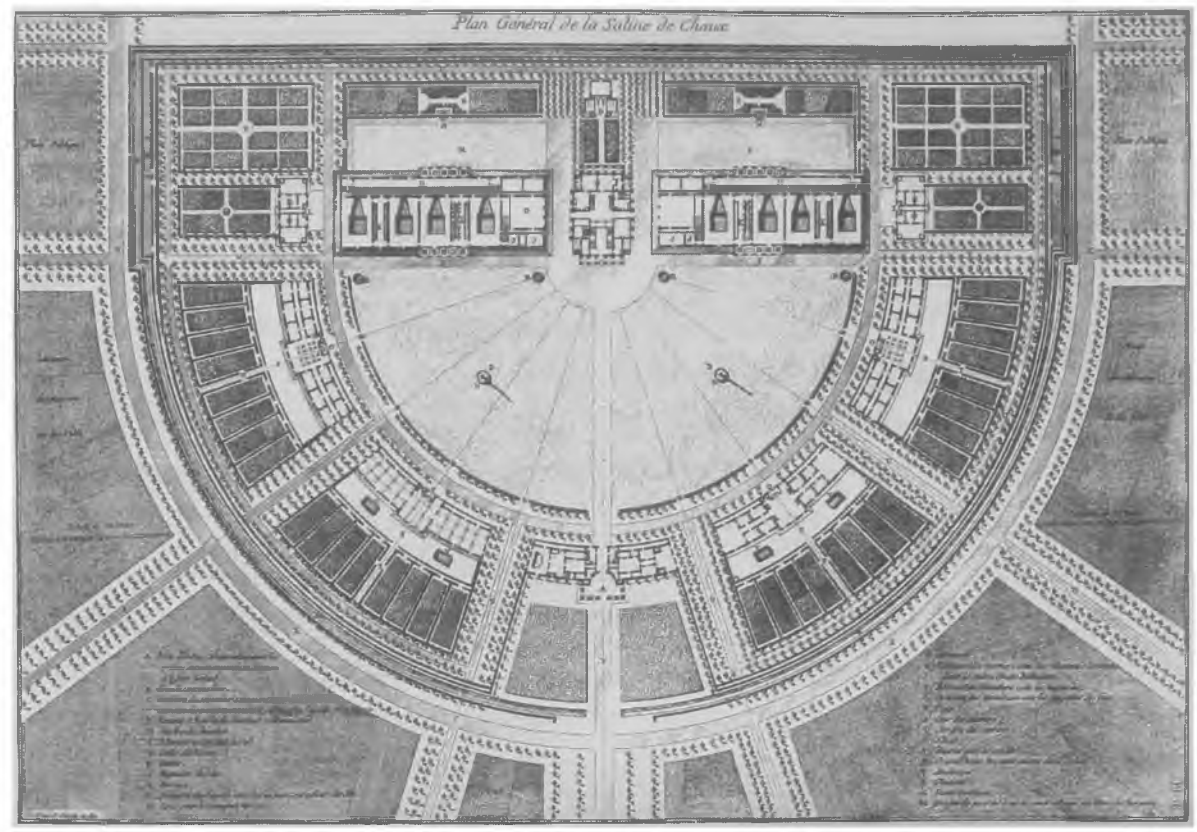
The course of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo, inaugurated in 1948, embraced a double aim as defined by Anhaia Mello, Artigas, Cintra do Prado and others, and greatly influenced by Lucio Costa and Mário de Andrade. The founding fathers sought both to meet the technical or technological concerns of the building industry as well as take into account the suggestions of artists committed to the Illuminism ideals of liberty, such as the architects Boullée and Durand or the poets Shiller and Goethe. Keeping its roots alive, during its fifty years, the undergraduate course has been characterized by the emphasis put not on the real city, but on the city to be constructed, on the utopian ideal city, on the city to be proposed. This paper argues that the same principles should be maintained as guiding lines for the graduate course.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, fundada em 1948, propôs-se, pelos seus fundadores, a renovar o ensino da arquitetura, rompendo, de um lado, com o ensino tradicional, estabilizando nas escolas de modelo *beaux-arts*, de origem francesa, e de outro lado, os ensaios propostos de um ensino estreitamente vinculado ao ensino da tecnologia, tal como estava organizado na Escola Politécnica.

Havia ainda difusa, em 1948, a idéia de que o arquiteto era um profissional em extinção, sendo substituído pelo "novo profissional" o tecnólogo. Essa tese foi exposta de várias formas, às vezes de maneira sutil pelos pensadores mais prestigiados no período entre guerras, como Keyserling, Spengler e mesmo Ortega-y-Gasset. O crítico e historiador de arte Giulio C. Argan, nesse período, escreveu um ensaio no qual expunha sua convicção de que a "tecnologia" substituiria a "arte" (inserido no livro *Projeto e destino*). Esses pensadores talvez não tivessem consciência, mas na realidade estavam fazendo a apologia dos então triunfantes movimentos autoritários, principalmente (mas não exclusivamente) como o fascismo e o nazismo. Contra esse pensamento asfixiante, outros autores, sem o mesmo poder de difusão, produziram, entretanto, as premissas de uma discussão na qual os valores libertários se apresentavam salvaguardados, obviamente dentro dos limites de cada cultura. Assim, na Itália, Croce e Gramsci, em que pesem suas diferenças, opuseram-se coerente e corajosamente ao fascismo. Croce, em seu pequeno livro *Estética in nuce*, coloca o objetivo da arte em uma "moralidade" não entendida no sentido corrente, mas em um sentido de totalidade. Se não fosse sua ojeriza por Schiller, ele poderia simplesmente reconhecer, nesse caso, sua dívida para com o poeta e filósofo alemão. Igualmente Pevsner e Giedion, no mundo anglo-saxão, opuseram-se ao nazismo. Por isso mesmo, seus livros foram editados preferentemente em inglês. Nos Estados Unidos, creio que podemos nos referir a Henry Russel Hitchcock na América, como o mais conseqüente defensor do novo humanismo, aquele resultante do reconhecimento da nova significação cultural das relações do trabalho, resultantes da assim chamada "Revolução Industrial"

No Brasil, como também não poderia deixar de acontecer, ao lado de pensadores, defensores do autoritarismo como Miguel Reale, Plínio Salgado, José Mariano Filho, Gustavo Barroso, outros intelectuais como Lúcio Costa e Mário de Andrade defenderam posições liberais, igualmente procurando conciliar as novas realidades do trabalho moderno, fabril, e a democratização dos recursos gerados pela nova situação. Mário de Andrade, em sua aula inaugural dos cursos da Universidade do Distrito Federal de 1938 (O artista e o artesão), mostra-se integralmente aderente ao pensamento de Friedrich Schiller exposto em seu livro *A educação estética do homem*, no qual o poeta alemão propõe uma estética cidadã, estreitamente ligada a uma "moralidade libertadora" de todos os homens, romântica e liberal. Essas posições serão reafirmadas em seu estudo *O movimento modernista*, de 1942, praticamente seu testamento espiritual, no qual reforça os parágrafos finais da sua aula inaugural, puro Schiller.

Quanto a Lúcio Costa, dado rompimento ruidoso e público registrado na polêmica com José Mariano Filho, em 1930, em que este não titubeou em discriminar odiosamente os colaboradores de Lúcio Costa por sua origem russa e judaica no caso do arquiteto



Planta da cidade de Chaux
C. N. Ledoux - arquiteto
A cidade de Chaux é seguramente a primeira cidade industrial conhecida projetada por arquiteto (salinas de Arc-et. Senans-Franche Conté)



Superquadras residenciais, Brasília.

Warchawchick, o texto *Razões da nova arquitetura* mostra-se um manifesto antitotalitário antes de qualquer outra coisa.

Para a fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, além dos apoios institucionais e políticos, contribuíram notavelmente as proposições teóricas desenvolvidas no interior da Escola Politécnica de São Paulo, particularmente pelos catedráticos empenhados na solução dos problemas urbanos: Victor da Silva Freire, estudioso do traçado da cidade, com as preocupações típicas de salubridade da ocupação territorial, e Alexandre Albuquerque, com a higiene das edificações.

Como mostra a tese de doutorado de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, *Barry Parker: Um arquiteto inglês na cidade de São Paulo* (1998-FAUUSP), quando Barry Parker chegou a São Paulo, pelo menos no interior da Escola Politécnica, o ambiente estava favorável à absorção de suas idéias, tornando o empreendimento capitalista da *City of São Paulo improvements* um êxito raramente alcançado em outros lugares.

Só assim, com esse fundamento de estudos urbanos, pode-se entender os trabalhos pioneiros de Luís de Anhaia Mello sobre a disciplinação dos serviços públicos ("monopólio natural" em sua terminologia) de 1928, e o plano de avenidas, de Prestes Maia, de 1930.

Mas também a adesão entusiástica de Anhaia Mello ao *New Deal*, de Roosevelt, e ao projeto de Tenesee Valley Authority, de 1933, nos Estados Unidos, no mesmo ano em que eram lançados. Este último empreendimento revelou-se a mais revolucionária experiência de reciclagem de uma extensa área de ocupação territorial (afinal tratou-se do vale de um rio inteiro) no mundo ocidental no século 20.

É verdade que a experiência terminou melancolicamente, pela absorção do excedente energético produzido na fabricação de armas atômicas (em Oak Ridge) depois de 1945. Mas o modelo ficou e continua sendo perseguido, pelo menos em nível universitário, sendo o mais característico exemplo o grande êxito do Projeto Genoma brasileiro, em parte financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). De fato, os primeiros projetos "interdisciplinares" de pesquisa, como o Projeto Genoma, foram ensaiados no TVA, conforme nos relata Otto Lilienthal em seu livro traduzido para o português sob o nome *Democracia em marcha*.

É, pois, esse engenheiro arquiteto, Anhaia Mello, professor catedrático da Poli, acompanhando projetos de "múltiplo uso" e, portanto, exigindo múltiplos "especialistas" trabalhando para um mesmo e único objetivo, como são os projetos propostos pelo TVA, que vai conceber uma nova e renovada condição do arquiteto.

Assim, em ensaio publicado no Anuário da sua Escola, em 1946, sob o título: *A evolução do curso de engenheiros arquitetos na Escola Politécnica de São Paulo*, Anhaia Mello registrava as seguintes observações:

"*Acertará o diagnóstico do mal quem atribuir a concepção errônea, infelizmente ainda generalizada, do que seja arquitetura e da verdadeira função do arquiteto na vida nacional.*"

Nesse caso, aliás, incidiu também o Decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulou o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor.

Basta examinar o capítulo quarto que dispõe sobre a especialização profissional, para se concluir que a zona da atribuição privativa do arquiteto não tem fronteira definida, e que, matéria de sua exclusiva competição, foi atribuída também a outros profissionais.

O que se deve entender por "caráter essencialmente artístico ou monumental" e "obras de grande decoração arquitetônica"? Será que se admite que possa ou deva haver edifício construído sem arte ou que a arte possa ser dosada, sendo em certos casos "essencial" e em outros "acessória"? "Decoração e construção são coisas diversas e separadas"? "Há uma 'grande' e outra 'pequena' decoração na arquitetura?"

Depois de um retrospecto histórico sobre as confusões acerca da atividade do arquiteto, no qual se nota principalmente a presença das interpretações de Talbot Hamlin e Siegfried Giedion, Anhaia Mello conclui apresentando diretrizes para a arquitetura que pelo menos em parte coincidem com as posições de Lúcio Costa, expostas em seu artigo "Razões da nova arquitetura" publicado na *Revista da Diretoria de Engenharia PDF* (Rio de Janeiro) de 1936.

Mas como professor, não deixa (como seu colega carioca) nada implícito, e prossegue:

"A obra de ferro mais notável do século XIX é sem dúvida a Biblioteca Nacional de Paris, iniciada em 1858 por Henri Labrouste e completada depois da sua morte.

Labrouste foi o arquiteto do século XIX com mais sentido do futuro e, embora ainda usando as formas clássicas do renascimento, deu à sua obra um selo de absoluta precisão."

"A biblioteca nacional" – nota Giedion – "é sem dúvida alguma, a Capela Pazzi da arquitetura contemporânea" E finalmente conclui: "A esfera de ação do arquiteto abrange hoje todas as fases de desenvolvimento do conjunto urbano, e o conceito de ***arquiteto-artista*** *de cincoenta anos atrás – diz com acerto Gilmore Clark – foi substituído pelo* ***arquiteto urbanista.***"

"As demandas que a sociedade moderna faz à arquitetura, de novos edifícios para novos programas, é conseqüência da sua extrema mobilidade; mobilidade de pessoas, de coisas, de idéias e de energia.

A ***pesquisa*** *e o* ***laboratório*** *estão hoje no campo da atividade do arquiteto, e tudo o que se constrói cai no âmbito da sua ação: fábricas, oficinas, edifícios rurais, barragens, usinas de força, rodovias, pontes, veículos..."*

"A beleza será certamente um grande fermento criador para o Mundo Melhor. Mas para fazê-la surgir, dominadora e soberana, dourando com toques de divino a precária obra humana, não se dispensam – como disse Virgílio ao Florentino, no limiar da sua via dolorosa – um longo estudo e um grande amor" "Vagliami il lungo studio e il grande amore" (grifos de Anhaia Mello).

A partir dessas considerações, a postura do arquiteto muda radicalmente: enquanto na visão dominante do século 19 a contribuição do arquiteto era feita coadjuvando e *a posteriori* da atuação do engenheiro, devido ao compromisso com o urbano, sua atuação passa a ser prévia em relação a técnicos envolvidos nas atividades produtivas e também passa a participar em igualdade de condições das diretrizes fundamentais que irão orientar as propostas globais.

A atuação do arquiteto vai apelar para a contribuição científica e tecnológica, assim como para a imaginação artística e utópica, ou seja, para um compromisso da cidadania, bem expresso no objetivo de um "mundo melhor"

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ao ser fundada em 1948, tendo como seu primeiro diretor o mesmo Anhaia Mello, organizou-se, pois, segundo as diretrizes anunciadas, corroboradas pelas palavras do mais brilhante antigo assistente do professor Anhaia Mello, o arquiteto Vilanova Artigas, que, em texto sob o título *Rumos para o ensino de arquitetura*, de 1956, registrava logo em seu primeiro parágrafo:

"No Brasil, o ensino universitário da Arquitetura é relativamente jovem, ou melhor, temos pouca experiência, ainda, no emprego de métodos científicos para o ensino das artes.

Como se vê, os objetivos de um ensino moderno de arquitetura foram assumidos com franqueza pela geração fundadora, ou seja, sempre compareceu, ao lado da compreensão e adesão à arte de nosso tempo, a exigência da investigação científica e tecnológica, bem como o compromisso com a cidade e a cidadania. Evidentemente, entre diretrizes gerais, teóricas e realização prática, concreta, situam-se um conjunto nada desprezível de tentativas, becos sem saída, incompreensões, e mesmo alguns acertos. Estes, mais do que os erros, garantiram a continuidade das experiências, de sorte a animar o desejo de atingir os objetivos propostos, mais vislumbrados como utopia do que como sólida e segura doutrina.

Assim, já em 1962 e em 1968 as disciplinas propostas para a educação dos arquitetos definiam-se como articuladas em três departamentos interdependentes, a saber: Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (designação final de 1968), Departamento de Tecnologia da Arquitetura e Departamento do Projeto (com suas siglas respectivas – AUH, AUT, AUP). Esse processo, ao lado da formação de profissionais, arquitetos empenhados culturalmente na valorização, ou pelo menos, na discussão dos problemas urbanos, propiciou as pesquisas que garantissem, em cada tempo, a renovação permanente dos objetivos gerais refletidos nas situações particulares e concretas a serem enfrentadas.

Dentro dessa ótica, foram organizados os cursos de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a partir de 1971, em nível de mestrado e de doutorado em 1980. Mas sua estrutura reproduziu, até certo ponto, a estrutura de graduação, pois privilegiou, sempre, como na reforma da graduação de 1968, a interdisciplinariedade, respeitando, entretanto, os aprofundamentos específicos de áreas de pesquisa.

Assim, em 1982, quando por força de lei o curso foi credenciado pelo Ministério de Educação e Cultura, nota-se pelos documentos oficiais uma certa tensão e não-aceitação por parte do órgão federal de uma estrutura aberta e interdisciplinar em contraposição a uma estrutura apriorística e especializada, além de voltada com exclusividade para a pós-graduação, como se fosse uma superuniversidade.

Ao contrário, a FAUUSP, nessa época, defendia uma estrutura única, com permanente interação entre a graduação e a pós-graduação. Por isso mesmo, sintomaticamente, o

primeiro presidente da Comissão de Pós-Graduação foi o sociólogo Juarez Brandão Lopes, e não um arquiteto ou engenheiro. Para conhecer as marchas e contra-marchas da instalação oficial do curso, recomenda-se a leitura do artigo de Lauro B. Birkholz e José Luís Caruso Ronca, intitulado "Curso de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAUUSP: Uma realização vitoriosa" publicado no número especial da Revista *Sinopses*. Esse documento historia detalhadamente, pela transcrição de atas e reuniões em Brasília, a aprovação do curso em 1990 e que se mantém até hoje. O curso de pós-graduação da FAUUSP está credenciado em Arquitetura e Urbanismo com concentração em "Estruturas Ambientais Urbanas" com as seguintes subáreas de concentração: Planejamento Urbano e Regional; Projeto de Edificações; História da Arquitetura e Teoria da Urbanização; Tecnologia da Arquitetura; Programação e Comunicado Visual; Desenho Industrial e Projeto do Produto.

Estima-se a validade de qualquer curso pela produção intelectual de seus membros, quer sejam docentes, quer sejam discentes.

Essa produção é permanentemente avaliada pela crítica e uso das teses e dissertações. Não cabe, entretanto aqui, em um simples ensaio sobre as origens e desenvolvimento do curso de pós-graduação, reflexo que é do curso de graduação de arquitetura, examinar detalhadamente essa produção, mas tão somente verificar se o curso não se afastou das premissas iniciais dos seus fundadores, ou se, ao afastar-se, trouxe contribuições novas para o ensino superior brasileiro.

Optamos por apresentar, como um preliminar aos futuros e necessários balanços críticos do curso, arrolar quantitativamente sua produção. Para isso, valemo-nos de dois documentos. Um elaborado pela atual presidente da CPG, professora Ermínia Maricato, sob o título: "Evolução dos dados numéricos 1972/1999 (11/2/2000)" como representação junto à Capes. E outro, uma bibliografia de teses e dissertações defendidas na FAUUSP, desde sua fundação, preparada pela bibliotecária Eliana Colvet, a partir dos documentos e publicações da biblioteca da FAU, e cuja primeira redação, ainda incompleta, foi apresentada em março de 2000, para servir de subsídio à disciplina Metodologia Científica Aplicada à Arquitetura e Urbanismo.

Pelo primeiro documento, ficamos sabendo que o número de alunos de mestrado cresceu de 150 aproximadamente, em 1974, para 383, em 1999. Esse número é aproximado, pois não levou em conta as desistências e a permanência dos alunos ao longo do tempo. Mesmo assim, a progressão é bastante indicativa das preferências dos alunos interessados, pois uma parte ponderável desses alunos é proveniente de outros estados da Federação.

A progressão dos alunos do doutorado é também acentuada: de 22, em 1981, para 280, em 1999.

As dissertações de mestrado, ao longo do curso (1973 a 1999) totalizam 420. Foram argüidas, a partir de 1980, em média 15 dissertações de mestrado por ano, saltando, entretanto esse número, para mais de 40 depois de 1997

A progressão do número de teses de doutorado argüidas é representativa do crescimento quantitativo do curso: 262 teses, de 1983 até 1999, sendo um número muito

pequeno (em média 4 teses por ano, de 1981 a 1987) de teses defendidas nos primeiros anos, subindo para 40 no ano de 1999.

Mas a relação orientando-orientador acompanhou essa evolução: a FAUUSP conta hoje com 109 professores orientadores credenciados para doutorado e/ou mestrado. Considerando que cada orientador atualmente só pode ter sob sua responsabilidade direta 10 mestrandos ou doutorandos, indiferentemente, observa-se que a maior parte dos professores não preenche integralmente a cota a eles adjudicadas, o que nos parece medida de extrema prudência.

Como se distribuem essas teses e dissertações quanto ao objeto de estudo?

Na bibliografia citada, partimos de alguns critérios básicos, respeitando a estrutura de ensino proposto: classificamos as teses e dissertações em primeiro lugar pelo conteúdo, ou seja: história, tecnologia e projeto, como os departamentos existentes como segue: história da produção tangível e das idéias, quando identificáveis, que presidiram sua confecção.

Tecnologia, entendida como descrição de procedimentos de trabalho, materiais, ou instrumentos e seu uso (tecnologia tradicional); ou estudo de problemas da técnica e descrição dos procedimentos de pesquisa baseados na ciência moderna e suas conclusões (tecnologia moderna).

E finalmente, as teses cujo objeto de investigação não existe, mas poderia existir, como nos ensina o filósofo grego, na sua pequena obra *Poética*, ou, ainda, aqueles temas cuja razão de ser é o desejo que o objeto exista, como as utopias, na definição de Saint Thomas Morus. Essas teses serão caracterizadas como "projeto"

Entretanto, tendo participado de cerca de 40 "exames de qualificação" ou bancas de argüição de dissertação e teses, permito-me as seguintes constatações, baseando-me no que julgo ser uma amostragem estatisticamente significativa. As teses da FAU raramente deixam de abranger matéria dos três departamentos. Sua classificação em História, Tecnologia ou Projeto, faz-se mais por ênfase na exposição, na predominância de uma das vertentes, do que pela exclusividade. E em todas nota-se, ainda que implicitamente, uma vertente utópica.

Chamamos a atenção para o fato de até agora termos tomado conhecimento dos resumos de metade das teses apresentadas e aprovadas por suas bancas respectivas. Do universo de teses e dissertações pesquisadas, e de acordo com os critérios adotados, temos o seguinte resultado:

História e Crítica: 334 teses e dissertações
Tecnologia: 7 teses e dissertações
Projeto: 12 teses e dissertações

Podemos tirar algumas conclusões provisórias a partir desses dados, ou seja:

Há uma insuficiente produção de trabalhos referentes a dissertações e teses nas áreas de projeto e tecnologia, cuja causa pode ser, no primeiro caso, a violenta campanha

antiutópica levada a cabo no Brasil e no exterior contra os arquitetos do CIAM. Talvez isso explique a total ausência de estudos sobre Anhaia Mello e Lúcio Costa, sendo que, até agora, o professor da Escola Politécnica e da FAU, tenha sido objeto de uma única dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Essa campanha foi favorecida, sem dúvida, pela ditadura militar, mas não tem aí sua origem. Tudo indica que sua origem é externa e concentra-se na crítica arrasadora das proposições utópicas do movimento moderno. É verdade, que, como foi observado anteriormente, em muitas teses de crítica de arte e arquitetura de história, mais ou menos implícita ou explicitamente comparece um pensar utópico. Mas proposição clara apresentada só poderia comparecer em teses quer de "estética do projeto" na formulação de Artigas, quer sob a categoria de "projeto" E isso não tem ocorrido com a freqüência necessária.

Quanto ao segundo tópico, teses sobre tecnologia, é provável que se apresente dependente do primeiro: a tecnologia que poderia comparecer em teses ou dissertações seria sempre aquela voltada para os problemas nacionais, preferencialmente obras públicas.

Também essa vertente não parece ter sido favorecida pela pesquisa tecnológica atualmente em curso. O próprio Projeto Genoma, que apresentamos no início destas notas, sem desmerecer o esforço feito, encaminha-se para resolver um problema que afeta os laranjais brasileiros, portanto ligado a um importante item da atual pauta de exportação. Mas por mais que reconheçamos a importância dessa pesquisa interunidades e interdisciplinar, não percebemos, de imediato, o que esse esforço irá contribuir para um "mundo melhor" como propunha Anhaia Mello em 1946.

Tudo se passa no Brasil, nesse âmbito, como se nada tivesse acontecido após o *crash* da bolsa de Nova York de 1929 e, conseqüentemente, o enfrentamento dos problemas sociais ocorrido com o *New Deal* dos anos 30, resposta pacífica à crise do comércio internacional e oposto à militarização da economia efetuada pelos regimes nazista e fascista. Por outro lado, a situação atual nos mostra que os dirigentes da economia nacional ou internacional não se comovem com o alto índice de desemprego que atinge os países subdesenvolvidos, em desenvolvimento, e mesmo desenvolvidos. Ora, como nos ensina a crise de 1930, os movimentos irracionais e caóticos, filhos do desespero irromperam, como os vários fundamentalismos atuais, do grande *crash* da bolsa de Nova York, da conseqüente desorganização da economia mundial. Trata-se, portanto, de retornar às utopias libertárias, ou nos deixar submergir, coletivamente, no caos e no desespero.

Júlio Roberto Katinsky
Professor doutor do departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.
Orientador credenciado para o curso de pós-graduação da FAUUSP

Bibliografia

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Barry Parke: Um arquiteto inglês na cidade de São Paulo.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Mário de. *Curso de filosofia e história da arte: Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* São Paulo: Centro de Estudos Folclóricos do GFAU, 1955.

ARGAN, Giulio Carlo. *Progetto e destino.* 2. ed. Milano: Saggiatore, 1968.

COLVET, Eliane. *Bibliografia das dissertações e teses da FAUUSP* São Paulo: FAUUSP, 2000.

COSTA, Lúcio. O novo humanismo científico e tecnológico. *Módulo,* v. 5, n. 23, p. 27, jun. 1961.

_____. Razões da nova arquitetura. *Revista da diretoria de engenharia,* v. 3, n. 1, p. 39, jan. 1936.

CROCE, B. *Aesthetica in nuce.* 3. ed. Bari: Laterza, 1954.

GIDEON, Sigfried. *Espacio, tiempo y arquitectura: El futuro de una nueva tradicion.* Barcelona: Editorial Científico-Medico, Hople, c. 1955.

LILIENTHAL, D. E. TVA – *A democracia em marcha.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MARICATO, Erminia. *Representação junto ao Capes.* São Paulo: CPG/FAUUSP, 2000.

MELLO, L. F. R. A. A evolução do curso de engenheiros-arquitetos na Escola Politécnica de São Paulo. In: *Anuário da Escola Politécnica.* São Paulo: Escola Politécnica, 1946.

PEVZNER, Nicolaus. *Pioneiros do desenho moderno.* Lisboa: Ulisseia, 1962.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem: Numa série de cartas.* 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

Maria Ruth Amaral de Sampaio

teses e dissertações sobre habitação na pós-graduação da FAUUSP

Resumo

O curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP produziu uma série de dissertações de mestrado e teses de doutorado, tendo por tema habitação. Essa produção caracterizou-se por uma ampla gama de enfoques, em parte decorrentes das três áreas de conhecimento que caracterizam a estrutura da FAU: Projeto, História e Estética de Projeto e Tecnologia, que se refletem no curso de pós-graduação. Além dessas grandes áreas, o próprio desenvolvimento político, econômico e cultural do país, determinadas épocas e períodos, a influência estrangeira, o crescimento acelerado da população urbana do país, transformações na metrópole paulistana e em outras grandes cidades brasileiras, tornando mais visíveis e preocupantes os problemas habitacionais, contribuíram para privilegiar dentro da habitação diferentes recortes. Este artigo comenta essa produção acadêmica.

Abstract

The graduate course of the School of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo has produced a series of dissertations and theses on housing problems. These studies adopt different approaches which are, in part, a result of the three areas of knowledge in the program of the faculty: History, Project and Technology. This diversity in approach and focus is also a result of the political, economic and cultural development of the country and its implications in different periods, as well as of the introduction of foreign ideas. In addition to these factors, the acceleration of urban growth, especially in São Paulo and in other large Brazilian cities, has made the problems of housing much more visible and alarming, thus stimulating diverse b points of view in the academic production encountered.

Desde seu início, em 1972, o curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo produziu uma série de dissertações de mestrado e teses de doutorado, tendo por tema habitação. Essa produção caracterizou-se por uma ampla gama de enfoques, em parte decorrentes das três áreas de conhecimento que caracterizam a estrutura da FAU: Projeto, História e Estética de Projeto e Tecnologia, que se refletem no curso de pós-graduação. Além dessas grandes áreas, o próprio desenvolvimento político, econômico e cultural do país, determinadas épocas e períodos, a influência estrangeira, o crescimento acelerado da população urbana do país, transformações na metrópole paulistana e em outras grandes cidades brasileiras, tornando mais visíveis e preocupantes os problemas habitacionais, contribuíram para privilegiar dentro da habitação diferentes recortes.

Ao citar a influência de teorias desenvolvidas no exterior, referimo-nos em especial a alguns marcos teóricos presentes no pensamento latino-americano nas décadas de 60/70, como as teorias da marginalidade e da dependência, que procuravam mais do que a variedade e a complexidade do espaço urbano latino-americano, os traços comuns que as uniam, em termos de processo econômico-político, isto é, uma certa semelhança no lugar que ocupam no sistema de relações com o imperialismo. "*Explicar a constituição de novos tipos de moradias e de atividades e a organização de um espaço e um tempo determinados a partir da dinâmica das forças produtivas e das relações de produção, isto é, das classes sociais.*"[1] A sociologia urbana francesa, marxista, também teve influência considerável na produção acadêmica da pós-graduação da FAUUSP, principalmente o já citado Manuel Castells e Jean Lojkine, por meio de sua obra *O estado capitalista e a questão urbana*. As idéias de John Turner também tiveram bastante repercussão entre os estudiosos, principalmente daqueles que se dedicaram à favela e à habitação autoconstruída.

Optamos por analisar a produção acadêmica de nossa pós-graduação, por décadas, desde 1972 até 1999, tentando agrupar os trabalhos por temas. Um dos fatores que mais influenciou a produção acadêmica foi o papel do Estado na produção habitacional, resultando em inúmeros trabalhos de qualidade, seja a produção habitacional desenvolvida pelos IAPs e pela Fundação da Casa Popular, seja principalmente o período de existência do Banco Nacional da Habitação (BNH), 1964/1986, e de seus inúmeros programas destinados à habitação de interesse social.

Um dos trabalhos que mais se destacou, dentre as primeiras teses defendidas, foi desenvolvido por Carlos A. C. Lemos, que analisou o partido e a planta da moradia paulista do ponto de vista histórico, focalizando sua evolução e as transformações das áreas de serviço, principalmente a cozinha, estudando os elementos socioculturais participantes da organização da casa, baseando-se em velhos inventários e depoimentos, relacionando os ciclos econômicos desde o bandeirista até o industrial, e o processo de produção da casa, das casas populares e do prédio de apartamentos[2]

Dentro da perspectiva histórica, destaca-se também o trabalho desenvolvido por Carla Milano Benclowicz[3] que trata das construções realizadas nos bairros industriais da zona leste de São Paulo, nas primeiras décadas deste século, que constituem, por

) CASTELLS, M. *Imperialismo urbanizacion em América atina*. Barcelona: Gustavo ili S.A.

') LEMOS, Carlos A. C. *ozinhas, etc.: Um estudo sobre s zonas de serviço da casa aulista*. São Paulo, 1973. Tese)outorado). FAUUSP.

') BENCLOWICZ, Carla M. *relúdio modernista: onstruindo a habitação perária em São Paulo*. São aulo,1989. Dissertação Mestrado). FAUUSP. 972, Tese (Doutorado), AUUSP.

seu caráter inovador, exemplos significativos dos prenúncios da modernidade; foram analisados cinco conjuntos de habitações operárias, cujas características arquitetônicas e urbanísticas foram consideradas significativas.

Outro dos enfoques dessa ampla produção diz respeito à intervenção do arquiteto por meio de projetos que mostram algumas tendências da construção habitacional no contexto urbano, objeto de tese de doutorado defendida por Eduardo de Almeida, que ressalta o "*duplo aspecto que Lefébvre sintetizou melhor do que ninguém, lembrando que na construção habitacional coexistem um valor de uso e um valor de troca, ou ainda que, refletindo as trocas que se tecem e as forças que nela se exercem, a cidade se orienta para o produto enquanto, como expressões de cultura é, acima de tudo, obra*"[4]

O sistema de financiamento habitacional implantado pelos governos militares após 1964 pelo Sistema Financeiro de Habitação, os objetivos do BNH e a produção habitacional desse período, 1964/1986, deram origem a muitos projetos de pesquisa. Examinado sob a ótica da distribuição de renda da população do país, e especialmente das camadas mais carentes, foi tema de estudo de pesquisadores, entre eles Gabriel Bolaffi, que no decorrer de sua atuação como professor da FAU publicou inúmeros artigos analisando a produção do BNH[5]

Os aspectos tecnológicos da construção da habitação, visando, não só maior facilidade de construção como seu barateamento, por meio de proposta de utilização de técnicas construtivas, tendo como objetivo economia na produção pelo uso de elementos moldados *in loco*, derivados de argila e seus derivados, como o solo-cimento foi estudado por José Fonseca[6]

A indústria da construção, suas características, agentes, estrutura interna, relações com outros setores da economia, e em especial com a política habitacional brasileira, foi objeto de estudo de Erminia Maricato, que abordou aspectos relativos ao uso e ocupação do solo urbano, as repercussões da crise econômica no Sistema Financeiro da Habitação nos anos 80 e a questão da produtividade[7]

A produção habitacional no período do BNH deu origem também a trabalhos que tiveram como enfoque o espaço interno proposto para a moradia e as modificações introduzidas pelo morador[8]

Os conjuntos projetados e construídos, em São Paulo, entre os anos de 1979 e 1983 pelo Programa Promorar e o Projeto Mutirão Nossa Senhora da Penha foram analisados pelo arquiteto Paulo Sergio Souza e Silva, que na Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), participou ativamente da elaboração desses projetos. Deixar registrada a memória dessa produção, subsidiar seu entendimento, acompanhar o processo de ocupação pelos moradores, não só das habitações como dos espaços públicos, foi a intenção dessa dissertação de mestrado[9]

A dissertação de mestrado da arquiteta Aluizia Fonseca de Lima tem por cenário o canteiro de obras, colocando em cena o arquiteto marginal e o saber popular[10] contracenando com a máquina institucional do Estado e com o conhecimento codificado.

(4) ALMEIDA, Eduardo L. P. Riesencampf de. *Habitação: Consumo, produto, projeto.* São Paulo, 1972. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(5) BOLAFFI, Gabriel. *Aspectos socioeconômicos do plano nacional de habitação.* São Paulo, 1973. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(6) FONSECA, José. *Habitação popular, considerações sobre elementos modulados.* São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(7) MARICATO, Erminia. *Indústria da construção e política habitacional.* São Paulo, 1984. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(8) FAGGIN, Carlos. *A evolução do espaço na casa popular: Estudo de caso de dois conjuntos habitacionais da Cohab/SP, na área metropolitana de São Paulo.* São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(9) SOUZA E SILVA, Paulo Sergio. *Morada evolutiva: Do Promorar ao Penha.* São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(10) LIMA, Aluizia Fonseca de. *O arquiteto pau de arara: A aventura da procura do saber.* São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.



Conjunto Habitacional Elísio Teixeira Leite (acima) e Conjunto Habitacional do Bororé (abaixo)



Mostra a utilização do canteiro como um meio de promover o processo de conscientização de um grupo de trabalhadores.

Definir e delimitar um conhecimento sobre o processo de produção e consumo da habitação de baixo custo, no contexto da rápida urbanização, analisando os conflitos de poder e os atores envolvidos nesse processo, o Estado, o empreendedor imobiliário e o usuário, foi objeto de dissertação de mestrado de Antonio Paulo Ribeiro, defendida em 1984[11]

O modo de morar das populações de baixa renda também foi objeto de pesquisas relacionadas ao equipamento da casa, especialmente o mobiliário da habitação popular, tanto da casa autoconstruída como das produzidas pelos organismos oficiais, com o objetivo de analisar a produção, comercialização do mobiliário e a atuação dos *designers*[12]

O equipamento hidráulico e sanitário da habitação também foi tema de estudo, com ênfase na inserção desses equipamentos no processo de produção da habitação enquanto tecnologia, ou seja, técnicas, materiais e mão-de-obra, principalmente na análise da produção não-profissional, a autoconstrução[13]

A utilização de novos materiais como o uso de elementos de vedação[14] proposta de novo desenho de casa de baixo custo, em que a combinação de componentes leves e industrializados, de simples montagem, com emprego de técnicas e materiais de fácil acesso, possibilitem uma construção simples, facilitando ao próprio usuário construir ou ampliar sua moradia, por meio de organização de processo construtivo ordenado e normalizado, a partir de sistema coordenado modularmente[15] – constituem temas de dissertações de mestrado que procuram trazer inovações para a construção de habitação de baixo custo.

Outro trabalho analisa a habitação popular sob o ponto de vista dos sistemas construtivos e condições de habitabilidade, focalizando favelas e alguns exemplos de habitações construídas pelo Promorar em São Paulo[16]

A habitação popular e o desenho industrial também é tema de pesquisa[17] em que é desenvolvida uma metodologia para execução racionalizada de instalações elétricas e hidráulica-sanitárias, que pretendem minimizar o desgaste da forma de trabalho da comunidade, reduzindo os tempos de execução e os desperdícios.

Dentro do campo do projeto arquitetônico, a contribuição do conhecimento gerado pela antropometria e sua aplicação na arquitetura da habitação, focalizando especialmente fatores culturais e étnicos que influenciam o projeto de arquitetura e as características étnicas brasileiras, foi objeto da dissertação defendida nos primeiros anos da década de 80[18] Tese de doutorado, desenvolvida mais tarde, pelo mesmo autor, também utilizando dados antropométricos, procura estabelecer dimensões mínimas dos cômodos da habitação, otimizados pelas funções, arranjos e circulações[19]

A autoconstrução foi tema de vários trabalhos, como o desenvolvido por mim, no início dos anos 70, focalizando a autoconstrução em São Paulo como solução mais freqüente para a população de baixa renda resolver seu problema de abrigo, com ênfase nas etapas do processo de autoconstrução, desde a compra do terreno, a construção de um abrigo inicial, os inúmeros acréscimos, o uso da casa pelos moradores, e o pouco apreço dessa população pelo apartamento[20] Yvonne Mautner também focalizou a

(11) RIBEIRO, Antonio Paulo C. *Políticas urbanas e programas habitacionais*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(12) BROSIG, Percival. *O mobiliário na habitação popular*. São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(13) ZIBEL COSTA, Carlos. *O equipamento hidráulico e sanitário da habitação*. São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(14) GUIDA NETO, Nicolau. *Os componentes construtivos da habitação: Vedação*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(15) MARTINO, Arnaldo. Habitação: *Um sistema construtivo de simples montagem*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(16) ORNSTEIN, Sheila W. *Deficiências habitacionais na área urbana paulistana: Causas, conseqüências e análise*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(17) SALATA, Robinson. *Habitação popular e desenho industrial: Uma questão tecnológica*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(18) BOUERI FILHO, José Jorge. *Antropometria para a arquitetura habitacional*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(19) idem – *Antropometria: Fator de dimensionamento da habitação*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(20) SAMPAIO, Maria Ruth A. de. *Metropolização, um estudo da habitação popular paulistana*. São Paulo, 1972, Tese (Doutorado), FAUUSP.

questão da autoconstrução, analisando o processo construtivo, o papel da autoconstrução no contexto do sistema econômico-capitalista, a composição do custo da habitação e a participação da mão-de-obra[21]

A pesquisa desenvolvida no interior da casa proletária paulistana também foi objeto de estudo, focalizando o consumo proletário de bens industrializados destinados a equipar a moradia, móveis e equipamentos eletroeletrônicos[22]

Proposta de sistema construtivo para edificação de unidades em conjuntos de habitação popular na região de Presidente Prudente, utilizando-se do redesenho de alguns componentes, produzidos por indústrias locais, implicando inclusive no aproveitamento de mão-de-obra da região, é objeto de dissertação de mestrado desenvolvida por José Carlos P da Silva[23]

Já no final da década de 80, com o agravamento das condições de habitação e com a importância crescente de movimentos sociais por moradia, surgiu uma prática de assessoria técnica a esses movimentos, algumas vezes independente do poder público, visando a formulação de alternativas de programas e projetos. Por meio de dois estudos de caso são analisados por Nabil Bonduki duas propostas, Grajaú e Recanto da Alegria, na época consideradas polêmicas, envolvendo casa própria, mutirão e autogestão[24]

O cortiço foi a forma de abrigo da população de baixa renda menos estudada na pós-graduação da FAUUSP. O único trabalho que tem apenas o cortiço como tema é *Cortiço: O pequeno espaço do povo*, que procura caracterizar, quantificar e localizar esse tipo de habitação, assim como estudar sua apropriação e consumo. Analisa também a intervenção do poder público sobre o fenômeno e inclui um estudo sobre a legislação referente aos cortiços entre os anos de 1875 a 1955[25]

As vilas operárias foram objeto de alguns estudos na pós-graduação da FAUUSP. Três trabalhos dedicam-se ao tema: um realizado por Conceição Ferraz de Varon, uma interpretação histórico-crítica das vilas operárias e dos conjuntos residenciais dos IAPs no Rio de Janeiro[26] outro de Antonio Soukef Junior, que analisa antiga vila ferroviária fundada pela Estrada de Ferro Sorocabana em Mairinque, em 1890[27] e o terceiro, de Telma de Barros Correia, sobre a fábrica e a vila operária de Pedra, no sertão de Pernambuco, analisando o plano, o cotidiano e a figura polêmica do empreendedor Delmiro Gouveia[28]

Na década de 90 o tema "favela" aparece com mais freqüência, aliás justificada, uma vez que sua incidência aumenta em São Paulo e nas várias localidades do país. Análises do ponto de vista das intervenções propostas, ou das características dos núcleos e das moradias são tema de dissertações de mestrado e teses de doutorado. O trabalho desenvolvido por Jorge Hereda[29] pretende não só avaliar a intervenção realizada na Favela de Alagados, em Salvador, como caracterizar o perfil da população moradora, e analisar a habitação produzida em Alagados, tanto institucional como espontânea, antes e depois do plano urbanístico.

Em *A favela e a periferia em São Paulo*, Marta Tanaka analisa a expansão da cidade de São Paulo e a criação de uma periferia desequipada, sem controle ou

21) MAUTNER, Yvonne. *A cria belde*. São Paulo, 1981. issertação (Mestrado). AUUSP.

22) PAMPLONA, Telmo. *O terior da casa proletária/ ambi- nte urbano-industrial*. São aulo, 1981. Dissertação Mestrado). FAUUSP.

23) SILVA, José Carlos P. *labitação popular na região de residente Prudente: Proposta e sistema construtivo*. São aulo, 1984. Dissertação Mestrado). FAUUSP.

24) BONDUKI, Nabil G. *onstruindo territórios de utopia: luta pela gestão popular em rojetos habitacionais*. São Paulo, 987. Dissertação (Mestrado). AUUSP.

25) TEIXEIRA, Antonio Carlos. *ortiço: o pequeno espaço do ovo*. São Paulo, 1986. issertação (Mestrado). FAUUSP.

26) VARON, Conceição M. erraz de. *E a história se repete... s vilas operárias e os conjuntos esidenciais do IAPS no Rio de aneiro*. São Paulo, 1989. issertação (Mestrado). AUUSP.

27) SOUKEF JUNIOR, Antonio. *eabilitação de conjunto rroviário de Mayrink*. São Paulo, 994. Dissertação (Mestrado). AUUSP.

28) BARROS CORREIA, Telma. *edra no sertão: Plano e otidiano operário*. São Paulo. ese (Doutorado). FAUUSP.

29) HEREDA, Jorge F. *Quando lama virou terra... O caso da rbanização de Alagados*. São aulo, 1991. Dissertação Mestrado). FAUUSP.

intervenção significativa do poder público, privilegiando neste trabalho o cortiço e a favela. Exemplifica o caso da Favela São Remo, situada nas vizinhanças do campus da USP, enfatizando que a favela e a periferia são partes integrantes da formação e da expansão da cidade, indissociáveis nas propostas de intervenção[30]

Do ponto de vista de projeto de arquitetura, a obtenção de projeto de habitação com finalidade social e com características de novo tipo, destinado a múltiplas implantações, foi defendido por Arnaldo Martino, que procura introduzir uma metodologia específica para uma tese na forma de projeto, mais próxima da ação dos arquitetos, porém apoiada em uma teoria e discussão com caráter universitário[31]

Também na área de projeto, proposta de melhoria das condições habitacionais na Baixada Santista, região do Guarujá, com o estabelecimento de modelo para a ocupação de uma das últimas áreas livres, próprias ao assentamento da população de baixa renda, na área de Vargem Grande, é tema de dissertação de mestrado[32]

Ainda dentro da área de projeto, outro trabalho, *Do canteiro de obras à habitação popular: Dois estudos de caso*, no qual são analisados um canteiro de obras do Sanegran e o conjunto habitacional Santa Rita, em Volta Redonda. No primeiro caso, as conclusões visam, pela busca de padronização, obter benefícios para a empresa e para o usuário. No segundo, foram feitas considerações sobre o partido adotado e a implantação, propondo modificações na atuação profissional do arquiteto[33]

Na área de projeto, a análise da apropriação de conjunto habitacional pelos moradores, a discussão do espaço edificado, com ênfase na adequação dos espaços públicos, é tema de tese de mestrado que analisa o Conjunto Rincão, em Vila Matilde, São Paulo[34]

A qualidade do projeto e a qualidade da habitação, assim como a correlação entre ambas, visando desenvolver um método de avaliação de qualidade, com possibilidade de aplicação nas diversas fases de desenvolvimento do projeto, é outro tema de investigação[35]

O estudo da estrutura produtiva do setor da construção civil como um todo, e em particular da construção habitacional, com a proposta de estabelecer um processo de transformação voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico desse setor, especialmente o relacionado à produção destinada a populações de baixa renda, foi o objeto da tese de doutorado de Ricardo Martucci[36]

Numa discussão teórica a propósito das relações entre propriedade fundiária e capital na produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro, Luiz Cesar Queiroz Ribeiro[37] pesquisa, desde o final do século 19, os processos de formação desse capital e os percursos pelos quais a produção de moradia torna-se uma órbita de valorização do capital. Dá ênfase à emergência do capital de incorporação.

Nos meados da década de 90, o cortiço está presente, entre outras modalidades de habitação no Rio de Janeiro, na tese de doutorado de Lilian Fessler Vaz, que investiga as características da habitação coletiva, acompanhando suas transformações e significados, desde cortiços, casas de cômodos, avenidas, estalagens, vilas, desde os meados do

(30) TANAKA, Marta S. *Favela e periferia: Estudos de recomposição urbana*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(31) MARTINO, Arnaldo. *Habitação social urbana: Projeto de habitação multifamiliar de econômica produção, em ocupações urbanas de médias densidades e como um metaprojeto espacial e construtivo. Brasil, 1990/2000*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(32) SERRANO, Fábio Eduardo. *Vargem Grande, Guarujá: Um espaço para a melhoria das condições habitacionais na Baixada Santista*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(33) PEREIRA, Maria Lúcia Gonçalves. *Do canteiro de obras à habitação popular: Dois estudos de caso*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(34) ELALI, Gleice Azambuja. *Conjunto Rincão: Sonho e realidade*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(35) BRAGA REIS, M. Angela. *Qualidade do projeto e qualidade da habitação: Métodos de avaliação*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(36) MARTUCCI, Ricardo. *Projeto tecnológico para edificações habitacionais: Utopia ou desejo?* São Paulo, 1991. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(37) QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar. *Da propriedade fundiária ao capital incorporador: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado). FAUUSP.





Conjunto Habitacional N. Sra. de Paula – mutirão (acima) e Conjunto Habitacional de Carapicuíba (abaixo)



século 19 até os primeiros edifícios de apartamentos na década de 30. Discutindo a modernidade e a arquitetura, oferece uma contribuição à história da arquitetura moderna carioca[38]

O papel desempenhado pela ação e política dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o BID, é o objeto da dissertação de mestrado de Rossella Rosetto, pretendendo esclarecer o papel dessas instituições na difusão de políticas públicas, mostrando semelhanças entre as políticas desenvolvidas pelo BNH e as emanadas pelo Banco Mundial[39]

O estudo da habitação, infra-estrutura e regulação pública é tema da tese de doutorado de Ricardo Toledo Silva[40] que tem por hipótese central ser insubstituível o papel do Estado no planejamento e regulação das políticas de habitação e infra-estrutura urbana, mesmo na perspectiva de maior envolvimento do setor privado na execução.

As relações entre o ambiente construído, a legislação e a habitação na cidade de São Paulo são analisadas por Cibele Taralli, que considera as legislações urbanísticas e edilícias para a produção de habitação, síntese e expressão das múltiplas influências dos processos sociais e temporais que orientam seus conteúdos e natureza. Mostra ao mesmo tempo efeitos imprevisíveis, que se desviam dos objetivos e problemas de qualidade ambiental e urbana[41]

Vera Rezende em *Planejamento e política fundiária: O caso da cidade do Rio de Janeiro*, aborda os condicionantes e possibilidades da formulação de uma política fundiária orientada para a melhoria do acesso à terra e à habitação, especialmente para a população de baixa renda. Analisa a questão da função social da cidade e da propriedade, procura identificar os fatores que conduzem a melhoria de condições de acesso a terra, focalizando especialmente a política fundiária proposta no plano diretor da cidade do Rio de Janeiro[42]

O estudo das origens da intervenção do Estado na questão habitacional e suas repercussões na transformação da provisão das formas de moradia foi desenvolvido por Nabil Bonduki[43] que analisa as medidas tomadas por Getúlio Vargas no âmbito dos institutos de aposentadorias e pensões, criando carteiras habitacionais que propiciaram planos de financiamento estatal à habitação social no país. Focalizando a repercussão de algumas dessas medidas no meio urbano, a Lei do Inquilinato, a Fundação da Casa Popular, criada por Dutra em 1946, o autor aponta a repercussão desses processos no crescimento de alternativas habitacionais baseadas em soluções informais, como a auto-construção ou auto-empreendimento. A tese de doutorado deu origem a livro de mesmo nome, publicado pela editora Estação Liberdade.

As décadas de 40/50 e especialmente as propostas habitacionais de arquitetos modernos, que não só implementam propostas modernas na habitação como pretendem uma transformação social por meio desses projetos é o objeto da dissertação de mestrado de Carlos Antunes, que também procura identificar as correntes do pensamento arquitetônico no Brasil, no setor habitacional[44]

José Tavares Correia de Lira[45] trata de representações da habitação popular e da cidade tradicional, formuladas no Recife, nas primeiras décadas do século 20, de um

(38) VAZ, Lilian Fessler. *Uma história da habitação coletiva na Cidade do Rio de Janeiro – Estudo da modernidade através da moradia*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(39) ROSETTO, Rossella. *Organismos internacionais e a autoconstrução: Análise e reflexões sobre as políticas de habitação para população de baixa renda*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(40) TOLEDO SILVA, Ricardo. *Habitação, infra-estrutura e regulação pública: Limites da privatização*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(41) TARALLI, Cibele. *Ambiente construído e legislação: O visível e o imprevisível*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(42) REZENDE, Vera Lucia F. M. *Planejamento e política fundiária: O caso da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(43) BONDUKI, Nabil. *As origens da habitação social no Brasil 1930/1954*. São Paulo,1994. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(44) ANTUNES, Carlos. *A arquitetura moderna brasileira e o projeto de habitação popular*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(45) LIRA, José Tavares C. de. *Mocambo e cidade: Regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. São Paulo,1997. Tese (Doutorado). FAUUSP.

lado mobilizadas por um discurso a respeito da modernização e da urbanização da sociedade, e de outro lado, delimitando uma perspectiva regionalista da cultura brasileira. Entre a nostalgia localista de antropólogos, pintores e escritores, seduzidos pelo mundo dos mocambos, urbanistas e administradores municipais, preocupados com as condições de vida das populações e o desenvolvimento das cidades, percebe-se a difusão de idéias inusitadas sobre a tradição, os trópicos, o povo, a raça e a nação, no debate especifico à arquitetura.

Outra avaliação histórica, tendo por objeto o estado do Paraná, focaliza como o poder público enfrentou o problema habitacional desde o tempo da Fundação da Casa Popular até o final da década de 80. A autora faz uma retrospectiva histórica do processo de urbanização do Paraná e analisa a produção da Cohab – Curitiba, enfatizando as soluções que abandonam a homogeneidade e privilegiam a diversidade, a escala individual[46]

Ligia Constantino, em sua pesquisa de doutorado, *Habitação popular em Campinas: Ação e identidade*, analisa conjuntos habitacionais construídos pela Cohab – Campinas, procurando os elementos do ambiente urbano que podem despertar maior identidade no usuário, contribuindo para melhorar a qualidade de vida no local[47]

Uma contribuição ao estudo de casas residenciais em Porto Alegre, no final do século 19 e início do 20, relacionando o modelo de casa às condições sociais e políticas e à estrutura familiar, em que é analisado também o processo de urbanização da península e as direções nas quais a cidade cresce, é tema da pesquisa desenvolvida por Doris Bittencourt, em que a autora resgata a oposição entre as classes que buscam se apropriar da área central, como pólos opostos[48]

A investigação das condições de trabalho e moradia dos lavradores e trabalhadores rurais em Marília, estado de São Paulo, com a finalidade de conhecer em que condições o espaço físico da habitação é produzido, mantido e transformado, é objeto de dissertação de mestrado de Lizete Rubano, defendida em1990[49]

A análise da habitação de interesse social do ponto de vista da produção, da tipologia e da gestão, nas décadas de 80 e 90, de autoria de Antonio Carlos Kfouri, dá ênfase à possibilidade do aumento da pré-fabricação no canteiro de obras[50]

A preocupação com as novas formas de morar está presente em dois trabalhos defendidos em 1998: o primeiro analisa três metrópoles deste final de século, Paris, São Paulo e Tóquio, procurando similaridades de modos de vida, tendências convergentes, analisando a habitação e a organização dos espaços[51] e o segundo pesquisa as novas formas de morar presentes nos *flats* cariocas, neste caso com a intenção de focalizar a cidade, a família e a moradia, e suas transformações, considerando-os como um espaço alternativo à moradia convencional[52]

A tese de doutorado *Terra e moradia: Que papel para o município?* trata da questão fundiária ligada à política habitacional brasileira em suas variantes federal e municipal, tentando avaliar as possibilidades e limites de novos tipos de programas habitacionais e dos instrumentos de política fundiária e habitacional atualmente em discussão[53]

(46) DICKOW, Bernardeth. *Habitação popular no Paraná: Uma avaliação histórica*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(47) CONSTANTINO, Lygia G. *Habitação popular em Campinas: Ação e identidade*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(48) BITTENCOURT, Doris M. M. *Casas residenciais em Porto Alegre em fins do século XIX e início do XX*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(49) RUBANO, Lizete Maria. *Condições de trabalho e moradia dos trabalhadores rurais: Um estudo no município de Marília*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(50) KFOURI, Antonio Carlos. *Pré-fabricação, verticalização e gestão popular no canteiro de obras da habitação*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(51) TRAMONTANO, Marcelo C. *Novos modos de vida, novos espaços de morar, Paris, São Paulo e Tokyo: Uma reflexão sobre a habitação contemporânea*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(52) SANT'ANNA, Maria Josefina. *Cidade, habitação e família contemporânea, os flats cariocas como uma nova forma de morar*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(53) MENNA BARRETO, Helena. *Terra e moradia: Que papel para o município?* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado). FAUUSP.

Em estudo comparativo, com análise de casos de remodelação de bairros populares em Madri e São Paulo, no período entre 1976 e 1992, Eulalia Portela Negrelos enfatiza a importância da participação de associação de moradores e do poder público na elaboração de projetos e execução de obras[54]

Alunos provenientes de outros estados analisaram em seus trabalhos as realidades de suas cidades, como Rosana Pereira Fernandes, com o estudo da mercadoria-habitação como forma de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Belém-Pará, analisando a trajetória do capital imobiliário[55] e Janir Simiema, que tratou das transformações do ambiente urbano relativas à implantação pela Cohab de conjuntos habitacionais em Londrina, com ênfase nas transformações ambientais, e a constante indagação: quais espaços desenhar para a moradia popular?[56]

A questão do meio ambiente também está presente na tese de doutorado que teve como objeto a habitação de população de baixa renda e a ocupação de encostas, apontando questões técnicas e sociais do problema, além de suas desastrosas conseqüências, constatando-se a ineficácia da legislação ambiental e urbana, lembrando da existência de tipologias mais adequadas, desenvolvidas pelo IPT, especificamente para esses locais[57]

Ressaltamos ainda pesquisas que resultaram no ano de 1999 em dissertação de mestrado e teses de doutorado, como o estudo de caso de Santo André, entre os anos de 1989/1992, no qual, partindo de uma avaliação da política habitacional do país, procurou-se mostrar a influência das políticas habitacionais e urbanas nacionais nos processos de construção e configuração dos municípios brasileiros[58] e uma análise crítica da produção de interesse social na região metropolitana paulistana entre 1975/1995, com ênfase na centralização do gerenciamento dessa produção e escala[59]

Dentro do âmbito de projeto, Paulo R. Correa propõe-se repensar os grandes conjuntos habitacionais da Cohab, tomando como estudo de caso um conjunto em Bauru SP, visando pela análise do projeto obter subsídios para a formulação de um outro procedimento projetual[60]

A questão do meio ambiente e do projeto comparece nas preocupações de Geni Sugai, estudando a problemática da habitação social, pela investigação do projeto arquitetônico e urbanístico em bairros centrais de São Paulo, apresentando propostas de projeto[61]

O tema das cooperativas habitacionais volta a ser objeto de interesse, com a dissertação de Maria Tereza Xavier de Souza, que reconstitui o programa de cooperativas habitacionais do Banco Nacional de Habitação e realiza uma avaliação desse programa em face da sua estrutura institucional, desenvolvimento social, normativo e desempenho[62]

(54) NEGRELOS, Eulalia Portela. *Remodelação de bairros populares em São Paulo e Madrid 1976/1992: Projeto e participação popular.* São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(55) FERNANDES, Rosana Pereira. *Produção, apropriação e consumo do espaço habitacional na cidade de Belém, Pará.* São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(56) SIMIEMA, Janir. *As transformações do ambiente urbano relativas à implantação de conjuntos habitacionais na cidade de Londrina/PR.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(57) FARAH, Flávio. *Habitação e encostas.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado). FAUUSP.

(58) BAGNARIOLLI JR., Irineu. *Política urbana no Brasil e o município de Santo André.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(59) AMARAL, Paulo J. Produção *da habitação de interesse social na região metropolitana de São Paulo.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(60) CORREA, Paulo R. *Arquitetura de conjuntos habitacionais.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(61) SUGAI, Geni T. *Projeto de edificação/ Arquitetura e meio ambiente.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado). FAUUSP.

(62) XAVIER DE SOUZA. Maria Tereza. *O programa das cooperativas habitacionais do BNH: O cooperativismo inventado.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado)



Vista aérea – Favela de Heliópolis, edifícios de renda média (acima) e Favela de Heliópolis (abaixo)



Conclusão

Nosso propósito, ao desenvolver esta resenha, foi facilitar aos estudiosos dos problemas de habitação a consulta à ampla gama de enfoques com que a FAUUSP tem contribuído para pensar este tema, que preocupou e continua preocupando os estudiosos. Até o final do período abordado neste trabalho, a FAU era o único curso de doutorado em arquitetura e urbanismo oferecido no país, daí as inúmeras dissertações e teses sobre habitação, que tratam de outras cidades e estados, dando uma cobertura mais ampla à questão.

Sem dúvida, habitação continuará a ser objeto de novas dissertações e teses, uma vez que o tema exige cada vez mais muita pesquisa e reflexão, principalmente neste final de século, em que as condições habitacionais, principalmente dos grandes centros urbanos em transformação, apresentam-se em crescente degradação. Ao mesmo tempo, tememos que ela deixe de ser questão prioritária. Nossa esperança é que ela não deixe de ser campo privilegiado de investigação, perdendo para outros enfoques mais vistosos, estratégicos, em que a preocupação com a inclusão social passa ao largo.

Maria Ruth Amaral de Sampaio
Professora Doutora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.
Orientadora credenciada para o curso de pós-graduação.

Bibliografia

ALMEIDA, Eduardo L. P. Riesencampf de. *Habitação: Consumo, produto, projeto.* São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

AMARAL, Paulo J. *Produção da habitação de interesse social na região metropolitana de São Paulo.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ANTUNES, Carlos. *A arquitetura moderna brasileira e o projeto de habitação popular.* São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BAGNARIOLLI JR., Irineu. *Política urbana no Brasil e o município de Santo André.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BARROS CORREIA, Telma. *Pedra no sertão: Plano e cotidiano operário.* São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BENCLOWICZ, Carla M. *Prelúdio modernista: Construindo a habitação operária em São Paulo.* São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BITTENCOURT, Doris M. M. *Casas residenciais em Porto Alegre em fins do século XIX e início do XX.* São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BOLAFFI, Gabriel. *Aspectos socioeconômicos do Plano Nacional de Habitação.* São Paulo, 1973. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BONDUKI, Nabil G. *Construindo territórios de utopia: A luta pela gestão popular em projetos habitacionais.* São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. *As origens da habitação social no Brasil 1930/1954.* São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BOUERI FILHO, José Jorge. *Antropometria para a arquitetura habitacional.* São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. *Antropometria: Fator de dimensionamento da habitação.* São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BRAGA REIS, M. Angela. *Qualidade do projeto e qualidade da habitação: Métodos de avaliação.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BROSIG, Percival. *O mobiliário na habitação popular.* São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanizacion em América Latina.* Barcelona: Gustavo Gili, S.A.

CONSTANTINO, Lygia G. *Habitação popular em Campinas: Ação e identidade.* São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

CORREA, Paulo R. *Arquitetura de conjuntos habitacionais.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

DICKOW, Bernardeth. *Habitação popular no Paraná: Uma avaliação histórica.* São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ELALI, Gleice Azambuja. *Conjunto Rincão: Sonho e realidade.* São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FAGGIN, Carlos A. M. *A evolução do espaço na casa popular: Estudo de caso de dois conjuntos habitacionais da Cohab/SP, na área metropolitana de São Paulo.* São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FARAH, Flávio. *Habitação e encostas.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Rosana Pereira. *Produção, apropriação e consumo do espaço habitacional na cidade de Belém, Pará.* São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FONSECA, José. *Habitação popular, considerações sobre elementos modulados.* São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

GUIDA NETO, Nicolau. *Os componentes construtivos da habitação: Vedação.* São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

HEREDA, Jorge F. *Quando a lama virou terra.. O caso da urbanização de Alagados.* São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

KFOURI, Antonio Carlos. *Pré-fabricação, verticalização e gestão popular no canteiro de obras da habitação*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

LEMOS, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.: Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo, 1973. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

LIMA, Aluizia Fonseca de. *O arquiteto pau de arara: A aventura da procura do saber*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

LIRA, José Tavares C. de. *Mocambo e cidade: Regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MARICATO, Erminia. *Indústria da construção e política habitacional*. São Paulo, 1984. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MARTINO, Arnaldo A. *Habitação: Um sistema construtivo de simples montagem*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. *Habitação social urbana: Projeto de habitação multifamiliar de econômica produção, em ocupações urbanas de médias densidades e como um metaprojeto espacial e construtivo. Brasil, 1990/2000*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MARTUCCI, Ricardo. *Projeto tecnológico para edificações habitacionais: Utopia ou desejo?* São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MAUTNER, Yvonne. *A cria rebelde*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MENNA BARRETO, Helena. *Terra e moradia: Que papel para o município?* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

NEGRELOS, Eulalia Portela. *Remodelação de bairros populares em São Paulo e Madrid 1976/1992: Projeto e participação popular*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ORNSTEIN, Sheila W. *Deficiências habitacionais na área urbana paulistana: Causas, conseqüências e análise*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

PAMPLONA, Telmo. *O interior da casa proletária/ Ambiente urbano-industrial*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Maria Lúcia Gonçalves. *Do canteiro de obras à habitação popular: Dois estudos de caso*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar. Da propriedade fundiária ao capital incorporador: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

REZENDE, Vera Lucia F. M. *Planejamento e política fundiária: O caso da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Antonio Paulo C. *Políticas urbanas e programas habitacionais*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ROSETTO, Rossella. *Organismos internacionais e a autoconstrução: Análise e reflexões sobre as políticas de habitação para população de baixa renda*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

RUBANO, Lizete Maria. *Condições de trabalho e moradia dos trabalhadores rurais: Um estudo no município de Marília*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SALATA, Robinson. *Habitação popular e desenho industrial: Uma questão tecnológica*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Maia Ruth A. de. *Metropolização, um estudo da habitação popular paulistana*. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SANT'ANNA, Maria Josefina. *Cidade, habitação e família contemporânea, os flats cariocas como uma nova forma de morar*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SERRANO, Fábio Eduardo. *Vargem Grande, Guarujá: Um espaço para a melhoria das condições habitacionais na Baixada Santista*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SILVA, José Carlos P. *Habitação popular na região de Presidente Prudente: Proposta de sistema construtivo.* São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SIMIEMA, Janir. *As transformações do ambiente urbano relativas à implantação de conjuntos habitacionais na cidade de Londrina/PR.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SOUKEF JUNIOR, Antonio. *Reabilitação de conjunto ferroviário de Mayrink.* São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SOUZA E SILVA, Paulo Sergio. *Morada evolutiva: Do Promorar ao Penha.* São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SUGAI, Geni T. *Projeto de edificação/ Arquitetura e meio ambiente.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TANAKA, Marta S. *Favela e periferia: Estudos de recomposição urbana.* São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TARALLI, Cibele H. *Ambiente construído e legislação: O visível e o imprevisível.* São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TEIXEIRA, Antonio Carlos. *Cortiço: O pequeno espaço do povo.* São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TOLEDO SILVA, Ricardo. *Habitação, infra-estrutura e regulação pública: Limites da privatização.* São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TRAMONTANO, Marcelo C. *Novos modos de vida, novos espaços de morar, Paris, São Paulo e Tokyo: Uma reflexão sobre a habitação contemporânea.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

VARON, Conceição M. Ferraz de. *E a história se repete... As vilas operárias e os conjuntos residenciais do IAPS no Rio de Janeiro.* São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

VAZ, Lilian Fessler. *Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro – Estudo da modernidade através da moradia.* São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

XAVIER DE SOUZA. Maria Tereza. *O programa das cooperativas habitacionais do BNH: O cooperativismo inventado.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ZIBEL COSTA, Carlos R. *O equipamento hidráulico e sanitário da habitação.* São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Sheila Walbe Ornstein
Ualfrido Del Carlo

Tecnologia da arquitetura e a PÓS na FAUUSP: um quarto de século atuando no desenvolvimento das pesquisas em avaliação do desempenho ambiental

Resumo

Este artigo pretende descrever o desenvolvimento das pesquisas em avaliação do desempenho ambiental, particularmente aquelas voltadas às temáticas como o conforto ambiental e a avaliação pós-ocupação, ocorrido no contexto da área de concentração "Tecnologia da Arquitetura" do curso de pós-graduação da FAUUSP. A consolidação de campos de pesquisa, no último quarto do século 20, a formação de quadros docentes e de pesquisadores no país aqui serão apresentados e discutidos à luz das tendências futuras (e da importância) da "Tecnologia da Arquitetura" para a formação do arquiteto e do urbanista.

Abstract

This article describes the development of research on Evaluation of Environmental Performance, especially of studies centered in such issues as Environmental Comfort and Post-Occupancy Evaluation, which has taken place under the direction of the area of Technology of Architecture of the graduate course at FAUUSP in the past quarter of a century. The consolidation of these research objects and the education of the teaching and research personnel for universities and research centers all over the country are themes discussed in the light of future trends in Technology of Architecture and its importance for the professional background of the architect and the urban planner.

1 Antecedentes

Em 1962, são instituídos os atuais três departamentos da FAUUSP (Gunn, 1993, p. 77), porém somente em novembro de 1964 é que ocorre a primeira reunião do Conselho do Departamento de Tecnologia da Arquitetura – AUT, sob a chefia do Prof. Dr. José Carlos Figueiredo Ferraz, (FAUUSP, 1999, p. 61). Serão aqui apresentadas as linhas de pesquisa e de pós-graduação com ênfase na avaliação de desempenho do ambiente construído, originadas no final da década de 60 e início da década de 70, com o doutoramento em física aplicada à arquitetura pela FAUUSP do Prof. Ualfrido Del Carlo. Inicia-se, então, contatos intensos dos pesquisadores, sobretudo paulistas, com o Centre Scientifique et Technique du Bâtiment (CSTB) em Paris, França, então dirigido por Gerard Blachère que desenvolve o conceito até hoje ampla e universalmente adotado de "desempenho" ou de "comportamento no decorrer do uso"

No início da década de 70 até meados da década de 80, são implantados, sob a liderança de Del Carlo, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, os laboratórios de Acústica, de Higrotérmica e de Segurança contra Incêndio, frutos não só do intenso intercâmbio com o CSTB, mas também com o National Bureau of Standards (EUA). As atividades no IPT, relativas à avaliação de desempenho de materiais, componentes, sistemas construtivos e de ambientes construídos como um todo, geram ambiente fértil para docência, pesquisa e pós-graduação na FAUUSP na medida em que o grupo de jovens pesquisadores do IPT passam a integrar o corpo docente daquela faculdade.

Assim é que desde a constituição do curso de pós-graduação da FAUUSP, a partir do ministério de disciplinas e do desenvolvimento de pesquisas com a orientação de mestrandos e doutorandos, a linha de pesquisa em avaliação do desempenho ambiental apresentou a evolução e os desdobramentos que se seguem (Figura 1):

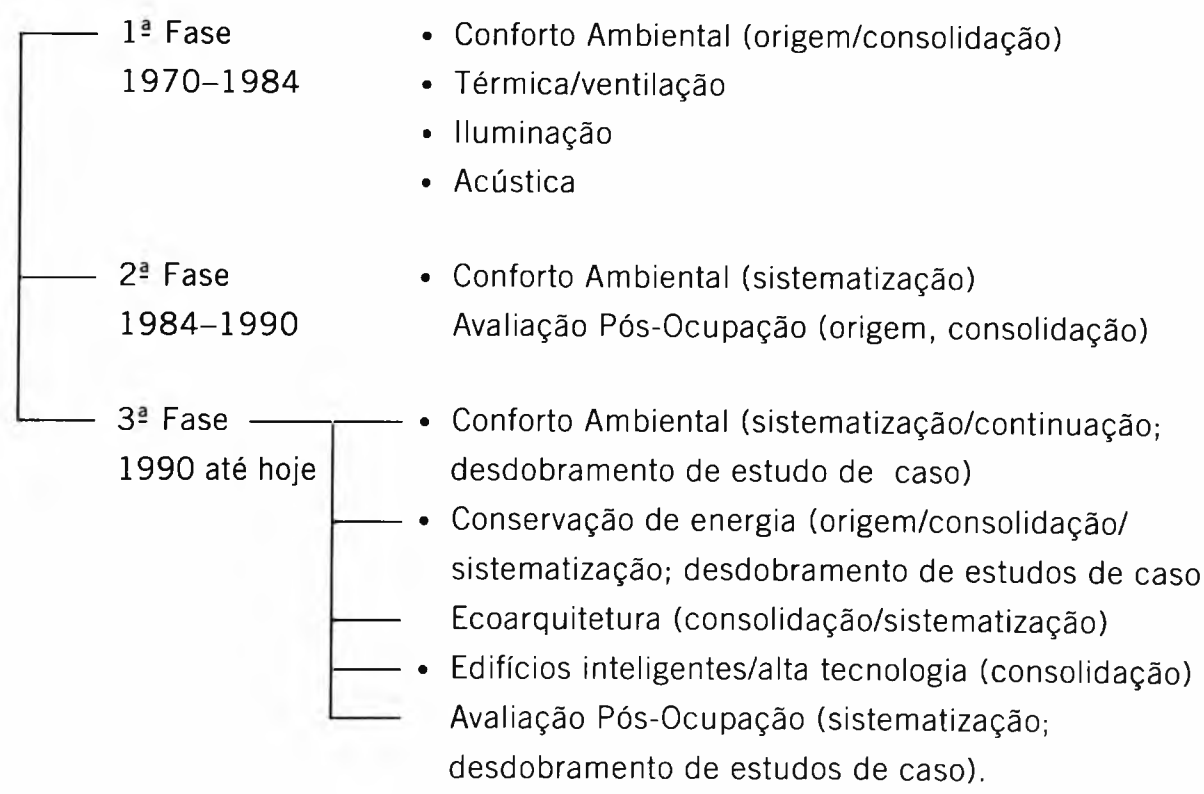


Figura 1
Esquema demonstrativo das fases das pesquisas em avaliação de desempenho ambiental no curso de pós-graduação do FAUUSP.

2 Disciplinas estruturadoras das pesquisas

No campo das pesquisas em avaliação de desempenho ambiental com ênfase no edifício e em sua vizinhança mais imediata, foram quatro (04) as disciplinas de pós-graduação da FAUUSP, que deram origem aos grupos de pesquisa voltados à atual 3ª fase (Departamento de Tecnologia da Arquitetura, 1996). São elas:

AUT 0801 – Novas Metodologias de Pesquisa Tecnológica na Arquitetura – ministrada inicialmente pelo Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo, tem como objetivo apresentar novas metodologias de pesquisa na área de tecnologia da arquitetura com ênfase em conservação de energia e comportamento. Atualmente está sob responsabilidade do Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro, coordenador da área de conservação de energia.

AUT 0802 – Modelos na Tecnologia da Arquitetura – criada pelo Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo, tem como objetivo apresentar as novas metodologias de pesquisa na área de tecnologia da arquitetura: conforto ambiental, tecnologia da construção, metodologia, ergonomia, técnicas de representação. Atualmente está sob responsabilidade do Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra, coordenador científico do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (NUTAU/USP).

AUT 0803 – Medidas Físicas e Psicosocioeconômicas em Arquitetura – ministrada, inicialmente, pelo Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo, tem como objetivo propiciar uma visão geral das limitações e dos procedimentos de medidas nas diversas áreas ligadas à tecnologia da arquitetura e do urbanismo. Atualmente está sob responsabilidade da Profª Dra. Anésia Barros Frota, coordenadora do Grupo de Disciplinas de Conforto Ambiental da FAUUSP

AUT 0805 – Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Ambiente Construído (antiga Avaliação Pós-Uso da Edificações) – ministrada a partir de 1984 pelo Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo, e desde 1989 sob a minha responsabilidade, contando com a colaboração da Profª Dra. Gilda Collet Bruna. Disciplina pioneira na área de APO, em nível de pós-graduação no país, tem como objetivo abordar e analisar métodos, técnicas e aplicações em estudos de caso, bem como resultados de pesquisa sobre avaliação de desempenho de quaisquer ambientes construídos no decorrer do uso, sejam estas edificações escolas, habitações, hospitais, escritórios ou áreas livres como praças e parques. Perseguindo *uma visão interdisciplinar do ambiente construído*, leva em consideração o ponto de vista dos especialistas e também o comportamento, a percepção e os níveis de satisfação dos *usuários*, estabelecendo-se diagnósticos e recomendações para o estudo de caso em questão e diretrizes para futuros projetos semelhantes. Ao longo de seu desenvolvimento, contou com participação e a colaboração de diversos professores, pesquisadores e consultores norte-americanos e europeus importantes na área, tais como os doutores Wolfgang F E. Preiser (University of Cincinnati); James J. Potter (University of Nebraska); Robert B. Bechtel (University of Arizona); doutora Monica Paciuk (National Building Research Institute / Technion – Israel Institute of Technology); doutores Ardeshir Mahdavi (Carnegie Mellon University) e Theo J. M. van der Voordt (Delft University of Technology) e outros.

As discussões conceituais, teóricas e as aplicações em estudos de caso nessas quatro disciplinas, por um lado, e a geração de dissertações e teses, por outro, possibilitaram a formação de massa crítica (Comissão de Pós-Graduação, maio de 1999) não só consolidando a linha de pesquisa e de ensino (Comissão de Pós-Graduação, 1996) em questão na FAUUSP, mas possibilitando a formação de grupos afins em outras universidades brasileiras.

Ainda a partir das disciplinas AUT 0801, AUT 0802 e AUT 0803, como desdobramentos a partir de meados da década de 90, outras disciplinas passaram a ser oferecidas, sobretudo nos campos da térmica, da iluminação e da acústica, preenchendo lacunas, em nível nacional, nessas áreas do conhecimento. Estas têm a participação e a responsabilidade dos docentes da FAUUSP, doutores Paulo Sérgio Scarazzato, Marcia Alucci Peinado e João Gualberto de A. Baring.

Também, outras disciplinas de pós-graduação vinculadas à área de avaliação de desempenho ambiental têm contribuído na formação acadêmica e crítica de pesquisadores – tais como a AUT 0806 – Obras Urbanas, sob responsabilidade do Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra e no âmbito mais específico do conforto ambiental, porém seguindo um percurso mais independente, a AUT 0809 – Modelos de Dimensionamento dos Espaços das Habitações e AUT 0819 – Ergonomia Aplicada à Habitação, ambas voltadas às questões ergonômicas e sob responsabilidade do Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho.

3 Algumas dissertações e teses

(a) Sob a orientação do Prof. Dr. Ualfrido del Carlo

Conforto ambiental/Conforto térmico/Ventilação

"Ventilação natural em edifícios industriais" (doutorado, 1989)
Anésia Barros Frota

"Conforto térmico em edificações: Um modelo matemático e uma aplicação" (doutorado, 1996)
Mauricio Roriz

Conservação de Energia/Ecoarquitetura/Edifícios inteligentes

"Método para avaliação do desempenho térmico de edifícios no Brasil" (doutorado, 1998)
Maria Akutsu

- Iluminação

"O conceito de dia típico de projeto aplicado à iluminação natural, dados referenciais para localidades brasileiras (doutorado, 1995)
Paulo Sérgio Scarazzato

• Acústica

"O desempenho acústico de caixilhos de fachadas no contexto do controle da poluição sonora urbana" (doutorado, 1990)
João Gualberto de Azevedo Baring

"Comparação da energia consumida entre edificações de alvenaria e edificações de madeira" (mestrado, 1998)
Roberta Kronka

"Metodologia para projeto de edificações amazônicas em Alta Floresta, MT (doutorado, 1989)
José Luiz Fleury de Oliveira

• Segurança contra incêndio

"Metodologia de análise de risco" (mestrado, 1995)
Alexandre Itiu Seito

"Segurança contra incêndio em edificações com sistema de coleta e análise de dados para avaliação de desempenho" (doutorado, 1997)
Rosária Ono

• Avaliação Pós-Ocupação

"A avaliação da habitação autogerida no Terceiro Mundo" (doutorado, 1988)
Sheila Walbe Ornstein

"Metodologia de análise para avaliação pós-ocupação (APO) nos edifícios do conjunto das Químicas (doutorado, 1990)
João Roberto Leme Simões

(b) Sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

• Iluminação

"O projeto de iluminação natural: Estudo comparativo de métodos de medição e de simulação (doutorado, 1995)
Maria Amália Amarante de Almeida Magalhães

• Avaliação Pós-Ocupação

"Método de avaliação do potencial de conservação de energia elétrica em campos universitários: O caso da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira" (doutorado, 1994)
Marcelo de Andrade Roméro

(c) Sob orientação da Profª Dra. Sheila Walbe Ornstein

• Avaliação Pós-Ocupação

"Brasília – habitações em superquadra – Avaliação Pós-Ocupação" (mestrado, 1992)
Juan Antonio Zapatel Pereira de Araujo
"Análise do desenvolvimento de edifícios de escritórios automatizados através da Avaliação Pós-Ocupação" (mestrado, 1997)
Brenda Chaves Coelho Leite
"A vida sem condomínio: Configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social" (doutorado, 1998)
Nirce Saffer Medvedovski
"Avaliação Pós-Ocupação (APO) dos espaços gerados em habitações autoconstruídas: O caso da Favela Nossa Senhora Aparecida em São Miguel Paulista" (mestrado, 1998)
Antero de Oliveira Cruz (figura 2 próxima página)
"Avaliação da ocupação física em edifícios de escritórios utilizando métodos quali-quantitativos: O caso da editora Abril em São Paulo" (mestrado, 2000)
Cláudia Miranda de Andrade. (figura 3 - página 123)

(d) Sob orientação da Profª Dra. Élide Monzeglio

"Cognição ambiental & desenho urbano: Avaliação Pós-Ocupação de um espaço urbano com enfoque dos aspectos perceptivos: O caso da nova av. Faria Lima" (mestrado, 1997)
Carlos Leite de Souza

(e) Sob orientação do Prof. Dr. Bruno Padovano

"Conjunto Rincão: Sonho e realidade: Avaliação da apropriação de conjunto habitacional pelos seus moradores" (mestrado, 1995)
Gleice Azambuja Elali

(f) Sob orientação do Prof. Dr. João Roberto Leme Simões

"As instalações públicas esportivas municipais na cidade de São Paulo: Arquitetura, administração e planejamento" (mestrado, 1999)
Carlos de La Corte

(g) Sob orientação do Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro

"Avaliação Pós-Ocupação aplicada no Instituto do Coração – INCOR" (mestrado, 2000)
Maria Giselda Cardoso Visconti

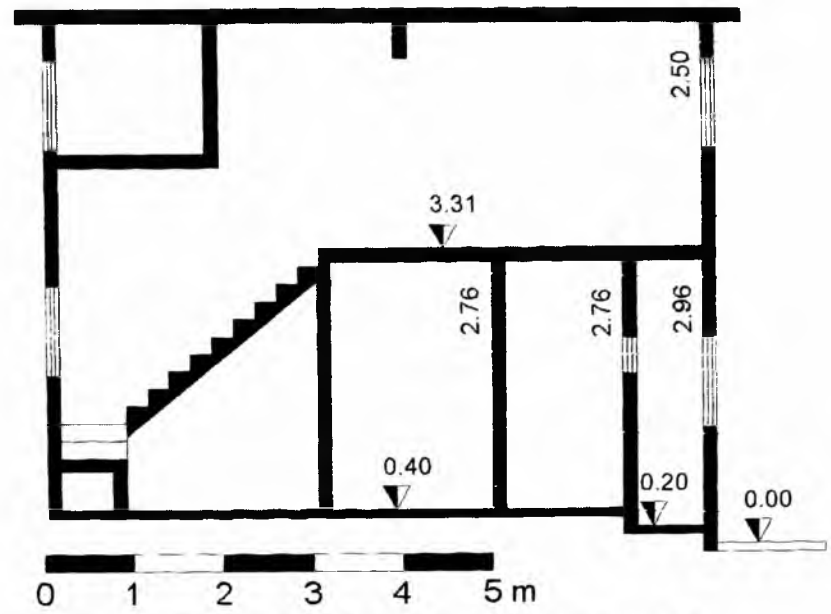


Figura 3.61- Habitação 29/30: corte esquemático

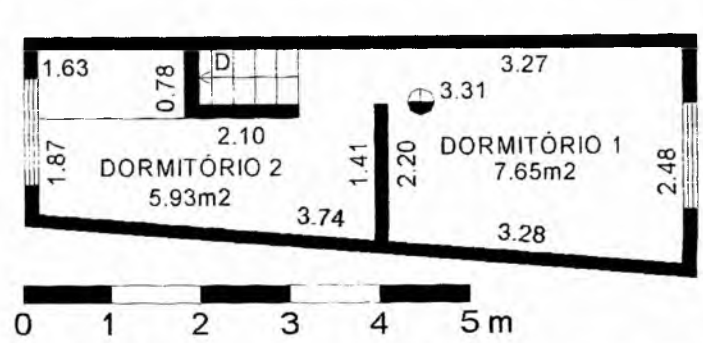


Figura 3.62- Habitação 29/30: pavimento superior

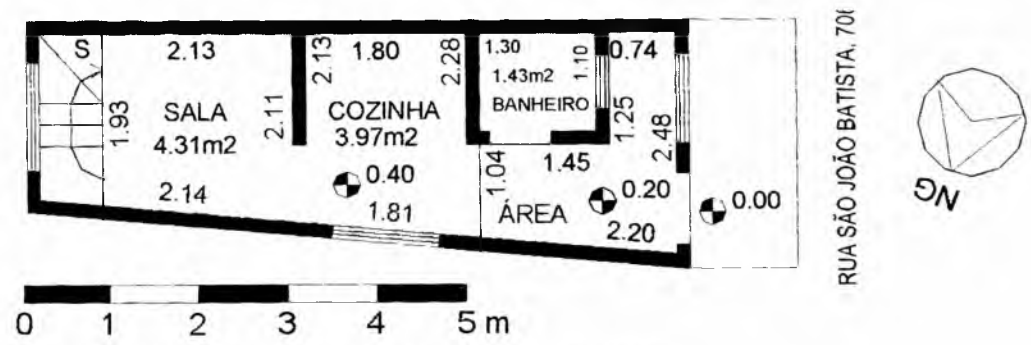


Figura 3.63- Habitação 29/30: pavimento térreo

Figura 2
Plantas e corte esquemáticos de unidade habitacional autoconstruída
Fonte: CRUZ, Antero de Oliveira, 1998. p. 133

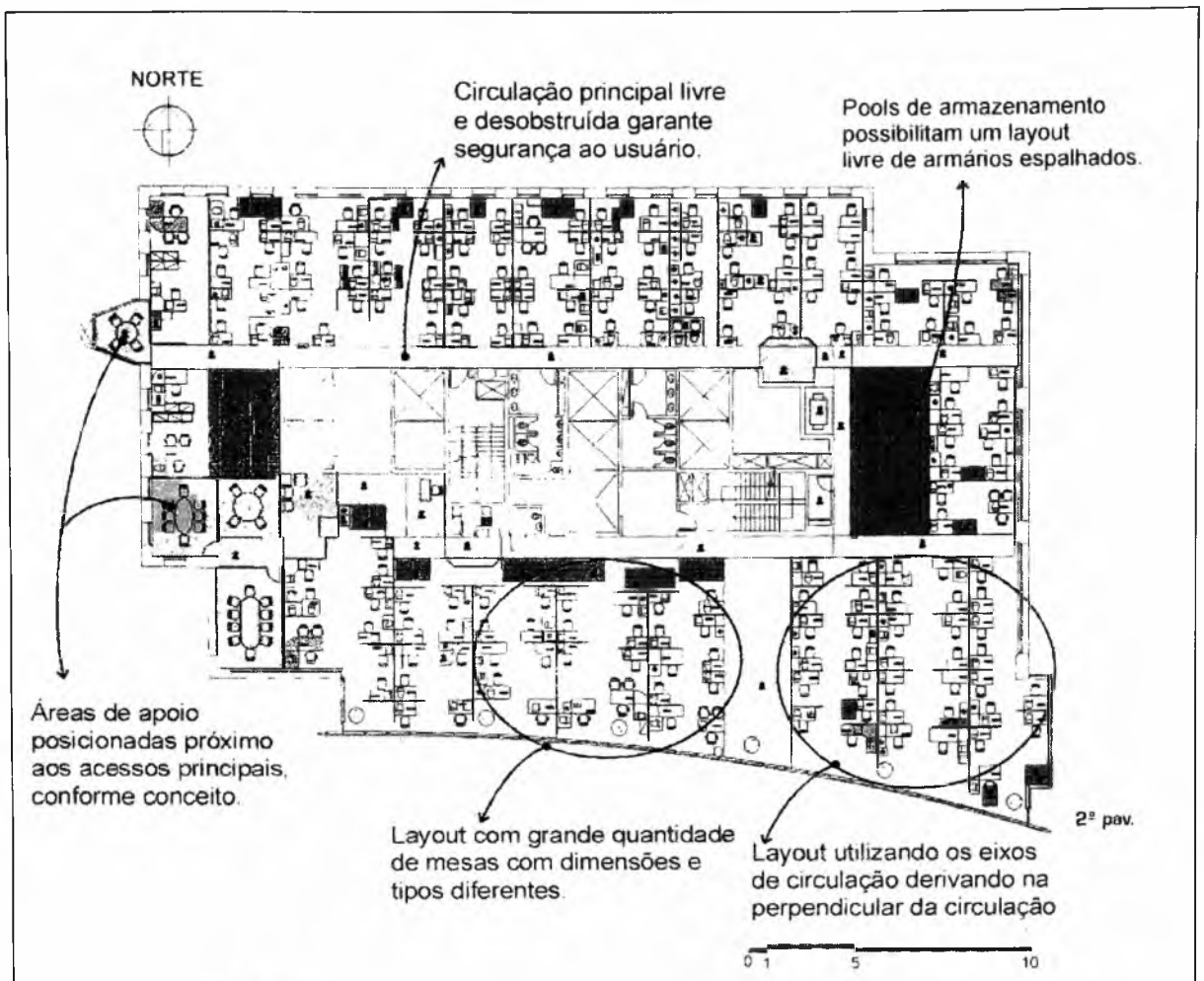


Figura 8.2: Plantas com zoneamento de ocupação de acordo com o conceito preestabelecido

Figura 3
Análises do zoneamento de ocupação do pavimento tipo do edifício Birmann 21 / Editora Abril
Fonte: ANDRADE, Cláudia Miranda de, 2000. p. 268

4. Legado para as futuras gerações tendências das pesquisas em avaliação do desempenho ambiental

As disciplinas de pós-graduação oferecidas na FAUUSP[1] no âmbito da Tecnologia da Arquitetura, com ênfase – direta ou indireta, na área de avaliação do desempenho ambiental descritas anteriormente – e a associada capacitação de quadros docentes e de pesquisadores[2] sobretudo por meio da formação de mestres e doutores na área, possibilitou a consolidação e o desenvolvimento dos grupos de pesquisa na própria faculdade (Sampaio, dezembro 1998, p. 46-53), fortalecendo também o ensino de graduação, nas modalidades de disciplinas obrigatórias e optativas (FAUUSP, 1999). Parcela dessas pesquisas estão abrigadas no NUTAU/USP.

No plano nacional, o curso de pós-graduação da FAUUSP, com ênfase em conforto ambiental e em avaliação pós-ocupação, possibilitou a constituição e o fortalecimento do ensino e das pesquisas nestas áreas, em várias outras universidades brasileiras, ocorrendo inclusive desdobramentos, como a implantação de cursos de pós-graduação e mestrado – com ênfase em Tecnologia da Arquitetura/Conforto Ambiental, incluindo disciplinas em Avaliação Pós-Ocupação.

O oferecimento de disciplinas em APO e em Conforto Ambiental nestes últimos anos, no âmbito da área de concentração em Tecnologia da Arquitetura do curso de pós-graduação da FAUUSP, devido ao caráter de "pesquisas aplicadas" possibilitou uma aproximação maior do mercado profissional, à medida que os estudos na área tornaram-se fundamentais, não só para a docência específica, mas também para o exercício pleno da profissão, atualmente muito demandante de conhecimentos na área de tecnologia (projetos ecoambientais, desempenho construtivo, tecnologia da informação, tecnologia das instalações prediais), visando o desenvolvimento de projetos de arquitetura que combinem, de modo interdisciplinar, as interações entre as visões humanista e aquela técnica da produção arquitetônica necessária nas cidades globais. Neste sentido, evidencia-se como temáticas importantes, por exemplo, o conhecimento atualizado das pesquisas em curso a propósito dos ambientes de trabalho, das condições de infra-estrutura e de conforto ambiental destes, e o seu impacto na qualidade de vida produtiva, no dia-a-dia de seus usuários, bem como aquelas referentes às condições de moradia e à qualidade de vida urbana.

(1) Devem ainda ser mencionadas disciplinas mais recentes, a saber: AUT 0813 – Ambientação Acústica de Edificações nos Conglomerados Urbanos Brasileiros, sob a responsabilidade do Prof. Dr. João G. de A. Boring; AUT 0815 – Projeto Arquitetônico: Critérios para Adequação Climática das Edificações e AUT 0817 – Iluminação Natural na Arquitetura: Metodologia para Projeto e Avaliação, sob a responsabilidade dos professores doutores: Anésia Barros Frota, Márcia Peinado Alucci e Paulo Sergio Scarazzato e AUT 0820 – Qualidade e Desempenho das Estruturas Metálicas de Aço, sob a responsabilidade do Prof. Dr. João Roberto L. Simões. (Departamento de Tecnologia da Arquitetura, 1999).

(2) Também se inserem nesse contexto, cursos de extensão e de especialização oferecidos pela Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM, sob a coordenação de docentes do Departamento de Tecnologia da Arquitetura e ministrados, muitas vezes, por pós-graduandos, mestres ou doutores da FAUUSP. Por exemplo, os cursos "Planejamento e projeto de interiores de escritórios"; "O uso do aço na arquitetura" e o "Curso de especialização em conforto ambiental e conservação de energia"

Sheila Walbe Ornstein
Professora Doutora do Departamento de Tecnologia da Arquitetura
Orientadora credenciada para o curso de pós-graduação.
Membro da CPG.

Ualfrido Del Carlo
Professor Doutor do Departamento de Tecnologia da Arquitetura.
Orientador credenciado para o curso de pós-graduação.

Bibliografia

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO. *Programa de Pesquisa – Curso de Pós-Graduação – FAUUSP – 1996*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, outubro de 1996. 319p.

_____. *Teses e dissertações concluídas – Curso de pós-graduação – FAUUSP – 1995-1999*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, maio de 1999. 43p.

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA ARQUITETURA. *Áreas de atuação dos orientadores do Departamento de Tecnologia da Arquitetura no curso de pós-graduação da FAUUSP*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *Áreas de atuação dos orientadores do Departamento de Tecnologia da Arquitetura no curso de pós-graduação da FAUUSP*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1999.

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. *Informações gerais & programas de graduação 1999-2000*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1999. 101p.

GUNN, Philip. O Departamento de Tecnologia e o currículo da FAUUSP. *Sinopses Memorial (Edição Especial)*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1999. p. 75-82. Edição Especial.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (coord.). *O que a FAU pesquisa em seus 50 Anos*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1998.

Silvio Soares Macedo
Miranda Martinelli

PAISAGISMO ENSINO E PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO

RESUMO

O texto apresenta o desenvolvimento conceitual e metodológico da pesquisa e das atividades de ensino no tocante ao paisagismo no curso de pós-graduação da FAUUSP, de 1970 até o início do ano 2000. Nestes 30 anos o assunto mereceu a criação de uma subárea denominada paisagem e ambiente, pela qual já passaram dezenas de pesquisadores, e enfoca o esforço pioneiro da Profª Dra. Miranda M. Magnoli e seus seguidores para implementar a área.

ABSTRACT

This paper focuses on the development of graduate studies in landscaping at FAUUSP Initiated in the 1970's with the pioneering efforts of Miranda M. Magnoli, the area has grown to incorporate the work of other professors as well as of dozens of students conducting research on landscape and environment, and now, the area is about to be officially recognized. The methodological and conceptual aspects of the academic production of the unit are emphasized here, especially those which have contributed to the development of different approaches to Brazilian housing problems.

A FAUUSP é pioneira em estudos de pós-graduação no país no âmbito da arquitetura, do urbanismo. O ensino da paisagem é o gerador responsável por muitos dos docentes e pesquisadores de outras faculdades de arquitetura do país.

Atualmente a área de concentração da pós-graduação da FAUUSP é claramente interdisciplinar, tratando das "Estruturas Ambientais Urbanas" Linhas específicas para cada campo do conhecimento inserido nas estruturas ambientais urbanas organizam o programa de pesquisa, as dissertações de mestrado e teses de doutorado, caracterizando as particularidades das interdisciplinariedades. Na linha de pesquisa paisagem e ambiente, que dirige o encaminhamento dos estudos e da investigação, a meta é a proposta espacial: o desenho que nasce no projeto e se efetiva no espaço, considerando-se a teoria e os procedimentos metodológicos como fundamentais dentro da estrutura interdisciplinar específica da arquitetura e do urbanismo.

A reestruturação no ano 2000 – em discussão – do curso de pós-graduação, com a criação de novas áreas de concentração, é importante. A criação de uma área de concentração específica para os estudos, em nível de pós-graduação, sobre a paisagem deverá se constituir em importante marco na história da relação entre a cultura da paisagem e a evolução da disciplina paisagística como matéria de ensino.

Atualmente é obrigatória a existência da disciplina de Paisagismo em todos os cursos de arquitetura no Brasil; a criação de programas de pós-graduação específicos, *strictu* e *lato sensu*, faz-se urgente até para adequada reformulação do programa de graduação, na formação do arquiteto-urbanista. A esses novos programas de pós-graduação caberia o aprofundamento e aperfeiçoamento, indispensável para a atuação específica no campo da construção da paisagem; será mister delinear com clareza as interdisciplinariedades com os outros campos do conhecimento e respectivos desempenhos, propiciando avanços reais sobre as características das temáticas em investigação e a qualidade dos produtos. São as novas condições institucionais que promovem a estruturação de um programa de coleta e sistematização de material empírico para elaboração teórica em linhas específicas, podendo-se, pois, conferir consistência à meta da proposta espacial.

Questões atuais

São basicamente relacionadas à idéia de construção do ambiente cultural, socialmente radicado, pela sabedoria e arte do desenho da paisagem; à revisão das relações entre a entidade – sociedade e espaço – e a identidade – "continente" (estética) e "conteúdo"(ética); à incorporação da complexidade e potencialidades da expressão "vida" em toda plenitude e participação social. Repensar e incorporar para todos os atores sociais – habitantes em um lugar do planeta Terra – envolve: 1. relativizar certezas, assumir diversidades, limitações e potencialidades de mudanças, traduzir planos e projetos em políticas públicas de processos de apropriação e gestão social do espaço

para paisagens ricas, múltiplas e variadas em identidades culturais de estilos de vida social e historicamente construídos, em valores intrínsecos do meio físico; 2. compreender o lugar de cada lugar e o plural de cada realidade; 3. articular estratégias de sustentabilidade; de produção privada e pública pactuada, valorizando a res-pública; de avaliação de disponibilidades e estímulos à qualidade das relações sociais, à urbanidade; de interação dos focos de informação-formação da comunicação-convivência física e apropriação social; de implantação e gestão em interações escalares da nova paisagem pelo plano e projeto, como intrínsecas ao próprio plano e projeto; de garantia das várias formas de participação com avaliação e reconhecimento específico de seus alcances. São conceitos e propostas para um plano-processo de pesquisa e ensino que se manifeste pela qualidade da forma do ambiente, das configurações paisagísticas, do desenho de espaços livres densos de civilidade, de urbanidade – aquela densidade que preenche os espaços vazios de urbanidade do espaço particular. Plano a ser permanentemente cotejado e atualizado nos seus objetivos como um instrumento dinâmico que nos aproxime e reaproxime do conhecimento.

O caráter global e interdependente da sociedade do final do século 20 já não permite adiar ou deixar de avaliar, e cuidadosamente aprofundar, em nosso processo de pesquisa e ensino, o rebatimento do tema do desenvolvimento com o meio ambiente. Ao longo dos últimos vinte anos, entre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo/72 e a Conferência do Rio de Janeiro/92, foram profundamente alterados os fundamentos da discussão ambiental. Foi realizada, pelos países do Cone Sul, a conexão entre os temas meio ambiente e desenvolvimento.

As problemáticas demográfica e tecnológica em que se organizavam as discussões ao tempo de Estocolmo dissociavam o meio ambiente do desenvolvimento. O adensamento do temário, em anos de estudos, discussões e conferências (espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção/73, recursos hídricos/75, estabelecimentos humanos/76, desertificação/77. fontes novas ou renováveis de energia/81, direitos do mar/82, camada de ozônio/85 e 87) conseguiu introduzir a problemática social e econômica no âmago da questão ambiental. É nesta introdução que se ampara o conceito de desenvolvimento sustentável. Por este conceito se desfaz a oposição entre desenvolvimento e meio ambiente, situam-se as responsabilidades dos padrões existentes de relação entre a sociedade e a natureza, fundamentam-se debates para processos de mudança dos padrões e das estratégias econômicas para promoção do crescimento da riqueza e melhoria das condições de vida, procurando modelos capazes de evitar a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais. Procura-se exigir a transferência de recursos financeiros e tecnologias para viabilizar e implementar – Agenda 21 – modelos e programas de crescimento ecologicamente aceitáveis. Porém, o encaminhamento da Convenção sobre Diversidade Biológica e as negociações sobre mudanças climáticas globais e a Conferência de Kioto, fazem-nos observar as grandes resistências para a conciliação de interesses poderosos divergentes e a falta de mecanismos para transferências significativas de recursos destinados a projetos ambientais.

A temática ambiental veio para ficar: será preciso desprender-se dos desconhecimentos e preconceitos que, em nosso campo de reflexões, marginalizam, obscurecem e limitam o temário.

O Contexto na Década de 70

A disciplina Arquitetura Paisagística foi introduzida no curso de formação de arquitetos da FAUUSP desde suas primeiras turmas, em 1952. De 1948 – quando se iniciaram os cursos da FAU – ao início da década de 70, a universidade havia, gradualmente, implantado os departamentos, as carreiras docentes, os três regimes de trabalho docente; vinculavam-se então as disciplinas a professores que, para serem responsáveis, deveriam cumprir concursos acadêmicos em nível de doutorado, pelo menos. A disciplina Paisagismo não possuía, na ocasião, um professor responsável nestes moldes institucionais.

Em 1971 e 1972 se preservara a existência do conteúdo de Paisagismo pela responsabilidade assumida pelo Prof. Dr. Lauro B. Birkholz, catedrático da seqüência (atual grupo de disciplina) de Planejamento Urbano; lecionava-se Arquitetura Paisagística em horário e créditos cedidos pela disciplina Planejamento I. A FAUUSP, a partir do Fórum de 62, implantara três departamentos (Projeto, História da Arquitetura e Estética do Projeto e Tecnologia da Arquitetura); no Departamento de Projeto criara as seqüências de Projeto, Planejamento Urbano, Comunicação Visual e Desenho Industrial – com disciplinas em todos os anos e docentes responsáveis por seqüência; quintuplicara o número de alunos e triplicara o número de docentes. À disciplina Arquitetura Paisagística deveria ter sido garantido e ampliado aquele espaço que fora inovador em 1952. Nesta mesma FAUUSP, com todas as dificuldades e contradições dos primeiros anos, eram também possíveis outras formas de contribuição ao conhecimento. Exemplo importante é o de Nestor Goulart Reis Filho, responsável no Brasil pela primeira abordagem sistemática da urbanização como processo social. Organizara – ainda em 1962 – um grupo de disciplinas de História da Urbanização dando início, na FAU, por intermédio das pesquisas, à criação de matéria crítica indispensável para a evolução do ensino e da profissão. De 1952 a 1973, na Arquitetura Paisagística não havia sido organizada uma seqüência de disciplinas, com um corpo de docentes e um professor responsável dentro dos aspectos institucionais; as intensas e extensas transformações desse longo período encontraram o ensino da área a descoberto. Por outro lado, nos primeiros anos da década de 70, os graves problemas políticos do país também se manifestaram na FAU pela impossibilidade de contratação de novos docentes, expressa por escassos recursos financeiros. Perdera-se a oportunidade de inserção adequada da seqüência no curso, de criação de um corpo docente, de uma linha específica de pesquisa e ensino e o professor Robert Coelho Cardozo, regente de cátedra desde 1952, havia se afastado em 1968; (em 1969 transfere sua residência para Londres). Nesse período foram vários os instrutores de ensino que participaram das atividades didáticas dessa primeira etapa: a arquiteta profª Daisy Igel Honnenberg (1953-1957, formada em Harvard), o arquiteto prof. Rodolpho Almeida Fernandes (1957-1967 da FAU), o arquiteto prof. Antonio Augusto Azevedo Antunes

(1962-1974, da FAU). O prof. Antunes teve o apoio do arquiteto prof. Marcos Souza Dias, de 1969 a 1970, e da arquiteta profª Miranda Martinelli Magnoli, em 1971-1972.

Foi a apresentação, defesa e homologação da tese de doutorado "*Contribuição ao estudo dos espaços livres de uso público nos grandes aglomerados urbanos*" da arquiteta proffª Miranda Martinelli Magnoli – orientada pelo Prof. Dr. Nestor G. Reis Filho – em meados de 1973, que permitiu novamente a institucionalização da disciplina.

Na etapa que se inicia em meados de 1973, foram três os aspectos principais que nortearam o início da atuação da nova professora responsável: a estruturação do arcabouço conceitual e metodológico, a reavaliação e atualização do ensino de paisagismo, a formação de uma equipe de docentes com muito interesse pelo ensino/pesquisa e razoável identidade coletiva, enquanto proposta de trabalho e procedimentos pedagógicos.

A presença de Robert Coelho Cardozo em São Paulo, com um escritório de projetos, e na FAUUSP como professor convidado por Anhaia Mello, este último primeiro diretor e regente da cátedra de Urbanismo, tinha criado muitas sementes. Cardozo era uma figura muito interessante e instigante, projetista de mão cheia, com muito bom conhecimento do jardim californiano de T. Church, Royston e Eckbo. Seu trabalho foi muito significativo, marcou muito alguns dos arquitetos que naqueles anos se formavam: Miranda estagiou por anos em seu escritório; também Ayako Nishikawa. Em um campo muito limitado ao desenho de pequenos jardins residenciais, dedicaram-se inicialmente Miranda Martinelli Magnoli, Rosa Grena Kliass. Era importante o legado de Robert Cardozo, mesmo que os aspectos a abordar e a privilegiar – especialmente para aquelas profissionais iniciantes – não tivessem ficado muito claros, haviam temas a desenvolver: os entornos da edificação, do lote a projetar, das visuais a valorizar e a obscurecer; os ritmos, o tempo, as estações e as peculiaridades da vegetação enquanto ser vivo; a distribuição e a massa da edificação; a valorização dos diferentes materiais de construção que participavam do espaço externo; a distribuição de espaços na área externa. Em poucos anos, já com um espaço pouco mais amplo, Luciano Fiaschi, Ayako Nishikawa, Benedito Abbud, Suely Suchodolsky e poucos outros viriam a aperfeiçoar muitos desses aspectos com a prática profissional. Robert Coelho Cardozo desenvolveria em 1967/1968, com o arquiteto Marcos Souza Dias, o projeto da Praça Roosevelt. Paralelamente, desde meados de 50, Waldemar Cordeiro, artista plástico de talento, inserido entre os movimentos de vanguarda da época, intelectualmente irrequieto e estudioso, desenhava jardins em um estilo em que se observa a procura de conceituação, ora pela obra de arte, ora pela reflexão sobre a natureza, ou pelo entendimento da inserção urbana, pelas inovações científicas transpostas para a percepção e criação artística. Muitos foram os projetos de W. Cordeiro; seu isolamento em relação aos quadros do ensino – apesar dos muitos contatos com arquitetos e urbanistas – e seu falecimento prematuro privariam o paisagismo paulista de uma importante experiência e contribuição. Destaca-se totalmente desse quadro Roberto Burle Marx. Residente no Rio de Janeiro, já associara – desde os idos de 40 – sua excepcional linguagem paisagística aos edifícios mais significativos da moderna arquitetura brasileira. A qualidade de sua manifestação artística seria

reconhecida internacionalmente nos jardins, parques, murais, jóias e pintura. Haruyoshi Ono e José Tabacow inicialmente, depois também Klara Kaiser Mori e Koiti Mori até meados de 1970 estariam, no seu ateliê, colaborando nos projetos de jardins e parques.

"Arquitetura" e "Paisagem"

Herdar, em meados de 1970, as palavras "arquitetura" e "paisagem" em um único contexto é compreensível em face das peculiaridades de introdução da disciplina no curso de graduação para arquitetos por Coelho Cardozo, americano de origem e formação profissional. De fato, o primeiro curso universitário, em nível de graduação, concedendo o título de Landscape Architect, foi instituído nos Estados Unidos, na Universidade de Harvard, junto à Lawrence Scientific School em 1900. Henry Thoreau, George Perkins, Marsh, Law Olmsted, Charles Eliot, Charles Vaux, Horace Cleveland, Andrew J. Downing acreditavam em um ambiente público de parques, vias-parque e instituições voltadas ao estudo da história, da ciência e da arte para transformar os valores sociais e o cotidiano das cidades, na época em crescimento demográfico excepcionalmente rápido e de difusa imigração devido ao surto da industrialização. É um contexto histórico específico da ocupação do leste americano para o qual convergem pensamentos de várias fontes intelectuais, associando questões religiosas locais com uma visão de natureza, de paisagem e de democracia; imaginava-se imprimir no espaço a idéia de identidade cultural americana. Ao elaborar uma contribuição importante para o desenho da paisagem urbana, tornaram-se os pioneiros do paisagismo moderno e estendem a abrangência de seu trabalho para a implantação de parques nacionais, campus universitários, parques para deficientes mentais; participam na estruturação do Serviço Florestal Americano; dão início ao desenho regional, ao sistema urbano de parques, à proteção dos recursos naturais e ao movimento para a implantação de parques nacionais, com a sagração de paisagens nacionais excepcionalmente significativas.

É essa orientação inovadora, antitradicional para a época, de largo fôlego, que respalda o curso de Arquitetura Paisagística que se abre em Harvard.

Herdar, em meados de 70, as palavras "arquitetura" e "paisagem" em um único contexto é compreensível, visto que se introduz como uma das disciplinas de um curso de arquitetura e urbanismo. É importante, porém, ressalvar que é implantada somente no nível de graduação dentro de um curso de 5 anos para formação de arquitetos; outras disciplinas em alguns anos transformaram-se em seqüências seriadas de disciplinas obrigatórias em todo curso, comportando simultaneamente disciplinas optativas; é uma origem de educação universitária bastante diferente daquela americana.

Herdar, em meados de 1970, as palavras "arquitetura" e "paisagem" em um único contexto como nome da disciplina de estudo é, pelo menos, estranho; pressupõe alguma relação nas transformações do entendimento de cada uma das palavras. No entanto, a evolução de cada uma não é linear, muito menos homogênea ou harmoniosa.

Nas décadas de 40 e 50 a arquitetura moderna brasileira atingiu inquestionável patamar de qualidade e identidade próprias. A formação profissional do arquiteto

brasileiro subordinou-se, desde essas décadas, a um marco ideológico modernista que vinha sendo articulado nas décadas de 20 a 30.

É a partir da década de 60 (nos chegam após alguns anos), com as teses controversas de Yona Friedman, Geoffrey Broadbent, Christopher Alexander, Theo Crosby e outros que começam a discutir a arquitetura, a teoria do projeto arquitetônico e os procedimentos projetuais. Depois de anos de discussão do "perfil do arquiteto" faz-se mais clara a necessidade de renovação com a identificação de alguns dos aspectos da teoria funcionalista que simplificadamente se adaptara a partir do ensino da Bauhaus.

O país, demograficamente rural, encaminhava-se para a urbanização; foi uma revisão perceber-se que ao objeto arquitetônico caberia referir-se a um sujeito – o homem. Deveria englobá-lo como indivíduo e como coletividade. Como reagiria uma faculdade que se criara como de arquitetura e urbanismo com a introdução de conceitos tão opostos? Como deveria participar a arquitetura paisagística com um ensino em que todos os campos de estudo deveriam subordinar-se a uma "linha-tronco" que privilegiava o objeto isolado no espaço, indiferente ao sítio, à história, à geografia, à paisagem? Como se situar, enquanto arquitetos e professores, formados em pleno movimento da nova arquitetura, quando esta se iniciara com uma definição famosa, enunciada por William Morris, em 10 de março de 1881, em conferência na London Instituition:

"O meu conceito de arquitetura está na união e na colaboração das artes, de maneira que cada uma esteja subordinada às demais e com essas em harmonia, e quando, esta noite, usar essa palavra – arquitetura – este será o significado; não, um mais limitado. É uma concepção ampla, porque enlaça o inteiro ambiente da vida humana; não podemos nos subtrair à arquitetura, na medida em que fazemos parte da civilização, pois esta representa o conjunto das transformações e alterações feitas sobre a superfície terrestre, face às necessidades humanas. Nem podemos entregar nossos interesses à uma elite de pessoas preparadas, pedindo para pesquisar, avaliar, descobrir e criar o ambiente destinado a nos hospedar, admirando-nos depois com a obra feita e assumindo-a como se assim devesse ser. É tarefa que cabe a nós todos; cada um de nós deve se empenhar em velar e conservar com cuidado a orientação mais correta da paisagem terrestre; cada um com seu espírito e suas mãos, na parte que lhe cabe, para evitar de transmitir aos nossos filhos um tesouro menor que aquele que nos foi deixado pelos nossos pais.

Os países europeus, após a Segunda Guerra Mundial, enfrentavam a relação entre arquitetura e cidade; a reconstrução das cidades se dava em sociedades em intensa e traumática transformação política. Emerge e se avoluma o debate arquitetura-cidade-história. As abordagens revelam múltiplas dimensões. No plano projetual Aldo Rossi, Vittorio Gregotti, Giuseppe Samonà, Nuno Portas, Henri Lefèbvre, Jane Jacobs, entre outros, contribuiriam decisivamente para a criação de um espaço de reflexão para o diálogo arquitetura-cidade.

A expressão "paisagem" nesses anos, passava a manifestar-se com significados amplos, complexos, porém bastante vagos, indistintos, incompletos; premissas comuns

eram "a natureza" e a censura à ação do homem. A percepção das mudanças naturais – de tempos biológicos – e também aquelas rápidas, extensas e difusas do trabalho do homem – de tempos históricos – levantava novamente a relação homem-natureza. Seria esta relação com todos os apelos e juízos – imprecisos, indefinidos – que seria associada à palavra "paisagem"

Fica exposta a rudeza de nosso engajamento pioneiro dos começos; a "arquitetura" da definição de W. Morris e a "paisagem" exigiam entendimento sem limitações conferidas *a priori*. Aderiam-se à palavra "paisagem" as interpretações das manifestações em espaços – todas as escalas perceptíveis pelas sociedades humanas – e tempos – aqueles dos novos meios de transporte, informação e comunicação. Era intangível o que se pretendia.

A perspectiva histórica que é desenvolvida nos anos 80 e 90 pelos americanos recupera antecedentes; indica quanto à arquitetura paisagística nos Estados Unidos, mais do que outras profissões, participou para formar a visão ideal do que são as grandes paisagens públicas americanas; revela as dificuldades do planejamento regional e urbano, especialmente das políticas públicas e de sua integração com o paisagismo. Não se justifica, neste documento, alongar-se no transcorrer do pensamento paisagístico nos Estados Unidos. Este, entretanto, é decisivo enquanto legado que originou a implantação da disciplina. Por esse legado, muito diverso daquele que baseou os estudos na Europa – ainda variável conforme diferentes grupos de países – melhor se pode compreender o decorrer de abordagens dos profissionais e estudiosos do paisagismo no Brasil e, em particular, em São Paulo.

É também importante lembrar, para melhor compreender os primeiros 20 anos da disciplina em São Paulo, o viés americano profundamente integrado e bastante difuso do *learning by doing*. Uma menor propensão à teorização que, mesmo quando introduzida, logo sucumbe ao aprofundamento dos aspectos aplicativos. A maior parte das contribuições é, predominantemente, uma coleta de experiências de projetos raramente elaboradas enquanto teoria. A própria teoria desenvolvida por McHarg, para citar uma bastante divulgada, ressente-se da falta de uma visão crítica mais cuidadosa de seu conteúdo.

É interessante observar que, ainda em 1970, o conceituado estudioso Albert Fein considerava que a criação de uma profissão singularizada em uma determinada especialização – como fora aquela dos criadores do paisagismo – teria sido uma limitação. Entendia que deveriam ter sido envolvidos também os demais profissionais afetos ao espaço para melhores resultados para a paisagem e o ambiente; a criação de escolas e profissões nitidamente separadas, além de prejudicial, teria reforçado objetivos que, ao invés de integrados ou até negociados, apresentaram-se, muitas vezes, conflitantes. Porém, somos o exemplo de que a integração das profissões não tem esse alcance. Esta condição, do ponto de vista do estado geral da paisagem, do entorno, do ambiente, é insuficiente.

A PAISAGEM NA PÓS-GRADUAÇÃO

Em 1978 se oferecia a primeira disciplina de pós-graduação *strictu sensu*/nível mestrado). A área, conhecida por "paisagismo" fazia parte do grupo de disciplinas Planejamento Urbano e Regional, do Departamento de Projeto.

Em 1979, a área ofereceria o primeiro curso de paisagismo em nível de pós-graduação, sentido lato.

O reduzido número de docentes, insuficiente para as atividades didáticas de graduação, era o principal entrave para oferta freqüente de disciplinas no mestrado. O doutorado exigido como titulação mínima, para o responsável pelo lecionamento de disciplinas e para a orientação, limitava a área. A imperiosa necessidade de preparo de matéria crítica para o lecionamento na própria graduação se rebatia, no plano institucional, na inscrição em mestrado de todos os docentes da área. Dessa forma sobrecarregava-se imensamente o único docente que deveria responder pela graduação, pós-graduação e orientação. Caminho por demais longo deveria ser percorrido para contar com outro professor orientador: o prof. Sílvio Soares Macedo, que iniciaria essa atividade em 1989, propiciando novo fôlego à área. Este se propõe ao atendimento a vários alunos, assumindo novos inscritos e alguns dos que já haviam iniciado as disciplinas e parte dos trabalhos com a profª Miranda M. Magnoli, muitos elaborariam dissertações e teses sob sua orientação.

O avanço foi expressivo: a) de 1973, com um único docente doutorado para a reinstitucionalização da disciplina, a 1976; nesse ano se contratam cinco novos docentes para o curso de graduação, todos auxiliares de ensino que deveriam a partir de então desenvolver suas pesquisas e carreiras docentes. Foram eles: Ayako Nishikawa, Eleonora Seligmann, Maria Angela F. Pereira Leite, Silvio Soares Macedo e Sun Alex; b) em 1978 inicia-se a oferta de disciplinas de pós-graduação; c) é somente no final da década de 90 que se consegue efetivar um corpo de orientadores de 9 docentes: 2 para o nível doutorado e 7 para o nível mestrado. Muitos outros que nesse período tornaram-se mestres e doutores são, em geral, professores de outras faculdades de arquitetura.

De 1978 a 1990, a área de pós-graduação ofereceria número limitado de disciplinas. Por outro lado, a estrutura do curso da FAUUSP vem privilegiando um conjunto integrado de disciplinas das demais áreas com níveis de "concentração" e "complementação" Por serem poucas as disciplinas e por ser demorado o processo de aprovação institucional, opta-se por programas diversificados dentro de títulos e ementas mais gerais.

Em 1978 o programa enfatiza o aspecto da significação social da paisagem, sob o título "Organização do espaço no âmbito de um país – O caso do Brasil" Esta disciplina seria novamente oferecida em 1985. Em ambas a profª Miranda convida o Prof. Dr. Milton Santos para colaboração na abordagem teórica. Do primeiro para o segundo lecionamento foi introduzida forte proporção de seminários, debates e trabalhos, com os alunos rebatendo os conceitos teóricos nos projetos de pesquisa. Esta segunda etapa, avançando da exposição teórica às formas de expressão próprias da atividade do

arquiteto, valorizou a abordagem. O alto nível de reflexão, a percuciente visão crítica e o magnetismo de comunicação do prof. Milton Santos produziram efeitos marcantes. O aprofundamento de reflexões fundamentando as investigações é registro indelével que devemos à contribuição do prestigiado professor.

As temáticas principais foram: o estudo da paisagem, definições e acepções; a criação deliberada do homem; a paisagem e os estudos geográficos; a história e a atualidade dos estudos sobre a paisagem; a dialética da paisagem e do espaço; os conteúdos do espaço; os conjuntos de formas da paisagem; as periodizações; a história, as transformações e os novos parâmetros; as manifestações humanas; paisagem e sociedade; paisagem como síntese.

Em 1980 foi oferecida a disciplina Paisagismo, cujo programa apresenta os aspectos conceituais básicos do campo de estudo. A disciplina volta a ser oferecida em 1983 e 1987 e os planos de ensino privilegiam, em cada ocasião, abordagens que se revelam significativas para o desenvolvimento das pesquisas do grupo. Em 1980 foram apresentados aspectos relativos à natureza e ao homem; natureza e recursos; parques urbanos e recreação; paisagem urbana; vegetação e projeto de plantação. Em 1983 foram focalizados os rebatimentos na paisagem dos conhecimentos tecnológicos para fazer uso dos recursos naturais. A água foi o recurso destacado como estudo de caso. A abordagem analisou a água enquanto elemento da existência humana como recurso natural para produção de energia, veículo sanitário e de lixo e os problemas de abastecimento. Disponibilidades, polivalência de usos e processos de urbanização foram discutidos, desde a caracterização de bacias hidrográficas às várias transformações trazidas pelas técnicas. Participaram em palestras a geógrafa Olga Cruz e o arquiteto Fernando Regis Casério de Almeida, enquanto membros do órgão metropolitano de São Paulo. Palestras de apoio técnico específico foram proferidas pelo engenheiro Manoel Henrique Campos Botelho e pelo engenheiro Prof. Dr. Giorgio Brighetti, chefe do Departamento de Hidráulica e Saneamento da EPUSP.

Em 1987 a ênfase é dada às relações entre o desenho da paisagem e o impacto das ações antrópicas sobre o meio ambiente; valorizou-se a compreensão do entendimento da ecologia e do meio ambiente com acepções próprias para cada uma das expressões.

Em 1982 foi oferecida a disciplina Espaços Livres Públicos Coletivos Urbanos, lecionada novamente em 1987 na qual se propunha a analisar o contexto e o desenho dos espaços livres percebidos como de maior expressão na paisagem urbana. Na primeira ocasião foram analisados os desenhos que se tornaram patrimônios da cultura ocidental; na segunda, a Grande São Paulo foi o estudo de caso selecionado para analisar os desenhos em contextos em intensa dinâmica de transformações. Esse primeiro esforço de lecionamento e orientação resultou nos mestrados de Silvio Soares Macedo, Sun Alex, Ayako Nishikawa, Benedito Abbud, Paulo Renato Mesquita Pellegrino, Vladimir Bartalini, Maria Assunção Ribeiro Franco, Euler Sandeville Junior, Emmanuel Antonio dos Santos, Eugênio Fernandes Queiroga, Cássia Regina Mariano. Todos, com exceção de Benedito Abbud que, por motivos particulares, deixou o magistério superior, seguiram carreira como professores de paisagismo, em entidades públicas e privadas.

A atividade dos arquitetos é comprometida com o ato de projetar. Lidar com o urbano envolvia um conceito de paisagem para com as propostas de intervenção, alteração de espaços, usos e apropriações em que à cidade existente estava implícita a permanente reinterpretação em sua construção no tempo. Os aspectos físico-espaciais foram privilegiados, mesmo que relegando a segundo plano os instrumentos de intervenção, abordados com prioridade pelo planejamento urbano. A revisão da disciplina urbanística no último século chama-nos atenção para a insuficiência da dimensão físico-espacial na renovação e expansão do espaço urbano. O conhecimento do processo de urbanização e das práticas urbanísticas nas diferentes escalas urbana, metropolitana e regional se mostraram indispensáveis para a formulação de projetos em que a recuperação das dimensões físico-espaciais se faria dentro do todo contextual próprio da cidade em estudo.

Um início de reflexão, ainda muito preliminar, é esboçado com algumas linhas básicas de critérios para desenvolvimento de um corpo de pesquisas com o trabalho de 1982, *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana,* de Miranda M. Magnoli. Precedido por intensa coleta de dados e pesquisa bibliográfica, realizada de 1979 a 1981, adotou a paisagem metropolitana da Grande São Paulo como objeto de estudo; o foco é dirigido para as tipologias de tecidos urbanos, para os espaços livres urbanos e em especial para o sistema metropolitano/público de áreas de lazer.

Os anos 90 – um período de consolidação

Esta foi uma década de grande expansão da pós-graduação da FAUUSP, com o crescimento do número de disciplinas, alunos e de trabalhos produzidos. Nesse período, sob a gestão da professora Élide Monzéglio foi criada a subárea paisagem e ambiente, que aglutinou sob esta etiqueta todos os trabalhos orientados pelos professores do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA).

Nessa área foram finalizadas as teses de doutorado de todos os professores do GDPA, que finalizaram seus trabalhos, à exceção de Silvio Soares Macedo (doutorado em 1988), tornando-se, pois, capacitados para orientar teses e dissertações, até então exclusivamente orientadas pela Profª Dra. Miranda Martinelli Magnoli.

O próprio Prof. Dr. Silvio Soares Macedo começa a orientar seus primeiros alunos em 1989-1990, só então a subárea podendo contar com dois orientadores.

Somente na segunda metade dos anos 90 foram credenciados os professores dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite, dra. Maria Assunção Ribeiro Franco, dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino, dra. Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima e estes três primeiros assumem suas primeiras orientações.

Os trabalhos de doutorado finalizados pelos professores de Paisagismo caracterizam-se por uma busca conceitual e metodológica, que lhes servisse, como de fato serviu, para a criação de uma base própria e coletiva, sobre a qual se fundamenta o paisagismo no Brasil, de certo modo libertando-o ou identificando-o perante às influências externas diretas.

A tese da Profª Dra. Maria Angela Faggin P. Leite apresentada em 1992 e editada em 1994, sob o título *Destruição ou desconstrução?*, é um exemplo claro desta busca, como os trabalhos dos professores doutores Paulo R. M. Pellegrino, Catharina P. C. dos Santos Lima e Maria Assunção R. Franco, que publica o livro *Desenho Ambiental*, em 1997. originado da tese homônima (1994) e o de Klára Anna Kaiser Mori.

Os trabalhos dos professores dr. Vladimir Bartalini (1990) e dr. Fabio Mariz Gonçalves (1999), este último recém-aprovado em processo seletivo para professor do GDPA (2000), versando sobre a produção dos espaços livres da cidade de São Paulo, áreas verdes no primeiro caso e da paisagem do bairro do Morumbi, ambos contêm importantes fundamentos para o desenvolvimento do campo teórico do paisagismo no Brasil.

O número de trabalhos em desenvolvimento aumenta verticalmente e os professores dra. Miranda Magnoli e dr. Silvio Soares Macedo centralizam a orientação de cerca de duas dezenas de teses de doutorado durante o período.

Esse fato permite uma abertura temática de porte, enquanto também possibilita o aprofundamento de alguns temas já desenvolvidos em trabalhos de pesquisa precedentes, como os relativos à transformação da paisagem em áreas costeiras, baseados todos no método desenvolvido e apresentado em 1992 pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo na sua tese de livre-docência *Paisagem, urbanização e litoral do éden à cidade*.

Os trabalhos já finalizados de mestrado de Maria Bethania de Mattos (1997), Dina Hauzman (1998), Leonardo dos Santos (1999) e Omar de Almeida Cardoso (1999) dedicam-se a elaborar sobre estes conceitos, bem como os novos trabalhos de doutorado de Cintia Afonso e Dina Hauzamn, ambos amparados por bolsas da Fapesp.

Os campos de estudos abertos começam a delinear-se de um modo claro, podendo ser identificados trabalhos dedicados a elaborar sobre fundamentos do paisagismo, outros sobre procedimentos de projeto, projeto de paisagem urbana, planejamento paisagístico e ambiental, história da paisagem e do paisagismo no Brasil e métodos de ensino.

Esses campos identificam-se diretamente com as temáticas abordadas dentro do escopo da Revista *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, que formalizada do início da década por uma iniciativa isolada do GDPA, e assumida como uma revista oficial da FAUUSP, torna-se o principal veículo de divulgação do conhecimento do paisagismo no Brasil dos anos 90.

Concebida no formato de livro, de publicação anual, tem como editor o Prof. Dr. Silvio Soares Macedo e um grupo de assessores, de pesquisadores e professores da FAUUSP e de algumas das principais entidades de pesquisa do país.

A linha editorial impressa tem procurado valorizar o trabalho de pesquisadores da área, de todos os pontos do país e das mais diversas categorias, sejam eles professores, bolsistas de iniciação científica com trabalhos de qualidade, mestres ou doutores.

Nos seus 12 (doze) números editados no período, foi responsável pela divulgação de cerca de uma centena de textos de fundo, a maioria deles já adotados como textos referência nos cursos de arquitetura e urbanismo do país.

Muitos destes textos, como os de Décio Rigatti, Euler Sanderville Jr., e Paulo Renato M. Pellegrino foram extraídos e adaptados de teses e dissertações geradas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a sua principal fonte de produção de material inédito e adequado.

Apesar da produção de porte e rica de conteúdos do período, um só foi praticamente o modelo adotado na geração de novas teses e dissertações baseado em um interesse especial do aluno, que por um motivo qualquer coincide com o do orientador. Somente três casos conformaram-se de outro modo, os dos projetos de mestrado do Mauro Font intitulado *Praça urbana – Transformações morfológicas e funcionais – A praça e suas transformações no processo evolutivo da paisagem cotidiana das áreas centrais da grande metrópole brasileira: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém e Porto Alegre* e mestrado de Denise Franquini Morales intitulado *Os parques na grande cidade brasileira* e o doutorado de Fabio Robba intitulado *A praça contemporânea brasileira*, todos baseados nos estudos e resultados do projeto integrado/temático de pesquisa do Quadro do Paisagismo no Brasil – QUAPÁ, desenvolvido a partir de 1994 pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo dentro do Laboratório da Paisagem do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente, no Departamento de Projeto.

Esses trabalhos surgiram do trabalho dos alunos, todos os pesquisadores do projeto, que formularam projetos de pesquisa para a pós-graduação a partir de interesses fundamentados no projeto cotidiano da pesquisa do QUAPÁ. Fabio Robba e Denise Franquini Morales são orientados pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo, coordenador do projeto e do laboratório e Mauro Font, orientado pela Profª Dra. Maria Angela Faggin P. Leite.

No ano de 1999, o Prof. Dr. Paulo Renato M. Pellegrino, participante de um projeto de pesquisa integrado sobre a questão ambiental e as bacias hidrográficas denominado *Rios e cidades – Identidades em conflito*, conduz sua orientanda Pacíta Lopes Franco, recém-ingressa no mestrado a utilizá-lo como base dos seus estudos. Configura-se essa forma prática de inserção do aluno, na pós-graduação, a partir de um projeto-mãe.

Este fato é altamente positivo, pois permite ao aluno uma discussão de nível e cotidiano sobre seu objeto de estudo e ainda lhe possibilita o acesso a temáticas e a dados impossíveis de acesso em um projeto individual convencional.

A existência de grupos de pesquisa só se viabiliza tecnicamente à medida que existam professores doutores, interessados e responsáveis, que se dediquem preferencialmente em tempo integral às atividades de ensino e pesquisa, fato este só possível de fato, e ainda de um modo embrionário, na FAUUSP nesta década.

A estes grupos torna-se fácil a agregação de novos pesquisadores, que como colaboradores ingressam no projeto, e mesmo não participando do seu cotidiano, prestam um auxílio ao seu desenvolvimento e dele retiram insumos.

Esse foi o caso dos pesquisadores Vicente Barcellos (1995-1999) e Vera Tângari (1995-2000) e é o caso de Gutemberg Weingartner (1995 em diante) e Wolfgang Steschenko (1996 em diante) que incorporam seus trabalhos como associados ao projeto QUAPÁ.



Figura 1
O estudo dos parques urbanos, sua gestão, projeto e distribuição foi objeto de pesquisas diversas, entre elas as de Vladimir Bartalini e Vicente Barcelos e é objeto de outras muitas, como o projeto Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil



Figura 2
O litoral brasileiro foi e é objeto de inúmeras pesquisas do planejamento paisagístico como as de Cintia Afonso, Dinah Hauzmann e Maria Betânia de Mattos

Esse projeto constitui-se no primeiro procedimento de pesquisa de paisagismo, de dimensão nacional, desenvolvido no país, e só foi possível pela preexistência, na FAUUSP, de condições de conhecimento sólidas, baseadas nos trabalhos desenvolvidos na pós-graduação, tanto pelo seu coordenador como pelos seus integrantes e colaboradores mestrandos/doutorandos e pela sua assessora arquiteta Fanny Gallender.

O projeto estabelece uma discussão sobre a criação e locação do projeto paisagístico de espaço público (em especial) na cidade brasileira, e a partir deste objetivo abrangeu seus estudos no período em questão por 35 (trinta e cinco) cidades significativas do país, como São Paulo, Salvador, Manaus, Rio de Janeiro e Curitiba. Pretende-se, no novo século que se inicia, fazer uma revisão geral dos procedimentos e uma abertura do campo de estudo.

Como principal resultado foi lançado em 1999 o livro *Quadro do paisagismo no Brasil*, o primeiro texto crítico produzido no país, destinado a apresentar e discutir o paisagismo brasileiro, no seu escopo nacional.

Perspectivas

O ano 2000 marca um momento de inflexão nos estudos de pós-graduação de paisagismo na FAUUSP

Os orientadores são 7 professores: dra. Miranda Martinelli Magnoli, dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite, dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino, dra. Maria Assunção Ribeiro Franco, dra. Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima e dr. Silvio Soares Macedo e devem chegar a 9 em breve com o ingresso no programa do Prof. Dr. Vladimir Bartalini e dr. Fabio Mariz Gonçalves (recém-contratado da FAUUSP).

O número de orientandos de mestrado e doutorado é grande: 29 (vinte e nove) em abril de 2000, e a tendência a aumentar é clara, na medida em que existem inúmeras vagas para orientação e outras serão abertas em breve. Estas deverão ser rapidamente preenchidas nos próximos anos, já que a demanda real é muito grande, em função do fato da obrigatoriedade da existência na matéria paisagismo nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo do país (que já chegam a mais de uma centena) e que necessitam de quadros docentes estruturados a partir de programas de pós-graduação.

Por outro lado, observa-se uma demanda crescente para a formação de quadros para cursos de especialização e extensão e de pesquisadores universitários de elite, que possam participar de núcleos e projetos de pesquisa.

A área paisagismo cresceu e se consolidou nos últimos 30 (trinta) anos e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com seu corpo de pesquisadores e professores e especialmente com a sua pós-graduação, foi a base nacional para este desenvolvimento, que nos permite hoje afirmar a existência de um corpo teórico metodológico consistente e sistematizado, que fundamenta o paisagismo brasileiro.

Essa existência está comprovada nas teses e dissertações que já alcançam quase 5 (cinco) dezenas à disposição nas bibliotecas da FAUUSP, aos textos publicados e divulgados em revistas e congressos, alguns inclusive de cunho internacional, ao aumento do número de pesquisadores em atividade, tanto vinculados ao curso como em ação pelo país.

Hoje, estruturam-se núcleos e centros de pesquisa de paisagismo no Rio de Janeiro, Viçosa (MG), Recife e Florianópolis, nos quais a participação indireta ou direta de pesquisadores associados ou egressos da FAUUSP é um fato real, indicando-nos a abertura de novas áreas e campos de atuação.

Não estamos mais em uma fase preliminar pequena e a última década foi essencial para a superação dessa fase. O paisagismo deixou de ser um assunto exclusivamente considerado como referente à vegetação, no contexto urbano ou não, para se transformar em uma área de conhecimento científico que se dedica a estudar a paisagem brasileira nas suas diversas acepções, configurações e escalas, colaborando no entendimento da realidade espacial nacional, especialmente no tocante às questões referentes à urbanização.

Conseguiu-se uma libertação dos cânones, metodológicos e conceituais do passado bastante conectados a padrões americanos e europeus, que foram revistos e redimensionados em relação à formação da realidade nacional e para tanto foram e são importantes os procedimentos teóricos e metodológicos dos professores dra. Miranda M. Magnoli e dr. Milton Santos, que se tornaram base e referência para todo o processo. O consenso ainda está longe de existir para a construção do nosso corpo teórico e os textos da professora dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite, Euler Sandeville Júnior e muitos outros são referências de conteúdo nos quais o jovem estudioso poderá se debruçar iniciando suas atividades sobre pelo menos duas gerações de pensamento paisagístico.

Essa base pode ser conferida nos sucessivos Encontros Nacionais de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (Enepeas), que realizados a partir do colóquio sobre ensino de arquitetura paisagística no Brasil, realizado na FAUUSP em dezembro de 1993, tornaram-se habituais e centralizam as certezas e dúvidas dos trabalhos e discussões dos professores e pesquisadores nacionais sobre o assunto. Esse evento chega ao ano 2000 em sua quinta edição, sobre o patrocínio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenação da Profª Dra. Vera Tângari (formada doutora na FAUUSP-2000) e reúne mais de 80 (oitenta) trabalhos individuais, exposições, palestras nacionais e internacionais e a participação de cerca de 200 (duzentos) interessados no assunto (anteriormente foi montado nas cidades do Rio de Janeiro – UFRJ, São Paulo – FAUUSP, São Carlos – Arquitetura e Urbanismo/USP e Florianópolis – UFSC).

Tabela 1 – Áreas de Concentração: Estruturas Ambientais Urbanas
Subárea Paisagem e Ambiente – Mestrados e Doutorados Concluídos

Orientador(a): Profª Dra. Miranda Martinelli Magnoli

Alunos (as):	Título do Trabalho	Categoria	Ano/Início
1. Silvio Soares Macedo	"Mutação de Paisagem Urbana – Higienópolis e Arredores"	MS	1982
2. Ayako Nishikawa	"Espaços Livres Junto às Habitações: As Ruas de Lazer em São Paulo"	MS	1984
3. Sun Alex	"Água e Paisagem: Questões de Paisagismo em Torno de um Reservatório de Abastecimento na Grande São Paulo"	MS	1985
4. Benedito Abbud	"Vegetação e Projeto"	MS	1987
5. Vladimir Bartalini	"Praça do Metrô em São Paulo"	MS	1987
6. Paulo Renato Mesquita Pellegrino	"Paisagem e Ambiente: Um Processo de Aproximação no Setor Oeste da Macrometrópole de São Paulo"	MS	1988
7 Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima	"Paisagem em Metamorfose: A Cidade de Natal"	MS	1988
8. Maria Assunção Ribeiro Franco	"Projeto Paisagístico: Edifícios Bancários"	MS	1989
9. Cássia Regina Mariano	"Parques Metropolitanos de São Paulo"	MS	1992
10. Euler Sandeville Junior	"A Herança da Paisagem"	MS	1993
11. Emmanuel dos Santos	"A Evolução Urbano – Industrial e a Transformação da Paisagem – O Caso de São José dos Campos"	MS	1993
12. Eugênio Fernandes Queiroga	"A Produção da Paisagem Habitacional Metropolitana – Três Estudos de Caso no Município de Osasco"	MS	1994
13. Catharina Pinheiro C. dos Santos Lima	"A Natureza na Cidade, a Natureza da Cidade"	DR	1996
14. Daví Chermann	Jogos de Linguagem – Recortes Analógicos e Digitais"	MS	1998
15. Euler Sandeville Junior	"As Sombras da Floresta – Vegetação, Paisagem e Cultura no Brasil"	DR	1999

Orientador: Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Alunos (as):	Título do Trabalho	Categoria	Ano/Início
16. Helena Napoleon Degreas	"Paisagem e Produção Ambiental Conceitual"	MS	1991
17. Saide Proust	"O Médio e Baixo Tietê – Questões Paisagísticas"	MS	1993
18. Wantuelfer Gonçalves	"Padrões de Assentamento de Áreas Municipais"	DR	1994
19. Dinah Hauzmann	"Guarujá – Questões Paisagísticas"	MS	1995
20. Márcia Meneh	"Padrões Paisagísticos em Bairros Residenciais"	MS	1997
21. Ézia S. Neves	"Praças em Belém"	MS	1997
22. Maria Betânia Mattos	"Litoral Paraibano e Urbanização"	MS	1997
23. Décio Rigatti	Mutação Urbana e Conjunto Residencial"	DR	1997
24. Maria da Glória Lanci da Silva	"Paisagem e o Alto Tietê"	MS	1997
25. Rogério Akamine	"Paisagem Urbana – Três Grandes Avenidas"	MS	1998
26. Sonia Afonso	"Paisagem de Encostas"	DR	1999
27. Vicente Barcellos	"Sistema de Parques em Brasília"	DR	1999
28. Jonathas Magalhães P. da Silva	"Paisagismo: Ensino/Informática"	MS	1999
29. Fábio Mariz Gonçalves	"Paisagem Urbana – Morumbi"	DR	1999
30. Helena Napoleon Degreas	"Paisagem Neoliberal"	DR	1999
31. Omar Cardoso de Almeida	"Padrões Paisagísticos – Ubatuba"	MS	2000
32. Vera R. Tângari	"O Outro Lado do Rio de Janeiro"	DR	2000

Orientador: Prof. Dr. Milton Santos

33. Maria Angela Faggin P. Leite	"Destruição ou Desconstrução?	DR	1992

Orientador: Prof. Dr. Felisberto Cavalheiro

34. Jonas Cano	Sistema de Espaços Livres em São Roque"	MS	1998

Tabela 2 – Áreas de Concentração: Estruturas Ambientais Urbanas
Subárea Paisagem e Ambiente – Trabalhos em Andamento em Abril de 2000
Mestrados/Doutorados

Orientador(a): Profª Dra. Miranda Martinelli Magnoli

Alunos (as):	Título do Trabalho	Categoria	Ano/Início
1. Zeuler Rocha Mello A. Lima	"A Paisagem Urbana na Modernidade Pós-Moderna: Estetização e Espetáculo"	DR	1994
2. Alexandre Santos Loureiro	"Território Urbano e Reserva Natural"	MS	1995
3. Arnaldo Rentes	"O Desenho da Paisagem das Reservas Estaduais	MS	1996
4. Emmanuel dos Santos	"Metamorfose da Paisagem na Megalópole Brasileira"	DR	1997
5. Ana Maria Coelho	"A Vegetação e a Atuação Pública e Privada"	MS	1997
6. Carlos Alberto da S. Fernandes	"A Vegetação Urbana e o Papel da Legislação"	DR	1997
7 Sun Alex	"O Projeto do Espaço Livre na Área Central de São Paulo"	DR	1999
8. Paulo Chiesa	"O Desenho, o Arquiteto, a Paisagem e o Ensino"	DR	1999

Orientador: Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

9. Paula da Cruz Landin y Goya	"Desenho de Paisagem Urbana: Os Modelos e Cidades do Interior Paulista"	DR	1995
10. Gutemberg S. Weingartner	"Praças em Campo Grande"	DR	1995
11. Manuel Navarro Moreno	"Qualidade Ambiental x Pátios de Prédios"	DR	1995
12. Denise Franquini Morales	"Parques na Grande Cidade Brasileira"	MS	1996
13. Denise Barbosa	"Cidades Novas e Paisagem"	MS	1996
14. Fábio Robba	"Praça Contemporânea Brasileira"	DR	1996
15. Naide Patapas Correa	"Mutação de Paisagem – Pirituba"	MS	1996
16. Wolfang Steschenko	"Praça Pública em São Paulo"	MS	1996
17. Dinah Hauzmann	"Paisagem e Litoral – Modelos e Predição"	DR	1996
18. Iraúna Bonilha	"Mutação Urbana – Várzeas do Tietê em São Paulo"	MS	1997
19. André Bernardes	"Critérios Paisagísticos para Assentamentos Turísticos	MS	1997
20. Cintia Maria Afonso	"Mutação de Paisagem – Baixada Paulista"	DR	1997
21. Márcia Meneh	"Modelos e Espaços Urbanos"	DR	1997
22. Maria da Gloria Lanci da Silva	"Paisagens Cenográficas"	DR	1998
23. Stael de Almeida Costa	"Mutação – Paisagem das Serras"	DR	1999

Orientador(a): Profª Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Alunos (as):	Título do Trabalho	Categoria	Ano/Início
24. Marília B. de Moraes	"Ecossistema Urbano de Ilha Comprida"	MS	1995
25. Ricardo Oliveira	"As Cidades do Médio Norte Mato-Grossense"	MS	1996
26. Sandra A. L. Barros	"Participações e Limites dos Bairros de Apicucos e Panela – Recife"	MS	1997
27. Sílvia Dobry	"Processo Participativo e Ensino de Paisagismo"	MS	1998
28. Caio Boucinhas	"Recursos Hídricos e Manutenção das Cidades"	MS	1998
29. Mauro Font	"Praças Brasileiras"	MS	1999

Orientador(a): Profª Dra. Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

30. Maria Lúcia Leme Franco	"Processo Participativo da Criação do Projeto Paisagístico"	MS	1999
31. Marta Enokibara	"Parque Dom Pedro em São Paulo"	DR (*)	1999

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino

32. Pacíta Lopes Franco	"Geoprocessamento no Planejamento da Paisagem"	MS	1999
33. Maria E. A. Pimentel	"Os Rios no Desenho da Cidade"	MS	1999

Orientador(a): Profª Dra. Maria Assunção Ribeiro Franco

34. Sonia D'Agosto Gorga	"Compreensão do Ciclo das Águas nos Ecossistemas Urbanos"	MS	1997
35. Henny Taylor Flores	"Desenho Ambiental para a Ilha de San Andrez – Colombia"	MS	1998
36. Giovanna Teixeira Damis	"Desenho Ambiental para Uberlândia – MG"	MS	1999
37. José Bento Ferreira	"Sistemas Viários em Áreas de Preservação"	DR	1999

( ) Co-orientação

Silvio Soares Macedo
Miranda Martinelli
Professores Doutores do Departamento de Projeto.
Orientadores credenciados para o curso de pós-graduação.

Bibliografia

BENEVOLO, L. Architettura. (verb.) *Enciclopedia del novecento.* Instituto dell Enciclopedia Italiana. São Paulo: FAUUSP, 1976. (Reprodução autorizada pelo autor).

FEIN, A. *The american city: The ideal and the real in the rise of an american architecture.* Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1970.

MAGNOLI, D. Soberania e diplomacia: A questão ambiental. In: *Manual do candidato – Questões internacionais contemporâneas.* 2. ed. atual e rev. Brasília: FUNAG, 2000.

MAGNOLI, M. M. *A universidade, a pesquisa em paisagem e ambiente e o ensino nas escolas de arquitetura.* São Paulo: FAUUSP, 1987, mimeo.

_____. Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP. In: *Ensino e Pesquisa.* São Paulo: FAUUSP, 1981.

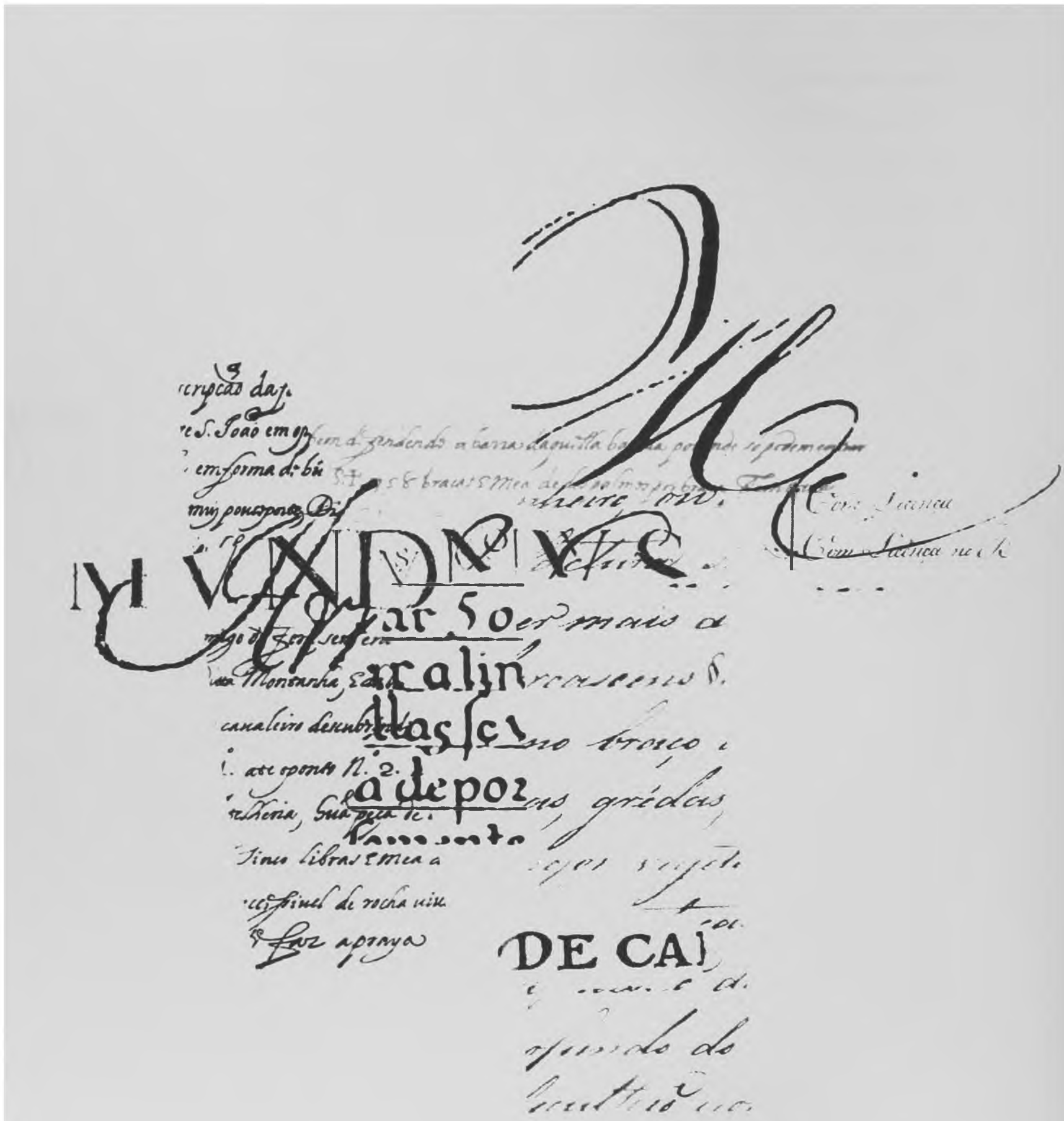
PESCI, R. *La ciudad de la urbanidad.* Argentina: Fundación CEPA, 1999.

REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720.* São Paulo: Pioneira/Edusp, 1968.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.

STEINER, F. *Costruire il paesaggio. Un approccio ecologico alla pianificazione del territorio.* Milano, Italia: McGraw-Hill Italia, 1994.

SZMRECSANYI, M. I. (ed. e org.) O estudo da história na formação do arquiteto. *Revista Pós.* São Paulo: FAUUSP, vol. I (1994), vol. II (1995). Edição Especial.



4 RECONHECENDO O DESENHO DO BRASIL

Benedito Lima de Toledo

O LITORAL AO PLANALTO
A CONQUISTA DA SERRA DO MAR

Resumo

O presente trabalho representa resumo de uma pesquisa que se propôs a estudar a história das ligações do litoral com a cidade de São Paulo.
Foi registrado a redescoberta, o balizamento e a reconstituição do traçado da calçada do Lorena, obra de engenheiros militares, executada em 1792, destinada ao tráfego de mulas. Segue-se o estudo da primeira estrada que permitia o tráfego de veículos, a Estrada da Maioridade a qual, adaptada à época rodoviária, deu origem ao atual Caminho do Mar.

Abstract

This paper summarizes the results of research on the history of overland routes between the sea coast and the city of São Paulo locus. It emphasizes the discovery, plotting and reconstruction of the original lost site of the Calçada do Lorena (Governor Lorena's Paved Way), designed by military engineers and built in 1792 for the passage of mules. It also presents historical facts on the first road designed for the traffic of vehicles, the Estrada da Maioridade (His Majesty Coming of Age Road), a route which gave origin to the road known as Caminho do Mar (Way to the Sea) of the motor car era.

Introdução

Quando se decidiu constituir um curso de pós-graduação na FAUUSP, o Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto organizou uma disciplina intitulada Restauro e Conservação de Obras de Arte. A coordenação esteve a cargo do professor Eduardo Kneese de Mello e contou desde o início com o apoio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que mobilizou seus técnicos para trazer sua experiência ao novo curso. Foram ainda convocados intelectuais de diversas áreas e de diversos estados.

Apenas para exemplo, e fazendo injustiça aos demais, podemos lembrar a participação do dr. Rodrigo de Mello Franco de Andrade, diretor do SPHAN, Augusto da Silva Telles, Renato Soeiro, Edson Motta, Jair Inácio, Sérgio Buarque de Hollanda, e outros, além dos professores da casa.

Na conclusão do curso, cada aluno deveria apresentar uma dissertação, a ser apreciada por uma comissão de professores do próprio curso. A dissertação que apresentei teve por título "O Caminho do Mar" e a comissão julgadora foi presidida pelo dr. Rodrigo de Mello Franco de Andrade.

A essa época estava sendo constituído o Instituto de Estudos Brasileiros, destinado a congregar os professores das diversas áreas que tratassem especificamente de assuntos brasileiros. O professor Eduardo Kneese de Mello representou a arquitetura no Brasil no nascente conselho e, como seu assistente, fui seu suplente. Para dirigir o IEB o conselho elegeu o professor José Aderaldo Castelo. Uma das primeiras iniciativas do instituto foi a criação da *Revista do IEB*. O professor Kneese de Mello idealizou o logotipo do instituto e juntamente com o professor Castelo fez o *layout* da nova revista. Participei com uma fotografia da bancada de comunhão da Igreja de São Miguel Paulista, destinada a figurar na capa.

O professor Kneese de Mello sugeriu ao conselho editorial a publicação de minha dissertação de pós-graduação. Dessa forma, esse trabalho talvez tenha sido o primeiro do curso de pós-graduação da FAUUSP a ser publicado (*Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.1, 1966).

A dissertação, depois de abordar o problema dos caminhos que venciam a Serra do Mar, analisa a obra do arquiteto Victor Dubugras, autor do projeto dos pousos do Caminho do Mar, concluindo com uma proposta de restauração e revitalização do conjunto.

Posteriormente, o Condephaat solicitou-me um parecer sobre os bens culturais relacionados ao Caminho do Mar, que serviu de fundamento para o tombamento daquele conjunto. O mesmo conselho contratou-me para realizar um levantamento métrico-arquitetônico-fotográfico desses bens culturais, que realizei com o concurso de alunos do curso de graduação.

O redescobrimento da Calçada do Lorena

O levantamento dos pousos do Caminho do Mar tomou muito tempo, dadas as condições climatéricas da região. A forte neblina e a chuva, que de um momento a outro se faziam presentes, freqüentemente causavam a interrupção dos trabalhos. Mas uma questão esteve sempre presente: onde se situaria a Calçada do Lorena? Alguns textos induziam a pensar que o Caminho do Mar (inicialmente conhecido como Estrada da Maioridade) teria sido aberto sobre a antiga Calçada, em outras palavras, seria apenas um melhoramento destinado a permitir a circulação de veículos sobre rodas (a Calçada do Lorena só permitia o trânsito de mulas). Partindo de algumas premissas, que me abstenho de relatar, resolvi procurar a antiga calçada.

Os primeiros achados ocorreram no trecho inferior, abaixo do monumento conhecido como Padrão do Lorena. Foram encontradas pedras no piso e muros de arrimo. Não havia mais dúvida. A Calçada do Lorena tinha traçado próprio. A partir de então foi empreendida uma busca sistemática. No trecho de planalto, depois de identificado o "Monumento do Pico" foram detectados outros indícios. O problema é que a Calçada estava tomada pelo mato. Na base da serra havia a informação de que todos os caminhos convergiam para o "Cruzeiro Quinhentista" Foram meses e meses de pesquisa que me custaram diversas detenções. No planalto eram as equipes de segurança da Eletropaulo. Na raiz da serra, era a segurança da refinaria. Esta última era implacável: qualquer pessoa que passasse por perto da refinaria era um terrorista em potencial. Com um amigo que tinha um avião, sobrevoava a serra tentando estabelecer o traçado total. Com tempo claro as coisas iam bem até o momento que pelo rádio vinha a interpelação: "O que o avião de prefixo tal está fazendo sobre área prioritária de segurança nacional?" A única coisa a fazer era sumir rapidamente da região.

Outra questão intrigante era saber quem havia feito o traçado e executado a obra. Foi então que descobri que a Calçada fora obra dos oficiais do Real Corpo de Engenheiros, vindos originalmente para dar cumprimento às diretrizes do Tratados dos Limites. Esse fato abriu novos e largos horizontes, que desde então tem sido objeto de pesquisas, que se tem revelado um campo muito profícuo.

Um primeiro produto dessa pesquisa foi minha tese de doutoramento intitulada: O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira. A tese foi defendida em 1974 e posteriormente publicada com patrocínio da João Fortes Engenharia, em 1981.

Patrimônio cultural. algumas considerações Sobre os caminhos antigos na serra do mar

O trecho da Serra de Paranapiacaba, compreendido entre o rio das Pedras e o rio Perequê, que descem a serra buscando o rio Cubatão, abriga diversas vias e restos

de caminhos, de maior importância na história de São Paulo e do Brasil. Nesse setor da encosta foram abertos sucessivamente o Caminho do Padre José (trilha utilizada por Anchieta), a Calçada do Lorena (utilizada por D. Pedro I, na viagem de 7 de setembro de 1822), a Estrada da Maioridade e o Caminho do Mar.

O CAMINHO DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA

Há poucas indicações do traçado exato da trilha utilizada pelo padre José de Anchieta, praticamente ligação única, por séculos, com o planalto. Sabe-se que se desenvolvia pelo Vale do Perequê. Todavia, um documento de 1775 menciona uma segunda trilha pelo Vale do Rio das Pedras. Parece que em fins do século 18, essas duas trilhas foram usadas simultaneamente até a construção da Calçada do Lorena, que se desenvolve precisamente no divisor de águas dos rios das Pedras e Perequê.

Partindo de algumas referências, depois de balizada a Calçada do Lorena, foi possível reconstituir o traçado aproximado desse caminho, que será objeto de outro texto.

A CALÇADA DO LORENA

Era a melhor estrada do Brasil àquela época e como ela poucas eram vistas na Europa, segundo depoimento de viajantes do tempo. Pela Calçada do Lorena subiu o príncipe na memorável viagem de 7 de setembro. A Calçada do Lorena é a Estrada da Independência. Já o imperador D. Pedro II subiu em 1842, por outra estrada, a qual por ter sido aberta na época de sua elevação ao trono, recebeu o nome de Estrada da Maioridade, cujo traçado foi adaptado, no governo de Washington Luís, ao tráfego de automóveis, recebendo o nome atual de Caminho do Mar.

Subsistem, ainda, em meio à densa vegetação da Serra do Mar, a Calçada construída em 1792, com curioso traçado em ziguezague e pavimentação de pedra. Situada entre o rio das Pedras e o rio Cubatão, trecho mais árduo da ligação de São Paulo com o Porto do Cubatão, essa estrada destinava-se a dar escoamento aos produtos das terras de "serra-acima" principalmente o açúcar.

A iniciativa da sua construção coube a Bernardo José Maria de Lorena, governador da capitania de São Paulo, de 1788 a 1798, tendo sua execução ficado a cargo dos oficiais do Real Corpo de Engenheiros. A obra ficou conhecida por Calçada do Lorena, empreendimento que assinalou o início da constituição de uma infra-estrutura destinada a colocar São Paulo no comércio internacional.

Essa Calçada veio romper o isolamento em que se encontravam os paulistas devido às péssimas ligações com o litoral. E o que mais surpreendeu a população foi a técnica empregada na pavimentação: o calçamento com lajes de pedra. A nova técnica, desconhecida nas estradas da capitania, veio assegurar o trânsito permanente

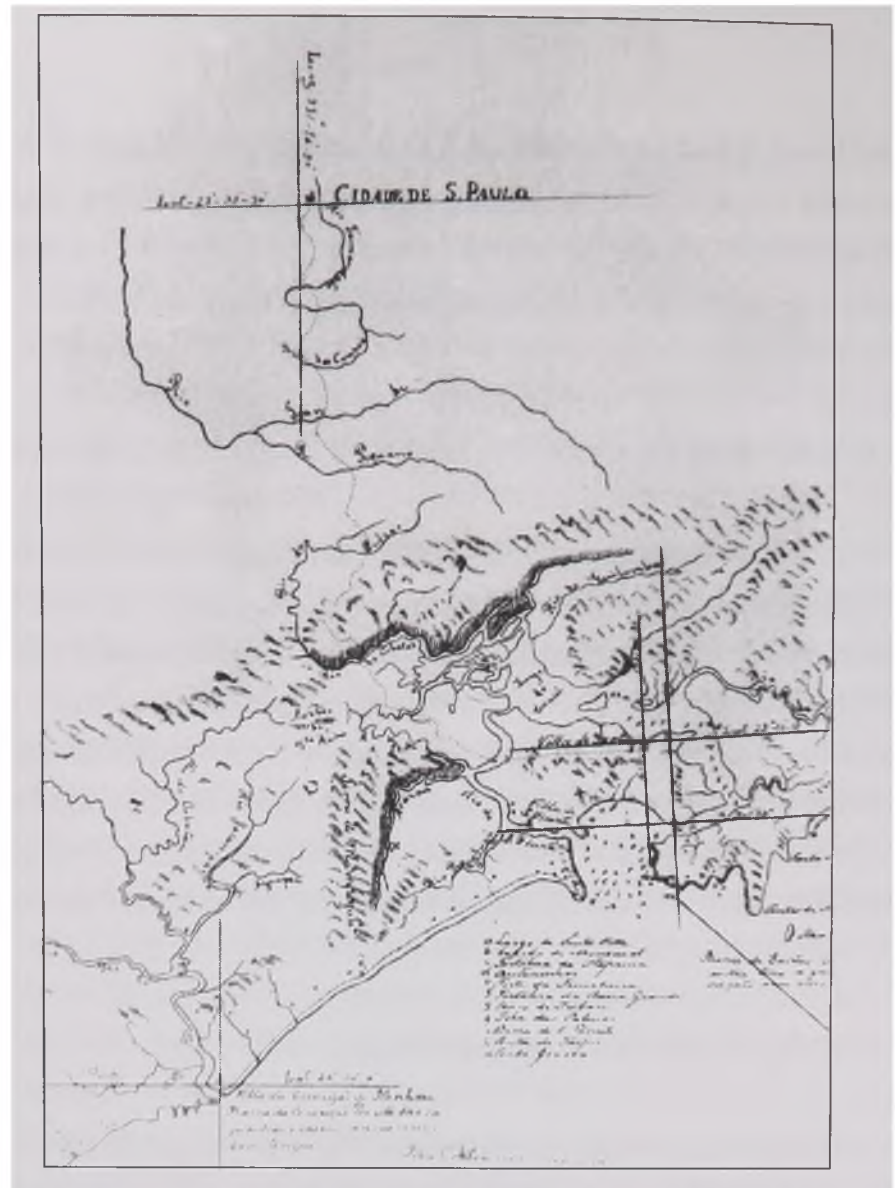


Figura 1
Pormenor da Carta Corográfica da Costa da Capitania de S. Paulo (1789). Autores: João da Costa Ferreira e Antônio Rodrigues Montesinhos. Aparece pontilhada a ligação São Paulo-Cubatão



Figura 2
Remanescente de muro de arrimo da Calçada do Lorena.



Figura 3
Aspecto de um trecho da Calçada do Lorena tomado pela vegetação

de tropas de muares que, por essa época, principiavam a ser largamente empregadas no transporte de carga. Anteriormente, a precariedade das trilhas era o pesadelo dos viajantes e a rede carregada por índios, única alternativa para quem não se dispusesse a subir a serra a pé. Toda a carga era, igualmente, transportada no ombro de índio.

Ao assumir o governo, em 1788, Lorena compreendeu que, dadas as condições climáticas reinantes na região, o problema maior seriam as enxurradas, a lama e os atoleiros, tendo qualquer técnica que pressupor a solução desse problema. Daí o emprego da pedra, técnica capaz de enfrentar o elevado índice pluviométrico da Serra de Paranapiacaba, e com a qual estavam familiarizados os engenheiros militares, alguns deles vindos das obras de reconstrução de Lisboa e cercanias.

Esses engenheiros militares, enviados originariamente para trabalhar na demarcação de fronteiras, dando cumprimento ao Tratado de Santo Ildefonso, acabaram por ser responsáveis por notáveis trabalhos empreendidos na capitania, como a elaboração do primeiro plano urbanístico da cidade de São Paulo, e de seu primeiro chafariz em pedra, erigido pelo Tebas no largo da Misericórdia.

Até a construção da Estrada da Maioridade em 1840, que já permitiria o trânsito de carros, a Calçada do Lorena assegurou a ligação de São Paulo com Cubatão. A partir de então, e mesmo continuando a ser utilizada pelas tropas de mulas, foi conhecendo um progressivo abandono, até o golpe final, representado pela construção da estrada de ferro.

No governo do Morgado de Mateus (1765-1775), dentro de sua política de estimular o povoamento da capitania, com a criação de novos núcleos urbanos, a agricultura recebera grande estímulo, como meio de fixação dos colonos à terra. Sob este prisma, o açúcar teve notável papel. Pode-se afirmar que, por essa época, todos os bairros ou povoados do "quadrilátero açucareiro" tiveram, praticamente, sua origem ou desenvolvimento ligado à cana. Esse quadrilátero, formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, abrange a área entre os rios Mogi, Piracicaba e Tietê. Na carta que endereçou ao vice-rei em 1791, dando conta dos melhoramentos que introduzira no caminho de São Paulo e Santos, Lobo Saldanha, que governou a capitania de 1775 a 1782, conta que recebera "donativos gratuitos" das câmaras de São Paulo, Santos, Itu, Sorocaba, Parnaíba, Jundiaí, Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu. Documento que define, claramente, a região produtora.

Entre a base da serra e o Porto de Cubatão foi construído um aterro, obra de Gama Lobo que governou a capitania sucedendo Cunha Menezes. O atual Caminho do Mar aproveitou esse aterro entre o pontilhão sobre o córrego do Cafezal na raiz da serra e o rio Cubatão, passando pelo monumento conhecido por "Cruzeiro Quinhentista"

Uma nova fase

A Calçada do Lorena abre uma nova fase na história dos caminhos da capitania de São Paulo. Na verdade, sucede a caminhos que pouco mais eram do que as primitivas trilhas indígenas. Já essa ligação, vital para a economia da capitania, foi uma estrada cuja execução foi precedida por levantamentos topográficos, hidrográficos e observações registradas pelos oficiais do Real Corpo de Engenheiros. Representa, por tudo isso, um verdadeiro marco, dos mais significativos, na história da evolução da tecnologia no Brasil.

A 15 de fevereiro de 1792, Lorena escrevia a Martinho de Mello Castro, dando conta da conclusão da obra, em que transparece seu justificado orgulho: "*Está finalmente concluído o Caminho desta cidade até Cubatão da Vila de Santos, de sorte que até de noite se segue viagem por ele, a serra é toda calçada, e com largura para poderem passar tropas de Bestas encontradas sem pararem; o Péssimo Caminho antigo, e os precipícios da Serra bem conhecidos eram o mais forte obstáculo contra o comércio, como agora se venceu, tudo fica mais fácil.*" Neste ofício, Lorena fala de um obelisco colocado no Pico da Serra e diz que "*acompanha este ofício o mapa topográfico de todo o caminho*" o que constitui uma informação de maior importância: revela que havia um plano para execução da estrada, o que não era usual.

A administração de Lorena, portanto, inaugurou uma nova fase na história dos caminhos. A partir dela, a comunicação entre os núcleos urbanos principiou a ser feita não simplesmente por antigas trilhas dos naturais, como até então se fizera, mas por estradas abertas com base em levantamentos levados a efeito por profissionais habilitados e com traçado estabelecido, considerando-se além da topografia, a natureza do solo da região e outras peculiaridades locais, como o caso da Ponte do Cubatão, cujas bases foram executadas em pedra, devido à presença de guzano na água.

Esses levantamentos eram tão cuidadosos que uma carta topográfica chega a incluir um "*Mapa das madeiras de lei que com maior abundância se acham nos rios reservados para os cortes reais*" no qual são anotados os nomes, quantidade (freqüência de ocorrência), grossura, comprimento e descrição de qualidades e préstimos, o que constituía guia seguro para os construtores e é um documento de grande interesse para estudo de nossa flora.

Uma façanha de engenharia

Na Serra do Mar o índice pluviométrico é dos mais elevados do país. Em conseqüência, a serra é cortada por inúmeros riachos, alguns dos quais dão origem a belíssimas cascatas de pequeno volume. Nesse quadro natural a manutenção de uma trilha sempre foi empresa ingrata.

Com o traçado da Calçada do Lorena, os oficiais do Real Corpo de Engenheiros realizaram uma façanha surpreendente: construíram uma estrada que vence a serra de Paranapiacaba sem cruzar, uma vez sequer, um curso d'água.

O levantamento topográfico da costa da capitania permitiu a elaboração de um mapa com tal rigor que os ingleses, no início do século 19, surpresos com sua exatidão, mandaram-no estampar. Com esse levantamento puderam os engenheiros militares escolher com segurança a região por onde conduzir a estrada, dispensando inteiramente o uso de pontes, em meio à complexa rede de drenagem natural da serra. Para tanto, elegeram um contraforte, divisor natural de águas, cujo único inconveniente era sua forma abrupta, problema solucionado com o engenhoso recurso do desenvolvimento em ziguezague, com o que lograram atingir uma declividade aceitável para trânsito de mula.

Características técnicas

Resumidamente, podemos destacar alguns aspectos da execução da calçada.

Pavimentação: as pedras do piso são de formato irregular, as maiores medindo cerca de 40 centímetros de dimensão, entremeadas por outras menores que dão uniformidade ao conjunto. A face superior é a mais regular. As pedras têm em média 20 centímetros de altura, sendo os interstícios preenchidos por pedras menores e areia grossa. Esta camada se assenta sobre outra composta de saibro e pedregulho, cuja espessura varia em torno de 10 centímetros.

Antes do calçamento de pedra, o uso de saibro (obtido na Ladeira de Tabatinguera) era muito difundido na cidade de São Paulo, sendo o piso executado com pedregulho e saibro "pisado a masso" Alguns viajantes registraram o mesmo procedimento em ruas do Rio de Janeiro.

No trecho do planalto, entre o rio das Pedras e o pico, que foi o que se manteve em melhores condições, pode-se observar cinco faixas distintas no piso da calçada:

– Uma faixa central de largura, variando entre 60 e 80 centímetros, composta de pedras mais largas e regulares que lembram a capistrana mineira;

– duas faixas laterais de pedras menores regulares e menores que a faixa central;

– duas faixas de bordo, onde as pedras mais volumosas têm a face superior inclinada em direção ao centro. Dessa forma, o centro da Calçada apresenta um pequeno desnível em relação aos bordos.

A largura da calçada varia de 3.20 a 4.20 metros no planalto. No trecho de 3.20 metros o desnível em relação aos bordos é de cerca de 10 centímetros; nos trechos mais largos esse desnível chega a 15 centímetros.

Cortes e aterros: No planalto, a estrada se desenvolve parte sobre aterro e atravessa cortes em trincheira, no qual o talude lateral chega a 5 metros de altura. Logo a seguir, na serra, começam as bruscas mudanças de direção, os ziguezagues.



Figura 4
Aspecto de um trecho de planalto da Calçada do Lorena



Figura 5
Ruínas à margem da Calçada do Lorena

Logo abaixo do Padrão do Lorena, terceiro ponto de cruzamento, a Calçada passa por uma região onde o terreno sofreu alterações posteriores, mas reaparece logo abaixo com seu ziguezague, seus canais para escoamento de água, seus muros de arrimo, tais como aparecem em descrição feita por Frei Gaspar.

O traçado da estrada, enfim, revela cuidados técnicos surpreendentes. Percorrer a Calçada do Lorena atualmente é uma experiência, por muitos motivos, capaz de provocar tanta admiração como aos deslumbrados paulistas do século 18.

Iconografia

O mais importante documento relativo à Calçada do Lorena é, por certo, o "Mapa topográfico de todo o caminho" elaborado pelos próprios autores da estrada e do qual Lorena enviou cópia a Martinho de Mello Castro, acompanhando a carta que em 15 de fevereiro de 1792 enviara àquela autoridade dando conta da conclusão da obra. Não é impossível que esse mapa ainda venha a ser localizado em algum arquivo em Portugal. Esses oficiais nos legaram outras notáveis peças cartográficas em que, devido à escala, a Calçada aparece em tamanho reduzido.

Hércules Florence fixou um flagrante da Calçada num belo desenho, a partir do qual Oscar Pereira da Silva pintou um quadro a óleo. Fletcher, co-autor do famoso *Brazil and the Brazilians*, ilustrou essa obra com gravuras feitas na Filadélfia, por Van Ingen & Snyder, a partir de "*sketches and daguerreotype views taken on the spot*" das quais se destaca uma vista da serra e da Ponte de Cubatão.

Mas a obra de dois exímios desenhistas ingleses somente em época recente veio à tona. São os trabalhos de Burchell e Landseer, ambos integrantes da missão de sir Charles Stuart, o qual, como se recorda, veio ao Rio de Janeiro negociar o reconhecimento de nossa Independência. Landseer nos deixou uma obra "tão importante e tão fiel quanto às de Debret e Thomaz Ender" e deste desenhista, além de um artigo na *Revista do IPHAN*, em 1972, tivemos uma edição muito bem cuidada que nos revela suas superiores qualidades. Haja vista os tropeiros e tropas que desenhou em Cubatão. Burchell realizou desenho da Calçada de notável precisão. É incrível que obras dessa importância tenham permanecido inéditos por quase 150 anos.

A mais notável viagem

A situação de São Paulo foi notada por D'Alincourt, isto é, uma cidade protegida pelo baluarte da Serra do Mar não teria porventura entrado nas cogitações do príncipe regente ao proferir a longa e aventurosa cavalgada de agosto de 1822, quando tinha à sua disposição fragatas e tropas no Rio, como afirma na carta de 3 de abril que, de São João Del Rei, enviara a José Bonifácio?



Figura 6 (acima)
Viajantes na Calçada do Lorena
Desenho de Hércules Florence.
(c1825)



Figura 7 (abaixo)
Tropa de mulas no Cubatão
Desenho do botânico William
John Burchell. (1826)

A viagem por mar pouparia a longa viagem (de 14 a 25 de agosto) por terra. Ainda mais se considerarmos que uma das alegadas razões de sua posterior visita a Santos era inspecionar as fortalezas. Seu receio pela situação em São Paulo ficou patente pela sua prudência em acampar na Penha e mandar dois observadores informarem-se da situação antes de entrar na cidade. É verdade que todos seus biógrafos assinalam sua grande destreza de cavaleiro e sua permanente disposição para cavalgadas. Mas a sugestão fica apenas para estudo. A 5 de setembro tomou o príncipe o Caminho do Mar que se iniciava na sede do governo, no Pátio do Colégio, seguia pelas ruas do Carmo e Boa Morte, cruzava o córrego do Lavapés, passava pelo Ipiranga, seguia para o Zanzalá e, no "pico" tomava a Calçada do Lorena rumo ao Cubatão e Santos. A 7 de setembro voltava, cavalgando sua "baía gateada"

Como todos os viajantes que subiam pela Calçada do Lorena, cavalgava uma besta, esse dócil e robusto animal capaz de suportar a aspereza da caminhada. A do príncipe, segundo testemunhas oculares, era uma "bela besta baía" sonegada à história nas representações artísticas.

"*Na localidade de Moinhos foi alcançado pelos emissários vindos do Rio de Janeiro. Alvoroçado, o Príncipe galopou em direção a São Paulo indo encontra-los no alto da colina próxima ao Ipiranga.*" Assim, a Calçada do Lorena conheceu a sua mais notável viagem. Parece até que dentro da paisagem que todos os viajantes anotaram como das mais belas do mundo, a Calçada, certamente a melhor do Brasil (e como ela poucas eram vistas na Europa, segundo os mesmos viajantes), conhecera seu real destino: ser a Via da Independência, anseio de um povo, cujo intérprete foi nosso mais insigne cavaleiro.

Uso ao longo do tempo

Depois de ter sido a via por onde se iniciou a colocação dos produtos de São Paulo no comércio internacional – inicialmente o açúcar e depois o café –, após ter conhecido a memorável viagem de 7 de setembro, a Calçada foi relegada ao abandono, uma vez concluída a Estrada da Maioridade. Muito tempo depois conheceu uma nova utilização: ser estrada de serviço para as concessionárias de serviços públicos. Assim, às margens foram plantadas dezenas de postes de telefone, que durante muito tempo serviram de ligação São Paulo-Santos. Em certa época, foi a vez da Refinaria de Cubatão, que não contente com o arrasamento que promove, sistematicamente, da paisagem e do patrimônio cultural do Cubatão, instalou em plena Calçada um *flare*, um incinerador, com o qual marca melancolicamente sua presença na serra.

O MONUMENTO DO PICO DA SERRA

Monumento em pedra, a Calçada teve três; nenhum por iniciativa de Lorena. O primeiro mandado erigir pela Câmara de São Paulo, na conclusão da obra em 1798. O segundo, por Washington Luís, em 1922, no Caminho do Mar, abrigando duas lápides que pertenceram ao primeiro monumento e o terceiro construído pelo prefeito Firmiano Pinto, igualmente em 1922, a pedido de Washington Luís, no pico, isto é, no ponto mais alto da calçada, local onde fora construído o monumento de 1790. Os dois últimos subsistem e do primeiro restam as duas lápides mencionadas.

A HOMENAGEM DE 1790

O Senado da Câmara de São Paulo, em 1790, resolveu prestar uma homenagem a Lorena, fato comunicado àquele capitão general no rebuscado estilo da época: "*Acordamos de levantar um monumento de nativo mármore (sic) no Alto da dita Serra do Mar com a inscrição junta onde leia respeitoso caminhante o nome sempre ilustre e Amável de V. Excia.*" As razões, explicam, seriam as "magníficas obras de ornato" empreendidas por Lorena, as quais, "*sendo meditadas em quase a um tempo concluídas, principalmente aquela do primeiro Canal de seu Comércio, que V. Excia acaba de segurar-lhe terraplanando e calçando-lhe a Serra mais bravia e intransitável*"

Em sua resposta à câmara, vazada em termos elegantes, Lorena declina da homenagem, concluindo com a frase: "*Estas mesmas razões me privam de poder aceitar o obséquio da Câmara desta cidade que está atualmente empregando os seus poucos rendimentos nas obras públicas, do que eu mesmo sou testemunha, entretanto fico conservando um melhor monumento na carta de V. M.*" Mas o monumento foi erigido e dele Kidder nos dá notícia em seu livro *Brazil and the brazilians* (1857).

O próprio Lorena fez uma rápida descrição do monumento em carta que dirigiu a Martinho de Mello e Castro, em 1792, dando conta da conclusão da estrada: "*No Pico colocou-se uma Pedra na figura de um Paralelogramo Retângulo, em face da qual se lê o Reinado e Era em que se concluiu a obra, e por baixo – Omnia Vincit Amor Subditorum.*"

Duas dessas placas foram encontradas por Washington Luís, em 1922, e afixadas ao Padrão do Lorena – monumento existente no Caminho do Mar. Numa, colocada bem na frente dessa obra, pode-se ler *Omnia Vincit Amor Subditorum*, e é totalmente diferente da outra colocada no corpo central do monumento levando a inscrição "Fes se este Caminho no Felis Governo do IIIº e Exº Bernardo José de Lorena General desta Capitania" esta última placa de acabamento visivelmente mais cuidado.

Monumento na cidade de São Paulo àquela época era coisa de grande raridade. Talvez só o pelourinho o antecedesse. Depois dele, tivemos o chafariz da Misericórdia – obra dos mesmos engenheiros militares que construíram a Calçada – executado por um pedreiro cujo talento se tornou lendário: Tebas.

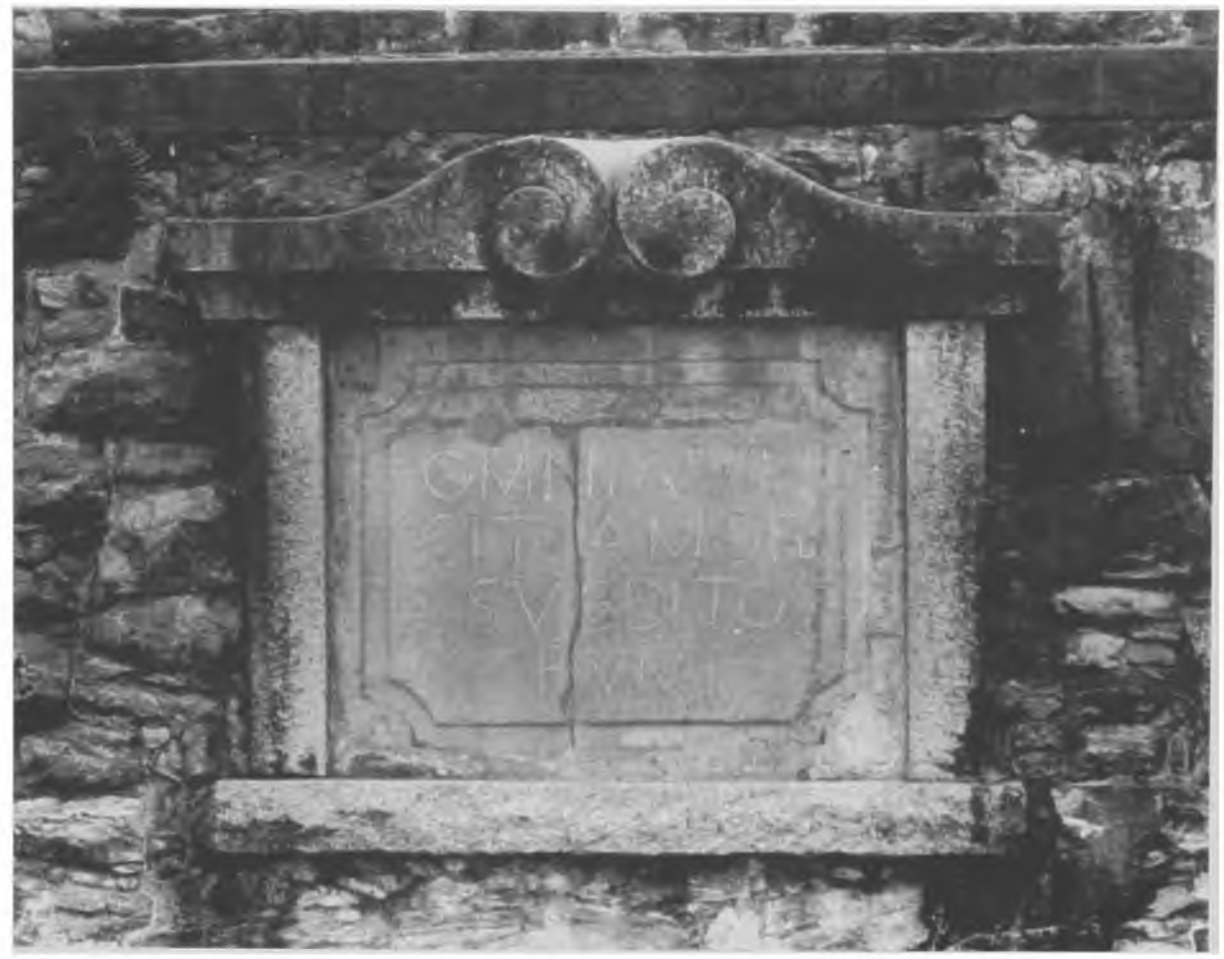


Figura 8
Lápide que pertenceu ao monumento mandado erigir pela Câmara em 1789, em que se lê: OMNIA VINCIT AMOR SUBDITORUM. Encontra-se atualmente no Padrão do Lorena, no Caminho do Mar



Figura 9
Monumento do Pico situado no ponto mais alto da Calçada do Lorena

O MONUMENTO DO PICO

Envolto pela bruma da serra e do tempo, solitário e abandonado, existe no pico, ponto mais alto da Calçada do Lorena, um obelisco de linhas elegantes e sóbrias. Erigido em 1922, nasceu para ser esquecido. Por essa época, a Calçada estava há muito abandonada e utilizada apenas como estrada de manutenção pelas turmas de reparo das concessionárias de serviços públicos. Afastado do Caminho do Mar, e com acesso interditado ao público, o obelisco acabou por cair no esquecimento total.

Sua história é simples. Washington Luís, na época em que empreendia a construção dos pousos do Caminho do Mar, solicitou ao prefeito de São Paulo, Firmiano de Moraes Pinto, que edificasse um monumento no local onde outrora existira o anterior, construído em 1790, pela Câmara de São Paulo, em homenagem a Lorena pela construção de sua famosa Calçada.

À semelhança do próprio monumento, o nome de seu autor ficou esquecido. A resposta talvez venha a ser encontrada em algum arquivo oficial. Enquanto não for, estamos diante de um antigo problema da história da arte: a atribuição de autoria. Por análise estilística não temos dúvida em atribuir essa obra ao autor dos pousos do Caminho do Mar: o arquiteto Victor Dubugras.

O monumento basicamente consta de um corpo central, em forma de peanha arrematada superiormente por uma esfera armilar, assentado em base prismática de seção quadrada, na qual havia três placas de bronze. Este conjunto assenta-se em um lajeado de pedra, elevado do chão, contando com três degraus. Ao fundo, na face voltada à serra, o conjunto é arrematado por um guarda-corpo, em cujas extremidades havia dois pináculos piramidais. Tudo em granito.

O obelisco pode ser visto do Caminho do Mar, à esquerda de quem desce, nas proximidades do marco do km 42 no planalto e, de um outro ponto, no meio da serra, em uma curva com um muro de proteção listrado, logo abaixo do cruzamento com os canos que conduzem água à hidroelétrica de Cubatão.

CAMINHO DO MAR

O traçado do Caminho do Mar é uma herança da época imperial, adaptado à era rodoviária.

Em 1836, o marechal do Corpo de Engenheiros, Daniel Pedro Muller, foi encarregado de "*formar o plano de uma estrada de carro desde o Cubatão de Santos até as povoações mais consideráveis, que ali exportam seus produtos*" Fez, igualmente, o projeto para uma ponte sobre o canal denominado Rio de Sant'Anna, na baixada.

Já em 1838, o presidente da província Gavião Peixoto informa que "*o trilho ultimamente aberto tem a capacidade necessária para uma boa estrada, pela qual se faça em carros o transporte de gêneros do comércio, ficando somente com 12 voltas,*

quando o atual, em que isso é inadmissível, tem 133" O atual a que se refere é a Calçada do Lorena.

Foi na administração do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, em 1841, que ficou em condições de tráfego sob orientação de João Bloem, tendo recebido, então, o nome de Estrada da Maioridade "*obra de vital interesse para a província pois que, sem essa estrada todos os melhoramentos que se fizerem em suas ramificações serão improfícuos*" A estrada tinha 20 palmos de largura. O trecho de serra era de 3.580 braças (cerca de 7.876 metros).

Na administração de Manoel Fonseca de Lima e Silva, a estrada parece ter recebido grandes melhoramentos. "*A Estrada da Maioridade era digna de maior atenção, por ser a mais importante da província.* Outra razão teria levado aquele presidente a dar especial atenção àquela estrada – a visita de D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Os imperadores chegaram a Santos em 18 de fevereiro de 1846 e subiram a São Paulo em 25, acompanhados da grande comitiva, o senador Vergueiro, Rafael Tobias de Aguiar estavam entre os paulistanos que foram aguardar os visitantes no Ponto Alto em que a comitiva imperial pernoitou, numa casa da qual restou uma fotografia. O ponto situa-se no planalto, nas proximidades do rio Grande, num terreno onde a costa atinge 900 metros, o que justifica o nome do local.

Esse fato fica para a história de São Bernardo do Campo: ter acolhido no planalto a Família Imperial em sua primeira viagem a São Paulo. Fica, também, uma pergunta: existirá ainda essa histórica casa em frente da qual Washington Luís foi fotografado?

O trânsito de carros na administração Pires da Motta já parecia regular: "*A Serra da Maioridade, no dizer da presidência, obra gigantesca, a maior da província, e de maiores vantagens para o comércio, oferecia trânsito fácil e cômodo; por ela subiam e desciam carros pesadamente carregados.*"

A ESTRADA VERGUEIRO

Assumindo a presidência da província de 16 a 31 de outubro de 1862, Vicente Pires da Motta entregava a José Vergueiro a direção e a administração da estrada para Santos. Pouco mais de 1 ano depois, a 5 de dezembro de 1863, esse presidente e comitiva realizaram uma viagem a Santos que levou 5 horas e 57 minutos. Inegavelmente um grande progresso em relação ao tempo gasto por Lallemant, 5 anos antes, "*Com um bom animal pode-se fazer comodamente o percurso de Santos a São Paulo em um dia [...] com a troca de animal pode-se concluir muito bem a pequena viagem em dez horas.*"

Vergueiro elaborou um traçado inteiramente novo no trecho entre a cidade de São Paulo e o alto da serra. Iniciando-se no largo da Pólvora, seguia para Vila Mariana, Meninos, São Bernardo, Varginha, Zanzalá e Alto da Serra, tocando a estrada antiga em três pontos. A declividade máxima das rampas era 2%. Largura, 35 palmos, sendo 25

de pista e 5 de acostamento de cada lado. A estrada foi entregue ao público em 21 de julho de 1864, na administração de Homem de Mello.

Foram realizados 25 cortes e 64 aterros, construídas 51 pontes, além de 3 antigas.

"*Na Serra da Maioridade, desobstruída por ele, diminuiu as rampas, levantando grandes muros de pedra, deu-lhe maior largura, fez-lhe ao lado valetas para escoamento das águas, apedregulhou-a e calçou-a em certos pontos.*" A rampa máxima ficou em 8% e a largura média em 22 palmos. O custo da obra foi 990:701 818 réis. "*Foi a primeira estrada de rodagem da antiga província de São Paulo*" Uma curiosidade é que toda a estrada, do centro de São Paulo a Santos, chamou-se "Estrada do Vergueiro" A atual rua Vergueiro é um remanescente dessa época, bem como o trecho da estrada que restou próximo à via Anchieta.

A 16 de fevereiro de 1867 era entregue ao tráfego a estrada de ferro de Santos a Jundiaí. Com a construção da ferrovia, a Estrada da Maioridade conheceu progressivo abandono. O aterro do Cubatão feito em 1827 por Lucas Antônio Monteiro de Barros, entre o rio Cubatão e Santos, foi cedido à ferrovia; dessa forma, a antiga estrada ficou quase inutilizada.

A ERA AUTOMOBILÍSTICA

A primeira viagem de automóvel entre São Paulo e Santos foi empreendida nos dias 16 e 17 de abril de 1908, tendo demorado 37 horas.

Os carros eram um Motobloc francês de rodas altas que deixavam o chassi a 30 centímetros do chão e um Sizaire et Naudin. A façanha foi realizada por Antônio Prado, Clóvis Glycério, Mário Cardim, repórter de *O Estado*, Bento Canabarro e o motorista Malle. A viagem foi repleta de percalços, demonstrando a precária situação da estrada. O leito da estrada estava quase totalmente destruído pela enxurrada. Em Cubatão não encontraram estrada, o trecho foi vencido sobre lama e vegetação.

Essa situação só vai melhorar em 1913, quando Rudge Ramos resolve fundar uma empresa destinada a construir uma estrada entre São Paulo e o Alto da Serra. O empreendimento é financiado com a cobrança de pedágio. A estrada é denominada: Caminho do Mar. Nesse ano o conselheiro Rodrigues Alves manda macadamizar a estrada. Os trabalhos ficaram assim distribuídos: o trecho entre o Sacoman e o rio Grande ficaria sob a responsabilidade da empresa de Rudge Ramos. Do Rio Grande a Santos, sob a responsabilidade do 1º Distrito de Obras Públicas do Estado.

A partir de 1920, os autoveículos já estavam em condições de concorrer vantajosamente com as ferrovias em distâncias inferiores a 100 quilômetros. Os novos veículos, porém, exigiram pequenas alterações no traçado para amenizar as rampas na serra.

A intensificação do trânsito da estrada levou Carlos de Campos, em 1925, a promover a pavimentação do trecho da serra do Caminho do Mar. Pela primeira vez na América do Sul foi usado pavimentação em concreto. Os muros de arrimo foram

executados em granito à semelhança do que já fizera José Vergueiro; esse tratamento é coerente com os pousos e ambienta esses monumentos. As obras complementares, principalmente drenagem de águas pluviais, foram executadas com muito cuidado: os córregos que formam a rede de drenagem natural foram canalizados nos cruzamentos com a estrada e ao longo de toda a pista foi deixado um valo de concreto que impedia a água cruzar a pista ou se infiltrar no subpiso. Em conseqüência, até pouco tempo, meio século depois de sua execução, a estrada não apresentava evasão de material do subpiso, fato que vem ocorrendo desde a obstrução do valo, o que constitui séria ameaça à estabilidade dessa via.

É oportuno lembrar que até a construção da via Anchieta, todo o trânsito de caminhões se fazia por essa estrada e, até proibição posterior, o Caminho do Mar era utilizado pela indústria automobilística, com pista de prova para caminhões que subiam e desciam a serra, carregados de lastro.

A história de São Paulo sempre esteve intimamente ligada à história de seus caminhos, que foram palco de relevantes eventos para a história da nação.

O Caminho do Mar encontra-se atualmente abandonado, vítima de escorregamentos na encosta da serra. Mas é de se esperar que vias tão repletas de história venham a merecer melhor tratamento das autoridades.

Benedito Lima de Toledo
Professor Doutor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.
Orientador credenciado para o curso de pós-graduação.

Bibliografia

A BAIXADA SANTISTA: *Aspectos geográficos*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 1965. 4v.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825/1829*. Rio de Janeiro: Fundação Moreira Salles/Fundação Pró-Memória, 1981.

KIDDER, Daniel P., FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians*. Filadélfia: Childs & Peterson, 1857.

LANDSEER. São Paulo: Cândido Guinle de Paula Machado, 1972.

TOLEDO, Benedito Lima de. O Caminho do Mar. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, p. 37-51, 1966. (Separata).

_____. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.

_____. *Projeto Lorena. Os caminhos do mar: Revitalização, valorização e uso dos bens culturais*. São Bernardo do Campo: Prefeitura do Município, 1975.

Jorge Hajime Oseki

A FLUVIALIDADE NO RIO PINHEIROS: UM PROJETO DE ESTUDO

Resumo

Este texto tratava originariamente de um projeto de estudos e reconstitui a trajetória teórica que representou a mudança da problemática da *produção do ambiente construído* para aquela da *produção do espaço* – na concepção lefebvriana – cujo conceito e exposição engloba além da crítica ao econômico, uma crítica ao político, ao cultural, ao cotidiano e ao urbano podendo, portanto, ser útil para esclarecer a dimensão natural e social do espaço e da paisagem.

Abstract

This paper is an adaptation of a research proposal when a major change of perspective occurred from the analysis of the *production of built environment* to that of the *production of space* – in a lefebvrian conception – which is based not solely on the critique of economy but also on the critique of politics, culture, everyday-life and urbanism and therefore can be useful to clarify the natural and social dimensions of space and landscape.

1 Prefácio

O momento em que apresentei este plano de estudos ao CNPq, em 19 de julho de 1995, representou um ponto de inflexão importante em minhas preocupações teóricas (e acadêmicas) e talvez pudesse ser compartilhado com colegas e alunos, sobretudo aqueles que não compreenderam bem esta minha mudança de perspectiva. Pareceu-lhes que tal fato teria sido motivado apenas pela pretensão em acompanhar temas em voga nos centros de pesquisa do mundo desenvolvido.

De fato, atualmente venho tentando compreender a *questão ambiental, no planejamento e no desenho ambiental*, se é que estas expressões são detentoras de algum sentido, e não se constituam apenas em ideologias. Não se trata, entretanto, de reiterar o ambiente como questão científica, nem como prática política, mas de procurar perceber a pertinência do "natural" dentro da produção social do espaço capitalista e/ou estatista.

Essa preocupação é a que me fez abandonar a pesquisa sobre a *economia* política (e portanto, sobre a tecnologia) *no construído*[1] e me dirigir a uma pesquisa sobre a *economia* (e as tecnologias) *na natureza*, seguindo a concepção de Lineu[2]

Na verdade ambos pontos de vista vêm se complementando – apesar de sua contradição latente – desde sua gênese positiva, no iluminismo; tanto em Lineu como em Quesnay (no *Tableau économique* e no artigo "Grains" para a *Enciclopédia*), a ordem natural divina e a natureza civilizada no trabalho agrícola são interdependentes e se equilibram.

No momento de sua crítica radical, presente nos *Manuscritos de 1857-58*, Marx observa que "*quando a limitada forma burguesa desaparecer, o que será a riqueza senão a universalidade das carências, das capacidades, das fruições, das forças produtivas dos indivíduos, universalidade engendrada na troca universal? Senão o pleno desenvolvimento da dominação humana sobre as forças da natureza tanto aquelas que chamamos de natureza como aquelas de sua própria natureza*" Para Marx, no comunismo o homem tenderá a se (re)conciliar com a natureza,"*a própria história é uma parte real da história da natureza, da transformação da natureza em homem. As ciências da natureza compreenderão mais tarde tanto a ciência do homem como a ciência do homem englobará as ciências da natureza: haverá uma só ciência*"[3]

Para Lefèbvre – autor cuja obra estudo desde 1988 – a ciência do espaço é uma *ciência do uso*, enquanto que as ciências sociais fazem parte da troca (consideram-se ciências da troca: a economia política, o direito, a sociologia, a semiologia, a informática), por esta razão a ciência do espaço deve aproximar-se da materialidade, do sensível, da naturalidade, mas sempre por meio da mediação da "natureza segunda": a cidade, o urbano, e o que ele chama de *energética social*[4]. Assim há um fundamento biológico/ecológico e uma dimensão prática – perceptiva e projetiva: paisagística – que devem também compor a análise espacial para além de sua determinação política e econômica.

Dessa maneira pode ser explicitado o percurso que vai da produção do ambiente construído[5] em direção à produção (social) do espaço que se atualiza em um conceito ampliado de produção, pois este conceito engloba o mental, o cultural, o social e o

(1) Desenvolvi na realidade por quase 20 anos desde quando ingressei na FAUUSP como pesquisador do grupo de Juan Mascaró (Racionalização e Industrialização da Construção) em 1974, depois o projeto com Gabriel Bolaffi, Rodrigo Lefèvre e o CEBRAP para o BNH, em 1980, e por fim o projeto com Suzana Pasternak, Ermínia Maricato, Paulo Xavier Pereira e Yvonne Mautner de 1985 a 1992, para a Caixa e o CNPq (ver *50 anos de pesquisa na FAU*).

(2) LINEU, Carl Von citado DELÉAGE, *Paul. Une histoire de l'écologie*. Paris: éd. La Découverte.

(3) MARX, Karl. *Manuscrits de 1844 (économie politique & philosophie)*. Paris: éd. Sociales, 1972, p. 96

(4) LEFÈBVRE, Henri. *La production de l'espace*, Paris: éd. Anthropos, 1974, p. 425

(5) Tal como foi definido no 1º Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) por nosso grupo, em 1986.

histórico. O espaço é, ao mesmo tempo, base, estrutura e superestrutura no modo de produção capitalista, entra nas relações de produção e nas forças produtivas ao mesmo tempo como produto e produtor de relações sociais, esclarece Lefèbvre no prefácio da 3ª edição francesa da *Produção do espaço* (p. IV, V e VI, op. cit.).

E qual projeto (ou contraprojeto) estaria contido nesta concepção de espaço?

Marino Folin, quando propõe uma nova fundamentação materialista para a arquitetura (e para o urbanismo), parte da concepção marxista presente nos *Gründrisse* de que a "cidade" é natural, pois se contrapõe ao homem com uma objetividade própria, com leis próprias. O conhecimento teórico dessas leis – as disciplinas da arquitetura e do urbanismo – apresentariam-se como "astúcia" do capital capaz de subordinar essa natureza segunda, "histórica" a necessidades humanas historicamente determinadas pelo modo de produção capitalista, seja como meio de consumo, seja como meio de produção[6]

Um novo projeto estaria prenunciando a necessidade de uma "natureza terceira"[7] no urbano, pelas tecnologias de regeneração do natural no urbano, pela construção de paisagens artificialmente naturais e pela "renaturação" de áreas da natureza 'civilizada pelo trabalho agrícola', na expressão de Quesnay, tal como vem acontecendo na Holanda, na Alemanha, no Japão e nos Estados Unidos.

Um fato importante posterior à elaboração do projeto, veio esclarecer melhor esta questão: um estágio de pós-doutorado de pouco mais de dois meses (janeiro a março de 1997), que fiz no Japão, na cidade de Tsukuba, junto ao *Public Works Research Institute* – PWRI na Divisão de Hidrologia Fluvial e Ambiental[8]

O Japão, após o enorme crescimento econômico que logrou obter na segunda pós-guerra, começou nestas últimas décadas a refletir sobre a repercussão que esse desenvolvimento tecnológico teve sobre sua escassa base territorial e passou a redirecionar parte de seus investimentos na restauração de seu ambiente construído. Isto incluiu a dotação de verbas para a pesquisa e o desenvolvimento de programas de engenharia ambiental, dentre os quais se destaca a criação de "margens artificialmente naturais" em rios urbanos, como parte das redes de verde e água (*greenery and water networks*), um novo conceito de rede de infra-estrutura urbana, a "rede verde" de caráter paisagístico, tratada com o mesmo requinte tecnológico das outras redes técnicas de serviços urbanos.

Dentre os projetos que visitei estão os parques tipo *Shinsui*[9] em Edogawa, os (re)desenhos dos rios Sumida em Tóquio, Yodo em Osaka e Kamo em Quioto, nas grandes regiões metropolitanas.

Um novo projeto serviria então com espaço inicial para a discussão conjunta de políticas ambientais entre as várias instâncias de poder – municipal, estadual e federal – a universidade e a população. Essa nova postura nas engenharias para um enfoque mais abrangente (*comprehensive engineering*) não foi apenas um fenômeno japonês, vários países como a Holanda, a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos tiveram atitudes semelhantes em suas políticas ambientais.

Entretanto a arquitetura tem ficado à margem desses rios...

(6) FOLIN, Marino. *La città del capitale: Per una fondazione materialística dell'architettura* Bari: De Donato editore, 1972.

(7) Uma discussão a respeito do conceito de natureza em Marx e Lefèbvre é feita no meu texto *La fluvialité urbaine des fleuves,* que será publicado ainda este ano na França, pela l'Harmattan.

(8) Financiado pela Japan International Cooperation Agency (JICA) e pelo Ministério da Construção do Japão.

(9) Literalmente quer dizer 'hidrofilia", mas cujo conceito é o de familiarização com a água. Antigos córregos que haviam sido tamponados foram descobertos e, com as margens "naturalizadas", cheios com água limpa desviada de nascentes (a água tratada não se presta ao desenvolvimento das espécies vegetais e animais primitivas). Projeto bastante dispendioso, como se vê.

2 A FLUVIALIDADE NO RIO PINHEIROS

Pressupostos gerais da pesquisa

A natureza (segunda) como espaço de redes

Este projeto origina-se de dois trabalhos anteriores que fiz, o primeiro minha tese de doutorado, na qual analisei a dualidade entre técnica e cotidiano contida no conceito de *rede* (mais especificamente no de rede de serviços urbanos), introduzido no final do século passado no Brasil pela engenharia municipal, que associado a outro, àquele de *zona*, esse circunscrito ao urbanismo constituem os instrumentos clássicos (como abstrações concretas lefebvrianas, isto é, possuindo uma realidade ao mesmo tempo mental e prática) utilizados para se produzir e reproduzir o espaço moderno. Esse espaço representado (projetado) modifica-se e atualiza-se ao se confrontar com os saberes e os gestos dos operários que o constroem, obedecendo a esses desígnios técnicos, durante a sua produção nos canteiros de obras, o que foi a hipótese central da tese, e com a prática das pessoas que se submetem a ele cotidianamente[10] O segundo, a pesquisa que realizamos *Ambiente construído e ecologia urbana: A região metropolitana de São Paulo, o caso do rio Pinheiros*, nos marcos do NAP/PLAC (Núcleo de Apoio à Pesquisa "Produção e Linguagem do Ambiente Construído") da FAUUSP, com a participação de vários professores dos três departamentos da faculdade[11] em que foram estudadas as determinações históricas, socioculturais, econômicas e técnicas da ocupação das várzeas do rio Pinheiros, numa perspectiva que o considerava ao mesmo tempo, um objeto paisagístico, urbanístico e semiológico. O rio foi analisado interdisciplinarmente quanto à produção e reprodução de seu espaço, quanto à sua inserção ambiental e quanto à sua representação junto à população.

Justamente em relação a esse último aspecto a pesquisa frustrou minha expectativa, já que o rio não representa quase nada para a população (ainda que este mesmo fato tenha sido significativo para a parte do grupo que empreendia o estudo das representações): se considerarmos apenas os depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo efetuada no segundo semestre de 1993, o rio permanecia alheio ao vivido cotidianamente pelas pessoas que o freqüentavam.

O rio Pinheiros, unidade inicial da pesquisa, entretanto, não tem nem autonomia técnica, nem econômica, nem ambiental, já que o antigo "Projeto Serra" da Light (ver adiante) compreendia todo um conjunto de obras: o canal (com a reversão das águas do rio Pinheiros), as barragens, a Billings e a Usina Henri Borden na baixada santista (em Cubatão), e ainda supunha a preexistência da represa de Guarapiranga mais antiga, construída para a regularização da vazão Pinheiros/Tietê[12] Nem tampouco possui uma autonomia político-administrativa, porque os problemas complexos gerados pelos usos conflitantes na bacia envolvem, além de São Paulo, também os municípios de Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André e Ribeirão Pires, além dos da baixada.

A pesquisa NAP/PLAC tentou apreender o rio e sua bacia em vários momentos, primeiro como espaço natural a ser dominado. Desde o século passado, a utilização se

(10) Cf. OSEKI, Jorge Hajime. *Pensar e viver a construção da cidade: Canteiros e desenhos de pavimentação, drenagem de águas pluviais e de redes de esgoto em São Paulo.* São Paulo, 1992. Tese (Doutorado), FAUUSP.

(11) Professoras doutoras Marlene Picarelli (coord.), Lucrécia D'Alessio Ferrara, Yvonne Mautner, M. Angela Faggin P. Leite, Cibele Taralli e professores doutores Khaled Ghoubar e Paulo Pellegrino, projeto financiado pelo CNPq, processo 521846 / 93 e pela Fapesp.

(12) Cf. OSEKI, Jorge H. *Pensar e viver a construção da cidade.* op. cit., 1992 e SEABRA, Odette C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros, valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo.* São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) – FFLCH / IGEOG – USP.

deu pelo seu conteúdo imediato – seu ser coisa – barreira ou suporte para caminhos da produção de subsistência e fonte de matérias-primas para a construção civil (barqueiros e dragueiros extraíam areia e pedregulho para depois comercializá-los no Porto Veloso – no que é hoje o final da rua Pais Leme, em Pinheiros)[13]

(13) Cf. SEABRA, Odette. op. cit. e PETRONE, Pasquale. *Pinheiros*. São Paulo: Edusp, 1963.

A partir da década de 20, a São Paulo Tramway Light & Power Co Ltd., companhia de serviços urbanos de capital inglês com sede no Canadá, obteve a autorização do governo federal para o "Projeto Serra" que previa a inversão do curso do rio Pinheiros (canalizado), a barragem de seu afluente, o rio Grande, formando a represa Billings para que, por uma queda de 750 metros pela Serra do Mar, se pudesse alimentar a Usina Hidroelétrica de Henri Borden, ao nível do mar[14]

(14) Cf. *A cidade da Light 1899-1930*. vol. 1, São Paulo: Eletropaulo, 1990 e LANGENBUCH, Jurgen R. *A estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

O rio foi canalizado entre 1931 e 1950 e passou, a partir daí, a existir também como espaço produzido – como *produto* social – utilizado como espaço de redes de serviços urbanos. As redes que constituem esse espaço instrumental são hoje a rede de transmissão elétrica, a rede de adução de água e esgotos (o canal do rio Pinheiros tendo transformado-se em um coletor de esgotos a céu aberto), o sistema de drenagem de águas pluviais derivado da rede viária, e a rede ferroviária (tardia, o que acarretou uma ocupação diferenciada da bacia, cujo uso não é eminentemente industrial, tal como acontece com outras várzeas de rios paulistanos). Além disto este rio, graças à construção de suas marginais nas décadas de 60 e 70, que ligam os grandes eixos interurbanos e intraurbanos, formando o microanel rodoviário, tornou-se no principal suporte para a circulação de pessoas e mercadorias, no quadrante sul da cidade.

O rio além da coisa e do produto

Na pesquisa de campo de 1993, tentamos captar a influência do rio no cotidiano das pessoas que o freqüentavam, pela imagem que estas teriam do rio, de maneira a contrapor espaço *vivido* (concreto, cotidiano, imediato, afetivo), espaço *percebido* (mediado por imagens e representações) e espaço *concebido* (abstrato, pensado e representado pela ciência e pela técnica: espaço da engenharia e do urbanismo)[15] por meio de uma estratégia metodológica que combinou entrevistas e fotos tiradas pelos próprios usuários, metodologia essa que está descrita em *Olhar periférico* (Edusp, 1993), de Lucrécia Ferrara.

(15) Cf LEFÈBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1985. Segundo este autor são esses os três níveis constitutivos da prática espacial.

As entrevistas foram tabuladas segundo os usos de imagens e as imagens de usos. Com relação a esses últimos, os usos (funções) fundamentais urbanos considerados são aqueles definidos na *Carta de Atenas*: habitar, trabalhar, circular, lazer e patrimônio histórico. Os usuários apenas consideraram a função 'circular' no rio Pinheiros. De cerca de mil fotos tiradas, apenas 7% identificaram o rio Pinheiros como local de moradia ou trabalho. Em 60% delas o rio é 'suporte' para a rede de circulação urbana. Foi ainda detectada a ocorrência de dois tipos de imagens de usos, não previstas na pesquisa, a função *suporte de redes* urbanas e a função *área remanescente* (uma não-função, portanto). Para a maioria da população que vive ou passa pelo rio, ele é basicamente



Encontro dos rios Pinheiros e Tietê, em fotos de 1940 (acima) e 1989 (abaixo)



um espaço operacional de redes urbanas, um não-espaço (ou um espaço que não serve a nada). Hoje, talvez, diríamos um "não-lugar" ainda que não seja bem essa a concepção de Marc Augé[16]

A competição entre os vários usos deixa uma série de áreas impróprias e inapropriáveis às funções. Uma articulação entre estas áreas (residuais) é desejável e poderá ser fundamental para uma futura restauração das funções fluviais (lazer, transporte fluvial, pesca, natação, esportes, "renaturação" etc.). Mas se em 60% das fotos os usuários percebem o rio como suporte de rede e/ou área remanescente, a grande maioria nem o vê.

A pesquisa ainda revelou nas entrevistas sobretudo, um certo mal-estar e desconforto em relação ao rio que é visto como um transtorno ou uma coisa negativa (o rio exala mau cheiro, causa inundações, favorece os pernilongos, etc.). Algo aberrante e patológico que deve ser eliminado da cidade.

Como esse rio que antes dominava seu espaço circundante (sua bacia, seu lugar, seu ambiente), foi aos poucos sendo subjugado pela urbanização de suas margens? Por que as enchentes sazonais a que sempre foi submetida sua várzea, agora provocam o colapso da circulação (e do abastecimento) da metrópole?

Parecem permanecer no rio resquícios de sua fluvialidade imemorial, de um lugar que ainda resiste ao "meio técnico-científico" Segundo Milton Santos, "*o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar/../ união dos homens pela cooperação na diferença*"[17]

Esse rio tornou-se um lugar tanto de revolta como de resistência. O vivido acuado se mostra como violência, como indiferença (ausência), como excrescência. Mas pode ser o lugar da transformação da vida cotidiana, após a crítica radical da produção do espaço capitalista – do homogêneo, do hierarquizado e do fragmentado. A crítica deve se engendrar no vivido, cego e tateante, mas gerador de poesia e projeto, ainda que sem a clareza da teoria e do conceito. No vivido se gesta a nova fluvialidade do rio e a possibilidade de sua apropriação como *obra*, valor de uso indivisível, apropriado coletivamente como tempo/espaço vital[18]

As indicações sobre a cotidianeidade às margens do rio, no entanto, são insuficientes para se estabelecer a sua crítica. As pessoas que trabalham, moram, circulam ou se divertem junto ao rio não percebem isto, mesmo quando induzidas a pensar.

Mas haverá em alguma parte sobrevivências de um viver às margens do rio, a partir dos quais se pode conceber uma nova fluvialidade, além de seu uso imediato como *natureza primeira*, e de sua submissão ao mundo da troca como espaço produzido, intercambiável e consumido na *natureza segunda*? No capitalismo central já se torna necessária a produção de uma "natureza terceira" isto é, de um espaço artificialmente natural. Mesmo que seja para se recuperar mimeticamente o sentido do natural, e tentar desesperadamente resgatar pela natureza externa, a potência da natureza, interna do homem, bloqueada na alienação ambiental.

(16) AUGÉ, Marc. *Non-lieux – Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil, 1992.

(17) Cf. SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 36.

(18) Sobre produto e obra veja-se LEFÈBVRE, H. op.cit. p. 93 p. 222 e 251, e *La présence et l'absence: Contribution à la théorie des représentations*. Casterman, Tournai, 1980, p. 192.

Hipóteses centrais

– Existem ainda atividades "ribeirinhas" resquícios de espaços e tempos fluviais, onde o rio permanece atuando e em que ele pode ser em certa medida apropriado. Essas atividades estão à margem das funções tradicionais e constituem-se em *resíduos* (na concepção lefebvriana) em "*situações de vida in flux ainda livres de qualquer espécie de controle ou em processos incipientes de regulamentação social*"[19] A partir de sua irrelevância podem, entretanto, representar um papel importante em uma prática espacial renovadora.

– É preciso inventariar essas atividades, buscar seu conteúdo e seu sentido, revelar sua revolta, tentar encontrar seus nexos e momentos de integração, desunião e desintegração, expor suas possibilidades criativas e geradoras de novas práticas urbanas, como decifradoras do domínio e da apropriação do homem sobre a natureza[20]

Objetivos

Estudo da cotidianidade "ribeirinha" das estratégias que pressupõem o morar, o locomover-se, o trabalhar e o lazer junto ao rio e sua bacia. Este estudo pertence tanto à análise sociológica qualitativa como à análise antropológica, e busca a compreensão e a explicação de como e por que essa cotidianidade existe e permanece como prática. O horizonte da pesquisa, entretanto, é o da criação de estratégias para a intervenção espacial, visando estabelecer uma nova fluvialidade baseada no suporte social que se quer investigar.

Como indicação do que será pesquisado (e onde), procuraremos detectar resíduos de fluvialidade em:

– Moradores junto a córregos da bacia do Pinheiros, lavradores da zona inter-represas, invasores de áreas de proteção de mananciais, "desabrigados" moradores de rua que se utilizam de viadutos e dutos dentro do rio;

– trabalhadores no rio: catadores de lixo, operadores de dragas e das usinas, operadores de *ferry-boats*, servidores da Eletropaulo (jardineiros, vigias, auxiliares de manutenção), carroceiros, motoristas, condutores de trens;

– pessoas que se utilizam do rio e sobretudo das represas como lazer: empinadores de papagaio, sócios de clubes de várzea (clubes de bocha);

– pessoas que circulam pelo rio: pedestres, motoristas de carros anfíbios, caminhoneiros, passageiros de trens e pré-metrô (Fepasa).

Nota: Não caberia aqui se descrever a metodologia que seria utilizada na pesquisa de campo, entretanto, gostaria de acrescentar uma palavra sobre técnicas de pesquisa. A FAU, tanto na graduação como na pós-graduação, tem negligenciado a contribuição da pesquisa etnográfica como estratégia de campo, além da pesquisa histórica e da pesquisa demográfica. Se para o urbanismo isto pôde ser relevado – vide a sociologia urbana francesa e sua influência durante toda as décadas de 70 e 80, para a arquitetura, sobretudo, para a arquitetura que se concebe a partir da participação popular, e para o planejamento ambiental, isto poderá ser fatal.

(19) Cf BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *O preconceito racial em São Paulo, projeto de estudo.* Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, n.118, São Paulo, abril de 1951, p. 330 e para a noção de resíduo, ver LEFÈBVRE, H. *Métaphilosophie: Prolégomènes.* Paris: Minuit, 1965, p. 310 e pass.

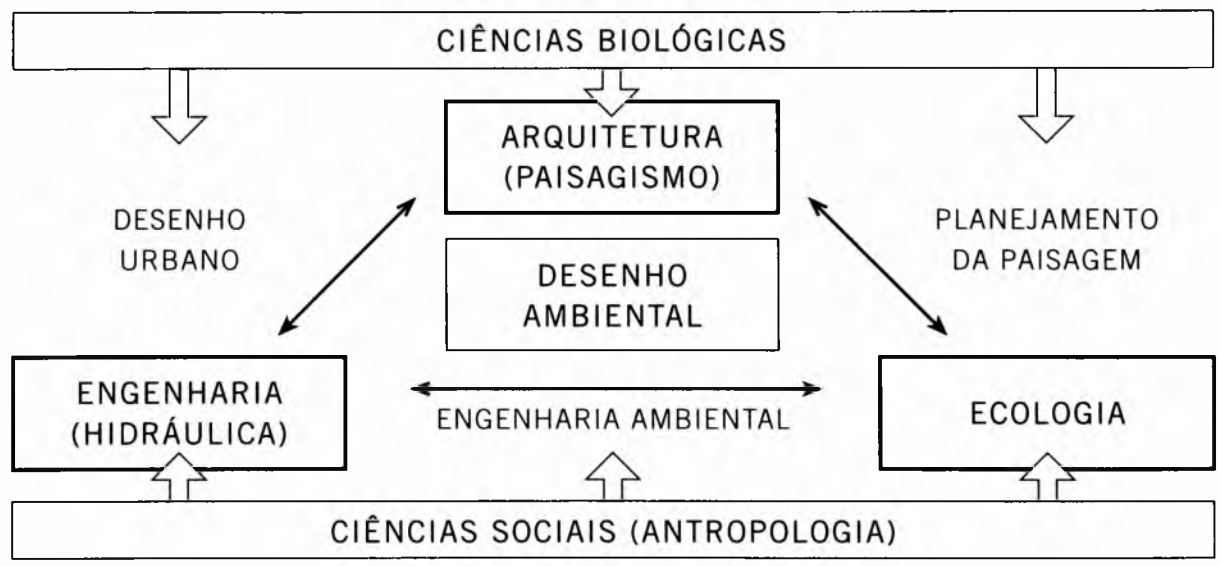
(20) Com a ampliação da pesquisa incorporando as áreas das bacias das represas, haverá a possibilidade de inclusão da zona inter-represas, que ainda tem uma vocação rural com produção de hortaliças. Há ainda duas tribos de índios guaranis na região, além de vários loteamentos clandestinos. Cf VEJA, A São Paulo escondida, 19 jun. de 1991.

3 Posfácio

Atualmente estamos realizando a pesquisa "Rios e cidades: Identidade e conflito"[21] que se apropriou parcialmente de idéias expostas neste projeto, com a colaboração de antropólogos, geógrafos, geólogos, engenheiros hidráulicos e arquitetos-paisagistas que têm como objetivos: (a) desvendar momentos reveladores da forma, da estrutura e da função de rios em meio urbano e rural, em três sub-bacias – a do rio Cotia (onde há ainda possibilidades de restauração), do rio Tamanduateí (várzeas totalmente ocupadas e fluvialidade comprometida pela contaminação das águas e pela canalização de todo o seu leito) e as cabeceiras do rio Tietê, onde prevalece uma ocupação rural (também poluidora pela utilização de agrotóxicos) e para as quais existem projetos de grandes obras de engenharia de retenção e controle de cursos d'água; (b) desenvolver métodos de desenho de paisagens "sustentáveis" que se constituam tanto em intervenções preocupadas em resgatar o natural como em práticas de preservação que não desqualifiquem o uso humano.

Nesta pesquisa pretendemos incorporar a contribuição das ciências sociais (no caso, a antropologia) e das ciências biológicas (que efetuarão um levantamento biológico expedito de fauna e flora nas áreas objeto da pesquisa) sobre as práticas da hidráulica, da conservação ambiental e do desenho da paisagem, segundo o esquema que segue.

É interessante notar que para a restauração do ambiente natural será utilizado o conceito de "fragmentos" de fauna e flora enquanto que para a (re)qualificação do ambiente social, o de "resíduos" em práticas sociais.



(21) Esta pesquisa tem a minha coordenação e a vice-coordenação do Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino (FAUUSP). Como pesquisadores principais conta com as doutoras Maria Assunção R. Franco (FAUUSP), Francisca Carolina do Val (MZUSP), doutores Osvaldo Takeshi Oyakawa (MZUSP) e Carlos Lloret Ramos (EPUSP); como pesquisadores pós-doutorandos doutoras Lorétti Portofé de Mello (bióloga, doutora em geografia) e Renata Medeiros Paoliello (antropóloga), além de mestrandos e doutorandos e pesquisadores em iniciação científica. Este projeto está pré-qualificado e enquadrado dentro da proposta Biota (Fapesp) 2000.

Jorge Hajime Oseki
Professor Doutor do Departamento de Tecnologia da Arquitetura.
Orientador credenciado para o curso de pós-graduação.
Vice-presidente da CPG.

4 BIBLIOGRAFIA

BARRAQUE, B. La gestion de l'eau dans quelques pays européens. *Metropolis*. Paris: L'eau urbaine, n. 92-93, 1990.

BASTIDE, R., FERNANDES, F. O preconceito racial em São Paulo: Projeto de estudo publicado pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, São Paulo: FEAUSP, n. 118, 1951.

BELGIOJOSO, A. B. (org.) *Milano: qualità della città e progettazione urbana*. Milão: Mazzotta, 1988.

BOUDON, P. et al. *Pessac de Le Corbusier: Étude socio-architeturale 1929 / 1985 e Pessac II, Le Corbusier 1869 / 1985*. Paris: Dunod, 1985.

BUENO, L. M. *O saneamento na urbanização de São Paulo*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FERRARA, L. D. *Olhar periférico: Informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp/Fapesp.

FOLIN, M. *La ciudad del capital y otros escritos*. México: Gili, 1977.

NAVARRENX , Groupe de. *Du contrat de citoyenneté*. Paris: Périscope/Sylepse, 1990.

LANGENBUCH, J. R. *A estruturação da Grande São Paulo; Estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LEFÈBVRE, Henri. *Métaphilosophie: Prolégomènes*. Paris: Minuit, 1965.

_____. *De l'État*. Paris: UGE, 1978. vol. I, II, III, IV.

_____. *La présence et l'absence: Contribution à la théoire des représentations*. Tournai: Casterman, 1980.

_____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1985.

MARIÉ, M. *Les terres et les mots*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

MARTINS, J. S. *Subúrbio: Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo – São Caetano do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul.

NAKAMURA,Y. *Fûkeigaku Nyûmon /Introdução ao estudo da paisagem/*. Chûô Tóquio: Koronsha, 1994.

OSEKI, J. H., MAUTNER, Y. O espaço das redes de serviços urbanos – O esgoto em São Paulo. *Sinopses*, São Paulo: FAUUSP, n. 20, 1995.

OSEKI, J. H. *Pensar e viver a construção da cidade: Canteiros e desenhos de pavimentação, drenagem de águas pluviais e de rede de esgotos em São Paulo*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, J. S. (coord.). *Henri Lefèbvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, O. C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas de São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo

SHIMATANI,Y. *Pequena história do desenho da paisagem de rios no Japão*. Instituto Nacional de Pesquisas em Engenharia Civil / Ministério Tsukuba: A Construção do Japão, 1996. mimeo.

Maria Irene Szmrecsanyi

O MODELO DAS CIDADES-JARDINS NO NORTE DO NOVO PARANÁ

Resumo

Examino a hipótese de que os projetos da região do Norte Novo do Paraná e de suas principais cidades, Londrina e Maringá, apresentem influência do modelo das cidades-jardins, tal como idealizado por Ebenezer Howard e desenhado por Unwin, Park e Soissons. Considero se isto poderia ser atribuído ao fato de a colonização da área ter sido empreendida por capital inglês. Divido o artigo em quatro partes além da introdutória: uma explicando o modelo das cidades-jardins em sua origem, outra historiando sumariamente a colonização da área; a terceira discutindo os primeiros planos das duas cidades, e a última colocando como questão geral o caráter dúbio assumido no Brasil por empréstimos culturais internacionais.

Abstract

This paper examines the hypothesis that the original plans for the region Norte Novo do Paraná (newly settled northern region of Paraná State) and for the two main cites located there, Londrina and Maringá, show the influence of the Garden Cities Model as idealized by Howard and designed by Unwin, Park and Soissons. It analyses the possibility of the supposed influence being due to the fact that the colonization was undertaken by British capital. The article is divided into four parts, in addition to the introduction: the first explaining the Garden Cities model, the second providing a short history of the colonization of the region, the third discussing the original plans for the two cities, and the final posing, as a general feature, the dubious nature which foreign cultural traits acquire in their integration into the Brazilian society.

I O PROBLEMA

O urbanismo e o planejamento regional do Norte Novo Paranaense, que se destacam no país pela alta qualidade de sua concepção, sofreram influências diversas que alguns autores têm tentado identificar. A teoria e a prática das cidades-jardins teriam sido seus modelos? Vale a pena discutir essa idéia, que Marcos Barnabé me apresentou pela primeira vez em 1997 quando organizei, com Dácio Ottoni, para a III Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, sala comemorativa (Szmrecsanyi e Ottoni,1997) dos 100 anos de publicação do livro de Ebenezer Howard, *Cidades-jardins de amanhã*, que eu fizera traduzir e publicar um ano antes (Howard, 1996).

Quando, em 1999, passei a coordenar o mestrado interinstitucional levado pela FAUUSP ao Centro de Tecnologia e Urbanismo da Universidade de Londrina, reencontrei Barnabé e, familiarizando-me com a cidade, dispus-me com sua colaboração e de outros professores da UEL, a investigar a idéia, uma vez que ela dá continuidade à preocupação de verificar a influência do modelo das cidades-jardins no Brasil, condutora de minha curadoria da exposição.

Para Barnabé (1989) algumas razões justificariam a hipótese que essa influência tenha existido. Em primeiro lugar, seu entendimento que a qualidade morfológica do assentamento na região, em especial as das cidades, é excepcional ante a realidade brasileira, o que, combinado ao fato que a colonização do Norte Novo tenha resultado de investimento de compatriotas de Howard, provavelmente conhecedores senão de sua teoria, pelo menos das suas iniciativas de construir cidades, permitiria pensar em adoção desse modelo. Em segundo lugar, o fato que os ingleses estiveram desde o início apoiados por paulistas também iniciados nas propostas de cidade-jardim por meio dos bairros desenhados no início do século por Barry Parker para São Paulo, por solicitação da Cia. City, também inglesa. E em terceiro lugar porque o assentamento dos colonos na área florestada adquirida do governo do Paraná foi feito por meio da construção de um sistema articulado de ferrovia, rodovias principal e secundárias, cidades e núcleos menores, em que se evidencia o caráter de planejamento regional. E, ainda, sua suspeita que o capital britânico poderia estar ligado ao retorno de intenções imperialistas sobre o território sul-americano, comportando por isso uma tentativa de legitimação simbólica expressa no cuidado com a organização formal dos espaços. Situação na qual, acrescento, o recurso a um desenho expressivo de tradições metropolitanas seria bastante adequado.

Ressalto que o planejamento regional está no cerne da proposta teórica howardiana. Da mesma forma, deve-se concordar que a organização territorial do Norte Novo é cuidadosamente planejada, interpretação feita por Monbeig (1984) na década de 50. Concordo também que, como mostra Muller referida por Barnabé, a célula inicial dos núcleos criados pela companhia colonizadora inglesa receberam na prancheta formas variadas. No entanto, cumpre ressaltar que o geógrafo francês defende que o projeto, enquanto ocupação em macroescala e mesmo em termos de assentamento

urbano, derivou das experiências colonizadoras praticadas no oeste paulista desde a segunda metade do século 19.

Aponto que é clara a reprodução do elo paulista entre abertura de acesso ferroviário à terra virgem, cidades boca de sertão, plantio do café e prosperidade urbana (Milliet, 1982; Szmrecsanyi, 1983). Para Monbeig, entretanto, a colonização no Paraná não só diferiu fundamentalmente de iniciativas de lotear de fazendas já abertas e, muitas vezes, ultrapassadas, mas também se distanciou do processo de formar cidades e de implantar fazendas em áreas recém-desmatadas, ocorrido em boa parte das regiões do estado bandeirante. O empreendimento dos ingleses, de caráter eminentemente capitalista, teria, sim, adotado o partido da subdivisão e comércio de grandes áreas virgens em pequenas propriedades, ocorrido em São Paulo na região da Estrada de Ferro Noroeste.

Por outro lado, a vinculação do Norte Novo, desde sua origem, com São Paulo, está plenamente documentada pelas estradas que ligaram Londrina diretamente à capital paulista e a Santos muitas décadas antes de que fosse conectada a Curitiba. Foram paulistas os empresários e técnicos que, havendo atingido com ferrovia própria às margens do Paranapanema, levaram em 1924 os investidores ingleses a continuá-la e à compra de enorme área na outra margem do rio, completando seu próprio projeto de avanço sobre as terras ditas devolutas (Tomazi, 1997) do Norte do Paraná. E foram paulistas os capitais que acabaram comprando, após 20 anos, o empreendimento inglês, substituindo-o, em 1944, pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná (Monbeig, 1984; Santos, 1975).

Mas os ingleses teriam se deixado conduzir na organização desses espaços por membros da sociedade local, muito embora seus contratados ou representantes? Já que tiveram o comando da estruturação da área durante os primeiros 20 anos, não teriam traçado suas diretrizes fundamentais? Financiada pelo grande capital da Paraná Plantation Ltd., a Cia. de Terras Norte do Paraná certamente elaborou e executou planos a partir de sua sede em São Paulo, mas Londres não só os encomendara, como os supervisionava e tinha sobre eles a última palavra. Interessaria a ela reproduzir ou adaptar os conceitos das cidades-jardins?

Para exame dessas questões, este artigo comporta quatro partes, afora esta apresentação, cada qual encaminhando as respostas e as conclusões. Na primeira reconstituo minha leitura do modelo de Howard, expressa na apresentação da edição em português de *Cidades-jardins de amanhã* (Howard, 1996) e no catálogo da referida exposição (Szmrecsanyi e Ottoni, 1997). Na segunda parte, analiso as origens empresariais da colonização do Norte Novo em contraste com os pressupostos socializantes de Howard. Na terceira discuto alguns aspectos morfológicos das cidades de Londrina e Maringá em relação ao urbanismo das cidades-jardins ideais e concretas. Na quarta parte procuro generalizar a questão, levando-a para o plano teórico das condições em que modelos de outras culturas podem ser assimilados e aplicados em sociedades diversas e discutindo como se pode afirmar que isso ocorre nas condições brasileiras.

2 O CONCEITO HOWARDIANO

O amálgama entre as vantagens dos meios rural e urbano, sem os defeitos de ambos, constiui o desiderato de Howard ao propor uma solução urbanística capaz de levar à superação das miséráveis condições de habitação e trabalho popular existentes na Londres do século 19. Ele pensa numa cidade nova e completa – ou melhor, num sistema de cidades – não só com moradias decentes, mas apresentando também serviços, variadas oportunidades de trabalho e lazer. Ela seria construída de forma a estar sempre a poucos passos do campo, mas se articularia por diferentes formas de transporte – trem, rodovia e até canais – a um centro urbano de maior porte, assim como a outros equivalentes a si própria.

Não sendo arquiteto ou engenheiro, Howard pensa a forma urbana apenas esquematicamente. Inspira-se tanto em utópicos anteriores, buscando salubridade e facilidades para a vida cotidiana, como no exemplo ainda recente de Haussmann de racionalidade dos grandes eixos, mas se apóia sobretudo no amor britânico aos jardins. O esquema é radioconcêntrico. A vegetação permearia todos os espaços públicos, instalando-se no próprio coração da cidade na forma de um grande parque, rodeado por passeio público coberto, tipo galeria de cristal, com comércio e exposições. O prazer do contato com a natureza e a sociabilidade se integram aí como expressões de lazer entronizadas no centro urbano. Logo a seguir, numa grande avenida circular iriam alinhar-se a prefeitura, teatro, sala de concertos, biblioteca, museu, hospital, ou seja, edifícios institucionais, símbolos da comunidade e de seu autogoverno.

Partindo do centro para a periferia, bulevares radiais dividiriam a cidade em seis setores de habitação, as unidades de vizinhança, pensados para 5.000 moradores e interligados por outra avenida circular traçada em raio mais longo, majestosa pela largura e arborização, onde se instalariam escolas, igrejas, cozinhas cooperativas, quadras esportivas e lojas, atendendo a cada setor. Adiante, num círculo ainda mais amplo, a ferrovia e, depois dela, as fábricas na direção de afastamento da fumaça pelos ventos. Então se passaria ao campo, salpicado de edifícios inconvenientes no tecido urbano: sanatórios, asilos, escolas agrícolas.

Em certo momento Howard refere-se ao conceito como *um campo que é cidade*. A aparente contradição se resolve quando se esclarece que o terreno rural, mais barato que o urbano, é a condição essencial ao projeto socioespacial do autor. A área de cada novo núcleo deveria ser comprada e urbanizada por humildes trabalhadores que, por definição, teriam parcos recursos para suas necessidades de alojamento. Para superar o óbice, deveriam aglutinar-se em cooperativas porque isso significaria o acesso ao crédito, obtido mediante a hipoteca da terra comprada. O penhor do seu trabalho futuro no pagamento dessa hipoteca significaria prestações menores que aluguéis em cortiços londrinos. Londres, então com cerca de 4 milhões, era a metrópole a ser corrigida de sua insalubridade e tamanho, pela retirada daquelas parcelas populacionais incapazes de se alojar com decoro e por isso mesmo consideradas excessivas por outras em melhor situação.

Cada cooperado receberia cotas de propriedade, comercializáveis apenas em nome da coletividade, de forma que a valorização decorrente de melhoramentos revertesse sempre para a comunidade. A autogestão adviria da propriedade coletiva, sendo seus objetivos pagar a dívida, executar um plano de urbanização e atrair novos moradores até o limite de 32.000 pessoas. A partir dele a cidade se reproduziria por "cissiparidade" pois nova cooperativa deveria ser formada para construir nova urbe articulada à primeira e a outras mais, e assim sucessivamente, num sistema regional. A maior cidade poderia atingir 58.000 habitantes e o sistema todo 250.000, porte considerável para a época e o país para o qual o modelo foi pensado.

Evidencia-se, assim, que o projeto das cidades-jardins é um projeto regional desenvolvido em diferentes etapas. Sua completa execução significaria a reconstrução paulatina da ordem territorial e da rede urbana da Grã-Bretanha, tal como ali ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, sob a coordenação dos poderes públicos. Não obstante, no início do século Howard não contou com o Estado na construção de Letchworth (1902) e Welwyn (1920), exemplos concretos de cidades-jardins construídas por cooperativas. Seus arquitetos, respectivamente, Park & Unwin e Soissons, ligaram definitivamente essa idéia de cidade às formas orgânicas pelo arruamento de amplitude generosa e sinuosidade, o respeito à topografia, o controle de escalas e perspectivas, valorizando o intimismo, introduzindo *cul-de-sacs* para preservar a privacidade da habitação ante ao trânsito, mantendo rigorosamente o zoneamento, ou evidenciando preocupação paisagística ao integrar blocos de construção à vegetação. Mesmo assim alguns grandes eixos permanecem, facilitando o fluxo principal de trânsito ou enaltecendo pela perspectiva o centro administrativo. (Figura 1: Letchworth e Figura 2: Welwyn).

Portanto, é preciso notar que se tomando por base o conceito original de cidades-jardins, tal como formulado por Howard, deveria ser negada, a princípio, a possibilidade de sua influência na organização rural e urbana do Norte Novo. Isto por incompatibilidade entre um investimento capitalista visando o lucro, como foi o caso da colonização dessa área, e uma solução cooperativista de assentamento visando dignificar a vida material e moral do trabalhador, tal como pretende Howard. Não obstante, uma vez que o conceito traduziu-se em diferentes práticas, inclusive empresariais, talvez por meio delas se encontrem as afinidades pressupostas.

Nesse sentido, ainda no início do século (1907), chamados a projetar área nas vizinhanças de Londres, Unwin e Park transformam-na num aprazível subúrbio-jardim, Hampstead, com caráter residencial para população abastada e dentro dos princípios de desenho atrás apontados. Esse refúgio para população de alta renda é que acabou penetrando precocemente no território brasileiro, sendo o modelo dos bairros-jardins projetados por esses mesmos arquitetos entre 1915 e 1919 para os empreeendimentos da City of São Paulo Improvements and Freeholdland Ltd.

O primeiro desses loteamentos, fração do total de 12 milhões de m^2 comprados em 1911 pela Cia. City na então periferia da cidade, o Jardim América, surgiu desligado do tecido urbano, demandando a extensão da rua Augusta, das linhas de bonde, de

eletricidade e água, requerendo também para ser alcançado a introdução de microônibus (logo chamados jardineiras) e incentivando o uso do automóvel. Sua localização na baixada plana exigiu a drenagem de charcos (o que se fez com a colaboração da prefeitura), mas permitiu um belo traçado geométrico de linhas retas e curvas, combinando alguns grandes eixos à organicidade pinturesca. No interior das quadras foram introduzidos jardins coletivos para seus moradores, depois reloteados. Nas vias sempre largas, os passeios semipavimentados, semigramados e muito arborizados passaram a simbolizar a pretendida integração cidade-campo.

A intensa interação edifícios-flora, pela mistura da arborização do espaço público a dos jardins privados, envolvendo casas isoladas em grandes lotes sem muros fronteiros à rua, tornou-se também o registro de área exclusiva, de distinção social, do novo estilo de vida, em contato esportivo com a natureza, ao modo inglês, daqueles integrados à modernidade européia, capazes de (e dispostos a) pagar alto custo para serem identificados como elite cultivada.

O sentido das cidades-jardins altera-se, portanto, radicalmente. Ele é *chic* e *snob*, discriminatório e não socializante. A Cia. City, assim como seus assessores e os próprios compradores acertaram, apesar de lapso causado pela crise de 29, no prognóstico de bons negócios imobiliários. A prosperidade de São Paulo se refez, sustentando nos anos 30 e 40 o crescimento da área contruída ao ponto de anexação dos jardins América e Europa à malha urbana como bairros. Os loteamentos da City se multiplicam e passam logo a ser imitados.

3 As companhias de colonização do norte do paraná

Os loteamentos da Cia. City em São Paulo são típicos de uma fase de procura no exterior pelos capitais europeus de novas frentes de investimento, a fim de garantirem taxas de lucro melhores que as ameaçadas pela concorrência em seus próprios países. O banqueiro francês Laveleye, por contato com a elite dirigente paulista, obtém opção de compra de terrenos em torno da cidade e mobiliza na Europa os recursos com que a City foi fundada na cidade de Londres. Na década seguinte processo semelhante vai ocorrer com a enorme área hoje conhecida como Norte Novo do Paraná.

Sendo sócio e diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate, companhia controladora de plantagens de algodão na África, Lord Lovat vem ao Brasil em janeiro de 1924 como assessor agrícola e florestal da missão Montagu, renegociadora de nossa dívida externa com bancos ingleses. Lovat é conduzido por empresários da elite paulista a visitar terras no estado e na frente pioneira que já atravessara o rio Paranapanema, chegando a Jacarezinho e Cambará no chamado Norte Velho Paranaense. Ali o lord é instado a se interessar por propriedades e negócios ferroviários-imobiliários de seus anfitriões. São apresentadas a ele oportunidades com terras de propriedade do Estado.

O grupo inglês funda no mesmo ano a Brazil Plantations Syndicate Ltd., alterada depois para Paraná Plantations Syndicate Ltd., com capital de 200 mil libras e sede em Londres, que, além de comprar uma fazenda no sudoeste do estado de São Paulo para plantar algodão, aceita prolongar a ferrovia Ourinhos-Cambará e entra em entendimentos com o governo do estado do Paraná visando adquirir terras devolutas. Para isso abre uma subsidiária em 1925, a Cia. de Terras Norte do Paraná, com capital de mil contos e com sede em São Paulo, e por meio dela recebe quase sem ônus, além das obrigações de construir a ferrovia e colonizar a área, 415 mil alqueires (ampliados mais tarde para 525 mil) de terra predominantemente roxa, florestada e habitada por tribos indígenas e posseiros. Logo os trilhos começam a ser estendidos para oeste, transpondo o rio Tibagi em 1929 para entrar 22 km depois, na área a ser demarcada. No mesmo ato dá-se início à construção de um povoado – a futura Londrina – onde se estabelecem os escritórios de venda de lotes rurais, tornando-se centro de controle administrativo e boca de sertão.

"*A Paraná Plantation Limited tinha sob controle, ao mesmo tempo, a Companhia de Terras do Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná com um capital de 1.400.000 libras em ações e 375.000 em obrigações. Aqui a união entre loteamento e ferrovia era total e a colonização não avançava senão à medida em que a contrução da entrada de ferro progredia. A implantação da rede rodoviária não seria descuidada e prestava-se a facilitar o escoamento da produção, ou seja, garantir fretes para a ferrovia*" (Monbeig, p. 239).

O conceito de povoamento vai diferir daquele que dominou a abertura do territóro paulista, com exceção da zonas noroeste e parte da Sorocabana. Os compradores visados não são grandes fazendeiros, mas sobretudo imigrantes europeus e migrantes nacionais procurando estabelecer-se por conta própria, todos em busca de melhoria na fartura das zonas pioneiras. "*Em 1932 já chegavam grandes grupos de compradores de terras, alemães, italianos, japoneses, brasileiros, etc. Em apenas uma semana atendemos 67 pessoas, as quais, com muito aperto, foram todas alojadas no hotel campestre da companhia*" (Santos, p. 70). Trata-se de gente com muito poucos fundos para adquirir terra. Como pressupõe o modelo das cidades-jardins, os pobres dependem de crédito.

Entendo que o adjetivo capitalista utilizado por Monbeig ao se referir ao empreendimento deva ser interpretado como relativo ao *grande capital*, envolvendo fortes investimentos na *produção* da *terra mercadoria*, pela geração da infra-estrutura para torná-la acessível, bem como do sistema de crédito e da propaganda necessários para criar seu mercado, diferenciando-se, assim, da forma *rentista* de venda de terra praticada por proprietários, capitalistas ou não em outros empreendimentos, que apenas esperam a valorização de glebas por povoamento e trabalho externos ao seu negócio.

O parcelamento da terra será, por isso, peculiar: lotes de 10, 15 ou 25 alqueires, retangulares, com frente para rodovia no espigão e fundos junto ao corrego de âmago de vale, procurando garantir, a cada um, um trecho de terras altas ensolaradas, melhores para o café, além de acesso ao transporte rodoviário e à água. À semelhança da proposta social das cidades-jardins, alguma preocupação com equanimidade existiria. Ela estaria

traduzida nas oportunidades o mais possível semelhantes oferecidas àqueles que contassem com dinheiro para uma entrada de 30% e mão-de-obra da família (além de com a sorte) para pagar o restante em 4 anos. Estes parecem ter sido os limites prováveis da igualdade. Monbeig alerta para o indefectível endividamento, em geral feito com quem comercializa sua safra, que suga o valor da produção do bolso do pequeno sitiante e leva inúmeras vezes o campônio brasileiro das frentes pioneiras a fugir, largando tudo quanto tentou conseguir para trás.

Não há restrições ao aglutinamento de lotes, mas forma de cooperativa é alheia a esse plano. A propriedade é privada, embora nem sempre individual. Pode ser associada ou familiar, mas não é comunitária. Ainda assim, alguma semelhança com a problemática tratada por Howard pode ser apontada tanto na ideologia alardeada pela propaganda da companhia, como na sua aceitação na forma de mitos pelos colonos atraídos. Existiria ali um Eldorado verde, solução para a pobreza que procura um chão como seu espaço de melhoria. É possivel aquilatar a força dessa imagem pela ainda atual magnitude da aspiração ao pedaço de chão por trabalhadores, como mostram o Movimento dos Sem-Terra ou a existência de milhares de sem-teto urbanos na nação brasileira.

Também a idéia de alojar esse tipo de gente em um espaço disciplinado pelo plano aproxima projetos aparentemente tão distintos como o do modelo socializante de Howard e o da colonização capitalista paranaense, pois a preocupação com a eficiência econômica está presente em ambos. Os fundadores de cidades-jardins precisam ser bem-sucedidos para, sem outro auxílio que o mutualismo, pagar seu empréstimo e resgatar a terra hipotecada. No Norte Novo o sucesso de alguns migrantes foi a melhor propaganda da companhia. Seu projeto visa a melhoria de todos, muito embora dentro de uma troca em que a empresa fica com a parte do leão. Os ingleses não querem plantar, querem comercializar, tanto a terra como o transporte e, de início, o algodão que, conforme pressupunham, seria cultivado pelos sitiantes. Por isso eles tratam de reunir os elementos necessários para que o assentamento ocorra e a produção possa fluir facilmente para o comércio.

A experiência de um inglês e um escocês entre 1910-20, instalando sítios em 40 mil alqueires de Birigui (SP), teria inspirado o projeto da Companhia de Terra Norte do Paraná (Santos, p. 76). Plano certamente houve, incluindo a construção, além da ferrovia, de rede de núcleos urbanos e de estradas de rodagem, tudo somado à facilidade de crédito, atração propagandística de povoamento, incentivo ao comércio em diferentes níveis, ao sistema bancário, ao transporte de pessoas e da safra para coleta, beneficiamento e distribuição de produtos. Em suma, um projeto de desenvolvimento econômico regional, feito em moldes puramente capitalistas.

Espacialmente o plano, além de comportar o desenho dos lotes rurais, articula uma rede de cidades, ligando-as entre si por rodovias e com a metrópole paulista por ferrovia. Para Monbeig à companhia não interessava privilegiar uma única cidade, pois queria a compra do conjunto de suas terras e para tanto teria de propiciar a dispersão do povoamento. A floresta original deveria receber a cada 100 km cidades articuladas

pela ferrovia e a cada 15 km núcleos menores – os patrimônios – situados no cruzamento de estradas vicinais, com funções de abastecimento imediato e alguma máquina de beneficiamento para apoio das lavouras. Também os diferentes vales são ligados aos respectivos espigões, entre si e com o espigão central, de forma a que a partir de qualquer ponto, após 5 ou 7 km poderia ser atingido um patrimônio ou uma estação de estrada de ferro em área urbana (Monbeig; Levi-Strauss).

Essa rede urbana construiu-se ao longo de 50 anos e vem se compactando desde então ao ponto de hoje poder-se admitir e visualizar uma metrópole norte paranaense formada pela conurbação de diferentes núcleos de espigão, ao longo da rodovia principal. A maior parte desse processo ocorreu após o afastamento dos ingleses e sua substituição por capitais bancários paulistas que, havendo comprado o empreendimento em 1944, alteram seu nome para Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. "*As mudanças políticas no Brasil, depois de 1937, tornaram a posição das empresas estrangeiras no país cada vez mais aleatória. O governo federal apossou-se da estrada de ferro. Os acionistas ingleses passaram a ter cada vez maiores dificuldades para receber os lucros dos investimentos... a exportação de capitais passou a ser severamente controlada e impostos sobre os ganhos estrangeiros tornaram-se proibitivos.*" (Monbeig, p. 239-240).

Depois de Londrina, iniciada em 1929, fundaram-se Cambé em 1930, Rolândia em 1932, Arapongas em 1935, Apucarana em 1938. Já da época dos Cia. Melhoramentos são Astorga, de 1945, e Maringá de 1947. que completam o roteiro do Norte Novo. Esta última, se bem que iniciada sob os ingleses, ou por seus técnicos (muitos confirmados pelos novos proprietários), foram de fato desenhadas e construídas sob a nova orientação, isto é, de banqueiros paulistas. Além disso, com a redemocratização em 1945, todas elas logo passaram a ter prefeitos eleitos e não gestores da empresa.

É certo que hoje muitas dessas cidades revelam manifestações urbanísticas com um requinte de concepção pouco usual no país, dizendo respeito tanto ao trato com a topografia, a vegetação e as águas, como ao desenho rendilhado de certos traçados. Teriam esses benefícios sido legados pelos ingleses?

4. Londrina vs maringá ou década de 20 vs década de 50?

Começando como clareira em plena mata no patrimônio de Três Bocas, o núcleo designado, depois Londrina, por assessores brasileiros da Cia. de Terras do Norte do Paraná, assentou-se, em 1929, no topo quase plano do espigão ao longo do qual seria construída a via férrea. O tabuleiro de xadrez foi escolhido como forma de arruamento. A ferrovia e a estrada de rodagem constituíram os únicos traços quase diagonais a alterar a quadrícula então projetada. O entorno imediato dessa malha foi destinado a chácaras visando o abastecimento local, o que pode lembrar tanto os *green belts* de cidades norte-americanas informadas pelo modelo howardiano, como as chácaras de

auto-abastecimento das cidades coloniais brasileiras e ainda predominantes em São Paulo do século 19.

O projeto tomou a estação do trem por centro urbano e justapôs, perpendicular e meridionalmente a ela, um conjunto de três praças ocupando quatro quadras, ficando a primeira entre o caminho de ferro e a estrada de rodagem e as demais englobando a igreja matriz, mais ao sul, além desta via (depois avenida Paraná). Este trecho logo adquiriu caráter predominantemente comercial. A faixa entre as duas vias, primeiro para oeste e leste e depois mais ao sul, foi sendo ocupada por residências. O norte, lado oposto à estação, *the wrong side of the trails*, demorou um pouco mais a ser construído pelas camadas mais pobres e pelas indústrias. Para Barnabé e Lima, esse zoneamento espontâneo foi gerado pela política de preços da terra aplicada pela companhia inglesa. Por outro lado, indício de que a empresa certamente quis criar uma área residencial de elite é o fato de ter proibido construções de madeira na antiga rua Parahyba, atual avenidas Higienópolis, situada em espigão transversal a dos trilhos, cf. apontam Ferreira e Zangirolani.

A Figura 1 apresenta o plano original da cidade. O traçado ortogonal subiu ondulações a noroeste e desceu ao sul, sem maior interesse pela topografia, gerando alguns aclives de intensidade desnecessária, mas não atingiu nesse momento o fundo dos vales mais próximos. No dizer de seu projetista, Razgulaeff, as ruas projetadas com 24 m de largura, acabaram com 16 m por sua resistência à ordem de Londres para que fossem reduzidas para 12 m (depoimento de 1972 citado por Zangirolani). E, por serem retas, levavam até o primeiro córrego águas servidas ou pluviais e a terra vermelha aluvionada. A vegetação natural foi completamente destruída. O bosque, uma das três quadras de praça citadas, foi reflorestado posteriormente.

Dificilmente pode-se pensar que uma visão pragmática e mercantil deixou de imperar na forma originalmente dada a Londrina. Como toda cidade nova, ela nasceu do nada com um plano físico de conjunto. Essa visão antecipatória do todo é gerada por objetivos claros e precisos. O tabuleiro de xadrez tem sido apontado como típico a experiências colonizadoras e à especulação, muito embora tenha também servido a fins outros. Tratando-se de uma empresa imobiliária, o objetivo maior é a eficiência, a ser medida em retorno monetário ou em rapidez para chegar a esse resultado. Para objetivos de lucro, a escolha do traçado diz respeito à facilidade de sua execução e ao propiciamento de fluxos, de mercadorias e de trabalho (Figura 2). No desenho da Londrina pioneira, o que importa é a conexão rodoferroviária, não a celebração ou a representação.Também a qualidade de vida é secundária nessa etapa. A respeito desses últimos pontos é prudente lembrar que seu nome, derivado de uma metrópole imperial, não faz dela uma subsede de império: para os ingleses, se a necessidade de imposição ou atração alegórica existe, ela não se expressa nem em um urbanismo majestoso, nem em uma composição pitoresca ou bucólica, integradora com a natureza numa referência à liberdade, à moda de seus tradicionais parques urbanos. E para os colonos o que importa é subir na vida, mesmo com sacrifícios do conforto e desconsideração pela sensibilidade estética.

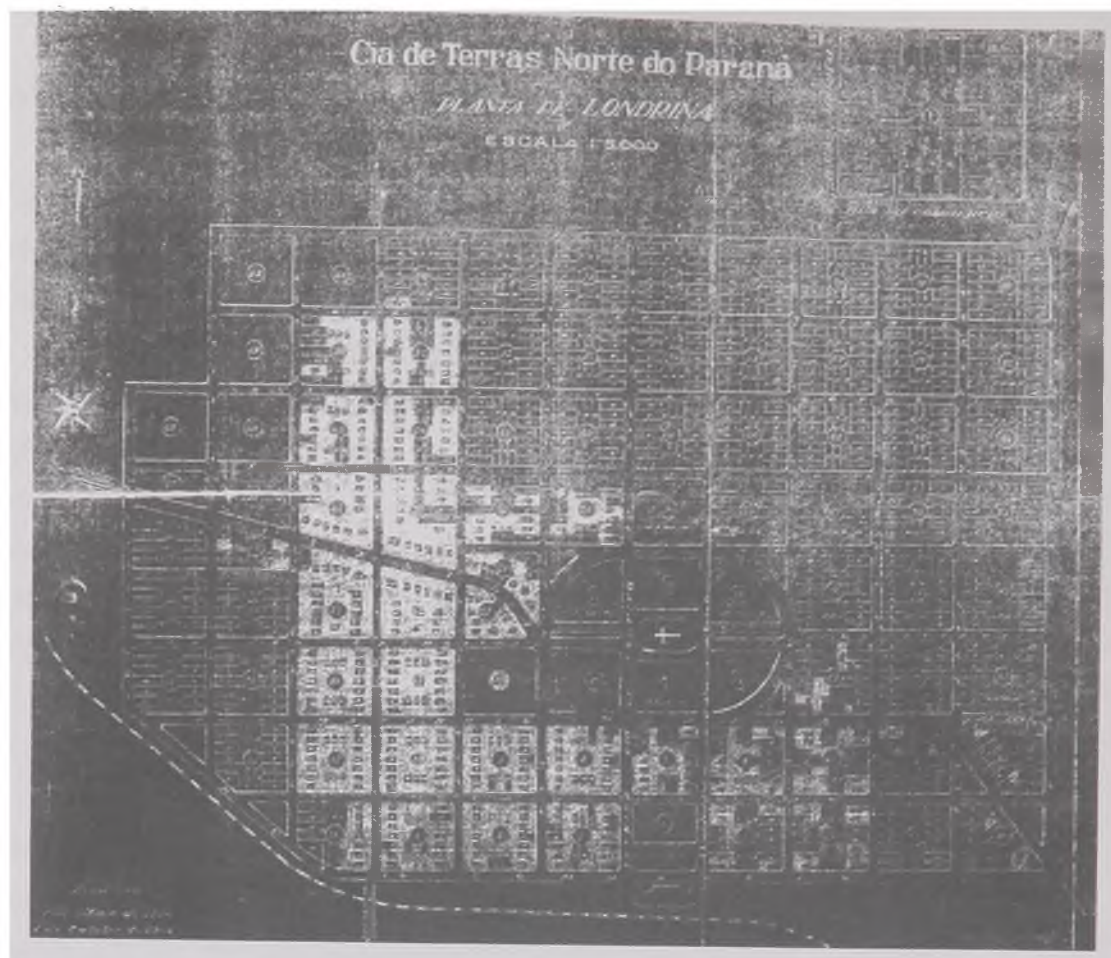


Figura 1
Londrina, reprodução da planta original (Ilustração cedida por Angela Buchmann)



Figura 2
Planta esquematizada (Razente, op. cit.)

Essa planta original foi totalmente ocupada em 20 anos (1929-49) quando a população da área urbana do município se eleva de zero a 35.000 habitantes (Razente, p. 244, 257 e seg). Mas já antes disso os altos preços da terra urbana praticados pela companhia incentivaram o loteamento das chácaras do entorno (figura 3). Por outro lado, a prosperidade do café eleva-se muitíssimo nos anos 50, favorecendo o crecimento acentuado dos setores comercial, de serviços ou mesmo industrial. Nesse momento o Norte do Paraná comparece no cenário nacional como foco de novas fortunas e de oportunidades inusitadas para profissionais com formação superior. Em termos de desenvolvimento econômico e demográfico, Londrina já comporta um mercado suficientemente diferenciado para alterar a tipologia dos parcelamentos das chácaras, incentivando o zoneando de atividades e estabelecendo hierarquia mais clara entre bairros residenciais.

É então que a qualidade do traçado e a qualidade de vida encontram interesse e respaldo dos empresários imobiliários e gestores urbanos locais. É sobretudo o enriquecimeto interno do país e da frente pioneira paranaense que permitem o refinamento dos espaços criados, aborsorvendo quando muito traços isolados do desenho aplicado às cidades-jardins. Seu sentido sentido social sequer poderia ser cogitado sob a égide da grande empresa e dos *self made men* oriundos da era desbravadora.

Londrina teve como dirigentes, até 1940, membros da companhia inglesa. Seu diretor técnico, Davids, foi interventor no período Vargas. Só depois de vendida a empresa (1944) e redemocratizado o país, os loteadores de chácaras e os prefeitos eleitos vão incorporando a preocupação com novos traçados, com obras embelezadoras e novas diretrizes técnicas, dando à cidade qualidade urbanística de destaque.

Se lhe sobrou alguma herança das cidades-jardins, recebeu-a pela vontade desses novos atores. O bairro de Shangri-lá, de vias largas, curvas e arborizadas, aberto na década de 50 na nova área "extramuros" é o primeiro testemunho dessa fase. Foi projetado por Jorge Macedo Vieira, engenheiro politécnico de São Paulo formado em 1917. com experiência adquirida em estágio (1917-20) na Cia. City, no período em que ali se encontrava Barry Parker, projetista de Lechworth e de Hampstead, tendo colaborado nos traçados, então em andamento, do Jardim América, Alto da Lapa e Pacaembu. Vieira desenhou bairros de São Paulo, destacando-se exatamente o da Cidade Jardim e também Vila Maria, Jardim Japão, Vila Formosa e o Jardim da Saúde, entre outros (Artur Andrade). Era companheiro de Prestes Maia, o que teria facilitado à Cia. Melhoramentos Norte do Paraná escolhê-lo para projeto de outra cidade de porte, a cerca de 100 km de Londrina, Maringá, que ele fez, sendo depois também encarregado do plano urbano de Cianorte.

Por outro lado, o próprio Maia foi chamado na década de 50 para atuar na regulamentação urbanística e no plano viário de Londrina. Como mostra Lima, ele veio a desenhar um anel viário parcialmente construído e a redigir leis aprovadas como a de preservação dos mananciais, responsável primeiro pelos belos parques e corredores arborizados de 50 m a cada margem, ao longo dos ribeirões urbanos. Sob esta influência



Figura 3
Londrina, planta atual mostrando diferenciação do traçado urbano (Ilustração cedida por Angela Buchmann)

e também sob o grande prestígio de Juscelino Kubitschek adquirido em parte com a arquitetura de Pampulha e a discussão sobre Brasília, em 1957, foi formado o lago Igapó, por represamento do ribeirão Cambé, obra que definiu o perfil da cidade (Figura 4) e confirmou a direção de expansão de sua área mais rica.

Quanto à Maringá, a cidade verde, é importante notar que, como demonstra Boeira, os ingleses decidiram apenas acerca do projeto de Mariangá Velha, cuja forma é a retícula de ruas estreitas, tal qual ocorrera em Londrina. Mas esse núcleo foi a escanteio depois de 1944, transformando-se em uma das cinco zonas do plano urbano quando a colonização passou para a égide da Cia. Melhoramentos, isto é, dos paulistas. O projeto do centro da atual cidade foi elaborado em São Paulo pelo politécnico que mais tarde seria o autor de Shangri-lá, Jorge Macedo Vieira, colega de Cássio Vidigal, um dos banqueiros novos proprietários. Sem jamais ter ido ao local, mas com base em levantamentos topográficos de grande qualidade, fez um desenho magnífico na beleza, funcionalidade e rigor técnico, que tem com espinha dorsal tanto o transporte como a preservação de dois manaciais.

Como em Londrina, as estrada de rodagem e de ferro são os elementos articuladores da estrutura urbana. A malha longitudinal, ao acompanhar as estradas de ferro e de rodagem, encadeia dois grandes blocos de mata, em forma de ferradura, que preservam nascentes de água e, ao mesmo tempo, marcam os limites entre o centro e os bairros (Figura 5). Destacam-se, ainda, no núcleo central, esplanada de forma retangular, quase como um *mall*, e no conjunto urbano a variação nos tipos de traçados, predominando a retícula no centro e vias concêntricas, a partir de praças circulares, nas áreas residenciais.

A manutenção dos dois blocos de mata nativa dentro do tecido urbano para preservar as nascentes de dois córregos, a implantação clara do zoneamento, as larguras pouco usuais de avenidas e ruas, assim como o plantio continuado de intensíssima arborização das vias e praças públicas parece passar por exemplos norte-americanos de preservação e planejamento, desde Olmstead até as *park ways*. Mesmo assim, a tradição inglesa insinua-se nos focos circulares do desenho urbano, mais próximos aos *circus* introduzidos em Bath do século 18 do que a meras rótulas de trânsitos, ou na forma um pouco gratuita de *crescent* ajardinado do âmbito posterior à praça da catedral, belíssima inovação paisagística também gerada na Bath do mesmo período. Seja dentro da mesma tradição de jardins públicos ingleses, com a promoção dos gramados e da arborização, seja dentro da tradição alemã ou anglo-saxônica do zoneamento, desenvolve-se o ideário e o desenho das primeiras cidades-jardins comandadas por Howard.

"A área urbana da cidade abrangia, no plano inicial, 600 alqueires, com cerca de 5 km de comprimento e 3 de largura. Dessa área, 44 alqueires foram reservados para dois bosques de florestas naturais, com 22 alqueires cada um, localizados em pleno perímetro urbano, cortados pelos córregos Moscados e Cleópatra, respectivamente.

A planta da cidade previu a conveniente localização dos bairros, determinando-lhes previamente a função: residencial, residencial popular, industrial, operário, de

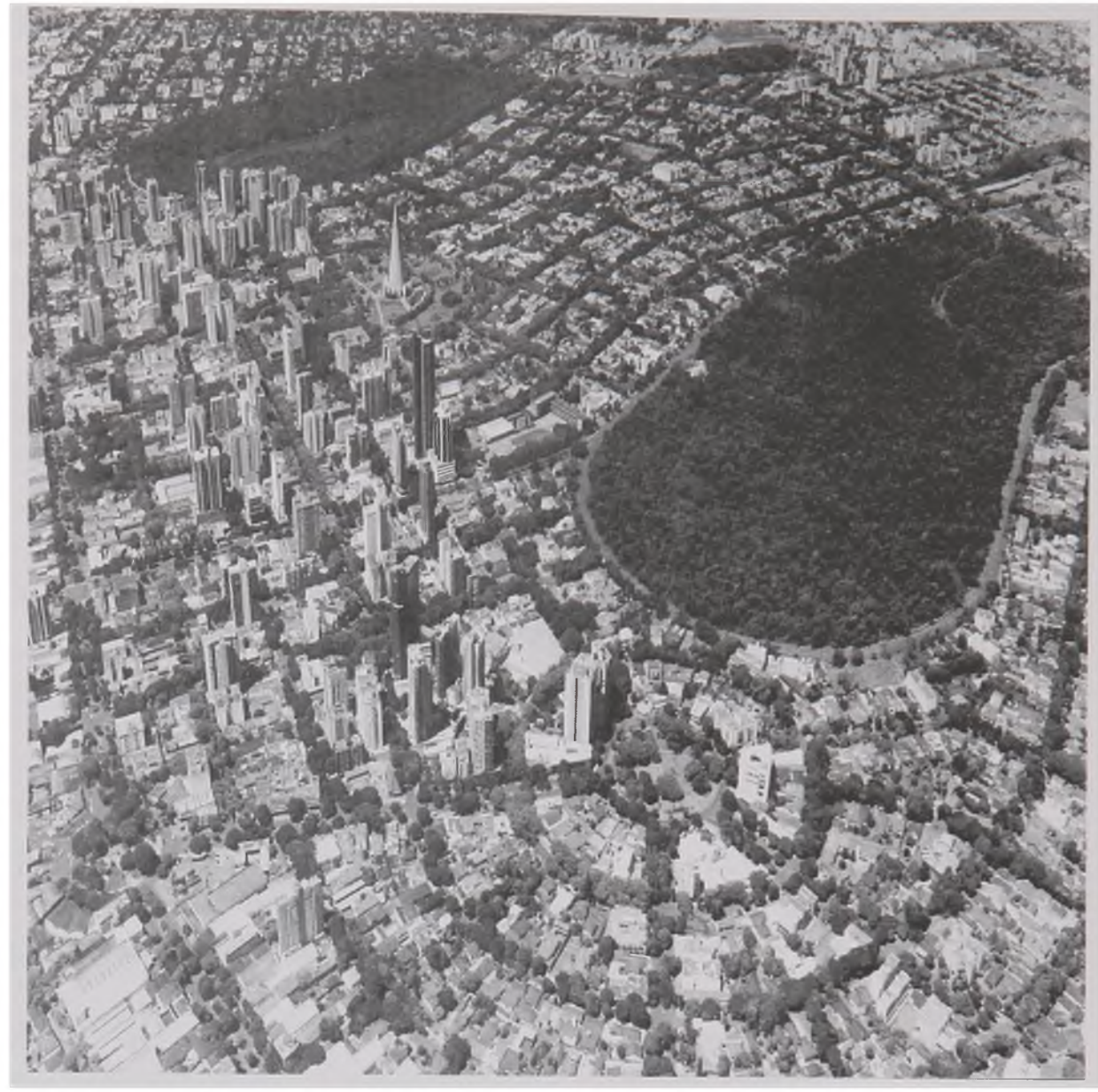


Figura 4
Londrina, panorama parcial atual, com lago Igapó. (Ilustração cedida por Angela C. Buchmann)



Figura 5
Maringá, panorama parcial atual, com bosques e catedral

armazéns (com desvios ferroviários), etc. O centro cívico-administrativo teve a sua localização prevista na parte central da cidade, próximo às estações rodo e ferroviária...

As avenidas foram traçadas em 46, 35 e 30 metros de largura, contando com duas mãos de trânsito e refúgios centrais destinados à arborização e ao ajardinamento. Para as ruas foi estabelecida a largura mínima de 20 metros.

... Há arruamentos ortogonais que dão origem a quadras em xadrez, na zona plana comercial. Já nos bairros residenciais os arruamentos são curvos, com avenidas perimetrais e radiais, estas de acesso mais rápido ao centro da cidade.

O bairro industrial localizou-se junto à ferrovia,... Próximo a ele... o bairro operário e a zona de armazéns... Foram reservados no plano áreas para escolas, igrejas, hospitais, parques infantis, logradouros públicos, além de seis alqueires destinados aos esportes ... Na parte leste, uma área de 90 alqueires foi reservada para o aeroporto... Circundando a cidade,...chácaras destinadas ao abastecimento da população" (Luz, p. 72-73).

A Cianorte, também projetada por Macedo Vieira, apresenta desenho em que o rigor formal é mais do que primoroso, é quase um objetivo em si, afastando-se, por isso mesmo, das lógicas técnica ou social que deveriam presidir um projeto de cidade-jardim. As figuras 6 e 7 permitem comparar as plantas dessas cidades.

Note-se, todavia, que Howard e os arquitetos das cidades e subúrbio-jardins ingleses integram a cidade ao gentil campo britânico, natureza secularmente transformada, sem malária, como tinha então o Norte Novo, nem sinais de antigas matas. A preservação das águas pela reserva de vegetação ciliar parece ligar-se mais à tradição americana iniciada por Olmstead. Neste caso, como no caso posterior da atuação de Prestes Maia em Londrina, pode-se perceber a diversificação de influências que atuam sobre os urbanistas nacionais. Elas não vêm de uma única origem, passando pela França de Haussmann, pelas preocupações americanas de embelezamento urbano ou pelas experiências de planejamento regional nos Estados Unidos conduzidas, já no século 19, por critérios de abastecimento hídrico e, no 20, pela construção de rede rodoviária das regiões metropolitanas do Leste do país (Dal Co).

Dessa forma, nota-se que o rigor urbanístico se difundiu menos por vontade dos ingleses do que *apesar dela, afirmando-se após a retirada do capital britânico.* A herança recebida pelas cidades do Norte Novo (ou Norte Novíssimo em Cianorte) se deu mediada pela formação acadêmica e a experiência prática sediadas em São Paulo. Se ela foi capaz de incorporar aspectos das cidades-jardins quanto ao desenho, revelou também as preocupações preservacionistas acadêmicas norte-americanas e com eixos ao mesmo tempo embelezadores e estruturantes, do tipo haussmaniano, mesmo porque estes não deixaram de estar presentes em Letchworth e Welwyn. E, curiosamente, o resultado desses empréstimos não é propriamente o internacional afirmado, mas, ao contrário, trata-se da afirmação da capacidade nacional a partir do aporte internacional.

É preciso não esquecer que os anos logo após a segunda guerra fazem parte do momento de oportunidade conflituosa de afirmação nacional para a burguesia brasileira, um pouco mais adiante por ela rejeitado. A qualidade das cidades do Norte Novo reflete

apelo confiante dessa burguesia ao conhecimento técnico aqui mesmo, penosamente acumulado e construído, certamente tomando por base a herança técnica e a informação de outros países. A bela configuração das cidades do Norte Novo Paranaense foi conquistada na época áurea do desenvolvimentismo nacional erigido sobre os restos do modelo agroexportador voltado para o mercado externo. Ainda que baseada no café é feita na época de saltos setoriais na indústria, de expansão das oportunidades urbanas de trabalho e em que se acreditava termos superado a condição colonial. Essa era atinge o ápice e dialeticamente a condenação, sob Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 50. Não é à toa que o maior símbolo de Londrina, o lago Igapó, passa por réplica do lago Paranoá de Brasília, mesmo que iniciado antes deste.

5 É O TODO QUE DÁ SENTIDO À PARTE

A análise desses aspectos da colonização do Norte Novo do Paraná nos remete à teoria sobre o caráter da reprodução/renovação da sociedade brasileira. Reconhece-se nela o vigor com que a modernização trazida pelos investimentos estimula mudanças, redefinindo velhas formas de dominação/subordinação.

O que dá sentido aos espaços construídos do Norte do Paraná é a totalidade penetrante em todos os aspectos da vida humana obtida pelo capital. O projeto das cidades, assim como o da região, obedece fundamentalmente à lógica imobiliária. É generoso quando conveniente, mesquinho quando nada se opõe.

Esse sentido deriva também da formulação política com a qual essa penetração tem sido conduzida pelas elites brasileiras em suas relações com o capital externo. Trata-se da associação na internacionalização das oportunidades de exploração do território e do povo, sem deveres de responsabilidade para com ambos.

Nesse sentido, mesmo que na colonização desses espaços tenha havido um pacto tácito de classes pela abertura de oportunidades relativamente amplas de ascenção social, há dificuldade em se interpretar esses assentamentos nos termos das cidades-jardins, modelo cujo fundamento lógico e ético é a preservação de comunidades humanas em relação de responsabilidade harmoniosa consigo mesmas e com a natureza.

A presença local de traços das cidades-jardins constitui, quando muito, uma idéia fora do lugar (Schwartz). Ao sair de seu contexto ela se inverte. A proposta de Howard é esvaziar-se a metrópole e dar melhores condições de vida aos trabalhadores; a essência do desenho urbano de Unwin, Park ou Soissons é respeito e integração à natureza, combinados ao resguardo da privacidade e promoção de espaços comunitários. Aqui se modificaram os termos da proposta: o desenho serve para propaganda, para demonstração, para chamariz; a natureza deve ser destruída e disciplinada; não há metrópole a ser esvaziada, mas o vazio a ser preenchido; não são os pobres que se mobilizam, eles são mobilizados pelo capital; a ascenção não é coletiva, é individual; o planejamento regional não brota das necessidades criadas pelo adensamento liberal,

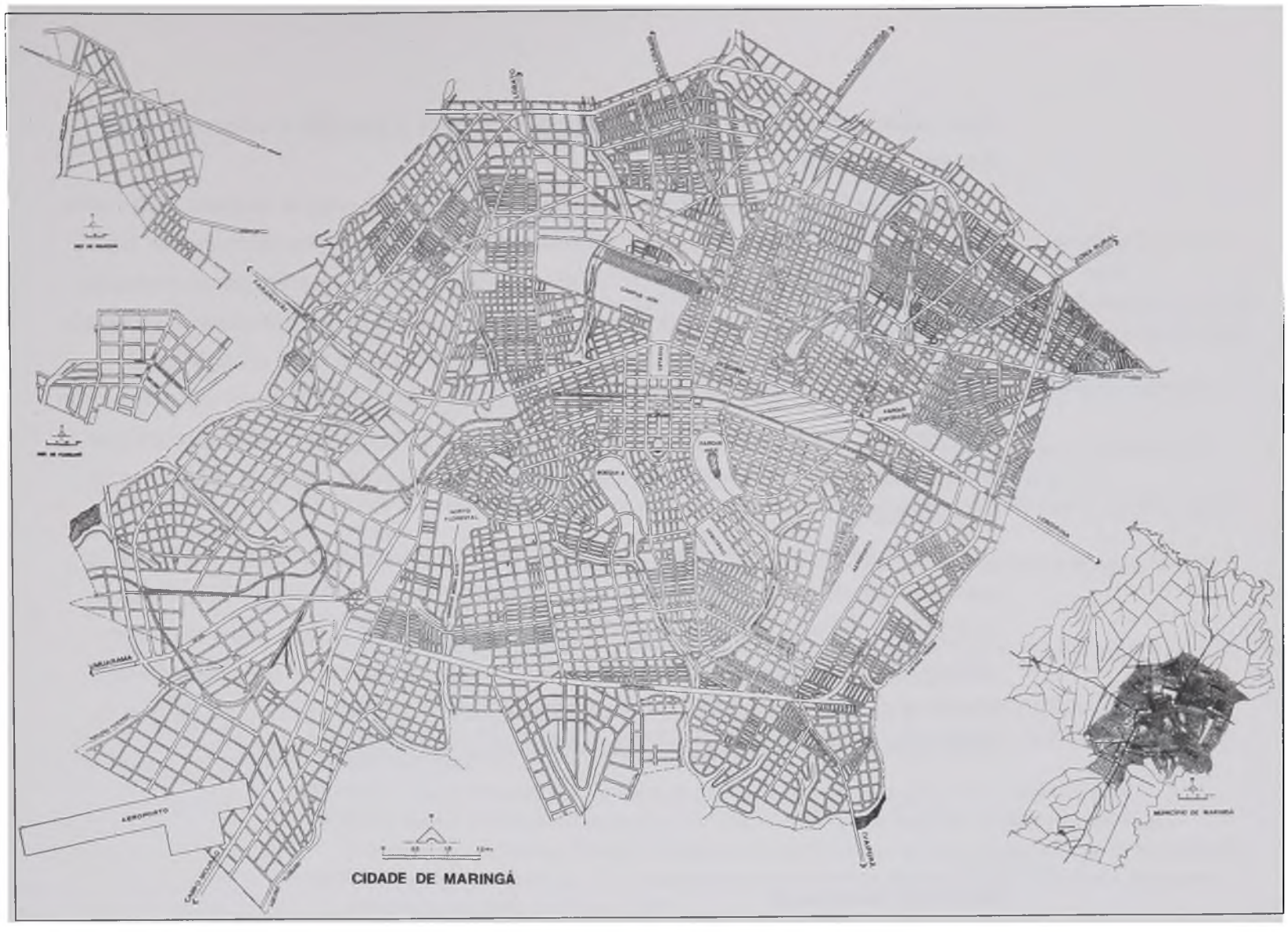


Figura 5
Maringá, planta atual (Razente)



Figura 6
Cianorte, planta original
(Razente)

mas o adensamento é objetivo do plano para a região. O alvo não é o homem, é a renovação do capital pelo lucro.

Na organização do território norte paranaense, são os valores monetários da terra e dos investimentos para torná-la mercadoria que importaram primordialmente. Só depois, num segundo momento cronológico e num segundo patamar de acumulação, prestigiou-se o valor simbólico dos traçados como rigor que poderia destacar a sociedade local, dando distinção à sua elite. É preciso deixar claro que o valor urbanístico das cidades do Paraná dão a elas identidade, mesmo que seja indispensável considerar que os símbolos conseguem vender empreendimentos e candidaturas, além de prestigiar o técnico que tem a oportunidade ampla de projetar e construir segundo sua formação universalizante.

Pode-se reconhecer que o Norte do Paraná nasceu e cresceu quando florescia, em São Paulo e mundialmente, a proposta e o desenho das cidades-jardins. Pode-se reconhecer que seus espaços foram projetados com técnica e zelo. Deve-se, porém, indagar até que ponto na análise da arquitetura e do urbanismo, é possivel separar o estudo da forma e o do conteúdo, procedimento que sustenta a afirmação de que o Norte Novo comporta de alguma maneira o modelo das cidades-jardins.

Maria Irene Szmrecsanyi
Professora Doutora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.
Orientadora credenciada para o curso de pós-graduação.
Membro da CPG.

Bibliografia

ANDRADE, Artur. *Maringá, ontem, hoje, amanhã.* Maringá: Artur Andrade, 1979.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Barry Parker, um arquiteto inglês na cidade de São Paulo.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BARNABÉ, Marcos Fagundes. *A organização do território e o projeto de cidade: O caso da Companhia de Terras Norte do Paraná.* São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

BOEIRA, J. Guatassara. *Arte e técnica do desenho de cidades.* Maringá – PR, 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Geografia, Universidade de Maringá.

DAL CO, Francesco. De los parques a la region – Ideologia progresista y reforma de la ciudad americana. In: CIUCCI, DAL CO, MANIERI-ELIA e TAFURI. *La ciudad americana.* Barcelona: G. Gili, 1975.

FERREIRA, Yoshyia N. *Depoimento durante exame de qualificação de Zangirolani.* São Paulo: FAUUSP, agosto 2000.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã.* Tradução de Marco Aurélio Lagonegro. Introdução de Dácio Ottoni. Apresentação de Maria Irene Szmrecsanyi. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos.* Lisboa: Edições 70, 1986 (c. 1955).

LIMA, Fausto C. de. *Prestes Maia e a modernização de Londrina.* Trabalho programado, parte dos requisitos do mestrado. Orientação de Maria Irene Szmrecsanyi. São Paulo: FAUUSP, 2000.

LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá.* Maringá: Prefeitura do Município, 1997.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios.* São Paulo: Hucitec, Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1982. (c. 1939).

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec-Polis, 1984 (c. 1952).

RAZENTE, Nestor. *Ocupação do espaço urbano de Londrina.* Pernambuco, s/d. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Urbano e Regional, Centro de Artes e Comunicações, Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, Rubens Rodrigues dos. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.* São Paulo: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

SCHWARTZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SZMRECSANYI, Maria Irene. Produção, organização e apropriação do espaço na economia cafeeira: Contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. *Sinopses.* São Paulo: FAUUSP, n. 5, 1983.

_____. Rio e São Paulo, raízes da substituição da metrópole nacional. *Revista USP.* São Paulo: Reitoria, USP, n. 17, mar. 1993.

SZMRECSANYI, Maria Irene, OTTONI, Dácio (curadores). Catálogo da Exposição: *O urbanismo das cidades jardins: A busca do equilíbrio social e ambiental, 1898-1998,* III Bienal Internacional de Arquitetura. São Paulo: Fundação Bienal de Arquitetura - FAUUSP, 1997.

TOMAZI, Nelson D. *Norte do Paraná. História e fantasmagorias.* Curitiba – Paraná, 1997. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

ZANGIROLANI, Ana Cláudia. *A avenida Higienópolis de Londrina.* Projeto de pesquisa apresentado a exame de qualificação para mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2000.

Philip Gunn

NOTAS SOBRE AS TECNOLOGIAS DE CARTOGRAFIA – ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA O URBANISMO DAS CIDADES COLONIAIS NO BRASIL

Resumo

O trabalho trata das imprecisões cartográficas que se acumulam a outras presentes nos primeiros registros do século 16 sobre a vida nas novas colônias sulamericanas. A introdução mostra inexatidões geográficas e representacionais relativas a assentamentos indígenas então existentes no atual estado de São Paulo. A parte seguinte discute problemas nas técnicas cartográficas da fase inicial dos Descobrimentos, relacionando-os à imprecisão da leitura de instrumentos marítimos, tais como a dificuldade em se entender a direção da bússola e as falhas na mensuração longitudinal. Uma terceira parte evidencia estas dificuldades de mensuração com base em disputas cartográficas entre Portugal e Espanha que chegam a 1750. Nesse momento a imprecisão longitudinal mistura-se a interesses geopolíticos das metrópoles, especialmente em questões fronteiriças. Conclui-se que por esta razão o poder da administração colonial baseou-se em formas urbanas de ocupação territorial, as quais mudam, especialmente após 1750, com os novos interesses coloniais.

Abstract

This paper deals with cartographic imprecisions which add to others found in the first registers of the 16th century about life in the new South American colonies. The introduction shows historical, geographical and representational inaccuracies concerning the Indian settlements in the area of present-day state of São Paulo. In the second part, issues of cartographic techniques are discussed in relation to problems of misunderstanding navigational instruments, such as that of reading the "needle direction" attention being especially paid to the imprecision of longitudinal measurement. In the third part, evidences of the difficulties in determining longitude are collected in cartographical interpretation disputes between Portugal and Spain up to 1750. At that time, longitudinal imprecision in maps and geopolitical interests were combined. The conclusion shows that it was for that reason that power of colonial administration was based on the urban forms of territorial occupation, which changed after 1750 according to the new colonial interests.

"Em 11 (novembro de 1752), ajustou D. João de Echevarria com o Coronel Blasco, que o primeiro lanço da linha divisória principiaria do Serro de Castilhos, dirigida retamente ao Serro de Chafalate. Feitas as observações, se assentou de estar o marco colocado na latitude de 34°20'36" Para a observação de longitude não esteve o tempo capaz (...).

Em 24, foram os coronéis notar o lugar onde se havia de abrir o alicerce para o fundamento do segundo marco. Voltaram no dia 25, ficando este marco com o Serro de Chafalote, em o ângulo de 86 graus no quadrante de Noroeste verdadeiro, descontando quinze graus e 30 minutos."
José Custódio de Sá e Faria[1]

I Questões de direção e de distância desde a época do 'Descobrimento'

Numa conferência em Itu, realizada e publicada no início da década de 70 e republicada em 1993, o padre Hélio Viotti tratou do tema "A Aldeia de Maniçoba" Foi este trabalho que forneceu a referência à viagem do militar alemão Ulrico Schmidel, que relatou sua viagem de Assunção a São Vicente nos anos de 1552 a 1553[2] Nessa rota, o alemão atravessou o território dos povos indígenas Carijós e somente depois de cruzar o rio Paraná em direção ao oriente identificou o território da nação Tupi, também chamada de Tupiniquim[3] Na literatura do 'descobrimento' há uma referência posterior a outro alemão – João ou Hans[4] Staden – acerca dos tupis-tupiniquins ocupando um território de 80 milhas para o interior e 40 milhas ao longo do litoral. O padre Viotti acrescenta:

"Trata-se naturalmente de milhas alemãs, de 7.407 metros. O domínio, pois dos tupiniquins, se dilatava cerca de seiscentos quilômetros para o interior, ocupando cerca de trezentos quilômetros de litoral, até Superagui, isto é, a costa setentrional da Baia de Paranaguá (...). Pelo lado norte o limite seria a Ilha de São Sebastião. As medidas são evidentemente aproximativas ..."[5] Dentro desse território também foram estabelecidas distinções pelos jesuítas engajados na obra de redução indígena. Assim, entre as aldeias da Companhia de Jesus foi usada uma diferenciação entre "tupis de campo" e "tupis do Sertão" O padre Viotti acrescenta:

"É certo, entretanto, que na mesma Capitania de São Vicente (...) existiam entremeados entre os tupiniquins e os tupinambás, isto é, tamoios do Vale de Paraíba e da Guanabara, outros índios de raça gê ou tapuia, ora denominados papanazes, ora guaianases, ora maronomomis, guarumimins, guarulhos etc."[6]

Sobre os guaianases ou maronomomis, a biografia do padre José de Anchieta sugere que o modo de vida dessa nação indígena era muito diferente dos tupis, indicando serem índios mais "mansos", não-antropófagos, nômades, monógamos, que

(1) SÁ E FARIA, José Custódio de. *Diário da Expedição e Demarcação de América Meridional e das Campanhas das Missões do R. Uruguai 1750-1761.* In: Golin, 1998, p. 237- 241.

(2) Hélio A., VIOTTI S. J. *O anel e a pedra.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1993, p.155-6.

(3) Para o território dos Carijós e seus vizinhos ao sul, os Ibirajaras, vide também Aurelio Porto. *História das Missões Orientais do Uruguai – 1ª parte.* Porto Alegre: Ed. Liv. Selbach,1954, p. 52-54.

(4) GRUPIONI, L. D. B. (org.) *Índios no Brasil.* Brasília: MEC, 1994, p. 234, apud Hans Staden *"Americae tertia pars memorable provinciae Brasiliae contins", Francofurti as Moenum,* Theodori de Bry, 1592 (fonte: acervo da biblio-teca Mario de Andrade / SMC-SP).

(5) Uma pequena dúvida sobre as informações de Viotti seria sobre a referência "ao lado norte". No fim do século 20, abrindo uma bússola com indicação de um norte magnético, num voo de ponte aérea entre os aeroportos de Congonhas, na metrópole de São Paulo e de Santos Dumont, na metrópole do Rio de Janeiro, a direção do vôo parece quase totalmente numa direção oeste-leste. Confirma-se assim o retrato do litoral entre Rio de Janeiro e São Paulo na longitude dos limites do Trópico de Capricórnio, apresentado no mapeamento preparado pelo cosmógrafo do rei, João Teixeira e publicado em Lisboa em 1612. Vide ilustração p.110, no trabalho de John Monteiro, *O escravo índio, esse desconhecido.* In: GRUPIONI, L. D. B. (org.), 1994, op. cit, p. 105-120.

(6) VIOTTI, (1993, op. cit., p.157). Segundo Hélio Vianna, a tradução de Guanabara para os Tamoios seria "seio do mar" Vide Vianna, Hélio: *Baixada de Jacarepaguá: Sertão e zona sul.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGPC, 1992. p. 36.

não usavam redes para dormir e que eram aliados dos portugueses. Diferencia-se essa nação dos vizinhos *tupinambás, isto é, tamoios.* Entretanto, frente aos limites com o território dos tamoios – aliados dos franceses no Vale do Paraíba e no entorno da Baía de Guanabara – há um certo grau de imprecisão ou confusão nas fontes sobre a fundação de uma nova aldeia com o nome de Guarulhos, nome que, de fato, era de uma nação limítrofe, também chamada de Guaianas ou Maronomomi. Viotti sugere a confusão no uso de determinadas fontes – nos textos de Pedro Taques e frei Gaspar da Madre de Deus – sobre a fundação de Guarulhos:

"O*s tupis nos aparecem aqui fantasiados de guaianases (...). Já é tempo de aceitarmos a argumentação de Capistrano de Abreu, acompanhado na sua tese por Teodoro Sampaio, Rodolfo von Ihering, Antônio de Toledo Piza, João Mendes de Almeida. Desterremos para suas serranias nativas os tais Guainases de Pedro Taques e Frei Gaspar. Repovoemos as aldeias catequizadas pelos jesuítas no século XVI até a fundação de Guarulhos, com os nossos antepassados tupis ou tupiniquins. Piratininga, Jaraibatiba, Pinheiros, São Miguel, Ibirapuera, Mairanhaia, Maniçoba eram aldeias de índios tupis e não de índios guaianases.*"[7]

O padre Viotti também identificou uma fonte documental de 1575 que menciona a localização de uma aldeia de tupis chamada de Maniçoba, localizada próximo às cidades atuais de Itu e Porto Feliz e perto da Serra de Japi, no território de São Paulo. Com base nesse documento[8] Viotti descreve a distância entre Maniçoba e a aglomeração de São Vicente como correspondente a 3 léguas e acrescenta alternativas de interpretação de léguas e milhas nos seguintes termos:

"Tais léguas se contam a partir de São Vicente. Se tomarmos por léguas de três mil braças, comuns no Brasil desde o século XVI, representam pouco mais de duzentos e trinta quilômetros. Seguindo pelo Vale de Tiête 'rio donde embarcavam para os carijós do Paraguai', isso nos traz exatamente a esta região de Itú – Porto Feliz. Por duas vezes menciona Anchieta (...) a distância que mediava entre Piratininga e Maniçoba. Sendo o seu texto em latim, as noventa milhas de que nos fala se devem entender como milhas romanas, de 1.480 metros. Noventa milhas seriam pouco mais de 130 quilômetros. Mesmo com fontes históricas alternativas que indicam um ponto de origem em São Vicente e com as distâncias indicadas como de 40 ou 50 léguas, esse autor acrescenta ... *segundo o padrão da légua então usado em Portugal, nos dariam cerca de trezentos e duzentos e cinqüenta quilômetros, o que é demais*" [9]

Além do problema das diversas medidas de distância usadas nas fontes conhecidas, um outro aspecto de imprecisão surge na literatura sobre as imagens *dos Brasis.* Não se trata de descrições, mas freqüentemente de ilustrações especialmente relevantes para o entendimento dos povos encontrados pelos descobridores. Na interpretação das fontes imagéticas, de informação dos trabalhos e relatos dos viajantes após o 'descobrimento', a professora Ana Maria Belluzzo elabora a distinção importante de gravuras de ilustração e de interpretação[10] Em determinados sentidos, a distinção poderia ser vista como uma questão de graus diferentes de precisão e de

(7) VIOTTI (1993, op. cit., p.158) acrescenta uma referência ao relato de um inglês "*advntereiro*" Antônio Knivet, no fim do século 16, que indica a localização dos guaianases comentando as diferenças entre as nações em termos que enfatizam a sensibilidade do inglês – "*E (ele A. Knivet) distingue perfeitamente os guaianases dos tupis. Localiza-os no fim do século 16 em Caraguatatuba, na Ilha Grande e Angra dos Reis.*"

(8) ibid., p. 158. apud padre Quirício Caxa, *História de la fundación del Colégio del Rio de Enero,* 1575.

(9) ibid., p.159.

(10) Ana Maria de M. Belluzzo. A lógica das imagens e os habitantes do Novo Mundo. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) *Índios no Brasil.* Brasília: MEC, 1994, p. 47.

'fidelidade' em relação ao relato do viajante. Neste sentido, a imagem 'fiel' ao relato poderia ser muito menos independente e 'interpretativa' se contraposta ao trabalho dos editores responsáveis pela publicação dos relatos sobre o modo de vida e os costumes dos nativos encontrados *nos Brasis* depois do 'descobrimento' Entende-se que nas gravuras de ilustração, o autor possui um vínculo com o texto da fonte pesquisada, enquanto no caso "de interpretação" o conceito de imagem distingue-se do conceito de representação, abstraindo-se da realidade local e aplicando outros paradigmas imagéticos à realidade. Numa análise comparativa das lógicas identificadas nos relatos de Hans Staden, Jean de Léry e na edição dos trabalhos conseqüentes de Theodore De Bry no final do século 16, o trabalho da professora exemplifica detalhadamente o salto de abstração e os reencaminhamentos de entendimento presentes nas ilustrações "interpretativas"[11]

Nestes termos, a imprecisão nas medidas de distância, particularmente de longitude, dificulta a compreensão de identidade do lugar. A imprecisão e a distorção presentes nos trabalhos de ilustração, conforme posto, amplia as dificuldades de retratar a arquitetura dos povos indígenas, conforme vista nas fontes dos colonizadores. Nas imagens apresentadas pelo trabalho da professora, nota-se um esforço de figuração nos nativos em ritos comunais de dança, nos modos de tratar prisioneiros e realizar práticas antropofágicas. Mas se nota também entre a ilustração original do livro de Hans Staden e a interpretação "livre" de Teodore de Bry, uma mudança do entendimento do contexto arquitetônico das aglomerações indígenas. Nas imagens apresentadas pelo De Bry, uma praça comunal alterou sua forma geométrica de ortogonal para pentagonal e a arquitetura das ocas exibe formas semicilíndricas em plano e na forma de telhado com aberturas onde se repete ou altera o motivo semicircular da abertura na fachada. Na Figura 2 as ocas possuem laterais arredondadas com outras variações de vedação com palha ou folhas de palmeiras. Mas as similariedades entre Ubatuba e Roanoke na forma de ocas parece como suspeito.

As imprecisões e as possibilidades de má interpretação parecem permear as fontes de relatos e mapeamentos históricos relevantes para o estudo do urbanismo colonial. Entretanto, os problemas com denominações cartográficas não podem ser atribuídos somente ao período do 'descobrimento' Em 1992, nos encontros ambientais da ECO-92 no Rio de Janeiro, procurou-se um lugar para erguer uma maloca simbólica, representando a casa dos povos indígenas do Brasil.

A forma de oca em duas águas aproximou, no campo da arte e da arquitetura, a literatura relevante sobre 'formas rudimentares' da casa de Adão presente nas interpretações de Rykwert[12] mas o endereço de sua localização no festival da ECO-92 deixa registros de uma certa ironia nos caminhos cartográficos de história. Naquele ano, com base numa planta da metrópole carioca adquirida em banca de jornal no centro de cidade, descobre-se que a planta do Rio de Janeiro foi imprimida em Guarulhos e que o lugar de construção da oca – a Colônia Júlio Moreira – ainda surgia

(11) A professora também apresenta seu conceito de forma apresentada nos seguintes termos: "*O conceito de imagem pode ainda ganhar uma necessária dimensão crítica se contraposto à noção de forma. A forma é qualidade universal, constante e única; as imagens são inumeráveis, intercambiáveis, incorpóreas, como sugere Argan. Em oposição à imagem, a forma admitiria uma estrutura e um conceito constante: a natureza.*" Ibid., p. 47.

(12) RYKWERT, Joseph. *La casa de Adán en el paraíso.* Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1974.



Figura1 (acima)
BELLUZO 93, p.51 apud. *A aldeia de Ubatuba* no livro de STADEN, Hans, publicado em 1557

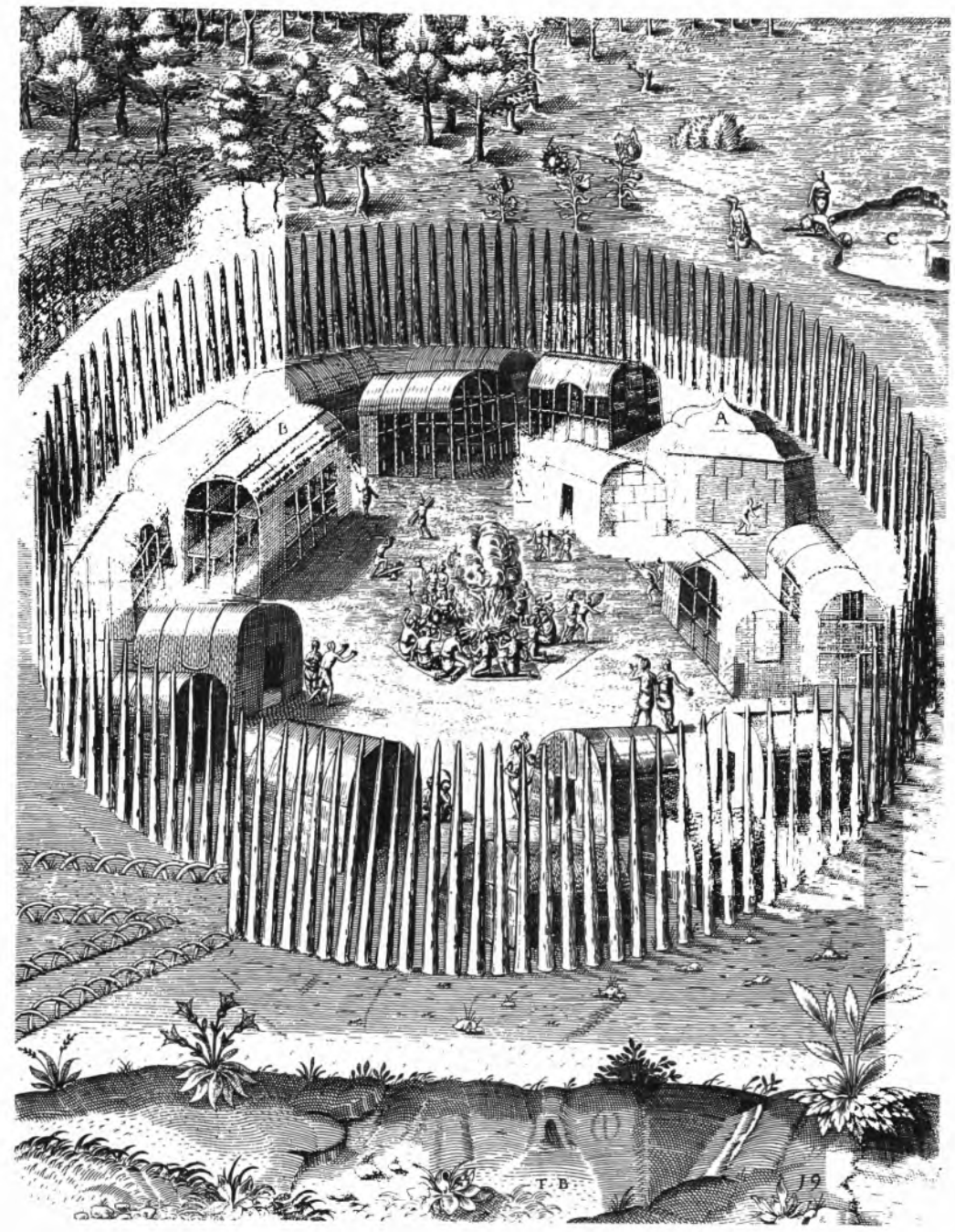


Figura 2
Aldeia Roanoke da nação indígina Algonkians de Virginia Sudeste. Ref: Relatório de Thomas Harriott "A Brief and True Report of the New Found Land of Virginia" sobre a tentativa de fundar uma colônia de Sir Richard Grenville em 1585-6 e seu artista John White Harriott, conselheiro científico de Grenville. A ilustração foi encontrada no livro 'Grandes Viagens' de Theodore de Bry, publicado em 1592

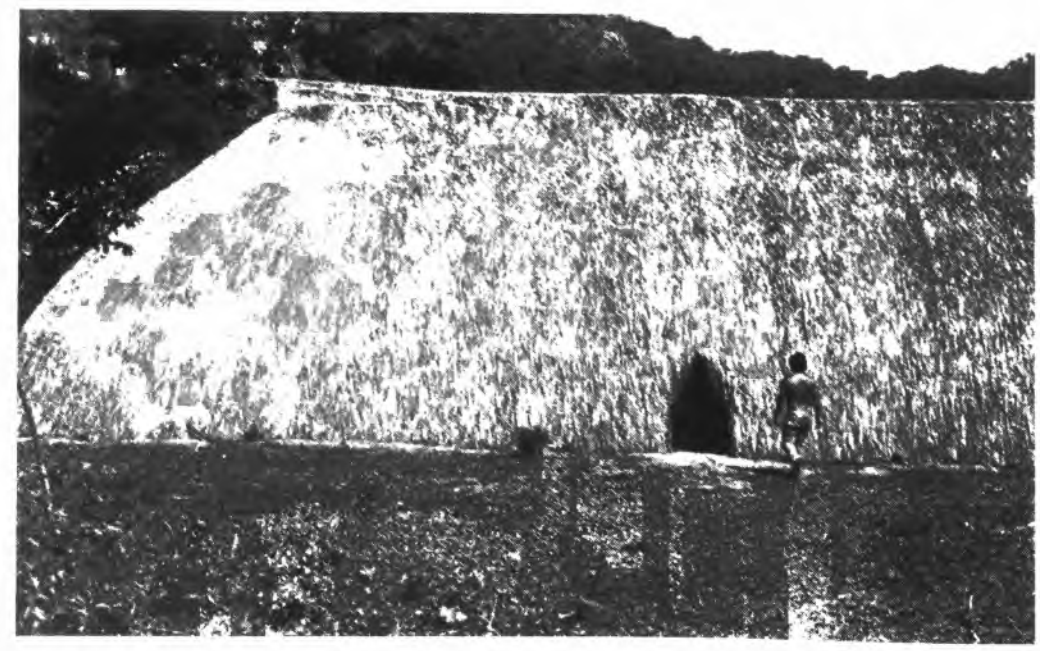


Figura 3
Oca das Nações Indígenas na Colônia Moreira, Jacarapagua, Rio de Janeiro, no Encontro ECO-92

na planta como "Colônia dos Psicopatas" Depois de 400 anos parece que antropófago e psicopata se aproximam para a sociedade brasileira[13] As descontinuidades e imprecisões cartográficas continuaram produzindo ironias históricas na ordem institucional vigente. Mas o trabalho a seguir trata somente de alguns problemas cartográficos no período colonial, quando os mapas coloniais ilustravam dois tipos de áreas geográficas, envolvendo questões de soberania e de conflito, nas interpretações diversas sobre a expressão geopolítica do Tratado das Tordesilhas, estabelecido em 7 de julho de 1494.

(13) No início do século houve uma transferência para Jacarepaguá de uma colônia anteriormente localizada na Ilha do Governador, dentro da Baía de Guanabara.

Uma categoria de ocupação foi o território da colônia centralizado em torno da Baía de Todos os Santos e da cidade de Salvador, sede da administração colonial. Nessa área houve a tentativa de ocupação francesa na década de 1570. Depois da 'derrota' da ocupação francesa de Villegaigon – que procurou estabelecer em 1577 no Rio de Janeiro a colônia "França Antártica" simultaneamente à invasão francesa de Cuba – deu-se a invasão holandesa no século seguinte[14] Mas nos séculos 16 e 17. Portugal – apesar da ocupação francesa e da holandesa – conseguiu elaborar e administrar a ocupação territorial com base num regime de capitanias e na concessão de sesmarias numa área abrangida pela costa atlântica de Natal até os limites ao sul da capitania de São Vicente. Neste caso, a exatidão das fronteiras entre as capitanias foi facilitada pela precisão dos cálculos de latitude e pelo uso de uma geometria abstrata, fixando limites rigorosamente paralelos em linhas leste-oeste. Com essa facilidade, não importava que os limites das capitanias a oeste da linha divisória do Tratado dos Tordesilhas ficassem sujeitos à imprecisão nos cálculos de latitude implícitos nas interpretações deste tratado. Tais limites ficavam longe do litoral e em locais que não ofereciam condições imediatas de ocupação espanhola.

(14) MENDES JR., A., RONCARI, L., e MARANHÃO, R. *Brasil história texto & consulta. vol.1 Colônia*, São Paulo: Hucitec, 1991, p. 22.

Mas nas fronteiras coloniais externas ao Norte e ao Sul, a administração dos conflitos envolveu mediações especiais[15] vinculadas ao uso de força militar e ao poder semi-autônomo dos territórios, na administração delegada às ordens religiosas, com destaque para a Companhia de Jesus e sua obra de redução. Ao Norte, nos territórios do Ceará, Maranhão e 'Grão Pará' desde a foz da bacia do rio Amazonas, alterou-se a disposição de fortes e aldeias de redução em nome da soberania portuguesa[16] Ao Sul, na bacia do rio da Prata, as contendas de soberania possuíram desde o século 17 a mediação da força armada na Colônia Militar de Sacramento, localizada em frente a Buenos Aires, no lado oposto do estuário do rio da Prata e com uma relação conflituosa e disputada do território dos guaranis nos assentamentos das missões, localizados em território entre o rio Uruguai e o rio Paraguai. Trata-se de fronteiras conflituosas não somente entre as potências ibéricas, mas também no século 18 entre, de um lado as potências ibéricas, e do outro o poder espiritual e temporal do papa e de seu braço operativo – a Companhia de Jesus. No século 18, os trabalhos de cartografia antes e depois do Tratado de Madri permitem um entendimento privilegiado dos condicionantes territoriais, que influíram nas formas de assentamento e ocupação empregadas.

(15) Nos três séculos de colonização, os mesmos conflitos incluíram uma diversidade de contendas entre colonizador e colonizado e também entre colonos e o governo colonial.

(16) Sobre o trabalho dos jesuítas na Amazônia a respeito da soberania portuguesa. Vide GOLIN, 98, op. cit., p. 351-4.

2 Instrumentos marítimos, o 'rumo de agulha' e os problemas cartográficos de longitude

Algumas mudanças tecnológicas marítimas relevantes na época das "descobertas" podem ser encontradas em trabalho dos historiadores Trevor Williams e T. K. Derry, apresentado em livro publicado pela Clarendon Press de Oxford em 1960[17] Sobre a instrumentação marítima, esses autores sugerem o uso de métodos 'primitivos' na prática marítima do século 15, envolvendo o uso do compasso, de cartas e de cálculos prospectivos, mas para as novas embarções – Atlânticos exigiam outras tecnologias de navegação[18] Mas nos anos de 1456 e 1467 surgem as primeiras referências ao uso do quadrante marítimo, derivada do astrolábio mencionado por Albuerque[19] Com o emprego de uma base metálica, um marinheiro poderia medir o ângulo de elevação da estrela Polar. No caso do quadrante, a altura da estrela era observado através de furos, cuja elevação era medida por um fio de prumo passando em cima de uma escala gravada em metal. Esta medida era corrigida pela observação da posição relativa de duas estrelas – 'as guardas' – na constelação da Ursa Menor. Essa medida relativa, segundo Williams e Derry, também foi usada para medir o tempo e foi facilitada no século 16 por um instrumento chamado de Nocturlube ou Noturnal, montado para indicar o número de horas antes ou depois da meia-noite. A latitude também era avaliada pela altura do sol ao meio-dia, aproveitando uma tabela impressa das altitudes solares diárias. Outros instrumentos inovadores no século seguinte foram o 'astrolábio marítimo' e o *cross-staff*, mais econômico e útil em latitudes baixas e, particularmente, para medir altitudes estelares, mais fácies do que altitudes solares. Uma transversal era posicionada no cabo principal, com um lado cobrindo o horizonte e o outro apontado para o sol ou para a estrela, com a altitude marcada nas graduações da régua. A partir de 1595, introduziu-se um melhoramento nesta régua, concebido por John Davis, conhecido como o "quadrante inglês" A melhoria mudou a posição do observador, que passa a ficar com as costas para o sol. Um pouco antes surgiu um novo método inglês, indicado por Williams e Derry, de medir a velocidade marítima. No chamado "log e linha" método de calcular a velocidade, dispunha-se uma tábua de madeira ligada a uma corda de nós postos num intervalo de 7 *fathoms*. A tábua era jogada atrás de um navio e cada nó na corda era solto no mar, com o número de nós de meio em meio minuto medido por um relógio de areia ou ampulheta, representando uma velocidade de uma milha marítima por hora. Todas essas observações foram registradas no livro de medidas conhecido pelo "log" Os autores de Oxford apresentaram também ressalvas ante a possibilidade de movimentos transversais ou "*drift*" dos navios.

O primeiro uso de cartas e mapas indicando a posição do pólo magnético apareceu, segundo Williams e Derry, em 1702. Esse avanço facilitou a avaliação da posição dos navios com base em cálculos de direção e velocidade, aproveitando o

(17) WILLIAMS, Trevor I. e DERRY, T. K. *A short history of technology*. Oxford: Clarendon Press, 1960. Vide texto sobre a instrumentação marítima, p. 205.

(18) Sobre os tipos de embarcação incluindo as naus transatlânticos, os brigues, bergantins, corvetas, chalupas charruase sumacas que usaram o porto do Rio de Janeiro no fim do período colonial, vide CORCINO, Medeiros dos Santos, *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p. 33-41.

(19) Vide astrolábio náutico do Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra. In: ALBUERQUE, Luís. *Instrumentos de navegação*. Lisboa: Com. Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, apud. Luciano Pereira de Silva, Obras Completas, II, p. 261.

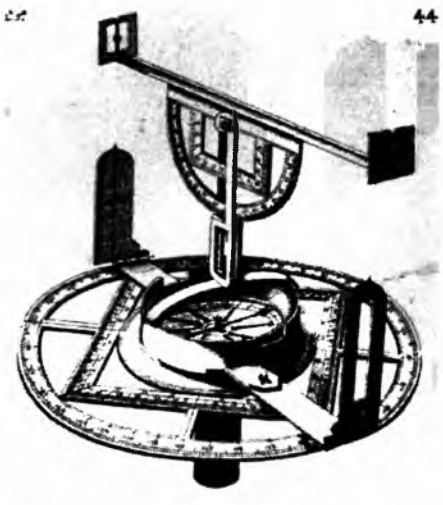


Figura 4
Astrolábio náutico do Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra. Fonte: ALBUQUERQUE, Luis. 1988, 8

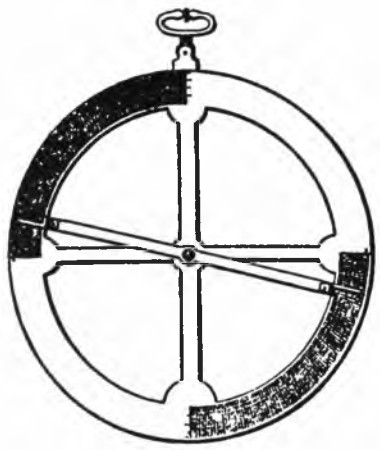


Figura 5
Teodolito do mundo colonial do século 18. Fonte: Biblioteca de Itamarati, em: GOLIN 98, 368, 372

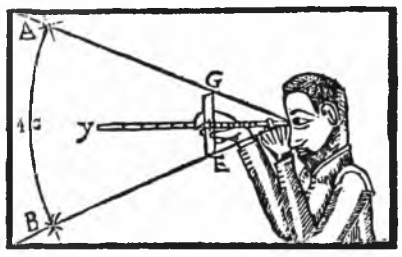


Figura 6
A distância entre duas estrelas pelo uso da virote calibrada no instrumento da Batestilha. Fonte: ALBUQUERQUE,1988, 20, 22 apud. Manuel de Figueiredo, "Chronografia", Lisboa, 1603

"log" dos registros de medidas, mencionado anteriormente. Esses autores concluem que a indicação da longitude era uma questão ainda não resolvida na época: "*O problema de medir longitude no mar ainda persistia, porque exigia desenvolvimento de um cronômetro realmente preciso, mas robusto o suficiente para funcionar bem a bordo dos navios.*

O interesse nessa questão da longitude cartográfica envolveu outros problemas 'técnicos' incluindo os trabalhos cartográficos na Europa e nas colônias na América do Sul. Nesse mundo colonial do fim do século 15, apareceram os trabalhos dos 'mestres do risco' e no século 18 verificaram-se registros de trabalhos dos 'pilotos', com uma contribuição cartográfica importante no meio desse século, feita no Brasil pela Missão dos padres matemáticos. Segundo Williams e Derry foram os holandeses que recuperaram na cartografia a tradição clássica alexandrina de Ptolomeu com seu incentivo a um enfoque científico aproveitando dois métodos cartográficos de projeção[20] A primeira versão do trabalho de Ptolomeu, em grego, foi publicada em Roterdã por Erasmus, em 1533. Antes, uma referência cartográfica foi o chamado *Atlas Catalã*, de 1375, importante como carta indicando com desenhos as rotas de comércio baseadas nas viagens pelo Oriente Médio e pelo Mediterrâneo. Mas houve também influências árabes na cartografia da região.

Nos séculos 15 e 16 a era 'das descobertas' foi interpretada como causa e também efeito do interesse na cartografia. Apareceram os primeiros globos terrestres, que foram novidades que acompanharam Columbo e Magellan. Em 1568, foram publicados os mapas de Gerhard Kremer, o Mercador, os quais foram os primeiros com projeções cartográficas 'modernas' imprimindo os levantamentos de Flanderes. Kremer também foi o responsável pelos instrumentos de observação usados nas guerras de Carlos V. Coletivamente, os mapas de Kremer foram conhecidos como os *Atlas do Mercador* e foram vistos como uma prova da proeminência da Holanda na cartografia, pelo menos até 1736-45, quando os franceses calcularam o arco do meridiano, inicialmente pesquisado em 1670.

Durante esses séculos houve uma tendência do *mapa mundi* tornar-se decrescentemente fantástico. Foram retirados os lagos misteriosos de África, acrescentadas fontes locais sobre os limites da China e um continente mítico nos mares do Hemisfério Sul foi abolido. O primeiro uso de mapas indicando em 1702 a posição do pólo magnético norte foi apresentado por Williams e Derry como um meio de melhorar a navegação marítima e a cartografia terrestre. Finalmente em 1744, C. F. Cassini de Thury iniciou o mapeamento da França por triangulação, numa escala de 1:86.400, que levou 39 anos para concluir[21] O norte magnético teve um amplo aproveitamento no século anterior, inclusive na colônia brasileira. Dele se serviu o primeiro mestre construtor no território paulista em 1630 – o "homem de mato" Pedro Roiz – que, segundo o historiador Afonso de Tauney, "entende o rumo da agulha" e que teria sido contratado pela câmara municipal de São Paulo para corrigir alinhamentos de rua[22] O engenheiro Silva Telles também menciona o trabalho de demarcação de terras feito pelos 'pilotos' nos seguintes termos:

(20) Williams e Derry, 1960, op. cit, p. 230.

(21) ibid., p. 231.

(22) TELLES, Pedro C. da Silva. *História da engenharia no Brasil – Séculos XVI a XIX.* Rio de Janeiro: LTC e Livros Técnicos e Científicos Editora 1984, p. 8.

"*Os trabalhos de agrimensura, para a demarcação e divisão de terras, muito comuns e importantes na época, eram realizadas pelos agrimensores chamados de* pilotos, *porque também trabalhavam com a agulha magnética, tal como os navegantes. É interessante que os agrimensores eram juramentados (...) e tinham os seus instrumentos de medida aferidos pelas autoridades.*"[23]

(23) ibid., p.18.

3 As implicações para a urbanização e o urbanismo das cidades coloniais no Brasil

Trabalhos de exploração de levantamento geodésico e topográfico de território e mapeamento das fronteiras do Brasil foram desempenhados em modos diferentes durante as duas metades do século 18[24] Na primeira metade do século, os arquivos dão destaque para os serviços de cartografia realizados pela Missão dos padres matemáticos, encarregados desde 1729 da feitura do *Novo Atlas do Brasil* e de determinar em 1730 as longitudes e o meridiano de Tordesilhas com o apoio dos avanços da astronomia[25]

É interessante lembrar que a companhia inaciana já tinha, por mais de um século, uma experiência da utilidade das missões 'matemáticas'. Segundo Viotti, o padre Mateus Ricci, que faleceu em 1610, iniciou uma missão na corte chinesa, levando conhecimentos científicos ocidentais de matemática, física e astronomia com o estabelecimento, em Pequim, de um "tribunal de matemáticos". que durou mais de 100 anos[26] Dois membros da missão de jesuítas "matemáticos" ao Brasil, Diogo Soares e Domingos Capassi, foram enviados para cá em 1730 e conjuntamente iniciaram os trabalhos no assentamento fronteirístico da Colônia de Sacramento em janeiro de 1731. Entretanto, segundo Aureliano Porto, houve "*uma desinteligência*" entre os colegas, fazendo com que Capassi regressasse para o Rio de Janeiro em maio daquele ano. Diogo Soares permaneceu preparando os levantamentos cartográficos das defesas de Sacramento e do estuário do rio da Prata. Nos trabalhos efetuados, além das cartas topográficas da baía e da colônia construída e projetada, Soares também incluiu desenhos das fachadas e perspectivas dos prédios principais. Tais desenhos evidenciam a ocupação e o uso militar por meio da forma topográfica do lugar. Tratando-se de uma pequena península, usaram muralhas e fossa na frente terrestre. Nas frentes para o mar, a muralha menor se apoiou nas rochas que impunham dificuldades para operações de desembarque, similares aos casos de Olinda em Pernambuco no século anterior, com suas defesas naturais nas rochas e recifes. Na muralha terrestre da colônia foram incluídas uma entrada principal com uma presença de fossa e portão que se abre para cima e de baluartes calculados a partir das linhas de fogo nos assaltos antecipados. Notou-se também a forma ortogonal de arruamento e de uso das linhas retas na repartição das terras plantadas próximas à colônia.

O padre Soares estava de volta ao Rio de Janeiro em dezembro de 1731. Naquele momento, o padre jesuíta, segundo uma referência de Ferraz, encontrava-se realizando

(24) Vide IRIA, Alberto, "Inventário Geral de Cartografia Brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino", Lisboa, IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, *Revista Stvdia*, 17/04/1966, p. 35-116. Vide listagem das fontes.

(25) TELLES, 1984, op. cit., p. 19.

(26) VIOTTI, HÉLIO A. S. J. *O anel e a pedra*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993, p. 17.

'*primorosos desenhos*' em planta e perspectiva de todas as fortificações do Rio de Janeiro[27] No fim daquele ano, uma nova divisão de trabalhos foi oficialmente sugerida, com o padre Capassi devendo demarcar a costa norte do Rio de Janeiro e Diago Soares indicado para a demarcação das terras de Minas. Cabe lembrar, como foi assinalado no trabalho de Aureliano Porto, o motivo da chegada da missão dos padres jesuítas "*a fim de cartear o sertão de Minas*" além de levantar plantas topográficas em diversas partes do Brasil. No caso das Minas, tratava-se de um pré-requisito para a demarcação das sesmarias e datas das doações que estavam sendo realizadas. Até essa época havia somente uma estipulação de uso de *linha recta em terra firme* para a demarcação das terras que estavam sendo distribuídas no território de Minas Gerais. Conforme o regimento de ocupação de 1702, por outro lado, a distribuição de terras da fazenda real aos solicitantes foi organizada segundo o número de escravos existente na propriedade dos requerentes[28]

(27) ibid, p. 7 apud FERREZ, Gilberto. *Rio de Janeiro e a defesa de seu porto*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1972, p. 70.

(28) Vide o documento "Regimento do superintendente, guarda-mór e mais oficiais das minas de ouro que ha nos sertões do Estado do Brasil 17 de abril de 1702. In: *Documentos Interessantes para a história e costume de São Paulo*. V. LI, São Paulo, Archivo do Estado de São Paulo, 1930, p. 74-88.

Os trabalhos da missão matemática e as plantas de Diogo Soares foram utilizados pelo governo português e se encontram entre os documentos e trabalhos anexos ao Tratado de Madri realizado em 1750. Essa coletânea de mapas preparatórios elaboram um resumo da história das "contendas" coloniais sobre as bases territoriais na divisão papal de soberania entre as potências ibéricas de Espanha e Portugal, desde o acordo anterior do Tratado de Tordesilhas. Sendo descrita em termos de uma certa distância a oeste das ilhas de Cabo Verde, a linha divisória gerou determinados entendimentos geográficos diversos, os quais embasaram as contendas posteriores. Nesses entendimentos distintos, procederam-se a dois reposicionamentos do continente da África em relação à massa continental da América do Sul. Houve duas tendências de 'reaproximação' continental, invertendo a história geológica. Um segundo tipo de contenta diz respeito à referência das ilhas de Cabo Verde como ponto de partida, para a medida ao oeste. Trata-se de variações possíveis a partir do ponto continental mais próximo do centro geográfico das ilhas ou o posicionamento mais ocidental das ilhas. Também foi um terreno de contenda a diversidade de medidas possíveis no entendimento de milhas e léguas. No texto de Viotti, citado anteriormente, há referência às milhas romanas de 1.480 metros e às milhas alemãs de 7 407 metros, propiciando amplas possibilidades de disputas sobre a dimensão das léguas e braças a serem consideradas – se as portuguesas, se as marítimas ou as terrestres... A cartografia dessas 'contendas' está apresentada nas Figuras 7 8 e 9.

Mas a importância dos embates geopolíticos fica evidenciada nas condições institucionais de ocupação territorial que na colonização portuguesa deu-se, inicialmente, pelo regime das capitanias. Na cartografia das capitanias é visível a precisão dos limites entre os territórios administrativos da colônia no sentido de linhas "rectas" de latitude, que podem ser vistas em mapa dos donatários incluídos nos anexos ao Tratado de Madri (Vide Figuras 7 e 10). Afastado dos perigos de invasões francesas e holandesas e com a fixação de datas e a concessão de terras por sesmarias, a divisão interior dos territórios das capitanias parece algo que estava sendo resolvido via questões complexas de

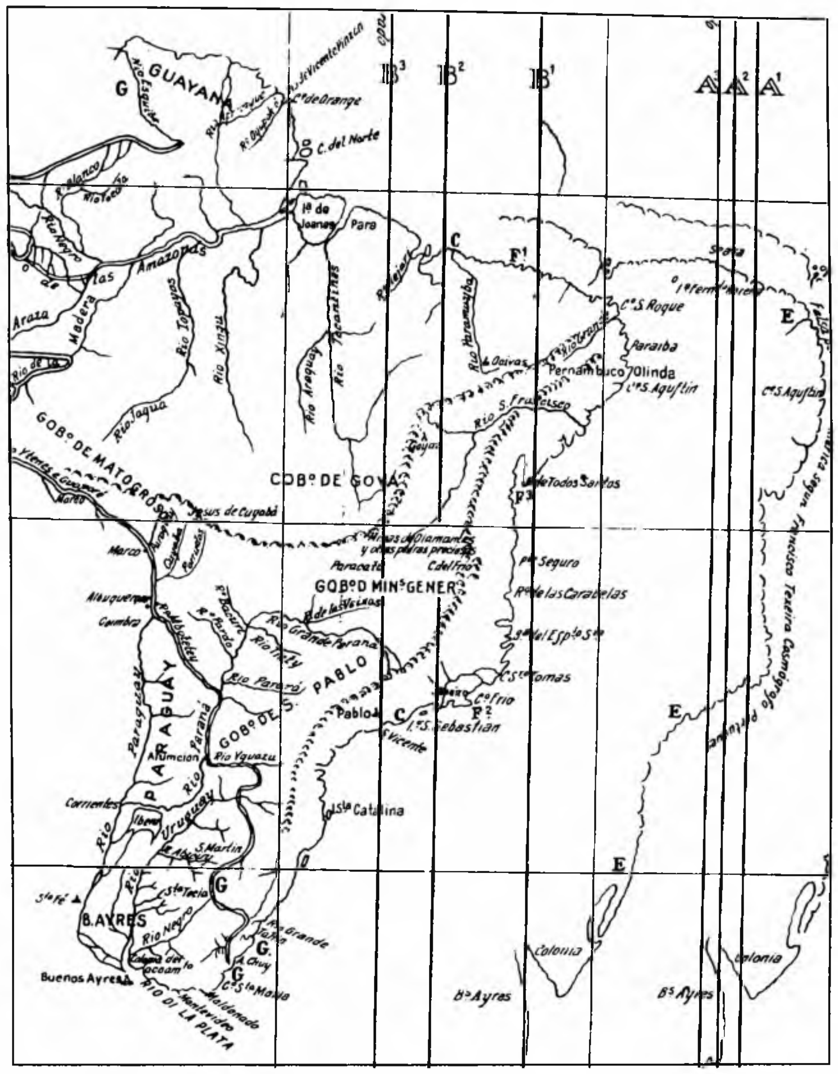


Figura 7
Detalhe das interpretações do Tratado das Tordesilhas, no retrospectivo do Tratado de Madri, 1750. Fonte: MONTEIRO, 1937

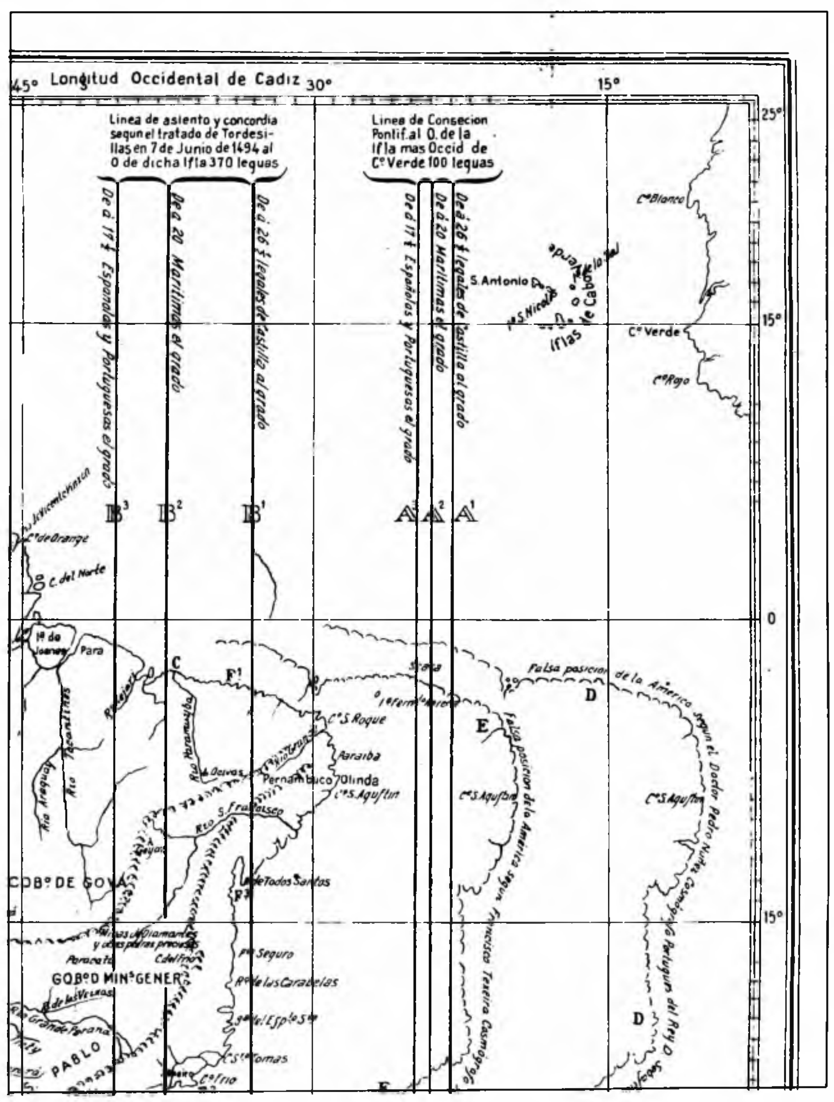


Figura 8
As variações de longitude e os limites das Tordesilhas no Brasil Colonial. Fonte: MONTEIRO, 1937



Figura 9
Detalhe das interpretações do Tratado das Tordesilhas. Fonte: MONTEIRO, 1937

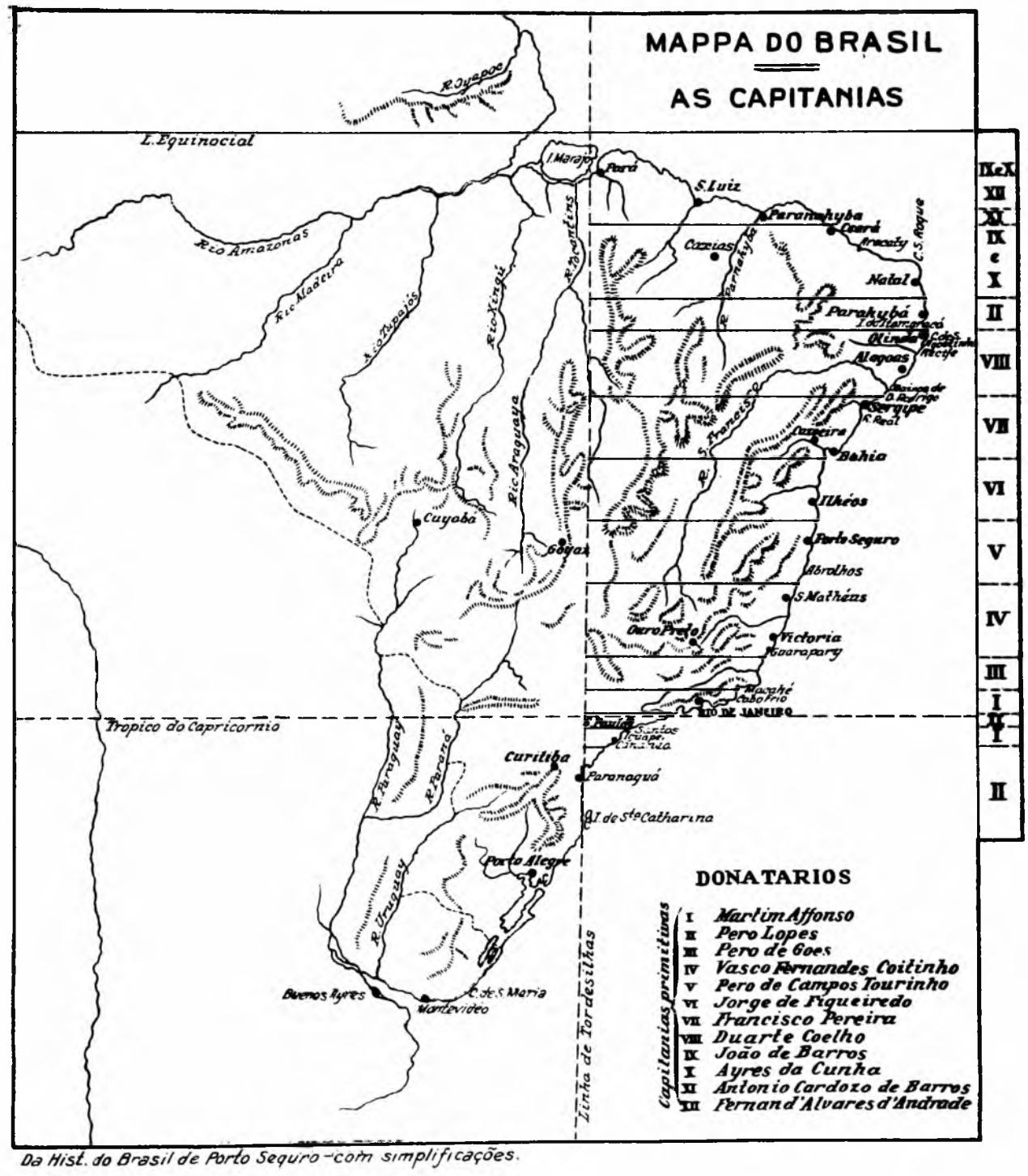


Figura 10
Capitanias 'consorciadas' nos limites ao Norte e ao Sul no mapa das capitanias na colônia do Brasil, incluído na coletânea de evidências cartográficas preparada para as negociações do Tratado de Madri, em 1750. Fonte: MONTEIRO, 1937

geografia, economia e principalmente de diplomacia. Nos limites territoriais ao Sul e ao Norte dessas capitanias, envolvendo a foz da bacia do Amazonas e a bacia da Prata, a determinação da longitude a oeste das fronteiras foi alvo permanente de disputas e contendas pela busca de imposição de soberania entre os estados absolutistas ibéricos. Na cartografia do século 18, as dificuldades com medidas de longitude sugerem sua qualificação, mais do que substituição, pelo uso de limites 'naturais' demarcadas pelas soberanias envolvidas. É nesse sentido que a cartografia do engenheiro-militar e cartógrafo José Custódio de Sá e Faria depois de 1750 teria outras técnicas de medição.

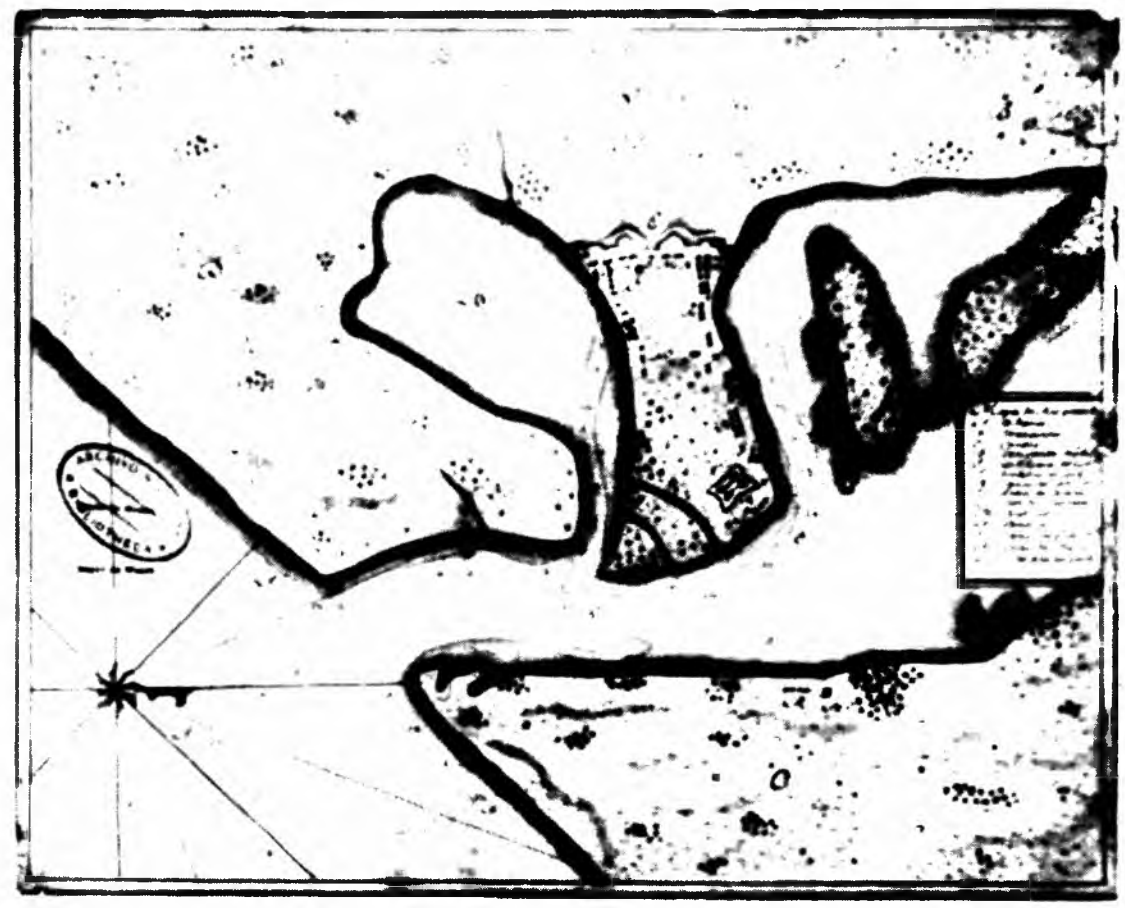


Figura 11
Mapa da entrada da barra do Rio Grande de São Pedro, preparada por José Custódio de Sá e Faria. Fonte: GOLIN, 1998

Philip Gunn
Professor Doutor do Departamento de Tecnologia da Arquitetura.
Orientador credenciado para o curso de pós-graduação.

Bibliografia

ALBUERQUE, Luís. *Instrumentos de navegação.* Lisboa: Com. Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

BELLUZZO, Ana Maria de M. A lógica das imagens e os habitantes do Novo Mundo. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) *Índios no Brasil.* Brasília: MEC, 1994.

FERREZ, Gilberto. Rio de Janeiro e a defesa de seu porto. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1972, p. 70.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica – Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os sete povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul.* Passo Fundo: Ediupf, Porto Alegre: Ed. UFRS, 1998.

GRUPIONI, L. D. B. (org.). *Índios no Brasil.* Brasília: MEC, 1994, p. 234. Apud STADEN, Hans. Americae tertia pars memorable provinciae Brasiliae contins. Francofurti as Moenum, Theodori de Bry, 1592.

GUNN, Philip. As tecnologias de guerra e a forma urbana no brasil colonial. In: VI SHURC SEMINÁRIO HISTÓRIA URBANA, Natal, *Anais*, Natal: UFRN, 2000.

IRIA, Alberto. *Inventário geral de cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino.* Trabalho apresentado no IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, Lisboa: *Revista Stvdia*, 1966, p. 35-116.

MENDES JR., A., RONCARI, L., MARANHÃO, R. *Brasil história texto & consulta.* São Paulo: Hucitec, 1991, p. 22, Colônia.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.). *Índios no Brasil.* Brasília: MEC, 1994, p.105-120.

PORTO, Aurelio. *História das Missões Orientais do Uruguai – 1ª parte.* Porto Alegre: Ed. Liv. Selbach, 1954, p. 52-54.

RYKWERT, Joseph. *La casa de Adán en el paraíso.* Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

SÁ E FARIA, José Custódio de. Diário da expedição e demarcação de América Meridional e das campanhas das missões do R. Uruguai 1750-1761. In: GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica – Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os sete povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul.* Passo Fundo: Ediupf, Porto Alegre: Ed. UFRS, 1998.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

SÃO PAULO (Estado). Regimento do superintendente, guarda-mór e mais oficiais das minas de ouro que ha nos sertões do Estado do Brasil 17 de abril de 1702. In: *Documentos interessantes sobre a história da província de São Paulo.* São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, 1930, p. 74-88.

TELLES, Pedro C. da Silva. *História da engenharia no Brasil – Séculos XVI a XIX.* Rio de Janeiro: LTC e Livros Técnicos e Científicos Editora, 1984.

VIANNA, Hélio. *Baixada de Jacarepaguá: Sertão e zona sul.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGPC, 1992. p. 36.

VIOTTI, Hélio A. S.J. *O anel e a pedra.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

WILLIAMS, Trevor I., DERRY,T. K. *A short history of technology.* Oxford: Clarendon Press, 1960.

Telmo Pamplona

Apontamentos sobre missionários, pioneiros e produtos norte-americanos na modernização industrial brasileira

Resumo

Os apontamentos aqui apresentados abordam a "colonização voluntária" empreendida por imigrantes norte-americanos a partir da metade do século 19, em sua maioria composta por missionários e sulistas vitimados pela Guerra de Secessão. Esses pioneiros pretendiam difundir a doutrina presbiteriana em nosso território. O texto também aborda a "colonização silenciosa" empreendida, menos de um século depois, no pós-guerra, pelos produtos industriais norte-americanos, que verdadeiramente consagram a doutrina do capitalismo industrial dependente no Brasil (centrado em São Paulo). Neste sentido, analisa-se o histórico de quatro empresas de eletrodomésticos instaladas no país nessa ocasião, procurando assim contemplar a questão da dependência tecnológica e a do *style* norte-americano como doutrina estética.

Abstract

The information presented here involves, on one hand, the voluntary colonization by north american immigrants arriving in Brazil during the second half of the 19th century, most of them missionaries and southerners fleeing the civil war, who intended to disseminate their Presbyterian religious doctrine in our land. On the other hand, the text also deals with the silent colonization effected by north american industrial products, less than a century later, which, in fact, consolidated the doctrine of dependent industrial capitalism in Brazil, centered in São Paulo. The history of four manufacturers of home appliances installed in the country at that time is used to analyze the question of technological dependence as well as that of the north american "style" as an esthetic doctrine.



"Uma terra desocupada, vazia e devoluta,
É também uma terra ocupada e populosa,
Que o mundo ocidental em marcha explora
E contra a qual investe para fins de expansão econômica"[1]

HANCOCK, W. K. The moving metropoles. Austin, USA: University of Texas, 1958.
Citação extraída de História e historiografia de Rodrigues, J. H. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 1970, p. 7.

A partir de 1860, com a eleição de Abraham Lincoln e sua política abolicionista para presidir a República dos Estados Unidos, precipita-se um processo de desarmonia interna latente no país entre nortistas e sulistas e inicia-se a Guerra de Secessão. Lembremo-nos de que desde 1803, durante a presidência de Jefferson, com a compra da Louisiana à França, mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados foram anexados ao território americano, é importante salientar, estabelece-se o controle sobre extensas terras férteis, inclusive da bacia do rio Mississippi. Tendo como base a mão-de-obra africana escrava, ali eram produzidos o algodão, que chegou a representar mais da metade das exportações americanas, também suprindo os comerciantes e fabricantes nortistas; o arroz; a cana-de-açúcar e o tabaco. Entretanto, os problemas escravistas começaram a se agravar a partir de 1808, quando foi proibido o tráfico de africanos, alimentando o conflito entre os estados do Norte, partidários do protecionismo econômico, e os sulistas, que se sentiam prejudicados por aquela orientação econômica.

Com a rendição dos sulistas em 1865, assiste-se internamente a um período de ruína econômica e desordem social, agravada pelo problema dos negros[2] Assiste-se também ao êxodo de comerciantes, agricultores e outras lideranças sulistas que iriam engrossar as expedições marítimas missionárias, sacramentando aquela imigração voluntária numa causa missionária – divulgação e reprodução dos princípios presbiterianos para novos territórios[3]

Essas expedições missionárias começam a aportar no Brasil já em 1866, na Baía de Paranaguá, no Paraná, onde aporta um grupo de imigrantes liderados por Horace Lane.

(1) Sobre as origens do conceito expansionista norte-americano de fronteiras políticas, consultar TAYLOR, G., *The turnert thesis concerning the role of the frontier in american history.* Boston, USA: Acath, 1949.

(2) VIANA, Moog. *Bandeirantes e pioneiros.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978, aponta o período 1865/1870 como de empenho do governo norte-americano em substituir a mão-de-obra escrava, valendo-se da arregimentação de grupos sulistas, perdedores da guerra, para transmitir técnicas de plantio e influenciar na "purificação da raça" de novos trabalhadores rurais americanos.

(3) Sobre a filosofia que apóia a atitude expansionista norte-americana – pregação do espírito da liberdade, da modernidade e do progresso – consultar *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história).* BANDEIRA, Moniz. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

Em 1867 o reverendo Ballard Dunn chega a Iguape e Juquiá no litoral paulista. No mesmo ano, um grupo foi para a lagoa de Juparanã no Espírito Santo e outro, liderado pelo coronel Hutchinson Norris, chega à região de Campinas, São Paulo. Em 1868 chegam a Santarém, no Pará, nove meses depois de terem saído do Texas. Gostaram da cultura culinária nortista, daquilo que não conheciam, da canja cozida nas gamelas de barro e do tatu, cozido na própria casca pendurada nos tripés sob o fogo.

Nesse mesmo ano chegam mais imigrantes norte-americanos "independentes" que se dispersam pelas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

"*É difícil dizer se a Guerra Civil e a Reconstrução* (da unidade americana pós-guerra) *foram as causas principais dessas migrações ... pode-se afirmar que, segundo estimativa, dos 10.000 sulistas que deixaram os Estados Unidos depois da Guerra de Secessão, cerca de 2.000 sulistas em sua maioria, radicaram-se no Brasil*"[4] "Numa atitude típica de defesa cultural, os imigrantes desde logo tentaram conservar a cultura, a língua e a religião nativas, valendo-se dos seus próprios professores para os ensinar, de acordo com os métodos da *Little Red Schools* da velha pátria, ... da *Mission Scholls*, escolas protestantes missionárias segundo o modelo nortista novaiorquino ou o modelo sulista (Nashville Committee), ... e as *Escolas Americanas*, instituições de ensino mais elevado (aí teve origem o Mackenzie College, a partir da implantação, em 1870, da Escola Americana de São Paulo, originalmente uma escolinha primária da missão presbiteriana).

Nas décadas de 1880 e 1890 proliferam escolas e igrejas presbiterianas pelo território brasileiro, propagando a ideologia liberal.

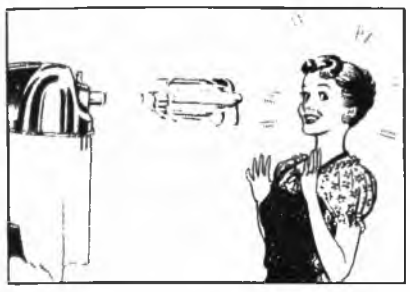
Em 1900, sobretudo em São Paulo, os presbiterianos eram uma pequena minoria diante do processo incontrolável de imigração européia, que na última década do século 19 atinge um número superior a 1.000.000 de imigrantes e renovaria radicalmente a composição do setor agrícola e da nascente atividade industrial (sobretudo em São Paulo, estado que aloja mais de 60% desse fluxo).

Gerados no processo de substituição da mão-de-obra escrava africana, bastante definido no Brasil a partir das três últimas décadas do século 19, preconceitos raciais foram alimentados no sentido de obter uma rápida e eficaz recepção ao imigrante, tido como honrado, habilidoso, alfabetizado e ordeiro (virtudes burguesas). O sertanejo era tido como preguiçoso, o negro como desordeiro e o índio como selvagem e violento. Assiste-se à glorificação da ideologia do camponês europeu livre: terra própria e comercialização do excedente agrícola, como meta do seu assentamento no "mundo novo"

A partir de 1940, menos de um século após a chegada dos primeiros imigrantes americanos ao Brasil, intensifica-se a estratégia americana de conquista dos mercados planetários. Exporta-se com grande intensidade produtos, processos industriais e tecnologia. A missão dos pioneiros aventureiros e missionários foi substituída por um modo mais eficaz de colonização, que substituiu **pessoas** por **coisas** e que vai influenciar categoricamente nossa modernização industrial.

(4) Informação extraída de *Os pioneiros americanos no Brasil.* GOLDMAN, Frank P. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1972. O autor, nas páginas 9 e 10, formula um quadro descritivo bastante dramático daquele momento migratório: "*Terminara, na América do Norte, a guerra entre os Estados; a escravidão negra fora abolida; o Sul perdera a sua Guerra de Independência Sulista. Cansados da guerra civil, da viagem penosa e famintos de terras, vinham os imigrantes da sangrenta escravidão abolida para outra escravidão, em guerra com o Paraguai, e às voltas com o problema da falta de braços. Havia novas utopias para todos e, para alguns, o direito democrático de um homem possuir escravos ... O interior e o litoral de São Paulo receberam a maior parte dos imigrantes. Colônias se estabeleceram nas Provícias do Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Pará e Bahia. Mas uma leva de americanos, não destinada à colonização, conseguiu manter-se em Santa Bárbara D'Oeste e Americana, e para ali atrair os imigrantes das colônias mal sucedidas.*"

Examinemos, pois, de modo mais detalhado, o histórico da modernização ocorrida com quatro empresas aqui instaladas no período pós-guerra. Efetivamente, Consul, Walita, Brastemp e Philips (instalada no país em 1924 como montadora de produtos de sua matriz holandesa), servem-nos para exemplificar o nascimento e a morte de uma utopia mais nacionalista e autônoma do processo de modernização e expansão da indústria nacional.



(5) A coleta de dados e históricos empresariais, além de parte dos anúncios veiculados por revistas da época aqui apresentados, contou com a participação da aluna do curso de mestrado da FAUUSP, arquiteta Érica Negreiros de Camargo.

A sociedade atual supervaloriza as coisas;
Melhor conhecendo-as, talvez possamos entendê-la[5]

Brastemp, Consul e Walita, pequenas empresas nacionais até o início da década de 50, e Philips, subsidiária da empresa holandesa fundada em 1891, tiveram um papel importante na difusão de eletrodomésticos no Brasil do pós-guerra. Todas essas empresas adentraram a década de 60 em vertiginosa expansão para atender a um mercado interno, cuja demanda ampliava-se no mesmo diapasão. Carros e eletrodomésticos constituíam-se nos setores dinâmicos do processo interno de industrialização e, do ponto de vista da cultura urbana-industrial, passaram a delinear uma "cara moderna" de superação do país agrário e importador de bens. A modernização das empresas nacionais dependia da incorporação de tecnologia e *design* dos países líderes industriais, sobretudo dos Estados Unidos, com sua agressiva estratégia de conquista do mercado planetário. No final da década de 60, conforme veremos, as empresas nacionais, por meio de fusões e incorporações, passaram a ser controladas por empresas maiores, estrangeiras, que determinaram ritmos acelerados de modernização. O desenvolvimento experimentado pela indústria de eletrodomésticos em sua fase de implantação, entretanto, deve ser considerado, pois apresentou características exemplares de versatilidade produtiva e de ampliação do mercado interno, numa cultura urbana-industrial ainda em formação.

WALITA

Histórico:

1939 – Começou no largo do Arouche, como nome de Indústria Iluminotécnica Waldemar Clemente, proprietário Waldemar Clemente.
1940 – Mudou-se para o bairro de Vila Mariana.
1942 – Iniciou a produção de ventoinhas para motores a gasogênio.
1944 – Projetou e construiu o 1º motor e o 1º liqüidificador no Brasil, e, ao mesmo tempo, introduziu a marca "Walita" (junção de WA de Waldemar e LITA, nome da esposa).
1945 – Lançou o ventilador (2º eletrodoméstico da Indústria Walita Ltda).
1947 – Transformou-se em sociedade anônima com o nome de "Eletro Industrial Walita S/A"
1955 – Já havia produzido 500.000 aparelhos domésticos – liqüidificadores, ventiladores, motores de máquinas de costura, furadeiras, enceradeiras, ferros de passar, exaustores e aspiradores de pó.











Anúncios de revistas e jornais da época: WALITA (acima) e PHILIPS (abaixo)



1963 – Transformou-se em "Walita S/A Eletro Indústria"
1970 – Foi incorporada às empresas da organização Philips brasileira. Desde então é líder (cerca de 30%) do mercado dos produtos similares produzidos localmente, bem como dos importados.

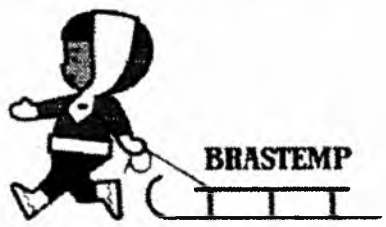
PHILIPS

Histórico:

Fundada por Gerard Philips em 15 de maio de 1891, em Eindhoven – Holanda, chega ao Brasil em 1924 e a partir de 1950, passa por etapas de grande crescimento.
1924 – Ano de fundação do primeiro escritório da empresa no Brasil, no Rio de Janeiro, em 28 de julho. Importava lâmpadas incandescentes e, nos anos seguintes, aparelhos de rádio.
1939 – Início da Segunda Guerra, importações suspensas, empresa sobrevive vendendo dínamos de bicicletas, motores elétricos, aquecedores para torneiras e, até inseticida em pó.
1948 – Instalou em São Paulo uma fábrica de produtos para iluminação.
1950 – Iniciou a produção no Brasil de aparelhos de rádio.
1951 – A sede da empresa foi transferida para São Paulo.
1953 – Iniciou a produção local de aparelhos de TV em preto e branco (partes essenciais da montagem eram importadas).
1955 – Começou a produção local de válvulas, componentes de vidro para lâmpadas.
1957 – Iniciou a produção de lâmpadas fluorescentes e de cinescópios (tubos de imagem) para aparelhos de TV em preto e branco.
1960 – Inaugurou em Guarulhos/SP uma fábrica para equipamentos eletroeletrônicos (rádios, vitrolas e aparelhos de TV); começou a produção local de lâmpadas automotivas.
1965 – Iniciou a produção de reatores para lâmpadas fluorescentes e de vapor de mercúrio (utilizadas na iluminação pública).
1967 – Inaugurou fábrica de produtos de iluminação em Recife/PE.
1970 – Adquire o controle acionário da Walita.
1971 – Começou a produção de aparelhos de TV em cores em Guarulhos/SP; inaugura fábrica em Manaus/AM.
1972 – No plano internacional, a Philips estabeleceu o que viria a se tornar a maior empresa fonográfica do mundo, a Polygram.
A partir desse ano a empresa começa uma escalada vertiginosa no mercado mundial: em 1974 e 1975 adquire o controle da MAGNAVOX e da SIGNETICS, americanas. Em 1981 adquire o setor de aparelhos de TV da GTE Sylvania. Em 1983, incorpora as atividades de iluminação da Westinghouse. Nesse ano a Philips lançou mundialmente o CD, além de atingir a marca de 100 milhões de aparelhos de TV fabricados no mundo. Em 1989 os barbeadores "Philishave" atingiam a marca de 250 milhões de unidades vendidas no mundo.

1975 – Começou a produção de circuitos integrados na fábrica de Recife/PE.
1983 – Adquire a PETERCO, fabricante local de luminárias e reatores para lâmpadas (empresa concorrente até então).
1984 – Lançou no Brasil o toca-discos a laser (CD player).

BRASTEMP

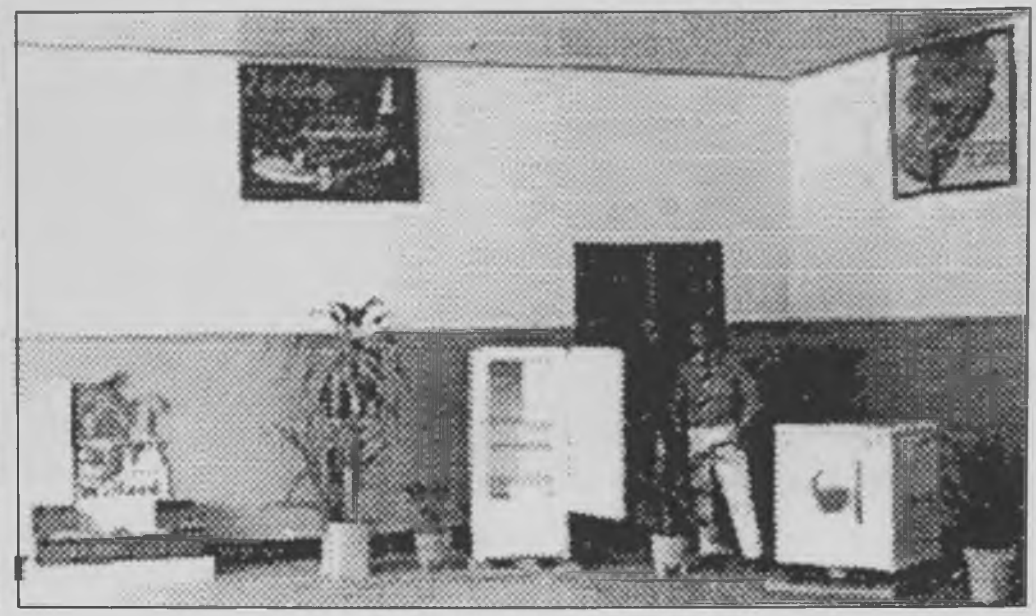


BRASTEMP

Histórico:

A BRASMOTOR foi criada antes da década de 50 com o objetivo empresarial de importar carros Chrysler e Volkswagen, prontos para venda ou desmontados, para montá-los em sua fábrica.
Nos anos 50, passou a montar os refrigeradores Norge, Alaska, Star e Kelvinator.
1953 – a BRASMOTOR decidiu fabricar geladeiras com marca própria, criando assim a Brastemp. Estabeleceu parceria tecnológica com a norte-americana Whirpool Corporation. Logo que foram lançados, os eletrodomésticos Brastemp eram expostos e vendidos na rede de concessionárias BRASMOTOR, com os automóveis. Os primeiros refrigeradores eram arredondados, feitos em chapas de aço com isolamento térmico em lã mineral e portas sem aproveitamento interno. Eram fabricados em um pequeno galpão em São Bernardo do Campo/SP.
1957 – A Brastemp diversificou sua linha de geladeiras, lançando os modelos "Príncipe" "Imperador" e "Conquistador" cujo *design* incorporava o aproveitamento da parte interna das portas, além de melhorar o aproveitamento de todo o espaço interno.
1959 – Por meio de parceria tecnológica com a WHIRPOOL CORPORATION e modernização de sua fábrica de São Bernardo, lançou a lavadeira de roupas, com duas inovações que lhe garantiriam, mais tarde, superar a BENDIX (líder de mercado até então): lavagem por agitação e secagem por centrifugação – a concorrente lavava a vácuo e secava parcialmente por "compressão" Na primeira linha de produção das máquinas de lavar, 500 empregados fabricavam cinco unidades por hora (hoje, na sua fábrica de Rio Claro/SP, 720 empregados fabricam 200 lavadoras por hora).
1960 – Lançou o primeiro fogão a gás, durante a I Feira de Utilidades Domésticas – UD – em São Paulo.
1962 – Lançou a primeira geladeira brasileira de duas portas.
1965 – Lançou a secadora de roupas.
1977 – Lançou a primeira lava-louça brasileira.
1978 – Lançou o primeiro freezer vertical.
1994 – O grupo BRASMOTOR procedeu a fusão da Brastemp com a Consul e a Semer, transformando-as em uma única empresa, a Multibrás S/A Eletrodomésticos.

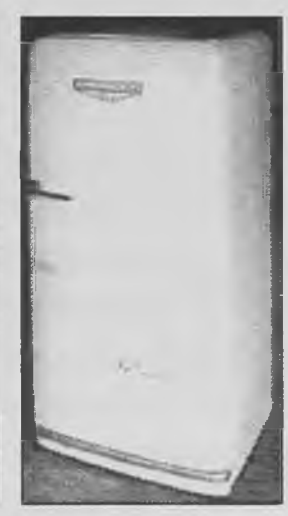


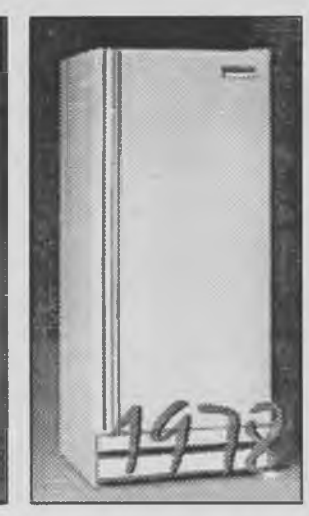


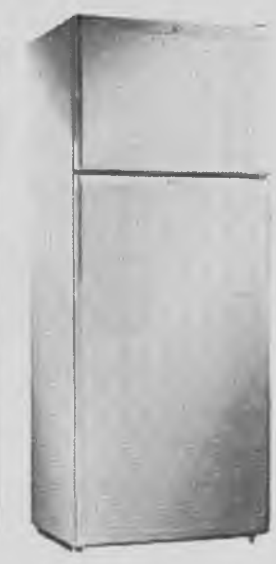
Imagens e anúncios de revistas e jornais da época: BRASTEMP





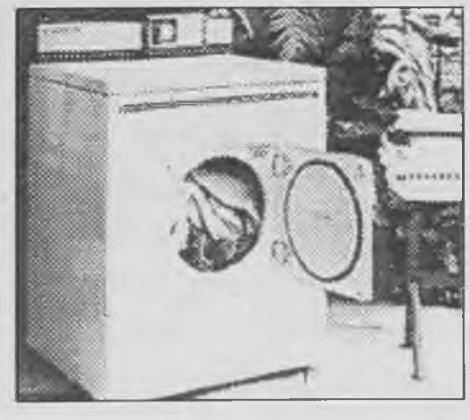














Consul

Consul

CONSUL

Histórico:

A Consul foi fundada em 1950, assim denominada em homenagem ao cônsul Carlos Renaux, figura ilustre da cidade de Brusque/SC, onde moravam seus fundadores. Fabricantes de anzóis de pesca, esses fundadores iniciaram a fabricação de geladeiras a querosene (as geladeiras elétricas eram até então importadas, raras e caras naquela região do país) num pequeno galpão na cidade vizinha de Joinville/SC.

1950 – Início das atividades da empresa com a fabricação de 22 unidades. No ano seguin-te foram fabricadas 230 unidades, 32 das quais foram exportadas para o Rio de Janeiro.

1955 – A empresa instalou-se em nova fábrica, modernizou sua linha de produção com novos equipamentos e máquinas, e chegou à produção de 3.000 unidades/ano.

1956 – Iniciou a fabricação de suas primeiras geladeiras elétricas (note-se que a rede de energia elétrica expandia-se velozmente, no território nacional).

1960 – A Consul adentrou essa década com capacidade de produção de 30.000 geladeiras/ano. Durante esse período, aprimorou o isolamento térmico de seus produtos e lançou novos modelos compactos – o refrigerador "Consul júnior" e o "Supercongelador" freezer vertical de apenas 115 litros de capacidade, obtendo grande sucesso de mercado. Rompeu também com os padrões visuais consagrados até então, adotando cores fortes (sobretudo vermelho e azul), inimagináveis para a época.

1971 – Com tecnologia da empresa dinamarquesa DANFOSS, criou a Empresa Brasileira de Compressores, a EMBRACO, e passou a produzir seus próprios compressores, importados até então. Nesse ano também lançou o primeiro condicionador de ar totalmente produzido no país.

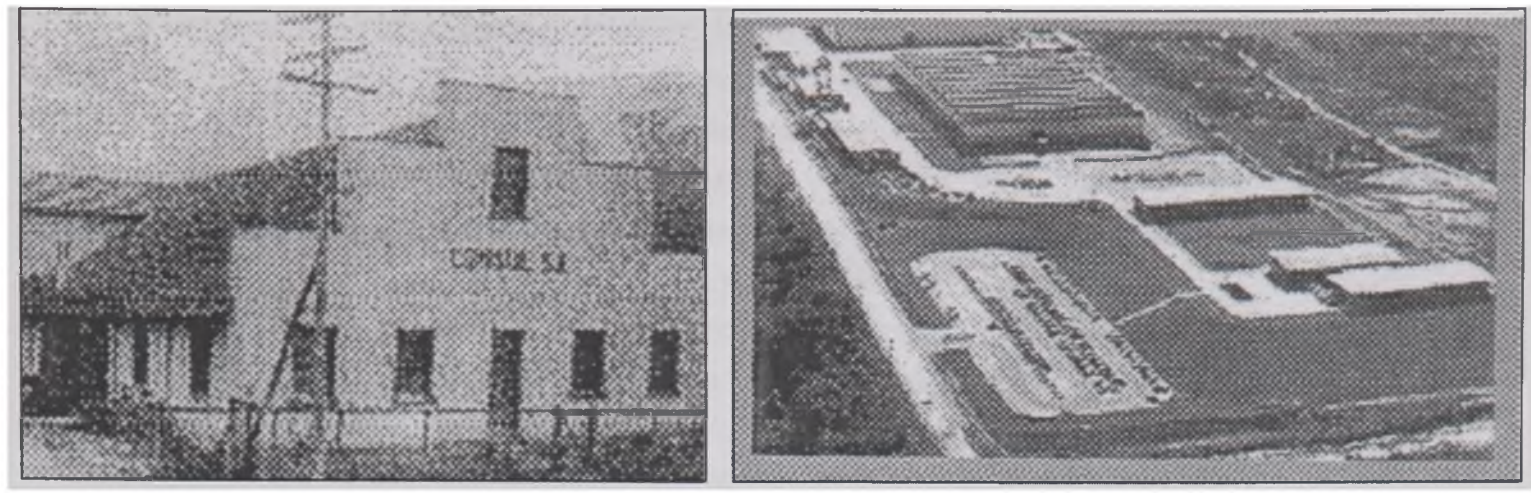
1976 – A empresa foi totalmente adquirida pela Brastemp, passando a ser controlada pelo grupo BRASMOTOR e pela WHIRLPOOL (a compra também incluiu a participação da Consul na EMBRACO). A partir dessa fusão, juntas, Consul e Brastemp somavam 4.000 empregados, 3 milhões de geladeiras já fabricadas, 100.000 m^2 de fábricas instaladas e uma rede de distribuição e assistência técnica espalhada por todo o país.

1994 – O grupo BRASMOTOR fundiu Consul, Brastemp e Semer em uma única empresa, a MULTIBRÁS S/A Eletrodomésticos, totalizando 9.000 funcionários e tornando-se a maior empresa do setor na América Latina.

1996 – Nesse ano comercializou 3.423.000 produtos.

Em resumo

a) Das empresas consideradas, apenas a Philips era originalmente de capital estrangeiro, aqui se instalando em 1924, como escritório comercial de importação de lâmpadas incandescentes e, logo após, de aparelhos de rádio, produtos fabricados em sua matriz (Eindhoven/Holanda). Walita e Consul eram incialmente empresas de capital familiar – até o nome Walita, junção de Wa de Waldemar, seu fundador e Lita sua esposa, denota tal característica – e foram fundadas respectivamente em 1939 e 1950.

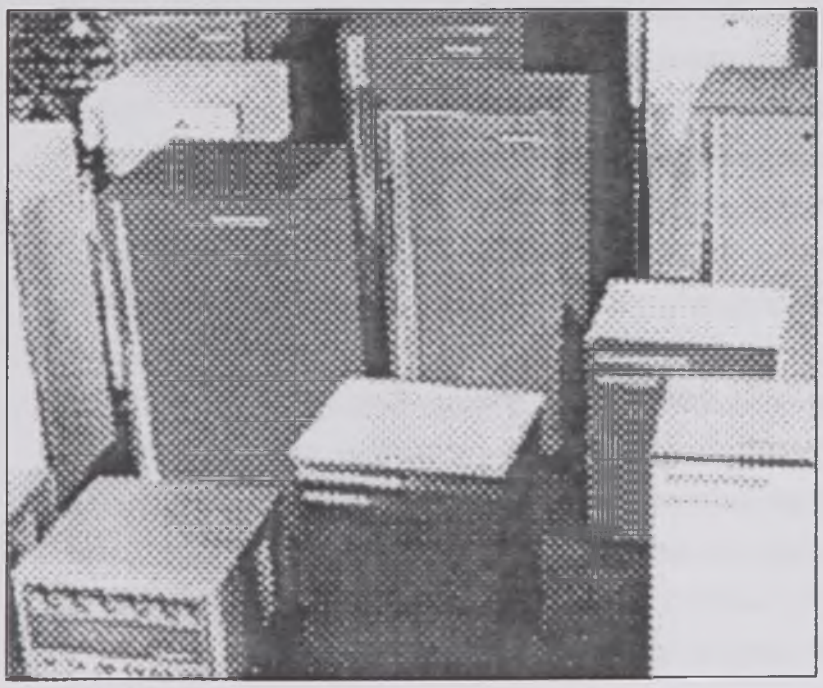


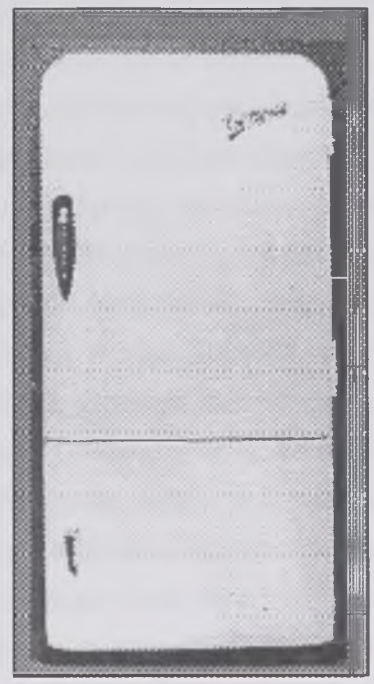
Imagens e anúncios de revistas e jornais da época: CONSUL













A Consul era originalmente fabricante de anzóis e a Walita, de equipamentos de iluminação. A BRASMOTOR (Brastemp), fundada em 1950 como montadora de carros Chrysler e Volkswagen e de refrigeradores Norge, Alaska, White Star e Kelvinator – importava-os desmontados – surge como fabricante local de geladeiras a partir de 1953, caracterizando-se como uma empresa urbana moderna, de capital nacional agrupado, estabelecendo uma estratégica parceria tecnológica com a gigante norte-americana WHIRLPOOL (difícil imaginar uma "parceria" entre empresas tão desiguais...). A BRASMOTOR foi instalada em São Paulo, cidade de enorme concentração da demanda, e com objetivos empresarias definidos, no sentido de atender a um mercado nacional em vertiginosa expansão. Todas essas empresas viveram, durante a década de 50, intensas transformações de porte (planta industrial), processos e máquinas, recursos humanos e gestão empresarial, no sentido de viabilizar sua modernização tecnológica e aumentar sua capacidade de produção.

b) Fusões e incorporações de empresas "familiares" nacionais por empresas maiores, internacionais, de capital aberto, iriam delinear todo o processo de modernização do setor de eletrodomésticos a partir do final da década de 60, intensificando a expansão do mercado interno por meio de "novos lançamentos" em que cada exemplar produzido procurava incorporar ao seu *design* atributos formais de um mundo elétrico moderno, centrado no consumo descartável das sociedades industriais mais desenvolvidas. Esse processo, marca da cultura industrial americana, estimulava o consumo pela aparência de modernidade que impregnava no *design* dos objetos (aí reside uma questão fundamental do chamado *style* americano, uma vez que se associava **modernidade** com **novidade**[6]), ao mesmo tempo em que a aparência e os mecanismos de funcionamento desses objetos anunciavam novas funções domésticas ou a automação de antigas funções (lembremo-nos que a maioria dos lançamentos de novos eletrodomésticos destinavam-se à cozinha, induzindo o fim da vassalagem caseira ou de antigos e morosos afazeres das donas de casa).

(6) Teóricos do industrial *design*, como Tomás Maldonado, não consideram o *style* como atributo do projeto do objeto, senão como mecanismo de venda, em que a visualidade estimula basicamente os impulsos de compra.

Vendia-se um novo comportamento urbano e inaugurava-se um novo repertório visual de produtos elétricos que guardavam muito pouca semelhança com o mundo mecânico anterior. Ampliava-se radicalmente o mercado com a entrada de novos consumidores, agora estimulados por uma conduta moderna para enfrentar velhas rotinas domésticas. Não se tratou, entretanto, da implantação de um hábito de consumo em que a visualidade dos produtos teria absoluta predominância sobre suas funções, mas da articulação entre essa visualidade e a materialização ou *decór* de um mundo novo que estaria a exigir uma nova concepção de hábitat. Graças a essa articulação, uma série de produtos complementares passaram a definir uma lógica decorativa moderna às casas urbanas locais, favorecendo a substituição de exemplares mais antigos e estimulando a compra de unidades para exercer funções complementares (observe nos anúncios da Arno, de 1957, a oferta de algumas "famílias" de eletrodomésticos, compatíveis com os diferentes ambientes das casas).

No crescente mercado industrial nacional (vários autores apontam para uma "demanda reprimida" para esses bens modernos, configurada por setores nacionais da classe média, sobretudo a partir do final da década de 40) estes produtos tiveram uma rápida aceitação, de tal modo que a parceria apontada da Brastemp com a WHIRPOOL Corporation – visando a incorporação de tecnologia, a incorporação da Walita pela Philips (1970) e a incorporação da Consul pela BRASMOTOR (então integrante do grupo WHIRPOOL), em 1976 – constituíram-se numa forma tida como "natural" para a modernização e expansão das fábricas "brasileiras"

c) Como destacamos, *design* e tecnologia norte-americanos foram paradigmas exemplares implantados no mercado interno. A componibilidade de acessórios impulsionados por um mesmo motor (observe o anúncio "*TUDO ISTO NUM SÓ APARELHO*" da Walita, de 1957, em que as batedeiras de bolo podiam transformar-se em moedor de carne ou espremedor de frutas com a instalação de alguns acessórios), a incorporação de "novidades funcionais" aos eletrodomésticos mais antigos (observe o anúncio da enceradeira Walita, de 1953, "*a única com farolete – dá brilho até no escuro*" a simplificação de rotinas consagradas de manuseio (observe o anúncio de 1953 do misturador de massas e centrífuga TURMIX – distribuído pela Walita), o lançamento de novos produtos até então indisponíveis no mercado interno como o fogão a gás, lançado em 1960, a secadora de roupas, lançada em 1965, a lavadora de roupas, lançada em 1977. iam seduzindo o consumidor nacional e contituindo-se num autêntico arsenal da casa moderna carioca e paulistana, verdadeiros paramentos indispensáveis à conquista de identidade neste mundo novo urbano-industrial que se implantava.

d) A ausência de soluções "nacionais" de *design* – observe a foto do refrigerador elétrico fabricado pela Brastemp em 1953, e o anúncio de 1957 do refrigerador Consul, ambos paralelepípedos de cantos arredondados com gavetas internas, que, por outro lado, eram cópias defasadas de similares americanos – foi uma tendência confirmada nas décadas seguintes.

Os produtos compactos e coloridos da Consul, talvez mais compatibilizados com os pequenos ambientes das casas populares, aqui concebidos e lançados em 1960, surgem como manifestação local isolada. Seu relativo sucesso no mercado interno apontava para uma alternativa sem ressonância produtiva na expansão vertiginosa dos eletrodomésticos no Brasil, confirmada nas décadas seguintes.

Missionários presbiterianos e demais pioneiros americanos aqui chegaram em "descompasso" com os outros fluxos imigratórios que iriam marcar o Brasil, a partir da segunda metade do século 19: enquanto o "mundo novo" que povoava o imaginário de outros imigrantes, sobretudo europeus, fundava-se na conquista familiar de um lugar de trabalho e sucesso na terra desconhecida, o imigrante missionário pleiteava a catequese calvinista como condição básica para tal.

Concentrados na cidade paulista de Americana (espécie de refúgio para outros núcleos de colonização malsucedida), algumas décadas depois, talvez tenham ficado orgulhosos da eficácia da catequese deflagrada pelo sistema de objetos americanos, que agora começavam a povoar o imaginário do homem simples caipira...

E o que tem a ver o desenho industrial brasileiro com tudo isto?

Nada!

Nada além da atitude idealista de projetar alguns móveis seriados (sobretudo cadeiras) sob a batuta dos princípios modernistas da Bauhaus, como se a difusão do *style* americano fosse irrelevante para a cultura urbana-industrial nacional ainda em formação no pós-guerra.

Telmo Pamplona
Professor Doutor do Departamento de Projeto
Orientador credenciado para o curso de pós-graduação.

Wilson Edson Jorge

BRASIL / SÃO PAULO – 500 ANOS DE PRISÕES

Resumo

O presente artigo faz parte de texto em preparação para a livre docência. Contém um histórico sobre estabelecimentos prisionais e uma apresentação de novos projetos por nós desenvolvidos para o sistema penitenciário do estado de São Paulo, nos quais foi possível introduzir inovações em face dos estabelecimentos prisionais anteriores.

Abstract

This article presents a historical view of prison establishments in Brazil and introduces innovative architectural projects designed by the author for the penitentiary system of the state of São Paulo. The text is part of a thesis for the Livre Docência (free docency) university examinations

A ETAPA COLONIAL

Relação Câmara e Cadeia

No Brasil, até o século 19, o edifício da prisão fazia parte do edifício da câmara. A câmara exercia atividades administrativas e judiciárias. No período colonial, as eleições eram indiretas, os "homens bons" votavam em seis eleitores que, por sua vez, escolhiam dois juízes ordinários (ou da terra), três ou quatro vereadores e o procurador (que podia exercer a função de tesoureiro em "concelhos" menores). Em "concelhos" mais importantes o imperador nomeava o juiz, chamado de juiz de fora. A organização política aqui implantada era conseqüência do plano colonizador; a população era regida pelas cartas de doações, forais e ordenações do reino.

O governo administrava a colônia por meio de leis e punia os infratores com restrição da liberdade. Nas Casas de Câmara e Cadeia esta relação de poder era muito forte e tornava-se extremamente evidente por estar contida em um mesmo edifício. Os juízes, que eram os detentores do poder em cada "concelho" possuíam pleno domínio da situação, além de funções administrativas e judiciárias. A separação entre estes dois poderes vai ocorrer somente no século 19 e, a partir dessa separação, novas preocupações penitenciárias.

As Casas de Câmara e Cadeia possuíam uma importância maior do que somente o abrigo de certas atividades, elas eram a síntese da relação de poder exercida pelo governo. "*(...) a cadeia era um dos esteios do regime. Penas pecuniárias e corporais eram previstas até nas simples posturas. Nelas os poderes se misturam e o julgamento e a eventual punição para os réus é resolvida dentro delas. A mão do poder estava ali centrada, resolvendo questões administrativas e judiciárias e sob sua visão ficam os detentos por ela condenados.*"

A responsabilidade que a autoridade assumia em relação ao réu resumia-se a julgá-lo culpado ou não. No cumprimento da pena, acabavam-se as preocupações do poder, os detentos dependiam da caridade pública ou de instituições filantrópicas para comer, vestirem-se e receberem remédios. As câmaras forneciam alimentos aos presos somente em dias festivos, quando os alimentos eram colocados em carros e desfilavam pelas ruas acompanhados pelas autoridades. A partir da lei de 15 de dezembro de 1830 os governos passaram a destinar verbas para alimentação de presos pobres, suspendendo as esmolas das sociedades de caridade.

A cadeia era o apoio do regime; penas corporais eram previstas pelas mais simples atitudes. Qualquer um podia ser preso (desde clérigos até oficiais da câmara). As funções da câmara eram exercidas sem remuneração. Prisão e multa eram artifícios para coagirem os munícipes a exercerem essas funções.

No século 14, Portugal estava organizada em "concelhos" regulamentados pelas cartas de foral, onde já existiam paços municipais ou, em alguns casos, só a igreja. Nas aldeias era comum realizarem-se assembléias populares e feiras nos adros das igrejas; mercados ou açougues também se instalavam nos Pórticos dos Paços de

Concelho. Os paços sempre se instalavam na praça nobre da vila e tinham como programa: cadeia, sala de reuniões, corpo-de-guarda, capela e, em alguns casos, torres, sineira, pórticos e escadaria.

Nossas vilas e cidades levavam os mesmos princípios que ordenavam as cidades portuguesas. As cidades portuguesas do século 15 eram cercadas por muralhas, e organizadas por ruas tortuosas. Na elevação mais alta ficava a catedral, seguida pelos Paços de Concelho e, na sua frente, o pelourinho.

Quando Salvador foi fundada, uma das primeiras preocupações das autoridades foi a construção da Casa de Câmara e Cadeia, em pedra e barro, rebocada com cal e cobertura com telhas. Tomé de Souza (governador-geral a partir de 1548), com 4 anos de vivência no Brasil, mandou erguer, em todas as vilas, casas de audiência e de prisão.

As Casas de Câmara e Cadeia localizavam-se no local principal das cidades: na praça central ou no mercado. Elas possuíam quase sempre dois andares: o térreo destinado à prisão e o superior às atividades da câmara. Uma das grandes preocupações quando se erguiam as vilas era sua localização, do pelourinho e da igreja. O pelourinho simbolizava maior *status* para o núcleo urbano, mesmo porque muitas vilas não possuíam esse equipamento. *"Na demarcação do termo da vila, entre outras providências, já ficava reservado e balizado o terreno onde se construiria a Casa de Câmara e Cadeia e, também, o da igreja."* (Barreto, 1978, p.151).

Enquanto não era construída a Casa de Câmara, ou quando eram arruinadas, cedidas ou requisitadas, suas atividades eram realizadas em casas cedidas por empréstimos ou até mesmo na igreja ou nos antigos colégios dos jesuítas. As atividades carcerárias acomodavam-se em edifícios que oferecessem segurança em relação a tentativas de fuga.

No período colonial, recursos financeiros para a construção eram obtidos por vários meios, desde rendimentos de El-Rei, dos donatários, até donativos particulares.

Organização do espaço

Os edifícios de Casa de Câmara e Cadeia existentes atualmente datam do século 17 ao século 19. As Casas de Câmara e Cadeia eram compostas por duas partes: câmara e cadeia. A primeira destinava-se a atividades camarárias e de judicatura. Seu programa variava de acordo com os recursos financeiros do município. Geralmente era composta de uma ou duas salas: Casa da Câmara e Casa de Audiência. A primeira destinava-se às reuniões dos vereadores, onde eram discutidos assuntos do bem comum. A segunda era para audiência dos ouvidores, juízes e julgadores. A partir do século 19, aparecem casas destinadas a arquivo.

A área destinada à cadeia geralmente era maior que a destinada à câmara. Os presos eram separados por sexo, cor e categoria social. Para tanto, haviam diferentes casas de prisão: caza *pª prezos* (expressão genérica para prisão), *sala-livre* (prisão para gente qualificada), *sala-fechada* (para presos em geral), *aljube* (para clérigos), *segredo*

e *moxinga* (salas de tortura, sem aberturas para o exterior) e oratório, devidamente engradado. Para assistência espiritual construíam-se *passos* ou *capelas* geralmente tratadas como edículas, onde havia celebração de missa. Em algumas cadeias existiam as *casas do carcereiro* e as de *corpo-da-guarda*. Há casos em que existia um cômodo destinado ao *hospital*, na verdade simples enfermaria.

As prisões localizadas no andar térreo eram conhecidas como "enxovias" Seu acesso se fazia por escadas de mão colocadas por meio de alçapões localizados no andar superior. Até o século 19 não havia iluminação artificial nas enxovias, enquanto na Casa de Câmara a iluminação se fazia por óleo ou cera ou em aparelhos móveis como lampiões e lanternas.

Quando se projetavam as Casas de Câmara e Cadeia, não havia preocupação com a orientação do edifício. Não era levada em consideração a orientação solar, nem ventos predominantes, ou qualquer outra preocupação de conforto. As reuniões da câmara eram realizadas pela manhã, o que talvez tenha sido um dos motivos para desconsideração dos aspectos climáticos.

As condições sanitárias da cadeia eram, na maioria das vezes, precárias. O problema da superlotação afligia, com certeza, muitas cadeias, como por exemplo em Cachoeira onde, em 1834, havia 100 presos em lugar no qual só caberiam 40. Em muitos casos a situação era extremamente precária e a principal causa era o descaso com os presos. Isso se refletia em canos entupidos, falta de asseio e limpeza, ausência de encanamento de esgoto. Os presos bebiam água introduzida pelas grades da prisão ou contida em barris. No Norte do país, os barris acabaram tendo outra função: de latrina. Em alguns lugares havia latrina dentro da prisão, separada por uma mureta e projeto de levar a água para o interior da cadeia por meio de bicas de madeira. Em Mariana e Ouro Preto o abastecimento de água e esgoto era encanado e, para se evitar fugas, as junções das tubulações eram realizadas em ângulo reto.

Período do império

Antes do Código Criminal do Império de 1830

Até a adoção do Código Criminal do Império de 1830, as práticas de encarceramento no Brasil continuaram a seguir as leis estabelecidas pelo *Livro V das Ordenações Filipinas*. No entanto, as transformações sociais, econômicas, políticas e religiosas ocorridas na Europa no final do século 18 estenderam-se para Portugal e foram trazidas para a colônia, quando da transferência da corte para o Brasil.

O reaparelhamento do sistema político-administrativo brasileiro incorporou modificações em toda a rede de órgãos e postos de justiça e criaram-se novos órgãos como a Intendência Geral de Polícia e o Supremo Conselho Militar e de Justiça.

Depois da Independência, "*a Constituição de 1824, no seu artigo 179, apontava a necessidade de organização, 'quanto antes', de um Código Criminal, para que*



Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto



Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (frente)



Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (fundo)

fossem substituídas as Ordenações do Reino" (Salla, 1997. p. 28). Abolia todas as torturas e penas cruéis (aos "homens livres"), além de limitar os efeitos da pena à pessoa que havia cometido o crime. Determinava ainda que as cadeias fossem seguras, limpas e bem-arejadas, em casas diversas, para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos crimes.

Entre 1824 e 1830, o poder legislativo discutiu e elaborou o Código Criminal. A manutenção da pena de morte na legislação foi constantemente questionada, mas mantida sob a alegação de não haver estabelecimentos em que se pudesse manter os autores de grandes crimes e então, da possibilidade de se impor as penas de prisão com trabalho.

Após o Código Criminal do Império de 1830

As penas previstas no código eram as de morte, galés, banimento, degredo, desterro, multa e as de prisão simples e prisão com trabalho. Haviam penas especiais para escravos e funcionários públicos.

A legislação quanto à construção e aos regulamentos adotados em cada prisão ficou a cargo das Assembléias Legislativas Provinciais, segundo o Código Criminal.

Aos governos provinciais caberia a definição do regulamento, como o sistema auburniano, adotado no Rio de Janeiro e em São Paulo. Às autoridades policiais caberia a definição do funcionamento interno das prisões: formas de inspeção, sistemas de classificação, castigos disciplinares, rações, etc.

Em 1828, foi criada a Lei Imperial que previa a formação de comissões, pelas câmaras municipais, de visita aos estabelecimentos prisionais e de caridade.

Entre as soluções propostas estavam a diminuição das penas dos condenados, sugestões para a divisão dos trabalhos de limpeza da cadeia entre os presos, construções de celas de isolamento, dutos de ventilação e o questionamento sobre o uso misto do prédio, pela câmara e pela cadeia. No relatório de 1834, pela primeira vez, levanta-se a seguinte questão: a partir da necessidade de se classificar e separar os presos, deve-se racionalizar o uso dos espaços da cadeia.

O relatório de 1841 critica mais claramente a situação da cadeia de São Paulo e das pequenas prisões dos quartéis paulistas, salientando que mais se corrompem os indivíduos encarcerados do que se corrigem. Propõe, ainda, a fundação do sistema penitenciário com base na instrução moral e religiosa, no trabalho e na segregação celular noturna.

Ao mesmo tempo em que se debatia a validade do sistema penitenciário interno, uma série de questões surgia no âmbito internacional, ligada à eficiência dos sistemas prisionais: de um lado, o Sistema de Auburn, de outro lado, o Sistema de Filadélfia. Este debate se estendeu ao Brasil quando do início do funcionamento das Casas de Correção de São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1850.

Casa de Correção de São Paulo

"*Apesar da existência da Constituição de 1824 e das novas diretrizes legais em vigor, com o Código Criminal do Império, de 1830, e com o Código de Processo, de 1832, o país continuou por muito tempo mergulhado em práticas e rotinas de encarceramento que não se distanciavam daquelas realizadas durante o mundo colonial e que freqüentemente denunciavam o viés violento e arbitrário da sociedade escravista.* (Sallas, 1997, p. 48.)

Durante a década de 1850, foram inauguradas várias penitenciárias pelo país: em Pernambuco (1855), Paraíba (1852-1857), Bahia (1850), Rio de Janeiro (1850) e São Paulo (1852).

Assim, "*em meados do século passado, entraram em funcionamento as Casas de Correção do Rio e de São Paulo*" significaram elas uma ruptura com o padrão que vinha existindo de prisões, com uma nova proposta de organização espacial abrangendo isolamento dos indivíduos nas celas, espaços específicos para oficinas de trabalho, de higiene do prédio e com um conjunto de normas de condução da vida prisional. Por meio de instalação dessas casas entra em vigor, no Brasil, um novo ideal de encarceramento que traz a necessidade de regenerar o preso para trazê-lo de volta ao convívio social.

A Casa de Correção de São Paulo fez parte de um conjunto de construções estaduais voltadas à regeneração de todo tipo de indivíduo marginalizado como crianças órfãs, loucos, doentes pobres, etc.

Em São Paulo, a Casa de Correção foi construída longe do centro, em frente ao Convento da Luz, na atual avenida Tiradentes, seguindo modelos arquitetônicos de prisões européias e norte-americanas.

Adotou-se o partido cruciforme com 4 raios, cada um com 40 celas individuais, medindo 1,10 m de largura por 2,35 m de comprimento e oficinas de trabalho. Os trabalhos de construção da Casa de Correção tiveram início em 1838. O conjunto completo só foi concluído por volta de 1900.

A casa de correção possuía um regulamento que estipulava regras para o funcionamento cotidiano, como o silêncio, o trabalho em conjunto, o isolamento noturno, atividades educativas e religiosas, etc.

A lentidão na sua conclusão e o crescimento do número de encarcerados nas cadeias da capital e de comarcas do interior evidenciou a fragilidade do sistema prisional da província de São Paulo. Além disso, o calabouço da Casa de Correção de São Paulo foi usado como cárcere de escravos (fugidos ou dignos de penas severas) ou africanos livres; durante todo o segundo império, a taxa de óbitos dentro da casa foi em média de 20% ao ano, incluindo altas taxas de suicídio.

Por outro lado, o modelo disciplinar de trabalho diurno com silêncio e cárcere individual noturno, o modelo auburniano, encontrou enormes dificuldades para ter sucesso: entre as oficinas para funileiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates, chapeleiros, encadernadores e marceneiros, apenas a de encadernação era dirigida por um mestre de ofício. A limpeza e o preparo do alimento da casa era feita principalmente por escravos

ou africanos livres. De qualquer maneira, na prática, cabia ao diretor da casa de correção a fiscalização e correção das normas legais estipuladas previamente.

A Cadeia na Tiradentes

A partir de 1870, passou-se a discutir a melhoria da qualidade das cadeias e casas de correção como um conjunto amplo de regeneração. O pano de fundo desse período constituiu-se em profundas modificações que passaram a ocorrer na sociedade brasileira, em especial na paulista.

É importante lembrar que o período de maior crescimento relativo da cidade de São Paulo se deu entre 1870 e 1890, quando a cidade passou de 20 a 60 mil habitantes, o maior crescimento relativo de sua história e que teve como base, principalmente, o fluxo migratório europeu. Esse crescimento desmesurado, que prosseguiria pelo século 20, além de mudanças drásticas nos usos e costumes da cidade, levou a um aumento da criminalidade, no qual o imigrante também teve sua participação, passando a ser considerado como um fator de distúrbio e de preocupação.

Segundo o chefe de polícia de São Paulo, João Augusto de Pádua Fleury, em 1880 "*avultam sobretudo os atentados cometidos pelos estrangeiros vagabundos, turbulentos e vadios, que perseguidos na Corte e em outros lugares, encontram pela linha férrea fácil ingresso nesta Capital. Graças à docilidade dos brasileiros, esses hóspedes inoportunos vivem à sombra de uma proteção que não merecem. A ousadia tem chegado a ponto de atacarem os transeuntes à mão armada, nas ruas mais freqüentadas...*"

Simultaneamente, os ideais positivistas começaram a penetrar na estrutura política brasileira, influenciando gradativamente o modelo ideal de sistema penitenciário. Ainda em 1870, em função da necessidade de mais vagas prisionais, foi desapropriada parte do terreno da casa de correção, para a construção de uma nova cadeia.

Cinco anos mais tarde, houve a transferência dos presos da Cadeia de São Gonçalo para a casa do diretor da casa de correção, adiando a execução dos modelos penais em discussão.

A partir de então, o terreno da avenida Tiradentes abrigou, na parte dianteira, a casa de detenção e, logo atrás, a penitenciária.

De qualquer maneira, nenhum sistema penitenciário foi colocado em prática, acalorando o debate sobre os modelos penais e a necessidade real de sua execução. Esse debate teve seu desfecho com a Proclamação da República.

Período republicano

No final do século 19, desenvolve-se a chamada escola penal positivista, defendida por Lombroso. Questionando o direito clássico, em especial o que confere a todo cidadão a garantia de livre arbítrio, e, colocando como vingativas e não-regenerativas suas propostas de punição, esteve presente em toda a primeira república como centro da discussão penal.

Entretanto, o Código Penal de 1890, que direcionou toda a prática legal no Brasil nesse período, não chegou a incorporar esse novo modelo. Foi apenas o resultado da solução de diversas críticas ao antigo Código do Império. Entre as mudanças, ocorreu a fixação de um modelo de organização prisional único para todo o país; a adoção da pena de prisão celular para quase todos os crimes e, mais restritamente, a reclusão, a prisão com trabalho obrigatório e a prisão disciplinar; a abolição das penas de morte, prisão perpétua, galés e açoite e a fixação do modelo irlandês de execução prisional.

Por outro lado, uma figura importante na discussão do importante papel do sistema prisional na ordem institucional, durante o período republicano, foi o senador de Estado Paulo Egydio. Em 1893, propôs uma reforma para o sistema penitenciário do estado de São Paulo, no qual sugeria que a "*maior parte dos delitos, especialmente aqueles que provocassem penas de prisão de curta duração deveriam ter como alternativa as multas, o trabalho, a admoestação e a reparação civil. (...) Sua proposta de reforma penitenciária, ao lado da necessidade de reformulação do (novo) Código, compreendia o estabelecimento de uma rede de instituições 'racional e praticamente' concebida para a prevenção dos delitos, para a sua supressão, para a correção dos delinqüentes e aquelas voltadas para a prevenção da reincidência*" (Sallas, 1997. p.122). Suas idéias fomentaram a discussão em torno da reforma do sistema penitenciário estadual, que estimularia a construção de cadeias em todas as circunscrições do estado, culminando na construção de instituições como orfanatos, reformatórios, hospícios, prisões agrícolas e, enfim, a penitenciária estadual.

O MARCO DA PENITENCIÁRIA DO ESTADO

No Brasil, a prática da justiça criminal está muito aquém daquela estipulada por lei. Durante toda a história do país, houve uma crescente escalada do controle paralelo da justiça, inclusive dentro de órgãos institucionais, como as próprias prisões.

No estado de São Paulo, entretanto, nas primeiras décadas da República, desenvolveu-se entre as elites uma enorme preocupação com a organização de um Estado controlador e capaz de garantir seus interesses econômicos. A construção de uma penitenciária, com dimensões industriais, e portanto com a certeza de uma estrutura de controle própria, mas centralizada, garantiria sua existência dentro desse novo modelo de Estado, além de dar conta do déficit de vagas da época.

Além disso, "*a Penitenciária do Estado de São Paulo foi uma das primeiras onde os ideais da escola positivista encontrariam não só aceitação inconteste por muito tempo, mas também o espaço necessário para a sua aplicação nos mais diferentes setores da vida prisional*" (Sallas, 1997. p. 117).

Na prática, com a abolição da escravatura e a possibilidade de construção de uma sociedade democrática, a adoção do positivismo foi uma maneira encontrada para se manter a segregação, a "negação da cidadania"

Em 1906, existiam no estado de São Paulo 976 condenados à pena de prisão celular, contra as 160 vagas da penitenciária do estado.

Assim, em 27 de dezembro de 1907, foi criada a Lei n. 1117-A, enquanto secretário de justiça Washington Luís, que destinava verba para a construção de uma nova penitenciária na capital. Ao mesmo tempo, o governo estadual adquiria um terreno de 20 alqueires no bairro de Santana.

A partir daí, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas realizou um concurso para a escolha do projeto arquitetônico da nova penitenciária.

Dos 10 projetos apresentados, o de Samuel das Neves, chamado Laboravi Fidenter, foi o escolhido pela "*a adequação dele ao que se considerava de mais avançado quanto à disposição dos pavilhões e a presença de amplas e diversificadas oficinas de trabalho ao seu lado*" (Sallas, 1977. p. 138). Sua solução, dispondo espacialmente funções perpendiculares a um eixo central de circulação, ficou conhecido como "espinha de peixe" e teve como modelo a prisão de Fresnes, na França, projeto de Henri Poussin.

Ramos de Azevedo, engenheiro-arquiteto responsável por grande parte dos edifícios públicos estaduais do início do século, introduziu mudanças no projeto, ficando responsável por sua execução.

Os pavilhões estão dispostos em linhas paralelas, com um grande pátio central e ligados por um corredor central ao edifício da administração. Cada pavilhão tem quatro andares e 200 células – o total é de 1.200 células – sendo conduzidos a um grande anfiteatro dedicado a práticas religiosas e coletivas. No final da circulação fica o hospital com 40 células. Todas as partes do complexo são ligadas por uma linha férrea que leva até os respectivos ascensores e monta-cargas.

A obra se estendeu entre 1911 e 1920. Na sua inauguração faltavam ainda terminar o pavilhão escolar, o pavilhão para portadores de moléstias infecciosas, a enfermaria e a área para serviços médicos.

O significado da penitenciária do estado pretendia "*ser o exemplo mais saliente da imposição do disciplinamento pelo trabalho e da tentativa de transformar uma instituição de controle da criminalidade numa máquina produtiva*" (Sallas, 1997, p. 144), cuidando-se para que a produção de bens tivesse um ritmo industrial.

Além disso, foi a maior construção realizada pelo governo do estado no início do século. Chegou a tornar-se parada obrigatória na rota dos turistas e visitantes ilustres que passavam pela cidade – o número de visitantes chegou, em seu início, a ser dez vezes maior que o de condenados.

A partir do conceito de "espinha de peixe" renovado pela obra da penitenciária do estado, pouco se inovou nos projetos de novos estabelecimentos. Esse conceito permaneceu até nossos dias, reproduzido com poucas alterações formais e de organização interna.

O conceito geral de prisão

A privação de liberdade em ambiente confinado, a prisão, é a solução, hoje amplamente discutida, que a sociedade utiliza para o isolamento de indivíduos considerados perigosos para o convívio social. O aumento do número de prisões, e o maior rigor nos julgamentos, isto é, a acentuação do caráter repressivo, não tem demonstrado, nos exemplos mundiais mais eloqüentes, que seja uma política eficiente para reduzir a criminalidade. Ainda não se chegou a uma nova proposta que substitua a prisão como elemento coercitivo, mas se evolui para propostas intermediárias como a de penas alternativas, em que o indivíduo possa cumprir sua pena em liberdade, sob controle. Essas propostas são fundamentais para o Brasil, onde o sistema carcerário está voltado basicamente para as penitenciárias de regime fechado, em que há uma insuficiência enorme de vagas para atender a prisão de pessoas já julgadas e em liberdade e para solucionar o problema da superpopulação de distritos policiais e das próprias penitenciárias. A Casa de Detenção do Carandiru é o exemplo mais crítico desse drama social. Por outro lado, o sistema prisional, como está montado, pouco tem servido como sistema de regeneração dos detentos: o número de ex-detentos que voltam à prisão constitui-se em cerca de 50% do total. Porém programas de atendimento jurídico, de oportunidade de trabalho, de maior contato dos detentos com suas famílias, vêm mostrando repercussões positivas no comportamento e na regeneração dos presos. O governo federal mostra, recentemente, uma mudança de rumos em sua política prisional, privilegiando a implantação de presídios de média segurança, visto que, segundo dados do próprio Ministério da Justiça, 80% da população carcerária se enquadraria nesse sistema de segurança e que o sistema de presídio de média segurança já avança decisivamente na direção de reabilitação do preso, além de ser um sistema de implantação e manutenção menos oneroso.

É nesse quadro que se coloca a questão da arquitetura. Em que é possível avançar, melhorar, nessa dramática questão social?

Os projetos

Nossa participação profissional, no setor prisional, começou no programa de desativação do Carandiru, durante o governo Montoro e desdobrou-se com a elaboração de vários projetos para estabelecimentos do sistema penitenciário para o governo do estado de São Paulo. Desses projetos destacamos quatro exemplos de maior interesse, pois significam uma renovação conceitual para estabelecimentos prisionais, atualmente: casa de detenção – capacidade para 1.200 presos, penitenciária de médio porte – segurança máxima – capacidade para 550 sentenciados, penitenciária de médio porte, regime semi-aberto – capacidade para 800 sentenciados e cadeia pública – capacidade para 422 presos.

Os projetos se inseririam no programa de desativação do Carandiru que teria como início a desativação da casa de detenção, seu componente mais problemático e no programa mais amplo de renovação na política carcerária do governo do estado de São Paulo.

Durante o governo Montoro foi estudada a viabilidade do empreendimento com a montagem de várias alternativas para a operação, tanto das formas de utilização da área quanto da utilização dos recursos em construção de novas penitenciárias.

No governo Fleury foram desenvolvidas a revisão da viabilidade do empreendimento e dois projetos, para penitenciárias de regime fechado, de médio porte e para as de regime semi-aberto, de médio porte. Apesar de anunciado o Programa do Carandiru, esse governo não prosseguiu na implantação do programa.

No governo Mário Covas, o programa foi assumido pelas Secretaria de Planejamento e Secretaria da Administração Penitenciária, com um núcleo de políticos e funcionários já familiarizados com o assunto que já tinham participado do governo Montoro. Foi montado, então, o Programa de Desativação do Complexo Carandiru, em que se inseririam os outros dois projetos apresentados nesse artigo. A evolução desse processo culminaria com a implosão da Casa de Detenção do Carandiru, prevista para o final do atual governo, mas que está sendo protelada pelo aumento acelerado de presos que entram no sistema, apesar das 12.000 novas vagas, recentemente construídas.

Nesse contexto, determinadas questões surgem como básicas para a gestão de um estabelecimento penitenciário. A mais importante é a questão da segurança que sempre foi o problema mais crítico para as penitenciárias de regime fechado e em torno da qual se concentram, permanentemente, as preocupações dos funcionários da administração. Citando mais de um diretor de presídio, o preso tem todo o tempo disponível para pensar e armar esquemas de fuga, inclusive transformar materiais disponíveis em armas ou instrumentos para a fuga. Na última década, vem se acrescentando, de forma crescente, à questão da segurança, as fugas programadas externamente, inclusive com comandos que invadem tanto cadeias como presídios. As questões de segurança vão se desdobrando em medidas, repercutindo na organização do estabelecimento e estabelecendo uma série de premissas para o projeto de estabelecimento prisional de regime fechado, entre elas:

– Preservar a segurança dos funcionários do estabelecimento;

– evitar grandes aglomerações de presos;

– evitar deslocamentos dos presos;

– controlar o acesso de veículos;

– controlar os visitantes com revistas rigorosas;

– manter área totalmente desimpedida entre o estabelecimento e a muralha, separados por alambrado, por onde possa passar veículos;

– criar um sistema de controle permanente e protegido dos raios;

– evitar o uso de materiais que possam ser transformados em armas.

O desdobramento da questão de segurança leva à questão seguinte: Como minimizar e confinar uma rebelião de presos no estabelecimento? A rebelião é uma possibilidade sempre presente e evitá-la é uma das preocupações principais do diretor e funcionários do estabelecimento prisional. Uma vez desencadeada, a rebelião precisa ser contida em setores do estabelecimento e, em último caso, é necessário evitar a evasão dos presos do recinto da penitenciária. Nesse contexto o projeto precisa estar organizado de forma a minimizar os efeitos da rebelião.

Aquela questão se coloca com menor ênfase nos presídios de média segurança. Nesses casos, a muralha já não seria necessária, bastando um simples alambrado em torno do presídio.

A questão de ambiente que mais caracteriza a permanência do preso é a da cela. A escassez de vagas penitenciárias no estado de São Paulo tem levado à adoção de áreas mínimas para as celas dos novos presídios. Tem sido adotado um número mínimo de três presos e máximo de seis, por cela, cada uma provida, além da cama, de instalações sanitárias, chuveiro, tomada para TV e abertura para o exterior. A relativa exigüidade disponível nas celas tem sido compensada com o aumento das áreas de uso comum: pátios (coberto e descoberto), local de trabalho, local de atividades comunitárias (apresentações, culto), salas de aula e biblioteca. A implantação e ampliação dessas áreas de uso comum se constituem em uma condição efetiva de melhoria da qualidade de vida do preso.

Em relação aos custos envolvendo as edificações, as soluções adotadas para os projetos tiveram como premissa que as edificações deveriam ser moduladas, de fácil execução, de fácil manutenção e obedecer aos requisitos de segurança preestabelecidos para cada tipo de estabelecimento.

Para se ter custos adequados e facilidade na implantação é necessário que o sistema construtivo seja simples, dentro das normas de segurança. Com esse objetivo foi adotado o critério de modulação para o projeto das edificações e das muralhas, com possibilidades para se adotar, em cada caso, processos de pré-moldagem ou pré-fabricação.

A solução final a ser adotada para a implantação ficou por conta das empreiteiras, pois a política do governo do estado de São Paulo foi de licitar as obras em concorrências por preço global, deixando por conta das empreiteiras a decisão sobre o método construtivo e o desenvolvimento do projeto executivo.

A questão da manutenção do estabelecimento é outro elemento importante no planejamento do estabelecimento, pois esse item pode significar grandes gastos, permanentemente. Como o sistema de manutenção (limpeza e equipamentos) normalmente deixa a desejar, a edificação tem de ser aparelhada com equipamentos de tecnologia simples, de fácil manutenção. Dois exemplos eloqüentes:

– A utilização de trancas simples com cadeados nas celas e portas de controle de circulação foi a solução adotada ao invés de trancas eletrônicas, mais custosas, de manutenção difícil e de resultados não melhores que a solução tradicional de cadeados.

– A solução de *shafts* para a implantação dos sistemas hidráulicos servindo as celas, com acesso externo, permitindo uma manutenção tranqüila, pouco custosa, com um mínimo de interferência no cotidiano dos presos e com a segurança.

A questão da qualidade ambiental que levou a soluções, dentro dos padrões de segurança de garantir melhor insolação (aberturas externas para as celas), ventilação (aberturas na porta, garantindo circulação de ar cruzada), temperaturas amenas nas celas (uso de alvenaria grauteada sempre que possível, em substituição ao concreto).

Condições de localização: a localização dos estabelecimentos prisionais é uma questão crítica para o funcionamento e, inclusive, para a segurança do estabelecimento. A cadeia pública precisa ficar junto à cidade a qual está vinculada. Ela acolhe presos após sua detenção, até a transferência para uma casa de detenção ou, nessa impossibilidade, até a transferência, após julgamento, para uma penitenciária. Normalmente as cadeias estão localizadas em áreas centrais e resultam de prédios adaptados ou antigos.

As penitenciárias são localizadas a partir de uma política de implantação para todo o estado, gerada pelo próprio governo. As penitenciárias precisariam estar próximas da cidade, metrópole ou região de onde provenham seus presos.

A seguir são apresentados os quatro casos de projetos desenvolvidos para o sistema prisional do estado de São Paulo, com os princípios que nortearam sua criação e as características específicas de cada um.

Casa de Detenção

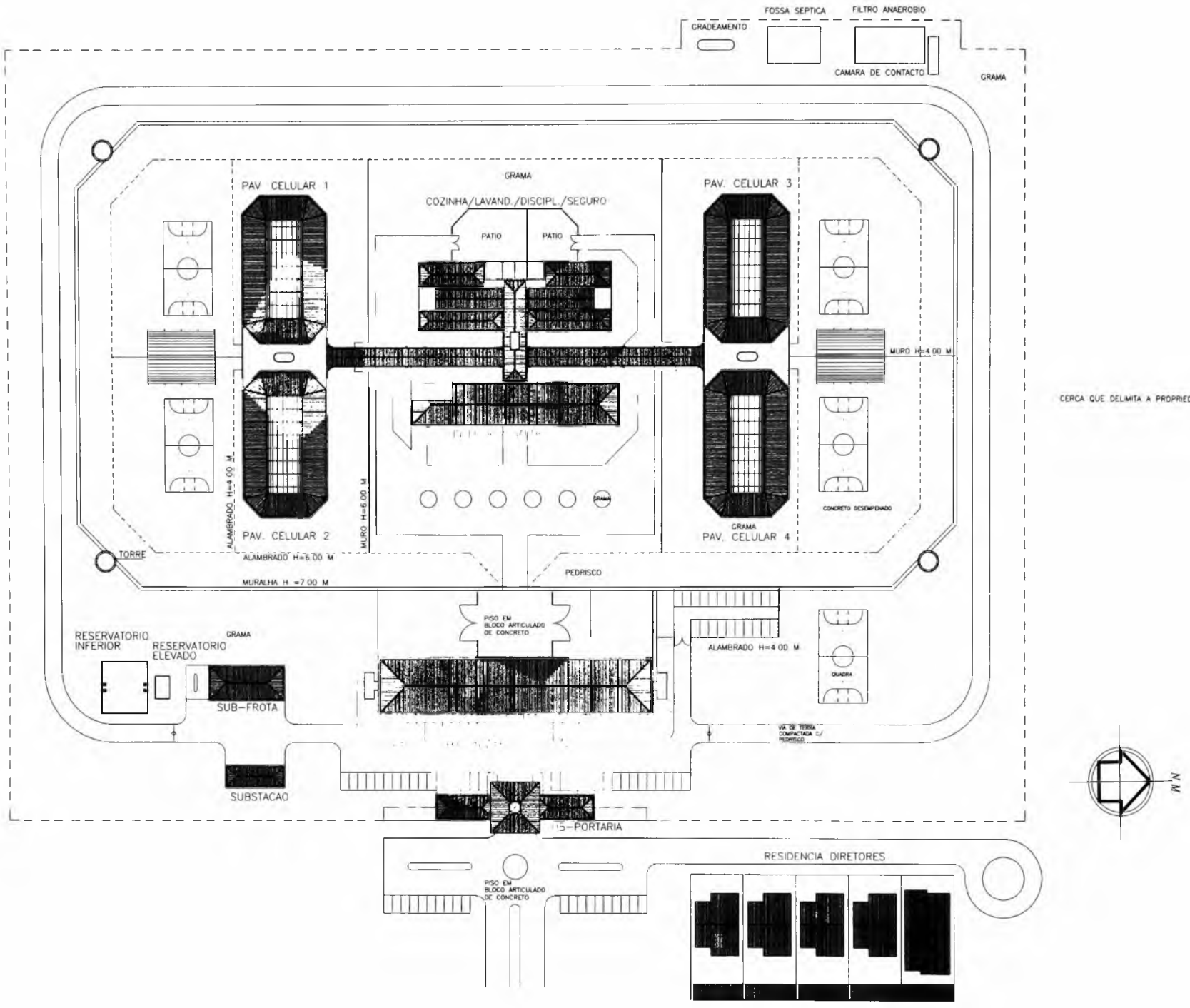
A casa de detenção é um estabelecimento penal de regime fechado e de segurança máxima destinado, exclusivamente, ao recolhimento de presos provisórios, já com inquérito concluído, mas com situação processual em andamento, aguardando julgamento.

O programa das áreas de cada uma das edificações que compõem a casa de detenção e seu número total de vagas, 1.200, foram definidos com a equipe técnica da Secretaria da Administração Penitenciária e da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo (COESP). As vagas foram separadas em duas unidades com 600 vagas cada, para reduzir o número de presos confinados em uma mesma área. Essas unidades, por sua vez, foram divididas em dois pavilhões celulares, cada um com 300 vagas, que é o espaço básico de convivência dos presos. Os pavilhões são compostos por 50 celas coletivas com capacidade para seis detentos.

A organização do complexo atendeu inicialmente às questões de segurança que são determinantes para o projeto, resultando daí diretrizes básicas para sua concepção:

– facilidade de controle dos detentos por parte dos agentes penitenciários, resultando em pavilhões autônomos com 300 vagas cada um;

– localização interna à muralha apenas das edificações onde funcionam atividades ligadas diretamente aos detentos, ficando as demais edificações externas à



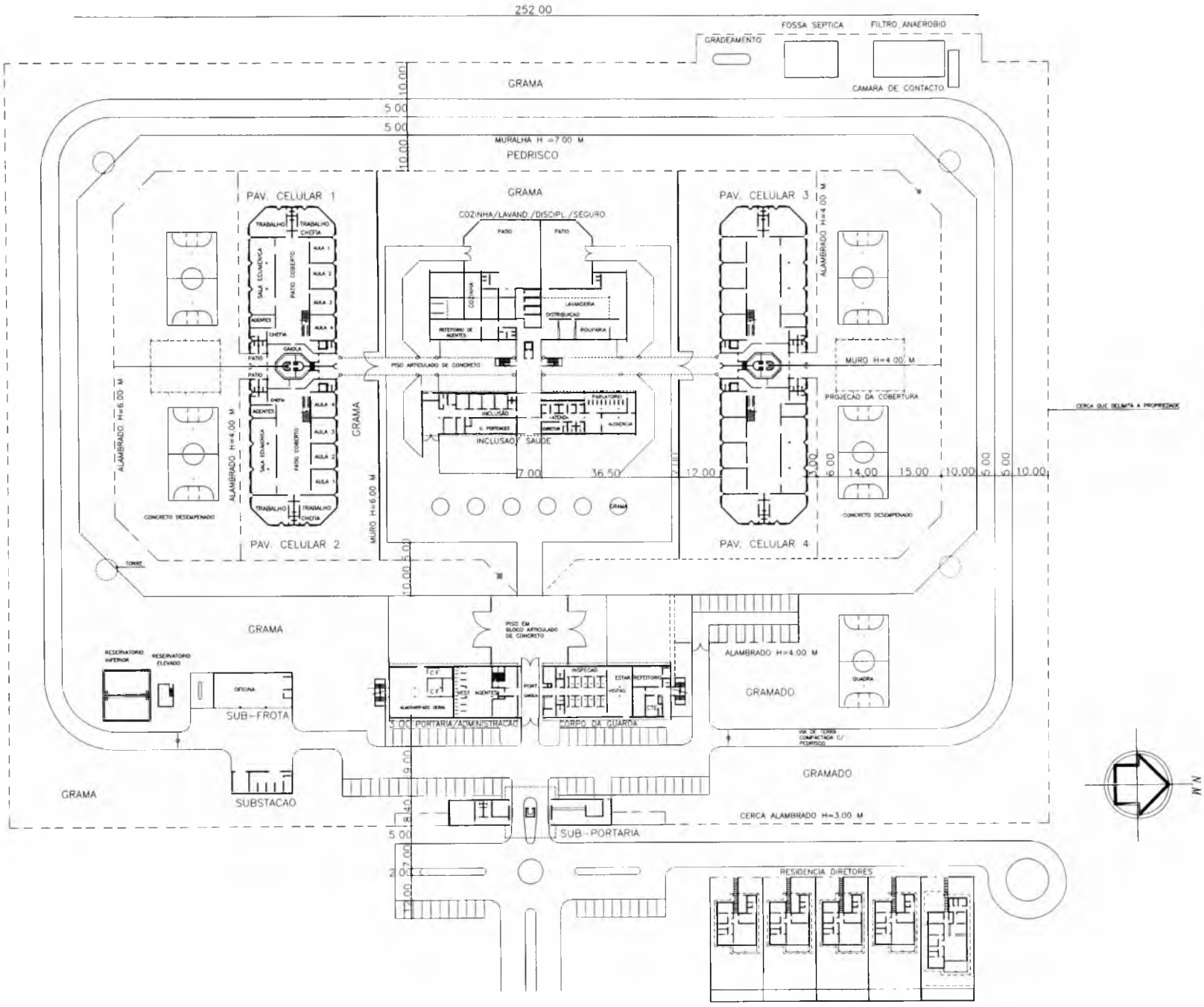
CASA DE DETENÇÃO SP

PLANTA - COBERTURA

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50

M



CASA DE DETENÇÃO SP

PLANTA - TÉRREO

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50

M

muralha. Esse critério não era seguido em projetos anteriores, criando problemas sérios de segurança, principalmente no caso de rebeliões;

– clareza na solução da circulação dos detentos e nos acessos à casa de detenção. Como resultado, haverá um único acesso à detenção, tanto para os agentes penitenciários como para visitas e veículos. Esse acesso é composto por uma entrada controlada (gaiola) prevista na portaria, que se comunica com o único portão existente na muralha.

Penitenciária de Médio Porte – Segurança Máxima (Modelo em Cruz)

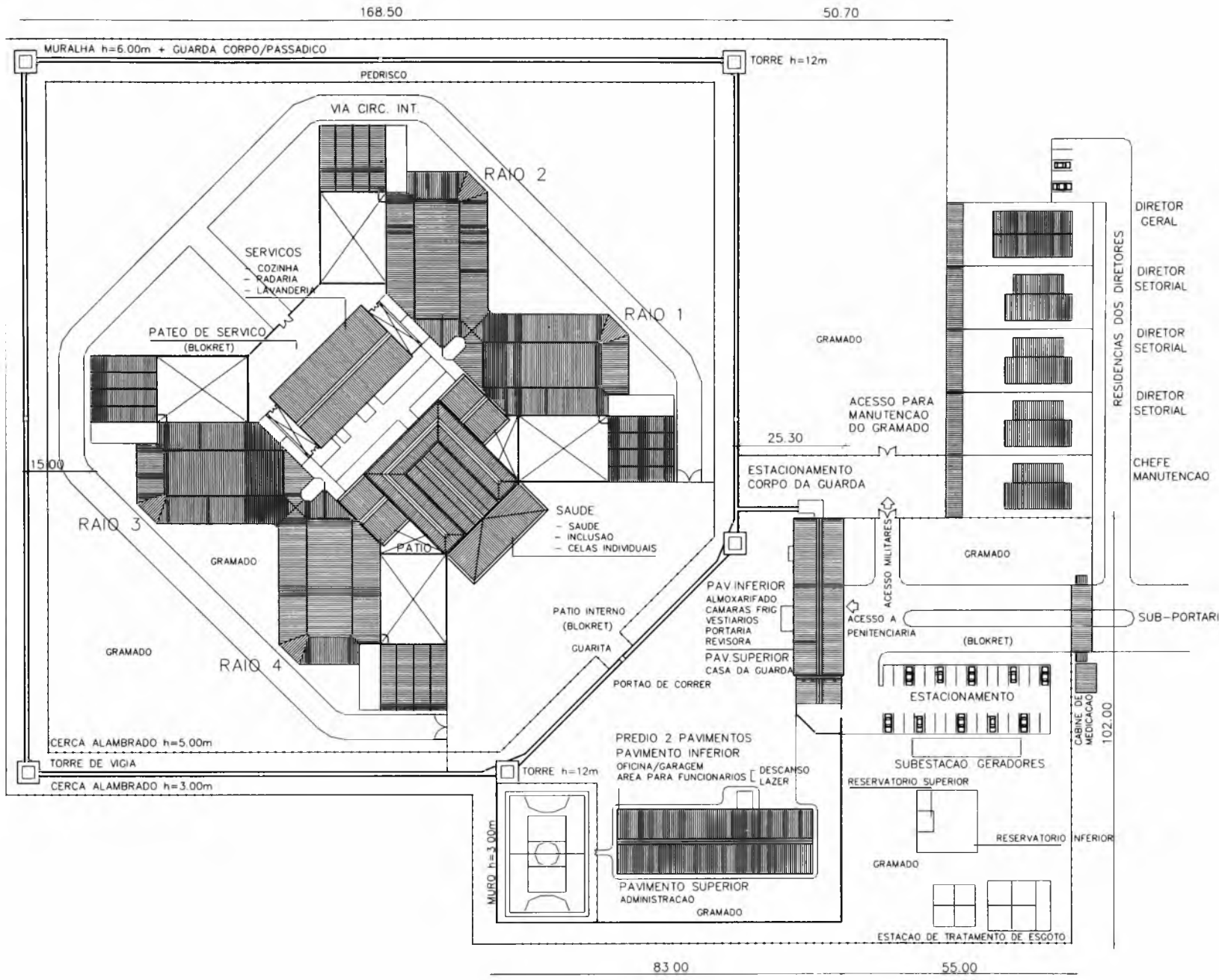
A penitenciária regime fechado destina-se aos sentenciados com pena superior a 8 anos e aos sentenciados reincidentes e com um determinado grau de periculosidade.

A concepção desse novo modelo teve como objetivo racionalizar o uso dos espaços, chegando a um consumo de áreas menores do que aqueles que se chegou no modelo "espinha de peixe" e aperfeiçoando as condições de segurança da penitenciária.

O projeto foi desenvolvido para uma capacidade de 552 sentenciados. Posteriormente, a Secretaria de Administração Penitenciária decidiu ampliar essa capacidade, transformando cada três celas (com capacidade para 9 presos) em duas celas (com capacidade para 12 presos) e outras adaptações, o que significou uma capacidade total de 792 presos. Os presos estão distribuídos em quatro raios iguais com os respectivos pátios cobertos e descobertos, cada um com capacidade para 138 sentenciados, (depois transformada para 198 sentenciados) distribuídos em 46 celas coletivas, com três sentenciados em cada uma (depois distribuídos em 33 celas coletivas com seis sentenciados em cada uma). Cada raio tem um galpão de trabalho e duas salas de aula.

Nesses raios foram incorporados os espaços necessários para a vida cotidiana dos sentenciados: pavilhão de trabalho, escola, atendimento de advogados, recebimento de visitas, pátio para esportes e exercícios, sendo que houve decisão para que os detentos se alimentem na própria cela. Dessa forma foi restringida a circulação dos detentos por outros pavilhões ou por áreas comuns da penitenciária. Os detentos só saem do raio para trabalhar em locais de serviços comuns: cozinha, lavanderia ou para atividades que não podem ser resolvidas no raio: responder a processo, ser hospitalizado na enfermaria. Essa integração das atividades dos sentenciados no seu raio permitiu a simplificação dos sistemas de vigia e controle, com melhoria das condições de segurança da penitenciária e com redução dos custos de operação.

A organização dos raios em torno dos equipamentos e serviços comuns da penitenciária, que resultou em uma forma do conjunto similar a uma cruz, gerou uma formação compacta permitindo uma redução sensível das áreas de circulação e, por decorrência, uma redução da área de terreno necessária à implantação da penitenciária e da extensão da muralha e dos alambrados. Comparada com outras concepções tradicionais como a "espinha de peixe" em que os raios e áreas de serviços são dispostas ao longo de um corredor de circulação, a concepção em cruz praticamente elimina o longo corredor com seus controles de segurança. A concepção



PENITENCIÁRIA REGIME FECHADO

IMPLANTAÇÃO GERAL

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50

M

em cruz, com a redução da área de terreno necessária à implantação da penitenciária, viabiliza a utilização de terrenos menores, condição essa importante para áreas em que os terrenos disponíveis são onerosos e/ou apresentam topografia problemática, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo. A redução da área necessária de terreno leva, inclusive, a uma simplificação no acesso à infra-estrutura de conexão: sistema viário, energia elétrica, abastecimento de água.

Na organização da penitenciária, os quatro raios estão interligados por uma passarela coberta, definindo um eixo de circulação eventual dos sentenciados, a qual se ligam o pavilhão de serviços, pavilhão de saúde e acesso às celas disciplinares e de seguro. Perpendicularmente a este eixo de circulação dos sentenciados foi criado um segundo eixo de circulação destinado, exclusivamente, aos funcionários e às visitas de finais de semana.

Penitenciária de Médio Porte – Regime Semi-Aberto

A penitenciária de regime semi-aberto destina-se aos sentenciados, não reincidentes, com pena superior a 4 e inferior a 8 anos e aos sentenciados provenientes do regime fechado que obtiveram benefícios por mérito (relacionado com a progressão no senso de responsabilidade e na disciplina do preso) ou que se encontram na fase final de cumprimento da pena.

Na elaboração de seu projeto, foram tomados como base os critérios operacionais e de segurança e também as dimensões das diversas áreas das penitenciárias de regime similar existentes em Campinas e Tremembé. Essas duas penitenciárias foram projetadas, construídas e equipadas para funcionarem em regime fechado, porém no início de sua operação constatou-se que não apresentavam condições adequadas de segurança para funcionarem em regime fechado, tendo sido adaptadas para o regime semi-aberto.

A penitenciária de regime semi-aberto, embora tenha as mesmas necessidades básicas de instalações de uma penitenciária de regime fechado, apresenta particularidades específicas ao seu sistema:

– fechamento com alambrados, em substituição às muralhas;

– dormitórios coletivos, tipo alojamento;

– atividades de trabalho fora da área da penitenciária, em espaços específicos ou na própria cidade em que está localizada a penitenciária;

– predominância de trabalhos relacionados com a produção industrial;

– permissão aos presos para visitas aos familiares em ocasiões especiais (Natal, Dia das Mães, etc.).

A capacidade máxima da penitenciária foi fixada em 800 presos, depois do estudo de duas versões iniciais para 1.200 e 600 presos.

A penitenciária está organizada em quatro pavilhões-dormitórios, cada um dividido em dois pavilhões independentes, por sua vez subdivididos em duas alas com 50 presos em cada uma.

O projeto foi estruturado em torno de dois eixos de circulação perpendiculares:

– os pavilhões-dormitórios estão interligados por uma passarela coberta, definindo um eixo de circulação para os presos, na qual estão também ligados os pavilhões de trabalho, escola, serviços, atividades múltiplas, inclusão e celas disciplinares.

– o segundo eixo, perpendicular ao primeiro, serve os pavilhões destinados aos serviços de atendimento aos sentenciados: o pavilhão de saúde e a administração setorial.

Especial ênfase foi dada ao pavilhão de visitas, em função da sua importância na reintegração do preso, localizado próximo à entrada principal para evitar o acesso de visitas ao interior da penitenciária. Este pavilhão compreende também área coberta com sanitários, copa e recreação para as crianças, setor de visitas íntimas e área destinada a campo de futebol.

Cadeia Pública

O último projeto de cadeia pública elaborado no estado é de 10 anos atrás e resultou nos chamados cadeiões, implantados em várias cidades do interior e na capital. As condições de segurança dos cadeiões mostraram-se precárias, tendo sido objeto de seguidas depredações nas freqüentes rebeliões de que têm sido palco. O projeto mostrou-se deficiente na sua concepção espacial, pois não previu as condições de superlotação que iriam ocorrer, além do fato que vem funcionando como um misto de cadeia e penitenciária. Nessas condições, por exemplo, a falta de pátios adequados para tomar sol e exercícios é crítica para o padrão de vida do preso. O projeto previu também a utilização de equipamentos sofisticados de segurança que se mostraram ineficientes, tendo de ser substituídos por outros mais simples e de fácil manutenção.

O projeto para cadeia pública que desenvolvemos trabalhou com conceitos utilizados na Cadeia Pública de São Bernardo, em Campinas, onde as celas dão para pátios abertos e a vigilância da Polícia Militar é feita em passarela acima, em volta do pátio. A cadeia destina-se a presos provisórios e foi planejada com capacidade para 422 presos, constituída por quatro módulos idênticos, com 96 presos cada, com dependências isoladas para celas de seguro e celas disciplinares, dependências para saúde, inclusão e parlatório. As celas coletivas estão separadas dos pátios por grades que ocupam toda a sua extensão frontal garantindo aeração eficiente.

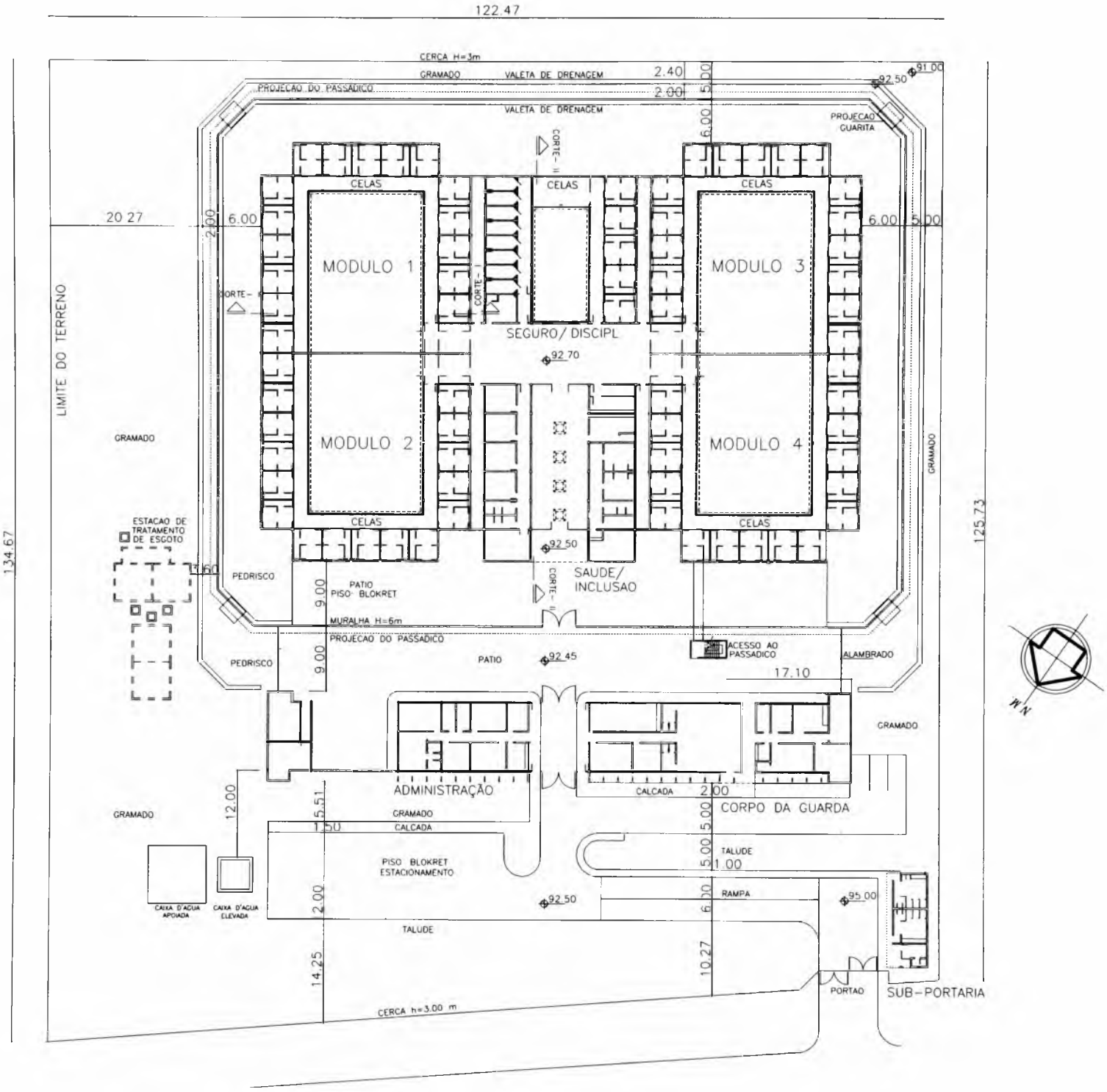
O conjunto apresenta uma área total construída de 3.900 m^2 a ser implantado em terreno com 20.000 m^2

Os aspectos relevantes de segurança incorporados ao projeto foram os seguintes:

– utilização de muralha de concreto, com passadiço, torres de vigia e 7 m de altura, circundando os edifícios onde ficam os presos;

– celas dos módulos com abertura exclusiva para o pátio central, por meio de grades e paredes de fundo em concreto armado, com 20 cm de espessura;

– pátios dos quatro módulos e das celas de seguro circundados por passadiço destinado à PM, com visão total para todas as celas e com acesso junto às instalações do corpo-da-guarda;



CADEIA PÚBLICA - RIBEIRÃO PRETO

PLANTA - TÉRREO

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50

M

– acesso a cada um dos módulos feito por gaiolas controladas pelos agentes;
– cada módulo controlado por guarita elevada, devidamente protegida.

O atual governo do estado de São Paulo implantou, nos últimos anos:
– 12 penitenciárias regime fechado, em cruz;
– 8 penitenciárias regime fechado, em espinha de peixe;
– 3 cadeias públicas.

Wilson Edson Jorge
Professor Doutor do Departamento de Projeto.
Orientador credenciado para o curso de pós-graduação.

Bibliografia

BARRETO, Paulo Thedin. Casas de Câmara e Cadeia. *Arquitetura Oficial I*, Textos escolhidos da *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP, MEC-IPHAN, 1978, p. 101-253.

SALLA, Fernando Afonso. *O encarceramento em São Paulo: Das enxovias à Penitenciária do Estado*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SEGAWA, Hugo. *Construção de ordens: Um aspecto da arquitetura no Brasil – 1808-1930*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

INC DA do Rio dos Bar
CIA DO Capital de Vill

tar no anno

DE MATT

ERÇA FEIRA 12 D DE MEI

ERES.

contada da Illu

de

ripção da

e S. João em o

em forma d'hi

que pedi

vamente

habitantes da

foi logo pu-

sois era in-

Gazeta pro-

operarios na

Palacio do

arissimo e

Irane—*Frei*

mos da Sil-

no Jose de

Mun. p

Com

ad da Procla-

Com licença

VIVAS AO

Imperador

Constitucional

e Defensor Perpetuo

do Brazil

DEPOSTO

PELA

VONTADE NACIONAL

DE CAI

Sñr.

margem di

de diss

n unica em

ror-mos d

Brazileira

la Cidade,

de Sul

ERAL

A

no Ci

V. S.

maior

Villa

dispo

dita

denoi

antes

Gove

da S

uezes

5 | RESENHA

A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO: DESMANCHANDO CONSENSO

ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Erminia.

João Sette Whitaker Ferreira
Doutorando do curso de pós-graduação e professor de planejamento da FAUUSP

Em 1995, Ignacio Ramonet cunhava pela primeira vez, no *Le Monde Diplomatique*, o termo *pensamento único*, como a "*tradução em termos ideológicos com pretensões universais, dos interesses de um conjunto de forças econômicas, e em particular das do capital internacional*" O jornalista alertava para a hegemonização – no sentido de que não deixava espaço para contrapontos – de um instrumental ideológico que visava impor universalmente o domínio absoluto da economia e do mercado sobre os rumos políticos, sociais e culturais do mundo globalizado pós-derrocada soviética. Um modelo que chegara aqui com força total desde 1990, pela aplicação por nossas elites da cartilha do *Consenso de Washington*. Nesse contexto, as cidades não só cumpriram o papel de portas de entrada para essa imposição como se tornaram elas mesmas instrumentos de competitividade e enriquecimento na nova economia global. Infelizmente para os que acreditam no papel transformador da crítica ao *status quo*, a maioria das análises sobre o urbano na era da globalização, disponíveis até hoje, endossaram esse papel e caíram no senso comum (ou na armadilha ideológica) da inevitabilidade e inexorabilidade do pensamento único. Por sorte, há exceções. *A cidade do pensamento único* é uma delas.

No primeiro texto do livro, Otília Arantes revela como surge já nos anos 70, com a crise do fordismo-taylorismo, uma nova matriz liberal de planejamento, inspirada na gestão empresarial e baseada na idéia da cidade como *máquina de crescimento*, isto é, "máquina urbana de produzir renda" e que entre outras designações, tornou-se conhecida por *planejamento estratégico*. Segundo essa matriz, sobreviverão, no mundo global de extrema competitividade, as cidades que conseguirem uma coalizão entre as elites fundiárias e os empreendedores de negócios "decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares" visando o crescimento econômico a qualquer preço por meio da obtenção de vantagens na competição permanente entre lugares pela atração do escasso e volátil capital internacional. No centro desse processo, que coagiu o "espetáculo como forma de resistência" para transformá-lo em "forma de controle social" a cultura aparece como um novo e fantástico empreendimento econômico, que facilita a fabricação de consensos em torno da idéia de que somente a inserção na *rede global de cidades* será capaz de gerar crescimento, empregos e modernidade. Associados aos políticos, ao grande capital e aos promotores culturais, os planejadores urbanos, agora *planejadores-empreendedores*, tornaram-se peças-chave dessa dinâmica. Esse modelo de mão única, que passa invariavelmente pela *gentrificação* de áreas urbanas "degradadas" para torná-las novamente atraentes ao grande capital por meio de megaequipamentos culturais, tem dupla origem, americana (Nova York) e européia (a Paris do Beaubourg), atingindo seu ápice de popularidade e *marketing* em Barcelona, e difundido-se pela Europa nas experiências de Bilbao, Lisboa e Berlim.

Otília ressalta a impossibilidade de alguém "minimamente responsável" propor a aplicação desse modelo que reduz a cidade a mero espaço de negócios, no contexto social dos países subdesenvolvidos. Pois bem, Carlos Vainer nos lembra que nossas elites não primam exatamente pela responsabilidade. Em seu segundo texto, Vainer testemunha a implantação do *Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. Uma "bem orquestrada farsa" com o objetivo de legitimar "projetos caros aos grupos dominantes da cidade" a saber, tudo aquilo que permitiria a produção da "máquina de crescimento" carioca, competitiva e vendável à dinâmica do capital internacional. Vainer desnuda as manobras para colocar em escanteio as reivindicações populares, dando espaço aos interesses dos empreendedores e a um agressivo *marketing* para criar falsos consensos que legitimassem a farsa. Tais ações soam coerentes com as colocações de seu primeiro texto, no qual mostra, pela análise exaustiva das argumentações teóricas dos consultores barcelonenses, a *mise-en-place* de um arsenal político-ideológico-empresarial destinado a impor universalmente, à maneira do *pensamento único* e com a indefectível cooperação das elites do Terceiro Mundo, a matriz do planejamento estratégico, segundo a qual a sobrevida das cidades está em sua transformação em mercadoria.

Com o mesmo brilho dos textos anteriores, Ermínia Maricato fecha o livro perguntando se essa nova matriz seria resultante "*de um processo endógeno calcado na práxis urbana*" ou seguiria novamente um "*caminho de dominação econômica, política e ideológica de inspiração externa, reproduzindo modelos alienados de nossa realidade*" Ermínia Maricato passeia com desenvoltura pela história do planejamento urbano no Brasil, demonstrando a infinita sobreposição de modelos de dominação que, utilizando-se do controle sobre o poder político e a burocracia estatal, a legislação e a economia permitiram a eterna produção de um espaço urbano de segregação espacial e exclusão social, voltado apenas aos interesses das elites dominantes. Ermínia mostra que a *praxis* urbana no Brasil tem origens na nossa estrutura colonial, e é hoje produtora da cidade desigual, dividida entre um pequeno território legal onde se reproduzem os interesses econômicos das elites e a enorme parcela da cidade ilegal, abandonada à sua própria sorte por um Estado e um planejamento urbano que há muito se descolaram, pois era esse seu interesse – da realidade da maioria. Como seria possível, nessa matriz social, oriunda de uma "industrialização de baixos salários" que necessita de uma profunda reestruturação política, econômica e social, a importação de um modelo de *cidade global* que exacerba a exclusão e a criação de oportunidades para poucos privilegiados? Como diz a autora, essa representação da "cidade" é uma "*ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo*" E, mostrando que também na área urbana podem, sim, existir – e de fato existem – propostas efetivas que se contraponham ao pensamento único, Ermínia Maricato finaliza analisando diversos instrumentos de planejamento voltados para o necessário desenvolvimento includente das nossas cidades.

Como é de praxe na coleção Zero à Esquerda, este livro é radical. Radical no sentido colocado por Bobbio, ou seja, que tem como "*claro objetivo o abandono de qualquer hipótese temporizadora*" na busca de uma "*vigorosa renovação nos vários setores da vida civil e da organização política*" Por isso mesmo, esse é um livro imprescindível.

Em tempo: para esta resenha não ficar sem críticas, perguntamos por que a ótima apresentação do livro ficou sem assinatura.

ao Pau

Musi

E VIL

A PA

IO DESIG

São Paulo,

to de vista

tá falida A

de esfera

de debate

potência

relação

idade, é

notável

PI

DE CA

ock

A disciplina des

o objeto

o edifício

1 – histór

Há também u

seguir

6 | IN MEMORIAM

JANJÃO, UM PATRIMÔNIO DA NOSSA MEMÓRIA

Benedito Lima de Toledo

O professor Antonio Luiz Dias de Andrade, Janjão, como todos o conheciam, foi aluno da FAUUSP e, posteriormente, professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Desde sua época de estudante interessou-se profundamente pela preservação de bens culturais. Foi diretor regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sua dissertação de mestrado baseou-se em estudo muito original sobre técnicas construtivas no Vale do Paraíba e seu doutorado voltou-se especificamente para os conceitos fundamentais que regem a proteção do patrimônio histórico.

O presente documento refere-se a uma proposta feita ao IPHAN sobre preservação de uma capela rural em Santana do Parnaíba. Trata-se de um exemplar típico de arquitetura popular que não pode ser considerado como excepcional. Todavia, tem grande significado social. Arquitetura popular não pode ser confundida com arquitetura suburbana, nem de periferia. É, antes, manifestação de uma cultura que envolve convicções de uma determinada comunidade. Se não tem grande valor material, nem por isso deixa de ter representatividade. Foi o que afirmaram personalidades como Mário de Andrade e Lúcio Costa. Tal princípio levou arquitetos portugueses a realizar o famoso Inquérito de Arquitetura Popular em Portugal.

Em seu texto, Antonio Luiz coloca esse problema: "*Pequenas capelas são encontradas em todo interior do estado, atestam tradições antigas, testemunham o modo de vida da população rural.*" Esses bens culturais são ignorados pelos órgãos de proteção do patrimônio, como testemunha Antonio Luiz em seu texto "*(...) mas, persiste o menosprezo pelas pequenas construções rústicas, anônimas, palco de nenhum episódio memorável e, tampouco, fruto de algum gênero artístico*"

A proposta apresenta grande atualidade e comparece em texto conciso e de grande densidade. É acompanhada de uma página em que vemos uma manifestação do invulgar talento de desenhista de seu autor, que sempre fez de seu desenho um poderoso instrumento de análise. Aí vemos planta de situação, planta de capela, perspectiva desta e uma visão do sítio onde se encontra, ficando bem clara a natureza do bem cultural em questão.

Dessa forma, a proposta de preservação da modesta Capela de Santo Antônio, no bairro do Suru é, na verdade, mais que isso, é uma proposição que representa uma contribuição à revisão do próprio conceito de preservação dos bens culturais.

Parecer sobre o tombamento da Capela Santo Antonio. Bairro do Suru, Santana do Parnaíba

Senhora Coordenadora – SPHAN

A pequena Capela de Santo Antônio, no Bairro do Suru, no município de Santana do Parnaíba, jamais poderia vir a ser equiparada às manifestações mais significativas do patrimônio cultural de nosso país, sequer do Estado, a prevalecer os juízos de valor que via de regra têm sido avocados para apreciar o mérito e as qualidades do legado cultural do passado.

Trata-se de um pequenino templo, extremamente singelo, construído em época relativamente recente, provavelmente no princípio deste século. Destituída de valores maiores, todavia, a capelinha está a exigir as nossas atenções, em face das ameaças decorrentes do desejo da paróquia em construir no local uma nova igreja.

Acostumados a atribuir importância apenas àqueles bens que por "*sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico*" sejam merecedores da tutela do poder público.

Temos estado pouco atentos às expressões da cultura popular, desmerecendo o pensamento de Mário de Andrade – autor, inclusive, do anteprojeto de lei que gerou o aludido decreto-lei, que cuida da proteção dos monumentos brasileiros – e para quem, além das obras maiores, deveriam igualmente ser conservados "*a arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzes de beira-de-estrada*" obras estas, ainda segundo suas palavras, "*sob o ponto de vista de arte pura não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam a autor delas*"

Pequenas capelas são encontradas em todo o interior do estado; atestam tradições antigas, testemunham o modo de vida da população rural.

Tão mais importantes se mostram hoje tais remanescentes quando observamos os processos de mudança que revertem os hábitos e as tradições que compunham os quadros de vida do mundo rural.

A frágil cultura do homem rural, sustenta-se, segundo Antônio Cândido de Mello e Sousa, em seu clássico estudo *Os parceiros do rio Bonito*, no regime de posse de terra, no auxílio vicinal, na disponibilidade de terrenos e na pequena margem de lazer, "*tornada possível numa cultura organizada em torno de padrões mínimos*" não foi capaz de resistir à expansão do mundo urbano e industrial, deixando-nos raros traços da antiga ordem.

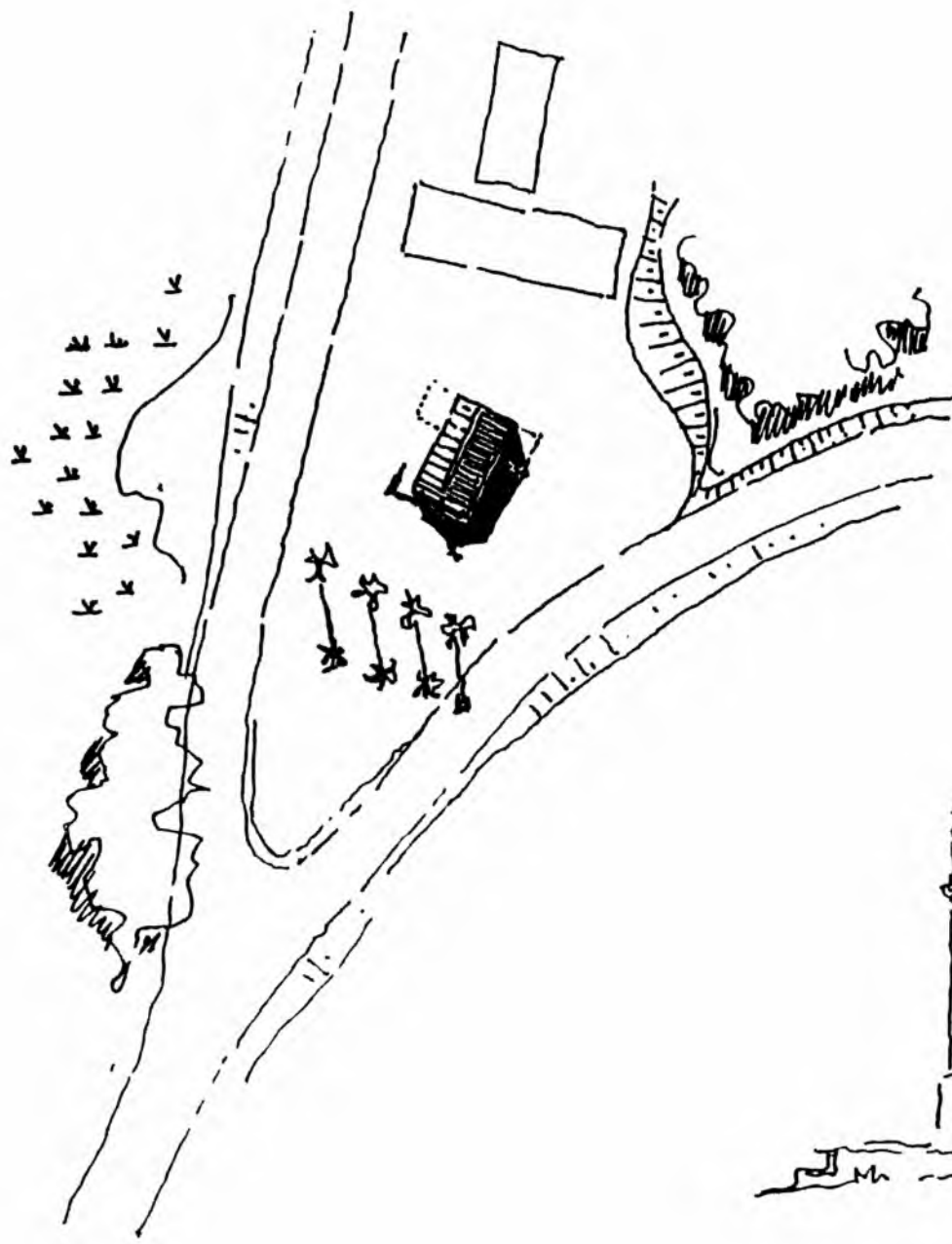
A população, distribuída e assentada nos bairros rurais, solidariza-se nos eventos religiosos, nas rezas caseiras, nas festas promovidas em cumprimento de promessas e naquelas organizadas em devoção aos santos padroeiros, de cujas interferências, segundo as palavras de um outro importante estudioso de nosso universo rural, Emílio Williens, "*dependem as colheitas e, portanto, o bem-estar material do povo*"

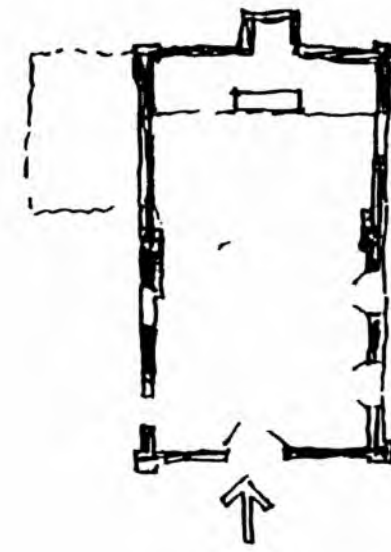
O espaço rural tornou-se, assim, povoado de pequenas capelas: algumas toscas construções de quatro esteios cobertos de palha, erguidas em devoção a algum santo,

CAPELA STO ANTONIO
BAIRRO DO SURU

SANTANA DO PARNAÍBA.









onde se rezam novenas e diante das quais os transeuntes tiram o chapéu e fazem o sinal da cruz. Outras são melhor construídas, as mais antigas conservam a taipa de pilão, as mais novas empregam alvenaria. Algumas possuem nave, capela-mor e sacristia e não deixaram os seus construtores desprovido o frontispício de singelos ornatos. Voltam-se, em regra, para amplos terreiros fronteiros, os locais das festas e dos eventos religiosos.

Hoje, num país com aproximadamente 80% de sua população residindo nas áreas urbanas, não é de se estranhar grandes mudanças no meio rural e o desaparecimento das formas tradicionais de organização do espaço.

Áreas imensas foram incorporadas pelas grandes propriedades; algumas, abandonadas, incitam o movimento dos sem-terra e inúmeras vêm sendo invadidas pela expansão das periferias das grandes cidades. Nessas áreas ainda é possível depararmos com algum "resto esburacado que o acaso se esqueceu de destruir"

Jamais alguém cogitará de demolir a Igreja de São Francisco de Ouro Preto, como também tantos outros monumentos, tidos como as mais elevadas manifestações do espírito humano que acompanharam a nossa história, mas persiste o menosprezo pelas pequenas construções rústicas, anônimas, palco de nenhum episódio memorável e tampouco fruto de algum gênio artístico.

Obras simples, produzidas por mãos calejadas, incultas e deseducadas na arte de construir.

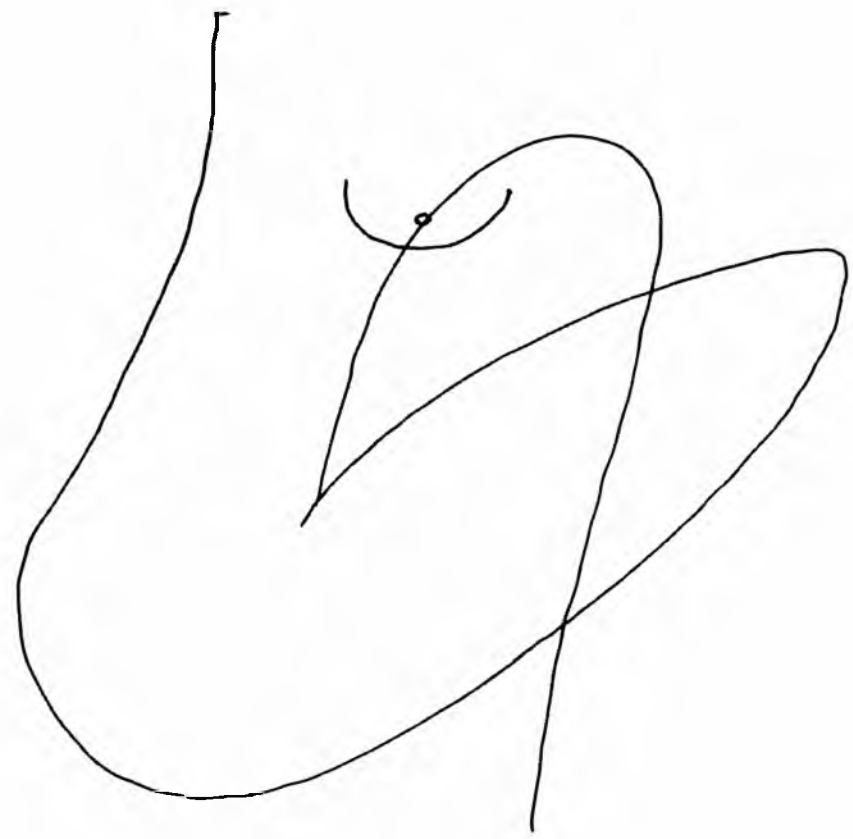
Obras que "não doem destruir"

São Paulo, 10 de setembro de 1996

Arquiteto Antonio Luiz Dias de Andrade

Evocação de um sanovicz, Abrahão

Júlio Roberto Katinsky



less is more
d'après Mies atelier 93

Agora que nos deixou, sugere-se uma visão retrospectiva de sua presença na Escola, de 1954, ano no qual entrou como aluno, a 1999, ano em que encerrou sua carreira de professor. Mas desde aquele distante ano, algumas características suas nunca se alteraram: em primeiro lugar, o firme compromisso com a ordenação plástica do espaço, aprendido com os mestres Nóbrega e Gruber, na Escola de Arte do Museu de Arte Moderna, sob a égide de Livio Abramo.

Em segundo lugar, sua adesão àquelas posturas solidárias com a população brasileira, aprendidas em sua casa, em Santos, mas também com o professor de hebraico (que diga-se de passagem, era um empedernido ateu, o sr. Kucsinski) e a humanista Elisa Kaufmann Abramovicz, da Casa do Povo, e os novos companheiros de jornada, entre os quais sobressaía mestre Artigas.

Como desenhista, penso que Abrahão nunca se afastou, dentro da arte contemporânea, de uma postura didática e humanística, na medida em que respeitava em suas figuras uma analogia com a realidade cotidiana, em sua proposição didática de um despertar permanente, picassiano, de exaltação criativa, nosso traço comum como humanidade.

Pois seus desenhos são sempre referidos à figura feminina, mas não a essas figuras de celulóide que aparecem nas fotografias coloridas das revistas atuais. Não é isso que o atrai, mas quase um esforço caligráfico, ideográfico da figura feminina como origem da vida.

Como arquiteto, penso que foi o mais próximo discípulo de Artigas, na medida mesmo em que suas obras nunca dominam ou se impõem ao usuário, mas, ao contrário, deixam-se dominar como uso e significado aos que deles se servem.

E essa característica, obrigatoriamente, conduziria-no à sua atuação como professor, que ele exerceu até o último dia de sua vida.

Nós somos memória quando menos percebemos: há uma parte de nosso comportamento que pode ser expresso em palavras. Mas há uma parte que se exprime por imitação, em gestos ou atitudes ou atos de difícil verbalização. É que eles foram adquiridos no cotidiano, no efêmero, mas que pela repetição parecem provir da mais profunda singularidade de nosso ser.

Mas também essa visão parece ser pura ilusão: nós somos, quando exercemos nossa mais livre vontade, pouco mais do que um elo entre os que nos precederam e aqueles que nos sucederão.

Assim se justifica a minha afirmação que Abrahão foi o mais próximo discípulo de Artigas: tal como o mestre necessita discípulos, estes não são títeres nas intenções dos mestres, mas tão ativos quanto o mestre ao elaborar sua contribuição. Ou, em outras palavras, o mestre necessita e caminha para os discípulos, como estes procuram, afanosamente, seus mestres. Assim se justifica a expressão para certos homens: são o sal da terra.

Estou convencido de que a contribuição criadora de Abrahão se incorporará por seus discípulos, modestamente, a esta cultura e a este povo de hoje para o futuro.





Maurício da Fau

Júlio Roberto Katinsky

Maurício Nogueira Lima com Sacillotto e Waldemar Cordeiro, formam, dentro do movimento concretista, uma vertente especial, aquela mais comprometida com o espaço urbano.

Não é, pois, por acaso que uma parte da obra de Cordeiro se resolvesse em paisagismo, e Sacillotto, ao lado de suas telas planas, elaborasse objetos tridimensionais ou mesmo baixos-relevos, como querendo saltar de um espaço bidimensional do quadro para nosso espaço do cotidiano.

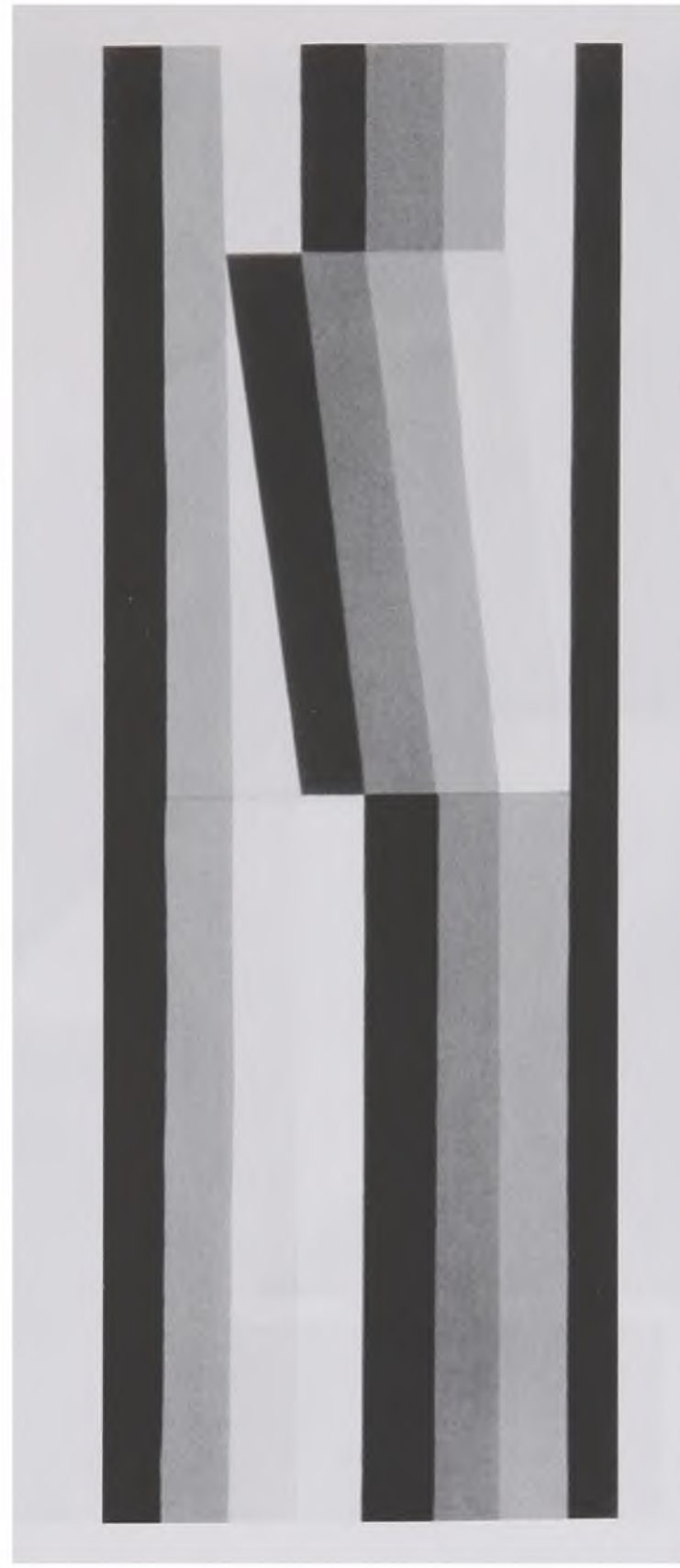
Mas seria exagero dizer que Maurício, por sua obra, é o que mais densamente acreditou em uma racionalidade da expressão como possibilidade comum a todos nós? Fato é que sua obra é a mais acessível em nosso meio, enquanto leitura. E também, não por acaso, a mais difundida, ainda que não tenha sido feito o estudo crítico a que ele e seus companheiros fazem jus, sem desmerecer, muito ao contrário, o esforço analítico já realizado.

Sua obra enquanto pintor pode ser dividida em três partes: sua primeira adesão ao grupo "Ruptura" ainda estudante de arquitetura no Mackenzie, na qual, dentro dos rígidos cânones do "neoplasticismo" holândes ou do concretismo (enquanto corolário lógico da ideologia do Stijl), procurava dar vida à sua ambição de se integrar aos processos produtivos, pura e simplesmente "dissolvendo-se na vida"

Um segundo momento, talvez o mais rico de Waldemar Cordeiro, quando alguns concretistas confessaram em suas obras perplexidade perante a irrupção "anarco-estética" do movimento pop norte-americano. Mas o pop não foi para esses concretistas adesão passiva à moda, e sim um momento de reflexão sobre as funções da arte em uma sociedade moderna economicamente subdesenvolvida.

Um terceiro momento, para Maurício (e em parte para Sacillotto), quando houve um aparente recuo para posições neoconcretistas. Mas segundo meu juízo, esta apreciação não subsiste, pois o que houve foi uma reavaliação do concretismo, não naquilo que ele proclamava (fusão de arte com a vida), mas naquilo que ele efetivamente defendia (a arte na vida cotidiana). Essa última postura, mais moderna e que se nota pela rejeição de qualquer limitação pela cromática e pela ironia que vai dominar os quadros, tão claramente expressa no grande painel projetado para a praça São Bento, estabelece pela primeira vez uma expressão poética e, mesmo em alguns casos, onírica.

Enquanto escrevo estas linhas, contemplo os quadros que Maurício me deu, de todas as suas fases, e é tendo todas em minha lembrança que penso nele como um mestre de tantos artistas, seus alunos na FAU, mas antes de tudo, um mestre fraterno que se impunha pela afetividade de um irmão mais velho. E é assim que eu o vejo hoje: sempre como o irmão mais velho que nunca tive.



Díptico Acrílico sobre tela – 1,40m x 0,50m 1978-1995



Díptico Acrílico sobre tela – 2,80m x 1,40m 1997


vinha para cá para ve
se período é um períoc
arece que a vontade é
ação de gente formada sob
dos anteriores que se
specialmente tipo Artigas,
se de Melo etc., são
grande p
para um
diante d
process
São Paulo,
to de vista
tá falida A
de esfera
de debate
mpotência
relação
ao Paul
AUT 0801 – No
Paulo.
E VID
A PA
O DESTINO
as metodologias d
O objeto
Dr. Marcelo de
O edifício
Carlo, tem com
ologia da arqu
espaço in
el, 1986)
eraldo Gomes
rquitetura e U
Brasileira
da Cidade,

7 NOTÍCIAS

Mestrado Interinstitucional Atinge Meta

Maria Irene Szmrecsanyi
Coordenadora do Mestrado FAU-UEL

Fato inédito ocorreu na pós-graduação da FAUUSP entre 31 de julho a 4 de agosto passado. Prestaram exame de qualificação, entre esses dias, 23 dos 24 alunos do mestrado interinstitucional oferecido por nossa Faculdade a docentes e técnicos do Centro de Tecnologia e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina.

Na mesma semana os pós-graduandos de Londrina participaram de algumas atividades especialmente preparadas para eles: troca de idéias com colegas de São Paulo, visita à FAU – Cidade Universitária, ao Instituto de Estudos Brasileiros, à Exposição Brasil +500, defesa de tese sobre a obra de Niemeyer, palestras dos professores Erminia Maricato sobre o crescimento das favelas nas áreas metropolitanas do país, José Guilherme Magnani sobre a contribuição da antropologia para o estudo dos espaços urbanos. Murillo Marx sobre documentação e preservação das histórias das cidades. Dácio Ottoni sobre o papel do Estado na renovação urbana e Miguel Pereira sobre o adensamento dos centros e padrões de verticalização.

Simultaneamente, uma exposição montada no saguão da Vila Penteado mostrava os trabalhos de cada estudante, realizados para disciplinas ou como trabalhos programados e seu memorial com o plano de pesquisa preparado para o exame. O encerramento da semana se fez com a presença da diretoria da FAU, da chefia da pós-graduação, dos professores que ministram aulas, de professores orientadores, de alguns alunos de São Paulo e das secretárias da pós-graduação. Simpaticamente, esse fecho ocorreu como uma confraternização em volta de mesa com queijos e vinhos oferecidos pelos mestrandos.

O mestrado interinstitucional foi criado pelo Ministério da Educação na Coordenadoria de Pessoal de Nível Superior (Capes). O programa visa promover *in loco* a formação de grupos de docentes e técnicos de instituições de ensino superior distantes dos grandes centros universitários do país pelos melhores cursos de pós-graduação nacionais, habilitados a levar até lá seus professores e padrões de qualidade. Em 1999, data de início desse desdobramento de mestrado da FAU, a USP mantinha ativos mais de 20 programas desse tipo, nos seus diversos institutos ou faculdades, alguns com experiência de vários anos.

Com base no documento de chamada de interessados, emitido em 1998 pela Capes, a UEL, instituição merecedora de 7 notas A das 9 que compõem a avaliação do Ministério da Educação, entrou em contato com o diretor da FAUUSP, na ocasião o professor Katinsky, propondo convênio USP-UEL para efetivação de mestrado. O professor Serra, então chefe da CPG, conduziu o projeto à aprovação na CPG e na Congregação, organizou o currículo e convidou professores para ministrá-lo. Da mesma

forma, na UEL, a proposta de mestrado foi aprovada nas instâncias competentes. Entrementes foi acertada, entre as duas escolas, minuta de convênio e enviado o projeto à Capes. No final de novembro de 1998, esse órgão aprovou preliminarmente a proposta, condicionando sua aprovação final à seleção de candidatos dentro de 60 dias e à assinatura de convênio entre as duas universidades. Este foi assinado em 2 de junho de 1999.

Uma questão de prazo

Por exigência da Capes, a duração total do programa é de 24 meses, ao fim dos quais as dissertações deverão estar defendidas. Esse é o grande desafio que se enfrenta, uma vez que os mestrados regulares da FAU têm hoje duração média de 5-7 anos, número que já é menor do que foi há muito tempo, quando não era raro um mestrando levar 8 anos para se diplomar. A Capes, órgão que reconhece e avalia os mestrados pelo MEC, vem insistindo com a USP e pressionando há anos a nossa CPG para que o prazo concedido oficialmente aos mestrados seja reduzido de preferência para 2 anos. Também a Fapesp considera que um mestrado pode ser feito nesse prazo, período pelo qual concede esse tipo de bolsa, muito embora aceite uma prorrogação de 6 meses. Em decorrência dessas pressões oficiais, o mestrado interinstitucional de Londrina assume um caráter-piloto para nossa escola, havendo interesse acadêmico e prático em sua avaliação.

Um dos aspectos positivos da turma é o rigor com que têm sido atendidos os prazos fixados para cada etapa do curso. Não foram poucos os que duvidaram da sua capacidade de, em pouco mais de um ano, superar as tarefas das disciplinas, a escolha de tema, o entendimento dos aspectos metodológicos de um plano de pesquisa, obter um orientador, dominar a literatura pertinente, conseguir dados e elaborar dois trabalhos programados, além do memorial para o exame de qualificação. A semana dos exames mostrou que isso é factível. Pertencer a uma turma com objetivos comuns ajudou muito. E também a firme colaboração dos orientadores, constantemente solicitados nos últimos 6 meses, pessoalmente e pela telefonia. Importante, além disso, foi o fato de o programa contar com dois coordenadores, um em São Paulo, outro em Londrina, planejando, zelando e cobrando para que tudo corresse bem.

Mas, na verdade, a grande questão que permeia esse programa é a do tipo de trabalho acadêmico desejável e possível de ser bem feito em tão pouco tempo, especialmente considerando-se que os mestrandos tiveram bolsa por 4 meses, quando realizaram seus trabalhos programados. Essa questão não diz respeito apenas ao grupo de Londrina, mas sim a todos os pós-graduandos da FAU e a seu corpo docente, na medida em que o estatuto cognitivo do mestrado ainda é motivo de dúvidas tendo em vista, principalmente, que uma dissertação não constitui uma tese.

Os mestrandos de Londrina se dispuseram a uma pesquisa original e se saíram bastante bem no levantamento de dados. A orientação imprimida à escolha de temas,

direcionada para o exame da realidade arquitetônica e urbanística da cidade ou da região, influiu bastante sobre isso, pois o material, o mais das vezes, estava na própria Londrina. Os que escaparam a essa solicitação escolheram objetos de estudos ao seu alcance, atingindo Curitiba, São Paulo, Rio ou Brasília.

A cidade é particularmente propícia ao estudo do moderno, não só por ter cerca de 70 anos, tendo, assim, sido construída durante o auge desse movimento no Brasil e contar com obras de arquitetos formados em São Paulo, Belo Horizonte e Rio, mas também porque são assinadas por nomes famosos, tais como a estação rodoviária de Artigas e Cascaldi, hoje transformada em museu, ou a nova, projetada por Niemeyer. Prestes Maia prestou serviços à regulamentação de Londrina nos anos 50, o que será motivo de uma dissertação. Jorge Macedo Vieira, companheiro de Maia e projetista de bairros-jardins de São Paulo, desenhou Shangri-la, aberto em Londrina na mesma época, e outras das mais belas cidades da região, Maringá e Cia. Norte.

Tendo sido um eldorado dos anos 40 e 50 e continuando a ser a capital de uma região muito fértil e rica, Londrina revela uma elite que especulou com terrenos, mas foi capaz de dotá-la de traçados de qualidade, de embelezá-la com uma represa não distante do centro e com a preservação de fundos de vales, transformados em parques. Conjuntos habitacionais populares descolados da mancha urbana principal, se não constituem bairros primorosos oferecem lotes de dimensões condignas.

Quanto às dificuldades do mestrado, parece difícil em 2 anos formar a base teórica e metodológica necessária a um intelectual pesquisador. A própria ênfase colocada na sensibilidade em um curso de arquitetura e urbanismo coloca-se como obstáculo à frieza lógica requerida da análise objetiva e do pensamento generalizante da ciência. Outra dificuldade diz respeito aos hábitos de leitura e de crítica, necessários à compreensão teórica, histórica e filosófica no processo projetual. É notório que esses hábitos são muito pouco desenvolvidos em todo o sistema escolar brasileiro, muito embora essa qualidade tenha de ser cultivada desde o secundário, reforçando-se na graduação e especificamente na iniciação científica ou nos TFGs para florescer na época da produção autônoma.

Em síntese, o mestrado interinstitucional parece ser um convite a descobrir novas possibilidades e meios de ensino e produção acadêmica, assim como de perceber lacunas e formas de superá-las. E pode ser um bom caminho para tanto, pois ao se fazer é que se comprova o quanto o fazer ensina.

SEMINÁRIO PÓS-GRADUAÇÃO E PROJETO DE ARQUITETURA

Se há consenso sobre a necessidade da participação das disciplinas de História e Tecnologia na pós-graduação de arquitetura, os métodos de pesquisa e elaboração de teses e dissertações que envolvem o projeto estão longe de constituir tendências hegemônicas. Essa é uma questão que abrange as áreas do conhecimento ligadas à criação artística.

O que é pós-graduação em projeto de arquitetura? O que constitui dissertação de mestrado ou tese de doutorado na área específica do projeto arquitetônico? Como se desenvolve a pesquisa?

Para debater estes assuntos, a CPG da FAUUSP promoveu um seminário no dia 11 de outubro, das 9 às 17 horas, com mesas de exposição e debates, com a participação de professores desta Escola, na condição de organizadores, expositores, debatedores, coordenadores de mesa e relatores, entre eles: Gian Carlo Gasperini, Júlio Katinsky, Arnaldo Martino, Paulo Bruna, Dácio Ottoni, Rafael Perrone, Joaquim Guedes, Sylvio Sawaya, Miguel Pereira, Antonio Carlos Barossi, Helena Ayoub, J.L.Fleury de Oliveira e Geraldo Serra.

O evento contou ainda com participação e contribuição dos professores, especialmente convidados: Profª Dra. Maria Lúcia Malard, da Universidade Federal de Minas – Prof. Dr. Edson Mahfuz, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Prof. Dr. Pedro George, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/ Lisboa/Portugal. Contou também com a participação das professoras Maria Ruth Amaral de Sampaio e Sheila Walbe Ornstein, diretora e vice-diretora da FAUUSP

O público foi constituído de docentes da FAUUSP e de outras instituições da área, assim como de alunos de pós-graduação deste curso e de outras Escolas. No geral, a iniciativa obteve boa avaliação, apoios, sugestões, etc. Assim sendo, a coordenação espera a importante participação de todos nas próximas etapas da discussão.

NB. Textos discutidos no seminário poderão ser solicitados à CPG, telefone 257-7688, ramal 30.

Redação

Teses e dissertações – 2000

Teses

CLAUDIO ROBERTO Y GOYA
Desenho e Representação da Paisagem
Data: 15.12.99
Orientador(a): Profª Dra. Élide Monzeglio

LUIZ CLAUDIO BITTENCOURT
Regularidades do Visível
Data: 20.01.00
Orientador(a): Prof. Dr. Dácio Araújo Benedicto Ottoni

CAROLINA MARIA POZZI DE CASTRO
A Explosão do Autofinanciamento na Produção da Moradia em São Paulo nos anos 90
Data: 28.01.00
Orientador(a): Profª Dra. Erminia Terezinha Menon Maricato

VERA REGINA TÂNGARI
Um Outro Lado do Rio
Data: 01.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

MOACYR PAULISTA CORDEIRO
Planejamento Territorial Regional e Proteção Ambiental; O Caso do Vale do Paraíba Paulista
Data: 03.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Brenno Cyrino Nogueira

LISETE TEREZINHA ASSEN DE OLIVEIRA
Formas de Vir-a-ser-Cidade: Loteamentos e Condomínios na Ilha de Santa Catarina
Data: 11.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Murillo Marx

MÁRCIA SIMÃO MACUL
Arquitetura em Prosa: Uma Aproximação ao Objeto Referencial
Data: 18.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Dácio Araújo Benedicto Ottoni

MARIA DE SAMPAIO BONAFÉ OSTROWSKY
Sistemática Integrada para Controle de Inundações em Sub-Bacias Hidrográficas Urbanas – Estudo de Caso: A Bacia do Córrego Pirajuçara sob o Enfoque da Integração de Obras com Ações de Educação e Percepção Ambiental
Data: 18.02.00
Orientador(a): Profª Dra. Élide Monzeglio

RUY ARINI
Arquitetura de Terra Solo-Cimento/Cal
Data: 21.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo

EDISON FERREIRA PRATINI
Uma Interface Gestual para Esboços 3D em Arquitetura
Data: 21.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

JOSÉ EDUARDO DE ASSIS LEFÈVRE
Entre o Discurso e a Realidade: A Quem Interessa o Centro de São Paulo? A Avenida São Luiz e sua Evolução
Data: 09.03.00
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

ANTONIO EDUARDO PINATTI
O *Design* de Embalagem de Consumo e o Meio Ambiente – O Sistema Ecológico-Ambiental: *Ecodesign*
Data: 20.03.00
Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Grinover

CLÁUDIA LOUREIRO
Classe, Controle, Encontro: O Espaço Escolar
Data: 31.03.00
Orientador(a): Prof. Dr. Joaquim Manoel Guedes Sobrinho

GELSON ALMEIDA PINTO
O Impacto dos Processos Infográficos na Produção da Arquitetura
Data: 05.04.00
Orientador(a): Profª Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara

BEATRIZ SANTOS DE OLIVEIRA
Arkhé: Uma Abordagem Fenomenológica da Arquitetura
Data: 24.04.00
Orientador(a): Profª Dra. Élide Monzeglio

CYNTIA SANTOS MALAGUTTI DE SOUZA
Impacto Ambiental: Parâmetro para Projeto de Embalagens – o Caso do Plástico
Data: 05.05.00
Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Grinover

JEROEN JOHANNES KLINK
O Novo Regionalismo. O Caso da Região do Grande ABC
Data: 05.05.00
Orientador(a): Profª Dra. Erminia Terezinha Menon Maricato

JOSÉ CARLOS LODOVICI
Marinhas – Contribuição Conceptual ao Desenvolvimento de Projetos – Estudo de Casos no Litoral do Estado de São Paulo
Data: 10.05.00
Orientador(a): Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA
A Urbanização Entravada: O Processo de Urbanização em Território Paulista na Transição Capitalista
Data: 10.05.00
Orientador(a): Prof. Dr. Csaba Déak

ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS
Inventário Digital e Modelos Historiográficos para Urbanização e Arquitetura
Data: 12.06.00
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

ALESSANDRO VENTURA
Produção Seriada e Projeto Arquitetônico: O Exemplo de uma Escola Secundária
Data: 16.06.00
Orientador(a): Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho

MARCO ANTONIO ALVES DO VALLE
Desenvolvimento da Forma e Procedimentos de Projeto na Arquitetura de Oscar Niemeyer (1935-1998)
Data: 03.08.00
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

ROBINSON ANTONIO VIEIRA BORBA
A Cidade Cognitiva: Proposição para o Desenvolvimento Local na Era do Conhecimento
Data: 03.08.00
Orientador(a): Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo

ELEONORA SAD DE ASSIS
Impactos da Forma Urbana na Mudança Climática: Método para Previsão do Comportamento Térmico e Melhoria de Desempenho do Ambiente Urbano
Data: 04.08.00
Orientador(a): Profª Dra. Anésia Barros Frota

MAURÍCIO FRIDMAN
Percepção Urbana. Mapas Sentimentais – Uma Cartografia Expandida
Data: 07.08.00
Orientador(a): Profª Dra. Élide Monzeglio

JACQUELINE DORIS LOW-BEER
O Novo Paradigma das Políticas Urbanas: A Regulação dos Serviços Públicos – Limites e Alcances
Data: 15.08.00
Orientadores: Profs Drs. Sueli T. R. Schiffer e Ricardo Toledo Silva

ANA LUCIA DE CAMPOS PECORARO
Estudos Analíticos das Técnicas e Materiais Históricos da Igreja Nossa Senhora do Rosário do Embu por um Plano de Conservação
Data: 25.09.00
Orientador(a): Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky

MARIA VILMA RODRIGUES NADAL
Arte, Técnica e Tecnologia nos Caminhos-de-Ferro do Paraná
Data: 06.10.00
Orientador(a): Profª Dra. Marlene Yurgel

Dissertações

SILVANA MARIA ZIONI
Transporte Público em São Paulo
Data: 31.01.00
Orientador(a): Prof. Dr. Csaba Déak

MARIA GISELDA CARDOSO VISCONTI
Programação de Projetos Hospitalares
Data: 03.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro

OMAR DE ALMEIDA CARDOSO
Ubatuba-SP – Urbanização, Paisagem e Meio Ambiente
Data: 03.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

LUIZA YABIKU
Os Motoristas de Terceira Idade e as Condições Não-Amigáveis da Direção Veicular – O Caso dos Motoristas de Terceira Idade na Cidade de São Paulo
Data: 15.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho

MARIA ALICE JUNQUEIRA BASTOS
Arquitetura Contemporânea Brasileira após Brasília: Discurso, Prática e Pensamento
Data: 16.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

FERNANDA DE MACEDO HADDAD
Práticas e Representações do Lazer dos Moradores da Favela Goiti
Data: 28.02.00
Orientador(a): Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

DANIELA MARTINS BÜCHLER
Estudo de Mudança de Escala de Produção de Artesanal para Industrial de Utensílios de Mesa da Cozinha Regional Amazônica
Data: 03.03.00
Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone

MARIA ANGÉLICA SANTI
Contribuições aos Estudos sobre as Origens da Produção Seriada do Mobiliário no Brasil. A Experiência: Móveis CIMO S/A
Data: 10.03.00
Orientador(a): Prof. Dr. Gabriel Bolaffi

SIMONE RIBEIRO FERREIRA DE MARIA DI MUNNO CORREA
A Interação de Aspectos Socioeconômicos e Tipológicos no Projeto Arquitetônico Habitacional
Data: 17.03.00
Orientador(a): Prof. Dr. Khaled Ghoubar

CLAUDIA MIRANDA ARAUJO DE ANDRADE
Avaliação da Ocupação Física em Edifícios de Escritórios Utilizando Métodos Quali-Quantitativos: O Caso da Editora Abril em São Paulo
Data: 20.03.00
Orientador(a): Profª Dra. Sheila Walbe Ornstein

IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE
Espirais de Madeira – A Arquitetura e a Afirmação de Curitiba, 1928-1982
Data: 24.03.00
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

CLÁUDIA VERÔNICA TORRES BARBOSA
Iluminação Artificial Externa: Uma Abordagem dos Edifícios da Praça dos Três Poderes
Data: 31.03.00
Orientador(a): Profª Dra. Anésia Barros Frota

MARIO ANTONIO ROTOLO
Edifício do Ministério da Educação: Novos Vocábulos e Conceitos para a Arquitetura Brasileira – 1936/1945
Data: 07.04.00
Orientador(a): Profª Dra. Marlene Yurgel

JAQUELINE FERNANDEZ ALVES
Arquitetura à Beira-Mar – Santos entre 1930 e 1970
Data: 10.04.00
Orientador(a): Prof. Dr. João Walter Toscano

NELSON TREZZA
Largo da Batata – Uma Proposta de Desenho Urbano
Data: 13.04.00
Orientador(a): Prof. Dr. Adilson Costa Macedo

VICTOR ARAMIS BERTE
Acondicionamento Térmico Natural: Análise de Caso na Cidade de Uberlândia – MG
Data: 17.04.00
Orientador(a): Profª Dra. Anésia Barros Frota

ADELINO FRANCISCO DOS SANTOS NETO
(Re)leituras de Santa Ifigênia: Diretrizes de Renovação Urbana
Data: 25.04.00
Orientador(a): Prof. Dr. Adilson Costa Macedo

CRISTIANE RODRIGUES AUN
Proposta de uma Metodologia de Projeto para a Louça Utilitária – Uso Doméstico
Data: 26.04.00
Orientador(a): Prof. Dr. João Bezerra de Menezes

MICHELLE KAWAUCHI WADA
Solos Urbanos Degradados: O Caso das Erosões Urbanas de Bauru-SP
Data: 15.05.00
Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Grinover

SOLANGE MOURA LIMA DE ARAGÃO
Da Persistência do Ecletismo nas Vilas Paulistanas
Data: 06.06.00
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo César Xavier Pereira

ANA CLAUDIA CASTILHO BARONE
Team 10 – Arquitetura como Crítica
Data: 07.06.00
Orientador(a): Profª Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna

SUSANA MATILDE VALANSI DE IGLESIAS
Utopia da Continuidade – Hidrovia dos Lugares
Data: 26.06.00
Orientador(a): Prof. Dr. Gian Carlo Gasperini

SILVIA PEREIRA DE SOUSA MENDES VITALE
O Sistema Rodoviário no Processo do Planejamento Territorial do Vale do Paraíba Paulista de 1950 a 1999
Data: 06.07.00
Orientador(a): Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca

MARIA CARVALHO MARIÑO PEQUINI
A Evolução Tecnológica da Bicicleta e suas Implicações Ergonômicas para a Máquina Humana: Problemas na Coluna Vertebral x Bicicletas dos Tipos "Speed" e "Mountain Bike"
Data: 11.07.00
Orientador(a): Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho

SÉRGIO AUGUSTO MENEZES HESPANHA
Proposta para um Centro Cívico na Cidade de Jales - SP
Data: 13.07.00
Orientador(a): Prof. Dr. Arnaldo Antonio Martino

ELISABETH CARVALHO DE OLIVEIRA SALGADO
O "Loteamento Residencial Fechado" no Quadro das Transformações da Metrópole de São Paulo
Data: 27.07.00
Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

ANDRÉ GARCIA MARTIN
A Atuacão do Governo do Estado de São Paulo na Preservação dos Mananciais: Análise do Período Compreendido entre 1975 e 1997
Data: 01.08.00
Orientador(a): Profª Dra. Marly Namur

JULIANA MENDES PRATA
Hospedaria dos Imigrantes: Reflexões sobre o Patrimônio Cultural
Data: 02.08.00
Orientador(a): Profª Dra. Ana Lucia Duarte Lanna

FÁBIO ROGÉRIO PEDRO CYRINO
Café, Ferro e Argila – A História da Implantação e Consolidação da Empresa The São Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd. Através da Análise de sua Arquitetura
Data: 04.08.00
Orientador(a): Prof. Dr. Lucio Gomes Machado

ANA MARIA SALA MINUCCI
O Porto de Santos na Legislação e Propostas de Planejamento Urbano, no Período de 1945 a 1995
Data: 08.08.00
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Eduardo Zahn

NANCI SARAIVA MOREIRA
Construção Escolar – Desenvolvimento, Políticas e Propostas para a Escola Rural Visando a Democratização do Campo
Data: 10.08.00
Orientador(a): Profª- Dra. Sueli Terezinha Ramos Schiffer

ANA CÂNDIDA DE ARRUDA BECKER
A Cidade como Espetáculo
Data: 11.08.00
Orientador(a): Prof. Dr. Luiz Américo de Souza Munari

FABIOLA FIUZA MALERBI DE CASTRO
Relação Espaço - Aprendizado: Uma Análise do Ambiente Pré-Escolar
Data: 21.08.00
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

CESAR LUIZ MAZZACORATTI
50 Anos de Arquitetura Bancária no Brasil: Estudo a partir de uma Instituição, o Banco Itaú
Data: 22.08.00
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

SANDRA MARIA ALAGA PINI
Arquitetura Comercial e Contexto – Um Estudo de Caso: O Conjunto Nacional
Data: 23.08.00
Orientadores: Profs. Drs. Heliana Comin Vargas, Cibele Haddad Taralli e Carlos Alberto Ferreira Martins

JOSÉ AUGUSTO FERNANDES ALY
Discussão acerca do Papel Urbano dos Edifícios: Estudos e Propostas para Áreas em Renovação
Data: 24.08.00
Orientador(a): Prof. Dr. Arnaldo Antonio Martino

MARLY DE MENEZES GONÇALVES
O Desenho de Arquitetura no Tempo – Estudo de Caso: Conteúdo Gráfico de Três Arquitetos Portugueses do Século XX
Data: 30.08.00
Orientador(a): Profª Dra. Élide Monzeglio

FLÁVIO BRANT MOURÃO
A Legislação de Uso e Ocupação do Solo: A Experiência de Jacareí e Itaquaquecetuba
Data: 31.08.00
Orientadores: Profs. Drs. Maria Ruth Amaral de Sampaio e Celso Monteiro Lamparelli

CARLA PATRICIA DE ARAUJO PEREIRA
A Cor no Desenho Industrial – Fundamentos para o Projeto Cromático de Produtos
Data: 01.09.00
Orientador(a): Prof. Dr. João Bezerra de Menezes

ADRIANA FREYBERGER
O Espaço de Brincar
Data: 06.09.00
Orientador(a): Profª Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara

VALÉRIA FERNANDES FRANCISCO
A Área Continental Santista sob a Ótica do Processo de Planejamento Territorial de Santos de 1967 a 1999
Data: 14.09.00
Orientador(a): Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca

MARIA EUGÊNIA XIMENES
Análise de Aspectos Comportamentais Humanos Frente ao Ambiente Construído – São Paulo
Data: 15.09.00
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Eduardo Zahn

JOÃO FERNANDO PIRES MEYER
Adoção de Métodos de Análise de Mercado Imobiliário nas Decisões de Projeto: Estudo de Caso dos Incorporadores Residenciais no Bairro de Pinheiros, no Período 1994-1999
Data: 21.09.00
Orientador(a): Prof. Dr. Emilio Haddad

CRISTIANA MARIA CARNEIRO SULTANI
O Desenho na Arquitetura Contemporânea – Memória e Linguagem
Data: 22.09.00
Orientador(a): Prof. Dr. Bruno Roberto Padovano

FERNANDA SARMENTO BARATA
Design Editorial no Brasil: *Revista Senhor*
Data: 26.09.00
Orientador(a): Profª Dra. Odiléa Helena Setti Toscano

WILSON NIVIO TESSITORE
Registro Gráfico da Evolução da Paisagem Urbana do Brás em São Paulo – Estudos das Transformações da Paisagem Urbana no Eixo Avenida Rangel Pestana e seu Entorno no Período de 1895 a 1995
Data: 28.09.00
Orientador(a): Profª Dra. Élide Monzeglio

ANNA MARIA ABRÃO KHOURY RHAME
Imagens Femininas em Memória à Vida – A Escultura nos Cemitérios da Consolação, Araçá e São Paulo, de 1900 a 1950
Data: 09.10.00
Orientador(a): Profª Dra. Maria Cecília França Lourenço

JOSÉ LUIS COCCARO
Modernização Urbano-industrial e Arquitetura na Cidade de São Paulo no Período de 1960-1975
Data: 10.10.00
Orientador(a): Prof. Dr. Telmo Luiz Pamplona

MARIA DO CARMO VILARINO
Habitação Verticalizada na Cidade de São Paulo dos anos 30 aos anos 80. Investigação acerca da Contribuição dos Arquitetos Modernos ao Tema. Estudo de Casos
Data: 16.10.00
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

SILVANA SOUSA NILO BAHIA DINIZ
Taipa de Pilão – Uma Aproximação Tecnológica Através de Exemplos em São Paulo
Data: 24.10.00
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

Crédito/fonte das imagens

Páginas 008, 088, 148, 248, 252, 266 – Rodrigo Sommer
Páginas 012, 036 e 066 – fotos: Odair Toledo
Página 022 – foto: Maria Irene Szmrecsanyi
Páginas 034, 044, 050 e 074 – fotos fornecidas pelos entrevistados
Página 092 alto – LEDOUX, Claude Nicolas. La arquitectura considerada en relacion con el arte: las costumbres y la legislacion. Madri – Espanha: Ediciones Akal, 1994
Páginas 092 baixo – EVENSON, Norma. Two brazilian capitals – Architecture and urbanism in Rio de Janeiro e Brasília. New Haven and London: Yale University Press, 1973
Páginas 103, 107 e 101 – fotos: Maria Ruth Amaral de Sampaio
Página 139 alto – foto: Roberto Sakamoto
Página 139 baixo – foto: Silvio Macedo, 1992
Páginas 154, 158, 160 e 163 – imagens fornecidas pelo autor
Página 173 alto – foto fornecida pelo autor
Página 173 baixo – foto: Itamar Miranda (Agência Estado), 1989
Páginas 213, 215, 216, 218, 219, 220 e 221 – imagens fornecidas pelo autor
Página 230 – BARRETO, Paulo Thedin. Casas de Câmara e Cadeia. Arquitetura Oficial I, Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico Nacional. São Paulo: FAUUSP, MEC-IPHAN, 1978, p. 101-253
Páginas 240, 241, 243 e 246 – imagens fornecidas pelo autor
Páginas 263 e 264 – Catálogo de exposição, Ruy Sant'anna galeria, São Paulo, 1997

Laboratório de Programação Gráfica
Minoru Naruto – Prof. Coordenador:
José Tadeu de Azevedo Maia – Supervisão Geral
Ivanilda Soares da Silva – Preparação e Revisão
Margareth Artur – Preparação e Revisão
Eliane Aparecida Pontes – Emendas
Eliane de Fátima Fermoselle Previde – Emendas
Divino Barbosa – Supervisão de Produção Gráfica
Juvenal Rodrigues – Cópia de Chapa
José Gomes Pereira – Impressão
Ercio Antonio Soares – Dobra
Ercio Antonio Soares – Acabamento
Juvenal Rodrigues – Acabamento
Adauto Lino Duarte de Farias – Acabamento
Eliane de Fátima Fermoselle Previde – Secretária

Composição, fotolitos e impressão offset
Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo
Pré-matriz
Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set
Papel
Pólen rustic areia 120 g/m^2
Couchê fosco L2 120 g/m^2
Cartão supremo alta alvura 350 g/m2 (capa)
Montagem
35 cadernos de 8 páginas
Tiragem
1.000 exemplares
Data
dezembro 2000

Errata:

Sumário
Onde se lê *Hagime* leia-se *Hajime*

Sumário e página 178
O título do artigo de Maria Irene Szmrecsanyi é *"Modelo das Cidades-Jardins no Norte Novo do Paraná"*

Página 30
Onde se lê *Giancarlo* leia-se *Gian Carlo*

Página 107
A legenda das ilustrações superiores é o *Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Penha*

Página 178
A autora agradece a participação dos arquitetos e professores da Universidade de Londrina: *Marcos Barnabé, Fausto C. Lima, Guatassara Boeira e Angela Buchmann* na discussão que originou o artigo

Página 192
As legendas das fotos estão invertidas: 4 é Maringá e 5 é Londrina

DEPOIMENTOS

Nestor Goulart Reis
Paulo Mendes da Rocha
Joaquim Guedes
Gian Carlo Gasperini
Sylvio Barros Sawaya
Flávio Magalhães Villaça
Ermínia Menon Maricato
Geraldo Gomes Serra

BALANÇOS TEMÁTICOS

Júlio Roberto Katinsky
Maria Ruth Amaral de Sampaio
Miranda Martinelli
Sheila Walbe Ornstein
Silvio Soares Macedo
Ualfrido Del Carlo

DESENHO NO BRASIL

Benedito Lima de Toledo
Jorge Hajime Oseki
Maria Irene Szmrecsanyi
Philip Gunn
Telmo Pamplona
Wilson Edson Jorge

RESENHA

João Sette Whitaker Ferreira

IN MEMORIAM

Abrahão Sanovicz
Antonio Luiz Dias de Andrade (Janjão)
Maurício Nogueira Lima

NOTÍCIAS

FOTO DA CAPA

Cristiano Mascaro
Edifício da Pinacoteca do Estado de São Paulo
Projeto de atualização - Paulo Mendes da Rocha

ISSN 1518-9554
9 771518 955007 0008

CAPES

500